

Raquel Meister Ko. Freitag
Cristine Görski Severo

organizadoras

MULHERES, LINGUAGEM E PODER

Estudos de gênero na sociolinguística brasileira



RAQUEL MEISTER KO. FREITAG
CRISTINE GORSKI SEVERO
(ORGANIZADORAS)

MULHERES, LINGUAGEM E PODER

Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira

**SÃO PAULO
2015**

Mulheres, Linguagem e Poder.

Estudos de gênero na Sociolinguística brasileira

© 2015 Raquel Meister Ko. Freitag e Cristine Gorski Severo

Editora Edgard Blücher Ltda.

Imagem da capa: *Moisés e Jocabed*, Pedro Américo

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar 04531-934

São Paulo — SP — Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5ª ed. do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

Todo conteúdo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons.

[Atribuição CC - BY - NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blucher Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA

Mulheres, linguagem e poder : estudos de gênero na sociolinguística brasileira [livro eletrônico] / organizado por Raquel Meister Ko. Freitag, Cristine Gorski Severo. — São Paulo : Blucher, 2015.

3 Mb ; ePUB

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-121-3 (e-book)

ISBN 978-85-8039-120-6 (impresso)

1. Sociolinguística 2. Linguagem e línguas - Diferenças entre os sexos
3. Mulheres I. Freitag, Raquel Meister Ko. II. Severo, Cristine Gorski
15-0944 CDD 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociolinguística

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 7

1 (RE)DISCUTINDO SEXO/GÊNERO NA SOCIOLINGUÍSTICA 17

Introdução

- 1.1 Perfil do gênero no Brasil
- 1.2 Feminismo, do sexo ao gênero, e a linguagem
- 1.3 Desafios do gênero na Sociolinguística
- 1.4 Quando a hipótese falha
- 1.5 Restrições metodológicas

Desafios e Perspectivas

Referências

2 SOBRE O SIGNIFICADO IDENTITÁRIO NA SOCIOLINGUÍSTICA: A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO 75

Introdução

- 2.1 Língua e significados social e identitário
- 2.2 A língua como prática social: ampliando os horizontes linguísticos

Palavras finais

Referências

3 LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE EM FLORIÁNOPOLIS: AS RENDEIRAS E SUAS CANTIGAS 91

Introdução

- 3.1 Sobre as rendeiras e a renda de bilro
- 3.2 Aspectos teórico-metodológicos
- 3.3 Língua, identidade e tradição: tecendo apreciações analíticas

Palavras finais

Referências

4 VARIAÇÃO COMO ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO IDENTITÁRIA: ANÁLISE DE UMA PEQUENA REDE SOCIAL FAMILIAR FEMININA DE FLORIANÓPOLIS/SC 109

Introdução

- 4.1 Os sujeitos e a língua: entre regularidades e singularidades

- 4.2 O fenômeno, o lócus da pesquisa e a concepção metodológica
 - 4.3 Metodologia
 - 4.4 Resultados e Discussão
- Considerações finais
Referências

5 VARIÁVEL SEXO/GÊNERO E ALTERNÂNCIAS FONÉTICO-FONOLÓGICAS EM FALARES DO RIO GRANDE DO SUL 129

Introdução

- 5.1 Os estudos
 - 5.2 Resultados
- Considerações finais
Referências

6 INTERAÇÃO ENTRE SEXO/GÊNERO E CLASSE SOCIAL NO USO VARIÁVEL DA CONCORDÂNCIA VERBAL 151

Introdução

- 6.1 A concordância verbal no português brasileiro e no português paulistano
 - 6.2 Corpus e métodos
 - 6.3 O encaixamento de 1PP e de 3PP em São Paulo
- Considerações finais
Referências

7 CONCORDÂNCIA NOMINAL VARIÁVEL E PRÁTICA SOCIAL: IDENTIDADES FEMININAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS169

Introdução

- 7.1 Metodologia de geração de dados
 - 7.2 Comunidades de Prática no Centro do Trabalhador e uso variável da CN como recurso simbólico
 - 7.3 Identidades Femininas e uso variável da CN
- Considerações Finais
Referências

8 A VARIÁVEL SEXO/GÊNERO E O USO DE MARCADORES DISCURSIVOS NO OESTE DE SANTA CATARINA 189

Introdução

- 8.1 O efeito da variável sexo/gênero em fenômenos discursivos
- 8.2 Procedimentos metodológicos
- 8.3 Tendências de uso dos MD quanto ao sexo/gênero em Chapecó

Considerações finais

Referências

9 MARCAS LINGUÍSTICAS DE POLIDEZ E SEXO/GÊNERO 209

Introdução

- 9.1 Polidez linguística
- 9.2 Procedimentos metodológicos
- 9.3 A expressão da polidez

Considerações finais

Referências

10 ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: POLIDEZ E RELAÇÕES DE GÊNERO 225

Introdução

- 10.1 Estratégias de indeterminação e a variável sexo/gênero
- 10.2 Resultados

Considerações finais

Referências

11O PODER E A SOLIDARIEDADE EM CARTAS FEMININAS DO SERIDÓ POTIGUAR 239

Introdução

- 11.1 Metodologia
- 11.2 Os resultados

Considerações de carácter não-final

Referências

12 RELAÇÕES DE GÊNERO E FORMAS DE TRATAMENTO EM UMA COMUNIDADE RELIGIOSA 253

Introdução

12.1 Contextualização da comunidade sob análise

12.2 ANÁLISE Das relações de tratamento

Considerações finais

Referências

13 EFEITOS DE SEXO/GÊNERO NA ESCOLHA DE FORMAS DE TRATAMENTO: ANÁLISE EM UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA JURÍDICA DE NITERÓI 267

Introdução

13.1 O universo da pesquisa e seus sujeitos

13.2 Metodologia

13.3 Discussão e análise dos dados

Considerações finais

Referências

14 O FEMINISMO, AINDA 291

Introdução

14.1 O privado é político

14.2 Não estamos mais em casa

14.3 Com a casa nas costas

14.4 Nossos corpos, nós mesmas

14.5 Na rua, no mundo. E não estamos sós

14.6 Um caminho ao sul

Hay que endurece

Referências

INTRODUÇÃO

Mudanças no papel contemporâneo das mulheres e das relações de gênero tornam necessários ajustes teórico-metodológicos no campo da Sociolinguística desenvolvida no Brasil com fins de oferecer um instrumental de pesquisa atualizado para se refletir sobre as especificidades linguísticas desse grupo social no contexto brasileiro moderno. Essa foi a premissa do projeto **Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na Sociolinguística brasileira**, financiado pelo edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N° 32/2012 (Processo 404932/2012-6), coordenado por nós no período de 2012 a 2015 e envolvendo uma equipe interinstitucional, com graduandas e mestrandas da Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal de Santa Catarina.

O foco do projeto foi o papel do sexo/gênero na Sociolinguística no Brasil atual. Focamos o Brasil e a atualidade porque a Sociolinguística surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos, um contexto sociocultural particular que, no tocante à relação entre linguagem e sexo/gênero, ofereceu algumas explicações, tais como o fato de as mulheres preferirem as formas padrão ou não estigmatizadas decorreria tanto de seu papel como mães e educadoras, como de sua busca por legitimação profissional ou mobilidade social em um contexto preponderantemente masculino. Talvez esta explicação fosse válida e pertinente nos anos 1960; hoje, evidentemente, não se pode dizer que é este o papel das mulheres na sociedade, nem norte-americana, nem brasileira.

Resultados acerca desta mudança social em relação ao papel da mulher evidenciam a necessidade de mudança nos pressupostos teórico-explanatórios da Sociolinguística no Brasil. O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, por exemplo, aponta para o aumento de mulheres que são arrimo de lar, trabalhando fora de casa. Hoje, quem cuida dos filhos ainda é mulher (babás, cuidadoras e profissionais de creches), mas não a mãe, e certamente o cuidado com o uso das formas linguísticas de prestígio como índice de ascensão social com as crianças sob seus cuidados não é preocupação precípua destas mulheres como o seria para a mãe. Nas novas configurações do espaço público, as mulheres

cada vez mais assumem papéis sociais de ampla visibilidade ou de grande prestígio, como cargos políticos, gestoras de empresas multinacionais ou profissionais liberais.

Na Sociolinguística (assim como nas demais ciências de cunho social), nenhuma variável social está desvinculada de outra; a variável sexo/gênero é, na verdade, um rótulo amplo que recobre diferentes nuances sociais e estilísticas, a exemplo do que ocorre, por exemplo, com a faixa etária (ECKERT; 1997; FREITAG, 2005) e a classe social (LABOV, 1990). A interação entre variáveis é tão forte que a variável tem sido denominada de “sexo/gênero” por conta de recobrir muito mais do que a dimensão biológica. Trata-se de considerar os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres ou, em outros termos, a maneira pela qual a construção da identidade de gênero (feminina ou masculina) é perpassada por questões linguísticas. Assim, esta distinção também incorre em um outro desafio para os estudos sociolinguísticos: o recorte sociolinguístico tradicional tem concebido uma sociedade bipolarizada em termos de gênero, onde só existem homens e mulheres, tanto na perspectiva biológica como na perspectiva social. Ou, pelo menos assim a sociedade tem sido representada nas amostras sociolinguísticas. A distinção meramente formal entre sexo e gênero é inócua se a constituição das amostras continua a se dar de modo binário.

Em sua agenda de trabalho para estudos sobre o papel do sexo/gênero, Scherre e Yacovenco listam, dentre outros pontos relacionados especificamente aos fenômenos que analisam, os seguintes pontos para reflexão:

- 1) A importância da codificação da variável sexo na busca do entendimento do papel do gênero – a questão da comparabilidade dos resultados.
- 2) A questão das amostras e dos gêneros discursivos [...]
- 3) A necessidade de amostras maiores para análises dos dados dos homens e das mulheres separadamente.
- 4) O controle do papel do indivíduo (tarefa metodologicamente fácil) e das comunidades de prática (tarefa metodologicamente difícil).
- 5) A importância da relação entre os interlocutores no processo de escolha dos pronomes de segunda pessoa.
- 6) A difícil tarefa de considerar a questão das classes sociais no Brasil e a importância dada por Labov (2001) à relação entre gênero e classe social e os diversos momentos da mudança linguística. (SCHERRE; YACOVENCO, 2011, p. 141)

Discutir o papel da mulher e a questão do controle do sexo/gênero nas amostras sociolinguísticas das pesquisas desenvolvidas no Brasil foram dois de nossos objetivos, e estão apresentados nos capítulos 1, 2 e 3 desta coletânea; para cumprir o terceiro, dar “novo olhar aos efeitos de gênero em fenômenos sociolinguísticos”, contamos com a colaboração de pesquisadores que têm se dedicado a refletir sobre o papel da mulher nos estudos sociolinguísticos, em diferentes

níveis. O resultado é uma obra cujo enfoque é explorar e problematizar o papel desempenhado pelo gênero nos estudos sociolinguísticos labovianos brasileiros. Tal problematização coloca em questão dois amplos procedimentos de pesquisa em Sociolinguística: as abordagens centradas nos modelos quantitativos de comunidades de fala e as abordagens focalizadas em pesquisas de cunho etnográfico e qualitativo. As primeiras tendem a focalizar a sociedade, em busca de padrões linguísticos recorrentes ou generalizáveis, passíveis de serem tomados como traços de uma dada comunidade ampla de falantes. Já as abordagens qualitativas tendem a priorizar comportamentos linguísticos locais, em que a investigação sobre os indivíduos – contextualizados em redes sociais ou comunidades de prática – poderia revelar possíveis causas para processos de variação e mudança linguística. A oscilação entre macro e micro abordagens da sociolinguística variacionista, de inspiração laboviana, tem sido fortemente discutida, a exemplo de Penelope Eckert no seu diagnóstico a respeito das três ondas que caracterizariam a sociolinguística variacionista.

Os trabalhos apresentados nesta coletânea ilustram a maneira como o tratamento conferido a questões de gênero e de sexo oscilaram e oscilam em virtude das abordagens adotadas. De maneira geral, as abordagens macro e centradas em modelos estatísticos tendem a considerar o gênero como sexo biológico, transformando-o em uma variável passível de contagem e sistematização. Essa redução sociológica do gênero a sexo biológico tem sido amplamente debatida e questionada. Outras variáveis como classe social, escolarização e etnicidade (sendo esta pouco explorada nos estudos brasileiros) são, contudo, raramente alvo de problematizações por não transformarem as categorias sociais em elementos facilmente quantificáveis.

As pesquisas de caráter amplo possibilitam um levantamento das tendências linguísticas de uma comunidade de fala. A frequência dos usos linguísticos, tão cara ao modelo estatístico, revela tendências linguísticas que mobilizam a construção de hipóteses e afirmações sobre, por exemplo, a norma do português brasileiro, especialmente ao considerar o papel exercido pela escolarização no comportamento linguístico dos sujeitos. Outra característica dos modelos sociolinguísticos brasileiros centrados na quantificação de cunho laboviano é a construção de banco de dados amplamente compartilhados por diferentes grupos de pesquisa no Brasil – como são os casos do PEUL, VARSUL, IBORUNA, NORPORSFORT, Falares Sergipanos, entre outros¹. Embora tais bancos, de forma geral, considerem um modelo relativamente padrão de coleta de dados (a entrevista

1 Para maiores detalhes sobre os bancos de dados, remetemos à leitura de Paiva e Scherre (1999) e Scherre e Roncarati (2008), para o PEUL, Gonçalves (2008), para o IBORUNA, Zilles (1994) Vandresen (2005) Bisol, Menon e Tasca (2008) e Collichonn e Monaretto (2012), para o VARSUL, Araújo (2011) para o NORPORSFORT, Freitag (2013) e Freitag, Martins e Tavares (2012), para o Falares Sergipanos.

sociolinguística), é preciso considerar que há elementos que fogem da regularidade prevista pelo protocolo de aplicação das entrevistas, alargando a possibilidade de exploração desses dados através de olhares interpretativos e contextualizados. Nos alinhamos à proposta de submeter as pesquisas de cunho macro a indagações que busquem um olhar qualitativo, especialmente porque estamos lidando com questões identitárias e sociais que não são estanques, mas suscetíveis a processos de transformação sócio-histórica. Essa proposta tem motivado uma ampliação das formas de coleta de dados, incorporando, por exemplo, metodologias centradas em comunidades de prática e redes sociais.

Ao tematizar a relação entre gênero e usos linguísticos na Sociolinguística, colocamos em tela as metodologias e os modelos explanatórios utilizados – por vezes sem grandes problematizações – em pesquisas brasileiras. Entendemos ser necessário e latente um diálogo entre essas metodologias com a situação social, histórica e política do Brasil. A “brasilidade” deve se inserir não apenas nos dados, mas, sobretudo, no olhar conferido a esses dados e à forma de seu levantamento. Com isso, as inovações metodológicas e teóricas – mediante casamentos teóricos propostos entre áreas do conhecimento – são muito bem-vindas. É o caso, por exemplo, de aproximações entre funcionalismo e sociolinguística, sociolinguística e estudos do discurso, sociolinguística e políticas linguísticas, entre outros. O diálogo interdisciplinar é fundamental para que haja uma revisão das categorias basilares dos campos envolvidos, evidenciando, inclusive, seus limites e alcances explanatórios. Assim, ao apresentarmos nessa obra uma série de artigos que exploram a relação entre os usos linguísticos e o gênero no interior das pesquisas sociolinguísticas, propomos uma revisão teórica e metodológica que esteja em consonância com um “abrasileiramento” da pesquisa, reconhecendo e validando os diálogos e “ajustes” teóricos e metodológicos feitos por pesquisadores de forma a buscar uma compreensão mais contextualizada do funcionamento da linguagem em relação a questões de gênero.

Esta coletânea é composta por 14 capítulos. No primeiro capítulo, Raquel Meister Ko. Freitag propõe uma problematização das categorias de “gênero” e “sexo” utilizadas pelas pesquisas variacionistas no Brasil, em diálogo com as propostas de revisitação do tema por pesquisadores americanos.² Para tanto, apresenta uma rica contextualização das pesquisas brasileiras sobre os estudos sociolinguísticos envolvendo gênero e sexo, apontando para o “paradoxo do gênero”. Entre outros aspectos, a autora questiona: de que maneira a oscilação entre os

2 O título do capítulo retoma o título do simpósio temático organizado no Fazendo Gênero 10, em 2013, momento em que pudemos compartilhar com a comunidade acadêmica as questões norteadoras do projeto. Presentes nesta coletânea estão outros trabalhos cujas reflexões foram instigadas naquele momento, como os trabalhos de Elisa Battisti e Cláudia Camila Lara; Kelly Carine dos Santos e Andréia Silva Araújo, e Cristiane Conceição de Santana, Thaís Regina Conceição de Andrade e Raquel Mesiter Ko. Freitag.

usos de termos como gênero, sexo, sexo/gênero ou gênero/sexo revela uma oscilação metodológica e teórica, entre as macro e micro abordagens? Acreditamos que a Sociolinguística deve assumir essa oscilação não como um problema, mas como reveladora da necessidade de se manter o diálogo entre esses dois níveis, macro e micro, interligados. Freitag aponta, ainda, para a necessidade de revisão do uso das “hipóteses clássicas” – centradas em contexto americanos dos anos 1960-1970 – por pesquisadores brasileiros para a explicação de fenômenos linguísticos contemporâneos, gerando um efeito cascata de reprodução de modelos explicativos sem maiores questionamentos. A autora também sinaliza para a necessidade de problematização de generalizações baseadas em controles estatísticos e para a importância de realização de testes de atitude para se compreender com maior precisão o significado social das variáveis.

Nos capítulos 2 e 3, Cristine Gorski Severo e Nahalia Müller exploram um olhar micro para se refletir sobre o gênero tomado como uma categoria identitária. A partir de uma abordagem centrada em comunidades de prática (as rendeiras de Florianópolis), as autoras exploram teórica e metodologicamente as potencialidades e a importância de se considerar a relação imbricada entre a construção de uma identidade de gênero vinculada à tradição e aos usos linguísticos. Nessas reflexões, o escopo não é a variável linguística, mas a prática linguística, em que se focaliza o papel do canto (cantigas da ratoeira) na construção de uma identidade feminina e tradicional. A proposta, portanto, dialoga com reflexões teóricas sobre identidade, discurso e língua, salientando o papel desempenhado pelos sujeitos nas práticas linguísticas. Trata-se de uma proposta discursiva de pesquisa e problematização sociolinguística, conferindo atenção para os conceitos de prática linguística, de identidade e tradição.

O capítulo 4, assinado por Marcela Langa Lacerda Bragança e Lilian Keide Arnhold de Azevedo, mobiliza um micro olhar centrado nos sujeitos, ao abordarem a fala de três mulheres residentes do bairro tradicional Ribeirão da Ilha, em Florianópolis. As autoras analisam a variação da palatalização das oclusivas alveolares como lugar de inscrição de significados identitários. Para tanto, consideram o papel da identidade como mobilizadora da variação da palatalização nas falas de três gerações de mulheres. As autoras submetem a análise quantitativa das ocorrências da variável a um olhar qualitativo, analisando os contextos discursivos de emergência da variável, como, por exemplo, a consideração do tema como variável que interfere no uso (ou não) da palatalização.

Elisa Battisti e Claudia Camila Lara, no capítulo 5, propõem uma articulação entre abordagens quantitativas e qualitativas na análise do papel desempenhado pelo gênero/sexo em relação a dois fenômenos fonético/fonológicos no Rio Grande do Sul: o vozeamento/desvozeamento variável de /p/ e /b/ no português de contato com uma língua de imigração alemã, e a palatalização variável das plosivas alveolares diante de /i/ no português de contato com uma fala dialetal italiana.

Os resultados apontam que as mulheres tendem a liderar a aplicação do vozeamento/desvozeamento variável, embora a variante seja considerada estigmatizada; em relação à outra variável, as mulheres palatalizam mais do que os homens, embora o percurso histórico da variável revele uma mudança no comportamento linguístico dos homens. Nos dois casos, estão em jogo as relações entre as identidades de gênero e de pertencimento simbólico a uma comunidade de tradição, colocando em xeque a explicação clássica de que as mulheres tendem a assumir as variantes de prestígio.

No capítulo 6, Livia Oushiro explora a correlação entre o papel do gênero/sexo e de classe social na variação da concordância verbal na fala de sujeitos paulistanos. Seus dados revelam que o uso da forma de maior prestígio oscila fortemente em relação à classe social do falante, independente do gênero, o que enfraquece o argumento clássico de que as mulheres tendem a usar as formas de prestígio. A autora, assim, aponta para a importância de se correlacionar variáveis sociais – classe e gênero – de forma a se evitar generalizações sobre os comportamentos linguísticos das mulheres.

Andréa Mangabeira, no capítulo 7, propõe uma articulação entre pesquisas qualitativas e quantitativas para se compreender o papel do gênero/sexo na concordância nominal de número, focalizando o papel estilístico dessa variável em relação a questões identitárias envolvendo gênero (feminino) e faixa etária (jovens e adultos). Os estudos foram realizados em uma escola pública de Porto Alegre voltada para a educação de jovens e adultos e se apoiaram na metodologia focada em comunidades de prática. No capítulo seguinte, Cláudia Andréa Rost Snichelotto e André Fabiano Bertozzo exploram o papel desempenhado pela variável sexo/gênero nos usos de marcadores discursivos originários de verbos que carregam um certo estigma social em relação à norma, como: *olha e vê, sabe? e entende?, eu acho, sei lá, deixa eu ver, deixa eu pensar e deixa eu lembrar*. Na contramão da hipótese sociolinguística clássica de que as mulheres tendem a usar formas de prestígio, os autores mostram que os marcadores discursivos analisados são mais usados por homens do que mulheres na comunidade de fala de Chapecó, localizada no oeste catarinense.

No capítulo 9, Kelly Carine dos Santos e Andréia Silva Araujo investigam os efeitos da variável sexo/gênero no uso de duas estratégias de polidez: a forma verbal futuro do pretérito e a forma pronominal *nós/a gente*. As pesquisas se apoiam em dados de fala da amostra *Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE*. Ressalta-se que o levantamento de dados nesta pesquisa propõe uma inovação em relação à entrevista clássica ao considerar as interações de um grupo focal, possibilitando o controle de fenômenos pragmáticos e sociolinguísticos de polidez em relações diversas de interação de gênero (homem-homem, homem-mulher, mulher-mulher e mulher-homem). As autoras mostram que a simetria das relações favorece a polarização de uso de *a gente* (M-M) e de *nós* (H-H). Por

outro lado, o uso de futuro do pretérito não revelou diferenciações afetadas por questões de gênero.

De forma semelhante, Josilene de Jesus Mendonça e Jaqueline dos Santos Nascimento exploram, no capítulo 10, os efeitos do gênero/sexo nas estratégias de indeterminação do sujeito consideradas como estratégias de polidez. Tais estratégias incluem o uso das formas *a gente*, *você*, *eles*, *nós*, *eu*, 3ª pessoa, construções com *se*, *infinitivo* e *forma* nominais; nesse caso, a forma pronominal *você* é a mais utilizada por homens e nas interações H-H, seguida por *a gente*, mais usada por mulheres e nas interações M-M. Para tanto, as autoras analisam dados da amostra da *Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE*, em consonância metodológica com o capítulo 9. O capítulo 11, de Gisonaldo Arcanjo de Sousa, aborda o uso das formas em competição *Senhor(a)*, *Você* e *Tu* em cartas pessoais femininas do Seridó Potiguar (anos 1980), realçando questões de poder e solidariedade. Os dados integraram os corpora *Essas Mal Traçadas Linhas I* e *Essas Mal Traçadas Linhas II*. Os resultados revelam um amplo uso da forma *você* pelas mulheres, seguida pelo uso de *senhor* e de *tu*.

No capítulo 12, Cristine Conceição de Santana, Thaís Regina Conceição de Andrade e Raquel Meister Ko. Freitag analisam os usos de formas de tratamento na comunidade de prática religiosa “Mãe da Divina Graça”, localizada no povoado Açuzinho, Lagarto/SE. Essa comunidade é constituída por uma hierarquia que integra doze mulheres e um representante masculino, sendo grande parte idosos e com baixa escolarização. Os dados integram o banco de dados Falares Sergipanos. Os resultados revelam uma série de usos de formas de tratamento, com distinção especial para a forma usada pelas mulheres em relação ao representante masculino “Seu Edvaldo”. A pesquisa revela a maneira como os significados sociais de poder se vinculam localmente às formas linguísticas.

Carla Mirelle Matos Lisboa, no capítulo 13, analisa o efeito do gênero/sexo no uso de formas de tratamento em uma comunidade de prática da Defensoria Pública, localizada no Estado do Rio de Janeiro, no município de Niterói. Além de pesquisa de base etnográfica, a autora aplicou testes de autoavaliação de forma a captar as avaliações individuais sobre as escolhas linguísticas. A autora aponta para o papel das relações de poder nos usos das formas de tratamento, em especial no uso do termo *doutora* para se referir à defensora pública. Além disso, a pesquisa revela uma oscilação nas formas de tratamento usadas pelas mulheres em relação ao único funcionário masculino da comunidade analisada.

No último capítulo, Simone Schmidt apresenta uma perspectiva historiográfica das preocupações acadêmicas e políticas das intelectuais feministas no Brasil, em diálogo com as estudiosas estrangeiras. A autora, cuja voz também ressoa as preocupações do campo literário, contribui fortemente para essa nossa proposta de revisitação das reflexões sobre língua e gênero nas pesquisas sociolinguísticas. A compreensão do percurso acadêmico e político do movimento e pensamento

feminista nos permite assumir uma posição cautelosa em relação aos estudos que envolvem língua e identidade, especialmente quando se considera uma perspectiva pós-colonial e crítica, em diálogo com as especificidades do contexto sócio-histórico e político brasileiro. Acreditamos que o diálogo interdisciplinar é, dentre outras, uma forte contribuição para as pesquisas acadêmicas dos movimentos que buscam dar voz e visibilidade para pessoas que foram historicamente excluídas ou silenciadas.

Com o desenvolvimento do projeto, culminando com esta coletânea, fortalecemos a atividade de pesquisa interinstitucional (Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal de Santa Catarina), em nível de graduação e de pós-graduação, focando uma temática tão abrangente e carregada de significado social no Brasil hoje como a questão de gênero. Além disso, esta coletânea oferece ao campo científico da Sociolinguística uma proposta de tratamento dos dados linguísticos vinculados à dimensão do gênero (mulheres) a partir de uma abordagem reflexiva, que considere o gênero uma construção social e não uma determinação biológica, o que pode contribuir para os estudos sobre o funcionamento do português brasileiro a partir da consideração do papel das mulheres seja na estabilização da norma culta, seja como inovadoras no processo de mudança linguística.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Aluiza Alves. O projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza NORPOFOR. *Cadernos do CNLF*, v. 15, n. 5, p. 835-845, 2011.
- BISOL, Leda; MENON, Odete Pereira da Silva; TASCA, Maria. VARSUL, um banco de dados. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (orgs.). **Anthony Julius Naro e a lingüística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: FAPERJ/7letras 2008, p. 50-48.
- COLLISCHONN, Gisela; MONARETTO, Valéria. Banco de dados VARSUL: a relevância de suas características e a abrangência de seus resultados. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 835-853, 2012.
- ECKERT, Penelope. Age as a sociolinguistic variable. In: COULMAS, Florian. **The handbook of sociolinguistics**. Oxford: Blackwell, 1997, p. 151-167.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. **Working Papers em Lingüística**, v. 14, n. 2, p. 156-164, 2014.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Idade: uma variável sociolinguística complexa. *Línguas & Letras*, v.6, p.105-121, 2005.
- FREITAG, Raquel Meister Ko; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, v. 56, p. 917-944, 2012.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. Projeto ALIP (amostra linguística do interior paulista): questões teóricas e metodológicas sobre a constituição de um banco de dados de língua falada. **Avanços da lingüística de corpus no Brasil**. São Paulo: Humanitas, p. 217-245, 2008.

LABOV, William. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. **Language, variation and change**, v. 2, n.2, p. 205-254, 1990.

PAIVA, Maria da Conceição de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolingüística: contribuições do PEUL. **DELTA**, v. 15, n. spe, p. 201-232, 1999.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; RONCARATI, Cláudia. Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL): origens e trajetórias. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (orgs.). **Anthony Julius Naro e a lingüística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: FAPERJ/7letras 2008, p. 37-49.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. **Revista da ABRALIN**, v. 10, n. 3, p. 121-146, 2011.

VANDRESEN, Paulino. O Banco de Dados VARSUL: do sonho à realidade. **Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005, p. 145-150.

ZILLES, Ana MS. Projeto VARSUL: banco de dados e projetos de análise. **CADERNOS DO INSTITUTO DE LETRAS**, v. 12, p. 29-31, 1994.

1 CAPÍTULO

(RE)DISCUTINDO SEXO/GÊNERO NA SOCIOLINGUÍSTICA

Raquel Meister Ko. Freitag

INTRODUÇÃO

A Sociolinguística Variacionista se constituiu como campo de pesquisa na década de 1960, com o objetivo de desvelar a covariação entre língua e sociedade. Uma das categorias controladas para averiguar esta covariação é a do sexo; os primeiros estudos apontaram a preferência das mulheres por variantes linguísticas com maior prestígio, assim como a maior sensibilidade feminina ao prestígio social das formas linguísticas. Daí decorre que mulheres tendem a liderar processos de mudança linguística que envolvem

variantes prestigiadas, e assumem uma atitude conservadora quando as variantes são socialmente desprestigiadas (homens tendem a liderar a mudança, nesse caso). Mas se a Sociolinguística tem como premissa, em tendência ampla, o estudo da relação entre língua e sociedade, precisa considerar que a sociedade muda; se a sociedade muda, as explicações do modelo teórico-metodológico deveriam, também, mudar: a explicação de as mulheres preferirem as formas padrão ou não estigmatizadas, por conta de seu papel como mães e educadoras, talvez fosse válida e pertinente nos anos 1960; hoje, não se pode dizer que é este o papel das mulheres na sociedade.

O desvelamento da dinamicidade da língua tem sido atribuído às contribuições advindas deste campo do saber. No entanto, para ampliar o seu poder explanatório, faz-se necessário trazer para a interface também a dinâmica social. Este capítulo tem por objetivo (re)discutir a variável sexo/gênero nos estudos sociolinguísticos brasileiros.¹ Para tanto, três movimentos são apresentados neste capítulo: 1) a contextualização da variável sexo/gênero; 2) a sua apropriação no domínio da Sociolinguística; e 3) a revisão das abordagens para a variável sexo/gênero, com o balanço dos encaminhamentos.

1.1 PERFIL DO GÊNERO NO BRASIL

Em 2014, o IBGE publicou o relatório *Estatísticas de Gênero*, que apresenta uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010, em cotejamento, quando possível, com os resultados do censo de 2000. Dado seu viés quantitativo, característico da metodologia censitária e aderente à perspectiva sociolinguística, conhecer o panorama do gênero no Brasil dos últimos 20 anos pode auxiliar no desvelamento da dinâmica social que norteia as hipóteses de gênero na Sociolinguística.

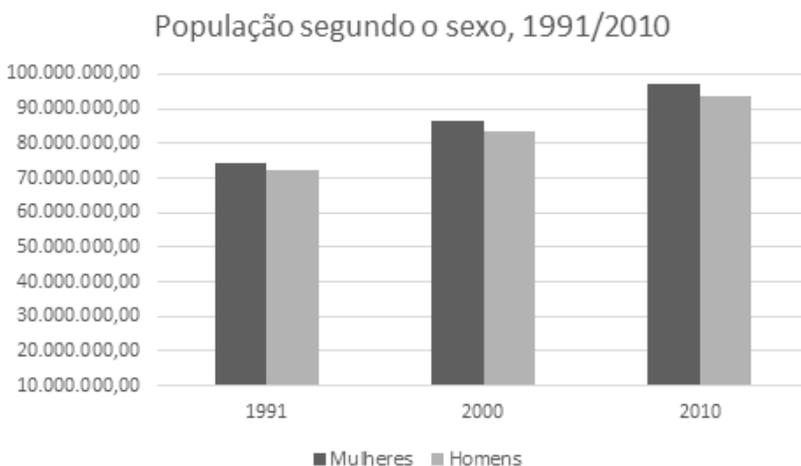
O primeiro ponto a destacar é que, assim como a Sociolinguística tem feito, o IBGE controla a variável sexo, e a partir da desagregação e recombinação das variáveis, as estatísticas geradas podem revelar diferenças de padrões quanto ao sexo em áreas como saúde, educação, vida familiar, trabalho; considerando que na sociedade há valores e diferenças de comportamentos esperados para homens e para mulheres, o cotejamento das estatísticas destas diferenças por sexo sinaliza padrões de gênero, especialmente em áreas em que homens e mulheres não podem, ainda, desfrutar das mesmas oportunidades ou do mesmo status, como a participação no mercado de trabalho e o acesso ao ensino superior, por exemplo. Nesta

1 O título do capítulo retoma o título do simpósio temático organizado no Fazendo Gênero 10, em 2013.

perspectiva, “a produção de estatísticas de gênero implica, portanto, na desagregação de dados individuais por sexo e outras características de forma a revelar essas diferenças ou desigualdades, e implica investigar questões específicas que afetam mais um sexo do que o outro.” (IBGE, 2014, p. 10-11).

No Brasil, em 2010, havia mais mulheres do que homens. A razão de sexo (razão entre o número de mulheres em comparação ao número de homens), em 2010, foi de 96,0, o que significa que havia 96 homens para cada 100 mulheres. Este é um cenário diferente do da China e da Índia, por exemplo, países em que a razão do sexo é inversa da do Brasil: há mais homens do que mulheres. No Brasil, “o lento processo de mudança dos padrões culturais de gênero diminuiu as tradicionais barreiras com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, reduziu a taxa de fecundidade e elevou continuamente a escolaridade das mulheres nas últimas três décadas.” (IBGE, 2014, p. 94).

Gráfico 1: Evolução da população segundo o sexo, 1991/2010. Fonte: IBGE, 2014



Em 2000, do total de domicílios particulares permanentes urbanos, 75,1% tinha responsabilidade masculina e 24,9%, feminina. Em 2010, eram 61,3% com responsável homens e 38,7%, mulheres. Em uma década, a responsabilidade feminina aumentou 13,7 pontos percentuais. Porém, “com a desagregação dos dados de sexo em função do tipo de composição familiar, 23,8% de mulheres são responsáveis pela família em arranjos de casais sem filhos e, em casais com filhos, 22,7%. A expressividade feminina se manifesta nas famílias monoparentais (sem cônjuge e com filhos): as mulheres são 87,4% das responsáveis por este tipo de família.” (IBGE, 2014, p. 64). O aumento da responsabilidade feminina está relacionado a um

cenário de vazio masculino; a ocupação desse espaço só se torna possível em função do acesso à escolarização e ao mercado de trabalho, o que significa se desvencilhar das tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres: o cuidado a membros da família (crianças, idosos e incapacitados) e afazeres domésticos. Tais papéis impactam na autonomia das mulheres e nas suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Duas constatações são importantes nesse sentido. Uma é a queda no nível de fecundidade: “nas décadas de 1950 e 1960, a taxa de fecundidade total estava em torno de 6,20 filhos por mulher, em média, enquanto, em 2013, este indicador foi de 1,77, refletindo o rápido declínio da fecundidade” (IBGE, 2014, p. 59). Quanto menos filhos, maior a possibilidade de inserção no mercado de trabalho; a relação entre a ocupação das mulheres e a existência de filhos corrobora essa premissa: “O nível de ocupação das mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhos de 0 a 3 anos que frequentam creches (65,4%) é bem superior ao daquelas mulheres cujos filhos não frequentam (41,2%) ou apenas um filho frequenta creche.” (IBGE, 2014, p. 113).

O acesso ao estudo é também primazia feminina. Em todos os cenários, a taxa de mulheres frequentando a escola, nos diferentes níveis de ensino e em diferentes faixas etárias, sempre é superior à dos homens: “em 2010, havia um contingente maior de mulheres entre os universitários de 18 a 24 anos de idade. Sua proporção supera em 14,1 pontos percentuais a dos homens, representando 57,1% do total de estudantes que frequentam o ensino superior nessa faixa etária.” (IBGE, 2014, p. 101). Tal cenário pode ser decorrente de fatores relacionados “a papéis de gênero, como a inserção precoce no mercado de trabalho, [fazendo com que] os jovens do sexo masculino acabam saindo do sistema educacional antes de completar o ensino médio em maior proporção.” (IBGE, 2014, p. 99).

Com o aumento da escolarização e redução da taxa de fecundidade, a inserção da mulher no mercado de trabalho vem crescendo sucessivamente. No entanto, mesmo as mulheres apresentando maior escolaridade, a diferença de rendimento entre homens e mulheres ainda é significativa: “no Brasil, a contribuição da renda da mulher na composição da renda familiar foi, em 2010, de 40,9% do total.” (IBGE, 2014, p.66)

O nível de instrução das mulheres ocupadas é superior ao dos homens, que apresentam, maior proporção de ocupados sem instrução e ensino fundamental incompleto. Apesar da maior escolaridade, a inserção das mulheres em ocupações cuja relação salarial seja marcada pela posse da carteira assinada ainda é inferior à dos homens e pode estar revelando a atuação das forças estruturais que, ao se sobreporem às políticas de ativação da oferta de trabalho, se tornam fontes importante na perpetuação das desigualdades

de gênero no mercado de trabalho brasileiro. (IBGE, 2014, p. 112).

As diferenças de gênero ficam mais salientes quando se cotejam as áreas de formação e o rendimento: as áreas de formação em que as mulheres estão em maior proporção – Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%) – são as que registraram os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas (R\$ 1.810,50 e R\$ 2.223,90, respectivamente), independentemente do setor onde essas pessoas trabalham. Em nenhuma das áreas de formação os rendimentos feminino e masculino se igualaram. Em áreas de formação como “Ciências Sociais, Negócios e Direito, as mulheres recebiam apenas 66,3% dos rendimentos dos homens. Esse valor médio do rendimento abarca tanto as escolhas por profissões e carreiras diferentes entre homens e mulheres dentro dessa área geral [...] quanto uma possível discriminação por gênero no mercado de trabalho, entre outros fatores.” (IBGE, 2014, p. 104).

Os dados censitários mostram que, nos últimos 40 anos, a proporção de mulheres em idade ativa ocupadas mais que dobrou; porém, a responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidados continua sendo uma atribuição quase exclusivamente feminina, reiterando os papéis de gênero historicamente constituídos.² Apesar disso, o cenário dos papéis da mulher na sociedade, hoje, é bem diferente do que era ao início da década de 1980, quando se começaram a plantar as primeiras sementes sociolinguísticas no Brasil, com o Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), grupo liderado por Antony Naro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.³ No entanto, no cenário da pesquisa sociolinguística, especificamente quanto ao gênero, as pesquisas no Brasil continuam se apoiando naquilo que alguns pesquisadores denominam de “hipóteses clássicas”.

2 Um dos fatores que exerce forte influência na desigualdade de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres é a conciliação entre trabalho e vida familiar (SIQUEIRA, 2002; CYRINO, 2009); em nossa sociedade, tradicionalmente recai sobre a mulher a responsabilidade pelo trabalho doméstico, remunerado e não remunerado. Apesar de sua importância, o trabalho doméstico, quando remunerado, tem rendimentos baixos e é precarizado; quando não remunerado, ocupa parte expressiva da jornada de trabalho feminina, constituindo-se, muitas vezes, em uma segunda jornada de trabalho, e não conta para a formação de rendimentos.

3 Este modelo de pesquisa sociolinguística – com a constituição de bancos de dados sociolinguísticos – foi replicado posteriormente por outros projetos, como *Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil* (VARSUL), *Variação Linguística no Estado da Paraíba* (VALPB), *Dialetos Sociais Cearenses*, entre outros (SCHERRE; RONCARATI, 2008). As ações destes grupos têm trazido subsídios para a descrição do português brasileiro, o que é facilitado por conta da relativa padronização metodológica que garante a comparabilidade dos resultados. Para possibilitar o cotejamento entre o linguístico e o social, os informantes selecionados para compor as amostras sociolinguísticas são estratificados de acordo com variáveis sociodemográficas amplas, aos moldes do que o IBGE controla em suas amostragens, como o sexo, a faixa etária, nível de escolarização, zona de residência etc.

Parece ser contraditório ter “hipóteses clássicas” em uma ciência que se propõe ser interdisciplinar com foco em relações dinâmicas, como a sociedade e a língua, principalmente num campo que tem mostrado tendências de abordagem distintas como é o caso do campo em exame, perpassando por rótulos diferenciados, como sexo, feminismo e gênero.

1.2 FEMINISMO, DO SEXO AO GÊNERO, E A LINGUAGEM

Para entender o que subjaz aos rótulos das categorias sexo e gênero, é preciso falar das três ondas do feminismo (cf. COSTA, 2002; NARVAZ; KOLLER, 2006, FRASER, 2007, entre outros). Gerações, fases ou ondas, em distintas épocas; não há, na atualidade, um só feminismo, unívoco e totalizante, mas vários feminismos. A primeira onda refere-se ao surgimento do movimento feminista, no início do século passado, um movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, que eram prerrogativas masculinas. O foco do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado.

A segunda onda emerge nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na França, com matizes diferenciados. As americanas focavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, caracterizando o movimento conhecido como “feminismo da igualdade”; já o foco das francesas era a necessidade de valorização das diferenças entre homens e mulheres, dando ênfase às especificidades da experiência feminina, geralmente negligenciada, caracterizando o movimento conhecido como “feminismo da diferença”. São posições paradoxais e ao mesmo tempo complementares: subjetividades diferentes, masculinas e femininas, podem ser iguais, no sentido de serem equivalentes, o que leva à noção de equidade e paridade no debate igualdade-diferença.

Nos anos 1980, com a influência pós-modernista, a ênfase do movimento passa à questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, um campo dialógico e intersubjetivo. Emerge, então, a terceira onda, cujo foco são as diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. A mudança do foco leva também a um deslocamento do campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina.

Como os movimentos nas demais áreas do conhecimento, as três ondas do feminismo não podem ser entendidas em uma perspectiva histórica linear. As diferentes propostas características de cada uma das fases do feminismo sempre coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade.

As ondas do feminismo influenciam as diferentes abordagens para linguagem e gênero. Coates (2006) aponta quatro perspectivas de abordagem para o tratamento da relação entre linguagem e gênero na Sociolinguística: déficit, dominância, diferença e construção social. As perspectivas se alinham às ondas do feminismo e, como tal, não há fronteiras rígidas que segmentam cada abordagem; há, em muitos casos, entrelaçamentos e sobreposições.

Os primeiros estudos no campo da sociolinguística se caracterizam pela abordagem do déficit, com o trabalho de Robin Lakoff (1972), *Language and woman's place* como referência. A tese de Lakoff é a descrição de uma linguagem das mulheres, um sexoleto, cujas características linguísticas são: vocabulário específico (“coisas de mulher”), adjetivos vazios (“divino”, “maravilhoso”), entonação interrogativa em contextos em que se esperaria entonação assertiva, marcadores discursivos como estratégias de defesa (evidenciais epistêmicos, adversativos, etc.), cuidado com a correção da linguagem (“gramática excessivamente certinha”), polidez, não uso de palavrão, e parecem falar dando ênfase a tudo e a todo momento (LAKOFF, 1972). Tais traços da fala das mulheres leva a uma impressão geral de fraqueza e não-assertividade, o que Coates (2006) reinterpreta como uma deficiência, em comparação com a norma linguística masculina. Por detrás dessa caracterização, está a ideia de que há algo errado na fala feminina e que, se as mulheres quiserem ser levadas a sério, precisam aprender a falar como os homens. Publicado na década de 1970, hoje, a abordagem de Lakoff pode, para algumas autoras, como Coates (2006), parecer datada e ultrapassada; no entanto, ainda vemos produtividade dessa abordagem no cenário sociolinguístico brasileiro, como no estudo sobre sexo e a linguagem no STF.⁴

4 A análise das sabatinas dos ministros do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa e Rosa Weber (BARROZO, AGUILERA, 2014) parte do pressuposto de que a fala da mulher é cooperativa, enquanto a fala do homem é competitiva. São quantificadas as ocorrências do pronome Excelência, expressões de polidez (como *agradeço, por favor, perdão, obrigado*), referência a normas jurídicas, uso de perguntas como estratégias de interação e respostas mínimas de apoio. Todas as categorias controladas são mais recorrentes na fala de Rosa Weber, o que leva as autoras a concluir que a sua fala é mais cooperativa, em contraposição à fala mais assertiva e direta do Ministro Joaquim Barbosa. Há que se considerar, no entanto, que o corpus de análise não é homogêneo: a amostra da fala de Rosa Weber é constituída por 14.802 palavras, enquanto a de Joaquim Barbosa tem apenas 7.196.

A abordagem da dominância parte do pressuposto de que as mulheres constituem um grupo oprimido, e que, por isso, as diferenças linguísticas entre homens e mulheres são interpretadas como dominação masculina e subordinação feminina. As pesquisas nesta linha de abordagem têm como foco mostrar como a dominância masculina é enaltecida pelos usos linguísticos, com a premissa de que, na interação, todos os participantes, sejam homens ou mulheres, conspiraram para sustentar e perpetuar a dominância masculina e a opressão feminina.

A premissa da abordagem da diferença é que homens e mulheres pertencem a subculturas distintas: mulheres têm uma voz diferente, uma psicologia diferente e uma experiência de amor, família e trabalho diferente da dos homens. Nessa perspectiva, a fala feminina deve ser analisada não sob o prisma da opressão ou do não empoderamento, mas da força das estratégias linguísticas características das mulheres.

E a perspectiva da abordagem construcionista social pressupõe que a identidade de gênero é vista como uma construção, assim como qualquer outra categoria social. Os falantes fazem, constroem o gênero, mais do que ser estaticamente um gênero em particular. Gênero nesta abordagem não é algo estático, uma característica adicionada ao falante, mas é algo que é construído no cotidiano.

Entender gênero como construção social é entender que “gênero não é algo com que nascemos, nem é algo que temos, mas algo que fazemos (WEST; ZIMMERMAN, 1987) ou como atuamos, uma performance de gênero (BUTLER, 1990)” (ECKERT; MC-CONNELL-GINET, 2003, p. 10). Não há uma razão biológica para a mulher caminhe com certo requebrado e os homens de peito erguido ou para que as mulheres pintem as unhas de vermelhos e os homens não. Agimos assim porque somos moldados para tal. E por ser uma construção, não podemos dizer que somos de um ou de outro gênero, e sim estamos. Mais à frente essa discussão é retomada.

1.3 DESAFIOS DO GÊNERO NA SOCIOLINGUÍSTICA

As explicações para gênero que são evocadas nos estudos sociolinguísticos emergem basicamente de duas épocas: i) da década de 1970, quando a distinção entre o biológico e o social não era considerada; é daí que vem a explicação relacionada ao prestígio coberto e encoberto, com o estudo de Trudgill (1972), que é basilar para os estudos variacionistas em larga escala; e ii) da década de 1980, período cujo foco dos estudos foram aspectos mais amplos da linguagem, como as estratégias conversacionais

características da fala masculina e feminina, e que são retomadas em estudos mais particularizados, de base mais etnográfica. Na década de 1990, emergem as explanações sociolinguísticas decorrentes da compreensão do gênero como uma construção social ou cultural.

É preciso olhar para estas explanações com dois olhares: o olhar da época e o olhar retrospectivo de hoje. Para tanto, é preciso fazer dois movimentos: o primeiro é o da construção da “hipótese clássica” para sexo/gênero na sociolinguística e sua aplicação nos estudos sociolinguísticos brasileiros. Enquanto a hipótese clássica tem poder explanatório, ou seja, é corroborada, de alguma maneira, pelos dados obtidos na investigação, a questão é pacífica, e podemos acreditar que a variável é estável e universal, na medida que as hipóteses para seu controle foram postuladas nos anos 1960 e testadas em comunidades com valores socioculturais muito diferentes dos nossos no Brasil, tanto à época como atualmente.

Os problemas surgem quando a hipótese falha; como justificar um resultado que não se enquadra nessa variável cujo controle aparentemente está consagrado e sacramentado na literatura? A resposta a essa questão advém do segundo movimento deste capítulo.

1.3.1 Sexo, gênero, gênero/sexo, sexo/gênero

A terminologia para definir a variável é variável; e a variação da terminologia não é casuística. O termo para definir esta variável *default* nos bancos de dados sociolinguísticos, pelo menos nos estudos desenvolvidos no Brasil, acompanha as ondas do movimento feminista. Duas referências constantes nas explanações acerca de sexo/gênero nos estudos sociolinguísticos brasileiros são emblemáticas da terminologia e de sua mudança, em função das ondas do feminismo (e da sociolinguística, como veremos mais à frente).

Linguagem e sexo, de Malcolm Coulthard, foi publicado em português em 1991. O termo utilizado em toda a obra é *sexo*. Em uma seção denominada “Vocabulário crítico” são assim definidos os termos:

Gênero: categoria gramatical que divide os substantivos em masculinos, femininos e, em algumas línguas, neutros. Esta categorização salienta a frequente co-ocorrência entre classificações biológicas e gramaticais. Cada categoria (masculina e feminina), porém, contém itens que não têm sexo, como “cadeira”, e, algumas vezes, itens que se referem a ambos os sexos, como “criança”. Neste livro, gênero como categoria gramatical opõe-se a *sexo*, como categoria biológica. Alguns autores, principalmente as feministas, no entanto, utilizam o conceito gênero quando se referem a um *status*

adquirido socialmente, como “bicha” ou “sapatão” (e não apenas a uma categoria gramatical), e *sexo* quando se referem à herança biológica. Nesta concepção, gênero é uma categoria, sociossexual e não gramatical.

[...]

Sexo: a palavra “sexo”, neste livro, significa a distinção biológica entre homens e mulheres, opondo-se, portanto, à distinção *gramatical* de gênero entre o masculino e feminino. (COULTHARD, 1991, p. 76, sublinhados meus)

A definição de *sexo* assumida na obra é a distinção biológica; homens e mulheres são biologicamente distintos, distinção que acarreta em diferenças de comportamentos linguísticos. A oposição delineada na proposta é entre sexo-biológico e gênero-gramatical. No entanto, ao final, o autor faz uma ressalva acerca do uso do termo gênero, vinculando-o às feministas, e relacionando-o a um status social. Os exemplos para esse status social são “bicha” e “sapatão”, termos coloquialmente relacionados à opção homossexual. Olhando de uma perspectiva atual, a colocação é extremamente infeliz, ao associar gênero à opção homossexual (em contraparte a sexo-biológico, heterossexual). No entanto, podemos fazer uma outra leitura, contextualizada à época, com uma sinalização da emergência dos estudos de terceira onda: estudos de gênero como entendemos hoje.

A abordagem de Coulthard é marcadamente alinhada à segunda onda dos estudos feministas, especialmente na linha do feminismo da igualdade, o que fica evidenciado em sua conclusão:

Como tentamos demonstrar, há muitas diferenças de linguagem de estilo interativo entre as mulheres e os homens. [...] Algumas linguistas feministas propõem que, ao mudar a linguagem, se pode mudar o *status* inferior das mulheres. No entanto, como vimos, o uso da linguagem é meramente um reflexo de relações sociais. So-
mente quando houver igualdade social, mulheres e homens serão capazes de utilizar um mesmo estilo interativo. (COULTHARD, 1991, p. 74, sublinhados meus)

Muito mais do que Coulthard (1991), o capítulo de Conceição Paiva na coletânea “Introdução à Sociolinguística Variacionista”, publicada como Cadernos Didáticos da UFRJ, em 1992, e, posteriormente, como livro pela editora Contexto, em 2003⁵ (“Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação”), é basilar na explanação do sexo/gênero nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no Brasil. A primeira versão do capítulo

5 Estamos trabalhando com a 2ª edição, publicada em 2004.

é intitulada “Sexo” (PAIVA, 1992) e apresenta a retrospectiva de estudos sociolinguísticos acerca do controle da variável, tomando como ponto de partida Fischer (1958). As diferenças de comportamento sociolinguístico são atribuídas à maior consciência feminina do status social das formas linguísticas, com base em Labov (1972) e Trudgill (1972). Resultados de análise de fenômenos sociolinguísticos em amostra do PEUL corroboram esta tese. A versão de 2004 não apresenta mudanças substanciais em sua essência, mas o título passa a ser “A variável gênero/sexo” (PAIVA, 2004). Em todo o texto, observa-se a mudança do termo *sexo* para *gênero/sexo*. Não há, como em Coulthard (1991), uma conceituação do termo, nem há consistência na adoção do termo nos demais capítulos da coletânea.⁶ A mudança da terminologia pode ser inferida pela expansão dos estudos de terceira onda do feminismo, com foco nas relações de gênero; a sensibilidade da mulher às formas de prestígio não é uma característica biológica, mas social. A premissa do controle da variável não muda entre as versões de 1992 e 2004, havendo, porém, a adequação da terminologia, marcando um posicionamento alinhado aos estudos mais recentes (LABOV, 2001).

Os estudos sociolinguísticos no Brasil se apoiaram e ainda se apoiam amplamente nestes trabalhos precursores da discussão sobre sexo/gênero no cenário nacional. Há estudos que utilizam a terminologia “sexo”, entendendo que o termo recobre (também) o comportamento social, o gênero; há estudos que aparentemente assumem a perspectiva dos estudos de gênero, adotando a terminologia “gênero” (ainda que, na prática, a categorização seja calcada no sexo); há ainda os estudos que abarcam ambos os termos, gênero/sexo, como preconiza Paiva (2004), ou, a mais produtiva em termos de recorrência, sexo/gênero.

No cenário sociolinguístico brasileiro, poucos estudos assumem claramente uma perspectiva biológica de sexo, atribuindo às diferenças entre homens e mulheres a características físicas. Leite (2012) apresenta uma hipótese biológica para a diferença entre as realizações de róticos entre homens e mulheres de Campinas, interior de São Paulo. Embora faça a opção pela análise na perspectiva de diferenças biológicas, as reflexões iniciais da autora são quanto a gênero e sua elaboração social. Com base em Eckert (1989), Cheshire (1998) e Labov (1990), a autora tece reflexões quanto à distinção entre sexo e gênero nos estudos sociolinguísticos:

6 No capítulo “Coleta de dados”, há a seguinte passagem: “[...] Assim, se for estudada a diferença de comportamento linguístico entre homens e mulheres, será bem possível usa esse método de seleção já que: a) o número de homens e mulheres é aproximadamente o mesmo numa comunidade; b) a diferença linguística entre ambos não é supostamente muito grande [...]” (OLIVEIRA E SILVA, 2004, p. 120, sublinhados meus). A variável, a despeito do capítulo definidor, é denominada *sexo*.

A distinção geralmente é feita a partir do gênero, e não do sexo, uma vez que aquela variável é considerada como mais apropriada quando se quer descrever e explicar as flutuações linguísticas. Apesar dessa avaliação, ambos os termos são utilizados na literatura sociolinguística, por vezes indiscriminadamente. (LEITE, 2012, p. 755)

A premissa para o estudo da realização dos róticos na variedade campineira toma por base o trabalho de Hagiwara (1995), cujo enfoque são as diferenças no trato vocal de homens e mulheres e seus efeitos nos alofones de /R/, no inglês americano. Os resultados mostram que a região de constricção é diferente no trato vocal de um homem e de uma mulher: a constricção nos homens ocorre na região velar-uvular; já nas mulheres a constricção ocorre numa região mais anterior. Como o trato vocal das mulheres é menor, a fala feminina produz formantes com frequência mais elevada e a diferença é atribuída às características fisiológicas do sexo do falante. A análise acústica do /R/ em coda de falantes de Campinas, com dados coletados em laboratório, mostrou que há diferença estatisticamente significativa ($P < 0,05$) entre as frequências dos formantes nas três posições: realização retroflexa, vogal rotacizada e semivocalização. O teste estatístico Kruskal-Wallis aponta que a soma de postos para os formantes do grupo feminino é mais alta em comparação com a soma de postos dos formantes do grupo masculino, sinalizando que há diferença entre o trato vocal feminino e masculino. Como essas diferenças são decorrentes de características fisiológicas, a autora sugere que “não devem restringir-se apenas aos segmentos analisados neste estudo.” (LEITE, 2012, p. 762). Embora explique as diferenças biológicas em função de sexo, não fica claro no estudo como foram categorizados os informantes que realizaram os testes. Foram considerados a partir do seu sexo biológico ou a partir de seu sexo civil?

Em relação às reflexões iniciais, a adoção da terminologia nos estudos não é tão indiscriminada quanto Leite (2012) sugere. Muitos estudos adotam o termo “sexo” por ser o rótulo da variável nos bancos de dados sociolinguísticos que subsidiam as análises. É o caso do estudo de Hora (2006), ao analisar o apagamento da lateral /l/ (como em jorna[w] ~ jorna[0]) na fala de João Pessoa, na amostra do VALPB. Sem trazer autores específicos para embasar sua explanação, o autor esclarece:

Embora tenhamos usado o rótulo “sexo” para designar essa restrição, temos consciência de que estamos analisando o ser humano, que pode ser avaliado muito mais em termos de gênero do que de sexo propriamente dito. Esse último é definido biologicamente, enquanto o gênero é definido sociologicamente. Todavia, indepen-

dentemente da escolha terminológica, o fato é que o falante é o resultado de uma conjugação de características que se acumulam com o tempo e que o moldam a partir dos valores estabelecidos em sua comunidade (HORA, 2006, p. 37, grifos do original)

Silva (2012), ao analisar a concordância verbal em três comunidades do interior da Bahia, assume a perspectiva da variável sexo a partir dos papéis sociais representados por homens e mulheres, o que se refletiria no seu uso linguístico, eixo que conduz a construção de sua análise. Já Pires (2007), ao analisar a palatalização das oclusivas dentais em São Borja, Rio Grande do Sul, em dados do VARSUL, na discussão dos resultados é que o conceito de sexo, caracterização *default* do banco de dados utilizado, é expandido para não só as diferenças biológicas, mas também “define um conjunto socialmente constituído de ideias moldadas pela cultura” (PIRES, 2007, p. 15).

Nas terminologias conjugadas, “sexo/gênero” parece ser mais produtiva em termos de frequência, apesar da proposição de Paiva (2004) de “gênero/sexo”. Não há, ainda, consenso sobre a ordem dos termos na expressão. A indefinição leva à flutuação terminológica, ilustrada, por exemplo no trabalho de Rúbio (2007): embora no título o autor se proponha a analisar a atuação da variável “gênero/sexo”, no primeiro parágrafo a variável é introduzida como sexo/gênero, terminologia que se mantém no decorrer do texto. A oscilação pode ser entendida em função das explicações para a diferença de comportamento linguístico quanto à concordância verbal entre homens e mulheres, com base na premissa da divisão sociocultural do trabalho, em que o gênero é relevado, e a definição adotada pelo banco de dados que respalda a análise, o IBORUNA, cuja categorização é “sexo/gênero”.

Como a proposta do presente estudo é (re)discutir sexo/gênero na Sociolinguística brasileira, vou defender a convenção da terminologia “sexo/gênero”, não só pelo critério da frequência, mas pelo que considero o paradoxo do sexo/gênero.

1.3.2 Paradoxo do sexo/gênero

Na Sociolinguística, há evidências de forte correlação entre padrões de estratificação social e gênero, com um grande número de estudos, agora clássicos, em que as mulheres, independentemente de outras categorias sociais, como idade, classe etc., tendem a usar mais formas padrão do que os homens. A despeito das reflexões sobre a dinâmica da relação entre sexo e gênero apresentada pelos pesquisadores em suas análises, como vimos,

por exemplo, em Hora (2006), Pires (2007), Silva (2012) e Leite (2012), na prática, o que ocorre é a assumpção de premissas que relevam a construção social, gênero, para dados coletados em uma perspectiva puramente biológica (ou civil) de sexo.

Os bancos de dados sociolinguísticos, em seus manuais de seleção de informantes, não explicitam o que é um sexo feminino ou um sexo masculino: “as noções de ‘mulheres’ e ‘homens’, por exemplo, são simplesmente pressupostas na sociolinguística” (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010[1992], p. 95). Cabe à sensibilidade e experiência do pesquisador de campo escolher os perfis de informantes que se enquadram na célula social, a partir do que considera consensual e prototípico. Dessa falta de definição decorre que o controle do sexo se dá como uma variável categorizada do ponto de vista civil/biológico no momento da coleta, mas com uma explanação predominantemente cultural, e não biológica, no momento da análise do fenômeno. Trata-se de um paradoxo, o paradoxo do sexo/gênero; vejamos um exemplo de como o paradoxo se manifesta: “a fim de controlar a variável gênero, elegeram-se apenas informantes do sexo masculino, já que a coleta foi realizada por pesquisador do sexo masculino” (CAMBRAIA, ARAUJO, 2004, p. 125-126). A preocupação dos pesquisadores em restringir a análise a somente dados provenientes de informantes do sexo masculino (já que a coleta foi realizada por pesquisador de sexo masculino) sugere que há o reconhecimento das relações entre gêneros e seus efeitos no comportamento linguístico. No entanto, a restrição é baseada na categoria sexo, não necessariamente na construção social do gênero (a influência das relações de gênero na entrevista sociolinguística será retomada mais à frente).

Este paradoxo aparece na agenda de trabalho proposta por Scherre e Yacovenco (2011, p. 141), com a seguinte formulação: “a importância da codificação da variável sexo na busca do entendimento do papel do gênero.” Para entender sua origem, é preciso resgatar um debate entre Penelope Eckert (1989) e William Labov (1990) na revista *Language, Variation and Change*. Os efeitos da variável sexo/gênero, na verdade, são pano de fundo de uma discussão mais ampla, que envolve a gênese da Sociolinguística e o estudo da língua no seu contexto social. Eckert (1989) inicia a discussão argumentando que os estudos de larga escala em comunidades de fala levariam a uma distância entre os dados linguísticos analisados e as práticas sociais que lhes permitiram emergir. No que tange à variável sexo/gênero, esse tipo de abordagem levaria a interpretações baseadas em conhecimentos genéricos da dinâmica social que são associados à categoria.

Assim como a idade, sexo é uma categoria biológica que baliza normas, papéis sociais e expectativas em todas as sociedades. E por conta do

traço social, é mais apropriado falar em gênero do que em sexo. Eckert parte da premissa de que não há razão para acreditar que há uma simples e constante relação entre gênero e variação linguística; os argumentos de Labov e Trudgill estão corretos, mas só dão conta de um aspecto do comportamento linguístico das mulheres: nas circunstâncias em que o uso linguístico da mulher é mais conservador do que o do homem.

Em sua revisão de estudos, Eckert (1989) destaca as orientações de explicações acerca das diferenças entre os comportamentos linguísticos de homens e mulheres. Labov (1972) e Trudgill (1972) apontam para a grande orientação às normas de prestígio da comunidade como a força principal do comportamento linguístico das mulheres. Deuchar (1988), por outro lado, defende que o comportamento linguístico conservador das mulheres é uma função das relações de poder básicas na sociedade. E, por outra via, os estudos de Milroy (1980) e Nichols (1983) sugerem que as diferenças de gênero na variação linguística são atribuídas às forças sociais que se vinculam às mulheres em virtude do seu lugar na economia. Os resultados do estudo de Eckert acerca do comportamento dos Jockers e Burnouts, considerando gênero e classe social, mostram que sexo/gênero e categorias sociais não são necessariamente variáveis independentes, mas podem interagir por diferentes meios; por isso, análises baseadas em abstrações demográficas definidas pelo analista ficam a dever na explicação da construção social da variação.

A contraparte de Labov (1990) a este debate – relembrando, mais amplo do que só o controle da variável sexo/gênero – começa com a proposição de dois princípios para os efeitos da variável sexo nos fenômenos de variação linguística:

- (1) Em fenômenos sociolinguísticos estáveis, homens usam com maior frequência variantes não padrão do que as mulheres.
- (2) Na maioria dos fenômenos de mudança linguística, mulheres usam com maior frequência formas inovadoras do que os homens.

Labov sumariza (em uma interpretação própria e livre, como ele próprio adverte na nota 4) a discussão de Eckert (1989):

- A influência biológica precisa ser superada com a substituição da categoria sexo pela categoria social gênero.
- As variáveis que interagem não podem ser definidas com traços tais como a expressão do caráter subjetivo da fala, mas em função das relações de poder entre homens e mulheres baseadas em seu papel econômico na sociedade.
- Uma análise só quantitativa da diferença de gênero deve prever a interação com classe socioeconômica e outras dimensões, o que

leva a uma análise multivariada usando categorias de interação (como mulheres de classe média baixa) ou ser realizada separadamente para homens e mulheres.

- As raízes da diferenciação de gênero na língua podem ser encontradas na posse e controle de bens e autoridade, o que não está ligado diretamente às oportunidades econômica, mas sim dependente das expectativas de comportamento cultural bem estabelecidas e de mudança muito lenta.

Ainda que releve o pioneirismo de Penelope Eckert na abordagem etnográfica de longo termo em comunidades de prática, o foco de Labov, no entanto, é resolver os problemas apontados quanto à categoria sexo/gênero em estudos de larga escala em comunidades de fala.

Quanto ao fato de gênero ser preferido a sexo, por ser uma categoria social, Labov argumenta que a simples substituição do rótulo não traria vantagens, correndo ainda o risco de confundir gênero gramatical com gênero arbitrário e, ainda, restringir a replicabilidade de estudos em larga escala.

Após também revisar uma série de estudos, em especial aqueles em que sexo/gênero interage com classe social, Labov reitera que a diferenciação sexual que se desenvolve no contínuo social é quantitativa, e não qualitativa, mas que as diferenças quantitativas certamente necessitam explicações localmente situadas, como propõe Eckert.

Em 2001, já assumindo o rótulo “gênero” (*gender paradox*), Labov revisa os princípios propostos em 1990 e introduz os princípios 3 e 4.

(3) Em mudanças com consciência social (*from above*), mulheres adotam formas de prestígio com maior frequência do que os homens.

(4) Em mudanças sem consciência social (*from below*), mulheres usam com maior frequência formas inovadoras do que os homens.

A distinção entre mudança com consciência social e mudança sem consciência social se refere a diferentes pontos de partida para a difusão de inovações linguísticas dentro da hierarquia social. Mudança com consciência social emerge em estilos mais formais e nos extremos mais altos da hierarquia social. Mudança sem consciência social emerge nos extremos mais baixos da hierarquia social.

Dos princípios apreendidos dos padrões de recorrência de uso de homens e mulheres, Labov (2001) propõe o paradoxo do gênero: mulheres assumem um comportamento mais conformista do que os homens a normas sociolinguísticas que são abertamente prescritas, mas menos conformistas

do que os homens quando as normas não são abertamente prescritas.

O paradoxo do gênero, nos termos propostos por Labov (1990, 2001), remonta ao estudo de Trudgill (1972)⁷, que, inicialmente, retrospectiva estudos sociolinguísticos desenvolvidos nos Estados Unidos, na década de 1960, cujos resultados são que

mesmo levando em conta outras variáveis tais como a idade, a educação e a classe social, as mulheres produzem de forma consistente formas linguísticas mais próximas da linguagem padrão (norma padrão) ou mais prestigiosa que a dos homens, ou então elas produzem com mais frequência formas desse tipo. (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 78)

A partir dos resultados anteriores, Trudgill questiona se este é um comportamento do inglês dos Estados Unidos ou se verifica também nas comunidades linguísticas da Inglaterra. Para responder a esta questão, propõe um estudo na cidade de Norwich, com sessenta informantes escolhidos aleatoriamente e estratificados quanto ao sexo (homens e mulheres) e classe social (burguesia, pequena burguesia, operários nível superior, operários nível médio, operários nível inferior). A análise focou fenômenos fonético-fonológicos (como a realização do -ing), coletados em quatro estilos de pronúncia, aos moldes do controle de Labov (1966): leitura de palavras em lista, leitura de texto, fala informal e fala formal. Os resultados do -ing são apresentados, e a conclusão é a mesma que nos outros 19 fenômenos analisados: as informantes utilizam formas associadas às normas de prestígio com mais frequência que os informantes.

A explicação, como adverte Trudgill, comporta também uma parte de especulação. Transcrevo, integralmente, o texto da tradução brasileira, que deve ser lido tomando como referência os valores em voga à época em que foi escrito (início da década de 1970):⁸

7 Publicado originalmente na revista *Language in Society*, em 1972. Republicado em *Language and sex: difference and dominance* (THORNE; HENLEY, 1975) e publicado em português em *Falas masculinas, femininas femininas* (AEBISCHER; FOREL, 1991[1983]), coletânea francesa.

8 Chambers (2003, p. 144-145) transcreve este mesmo trecho do trabalho de Trudgill (1972), de natureza “necessariamente especulativa”, que recebeu críticas por sua abordagem de estereótipos misóginos (CAMERON, 1999).

1. De um modo geral, as mulheres de nossa sociedade dão mais importância que os homens ao *status* social (ver Martin, 1954); então são mais conscientes da significação social das variantes linguísticas. Pode haver duas razões para isso:

(i) A posição social das mulheres em nossa sociedade é menos segura que a dos homens e está habitualmente subordinada à deles. Portanto, pode ser que seja mais importante para as mulheres garantir e marcar seu *status* social no plano linguístico, assim como em outros planos. Talvez por isso elas sejam mais conscientes da importância desse tipo de sinal (isso se mostrará ainda mais verdadeiro para as mulheres que não trabalham);

(ii) Os homens na nossa sociedade podem ser socialmente avaliados em função do emprego, de suas possibilidades financeiras e, talvez, de suas aptidões próprias, ou seja pelo que eles *fazem*. Na maior parte das vezes, isto não é possível com as mulheres. Pode ser que elas sejam julgadas mais pela sua *aparência*. Já que não são avaliadas em função de suas profissões ou do sucesso profissional, outras marcas de *status*, inclusive a linguagem, desempenham um papel mais importante.

2. O segundo fator, aparentado ao primeiro, é o seguinte: a linguagem da classe operária, assim como outros aspectos dessa cultura, pelo menos em certas sociedades ocidentais, parece ter conotação de masculinidade (ver Labov 1966a), e que é provavelmente devido ao fato de sua associação à rudeza e à dureza supostamente características da vida operária que são consideradas, de certo modo, como qualidades masculinas atraentes. Por outro lado, não são qualidades femininas desejáveis, pois de uma mulher se espera de preferência traços linguísticos tais como refinamento e sofisticação.

Foi igualmente sugerido (Shuy 1969) que esse fenômeno se deva, em parte, a reações diferenciadas em situação escolar. A dominação feminina parece ser a norma nas escolas primárias inglesas, e valores femininos (como, por exemplo, a predominância atribuída tradicionalmente a um comportamento tranquilo nas escolas) parecem predominar, de um modo geral, no contexto escolar. É possível que os meninos reajam bem mais negativamente a esse tipo de dominação do que as meninas, rejeitando o inglês padrão tradicionalmente ensinado nas escolas, bem como outros aspectos desse sistema de valores. (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 83-84)

Após as especulações, Trudgill visa defender seu argumento de que “a linguagem da classe operária tem em nossa cultura conotações favoráveis aos homens” (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 84), baseado na crença de que “existem valores ocultos associados à linguagem não padrão que são, a nosso ver, particularmente importantes para a explicação da diferenciação sexual de variáveis linguísticas”. Trudgill ressalva que esta é mais uma especulação e não tem como apontar quais sejam esses valores, nem provar sua existência. Trudgill acredita que os valores existem, mas que não são claramente expressos, nem que os falantes os admitam facilmente, daí sua dificuldade em estudá-los.

No entanto, Trudgill assume que a pesquisa realizada em Norwich permite a defesa da hipótese, passando a fronteira dos valores abertamente admitidos (prestígio aberto) para os valores encobertos (prestígio encoberto). Trudgill pretende demonstrar que “para os falantes masculinos a linguagem operária não-padrão goza realmente de uma grande estima e de um prestígio incontestável” (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 85). A análise de Trudgill, amparada nos estudos realizados por Labov na cidade de Nova York, focou os comentários espontâneos de falantes sobre a sua própria linguagem, com a frequência da afirmação “falo terrivelmente mal”. Uma investigação mais acurada revelou que as motivações para o julgamento são muito mais profundas do que as alegadas pelos próprios falantes:

Um certo número de informantes que inicialmente tinham afirmado não falar corretamente e manifestado o desejo de fazê-lo admitiam, depois de uma certa insistência, que talvez não quisessem realmente fazê-lo, e caso o fizessem seriam certamente considerados ridículos ou mesmo renegados pelos amigos e a família. (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 85)

Mais uma evidência apresentada por Trudgill foi um teste de atitude aplicado (doze palavras lidas em voz alta para o informante, com duas pronúncias diferentes; depois o informante deveria indicar num quadro qual a pronúncia que mais se assemelhavam à sua pronúncia habitual), aos moldes do que Labov aplicara em Nova York. Os resultados para a comunidade linguística nova-iorquina seguiam a tendência de que os informantes diziam usar muito mais as formas de prestígio do que de fato faziam no cotidiano, ou seja, os informantes apresentam um grau de superestima linguística sensivelmente mais elevado. Nos resultados de Norwich, ocorreu o contrário: os informantes apresentaram tendência à subestima; e nos casos de superestima, a prevalência era de informantes mulheres. Há muito mais homens pensando utilizar uma variante menos prestigiosa do que de fato usam.

A explicação para isso é que “No foro íntimo e inconscientemente, um grande número de locutores está mais preocupado em conseguir um prestígio de tipo latente [*covert*, na versão original] e marcar sua solidariedade de grupo do que em obter um status social, da forma como é habitualmente entendido” (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 89). Os resultados apontam para o prestígio encoberto associado às variantes não-padrão, e, para os homens de Norwich a linguagem da classe operária manifesta um status social que representa um certo prestígio.

Trudgill finaliza concluindo que o prestígio encoberto parece provocar mudanças de baixo para cima (*from below*), sem consciência social, e que o estudo da direção que a diferenciação sexual segue no caso de uma variável linguística particular pode elucidar a mudança linguística (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 100-101).

Do estudo de Trudgill, é importante relevar, para os estudos sociolinguísticos brasileiros, que a noção de prestígio encoberto foi aferida por meio de testes de atitude e com uma análise de base mais etnográfica, ao avaliar os julgamentos que os falantes fazem da sua própria fala em contraponto ao modo como falam. Não é, no entanto, o que encontramos na prática sociolinguística brasileira: com base nas premissas estabelecidas pelos estudos anteriores, especialmente sobre o paradoxo do gênero nos termos labovianos, interpretações circulares – se mulheres usam mais um dado fenômeno, é porque ele tem prestígio; e se assumimos que o fenômeno tem prestígio, as mulheres devem usá-lo mais – são recorrentes. Rever as bases de postulação da hipótese, como no caso do estudo de Trudgill, se faz necessário, especialmente num contexto de realinhamento de perspectivas de abordagem da sociolinguística.

Penelope Eckert, pesquisadora com atuação expressiva no campo do gênero, reelabora as tendências da sociolinguística aos moldes das ondas do feminismo. Na tensão entre o social e o estilístico, Eckert (2012) traça um panorama retrospectivo dos estudos sociolinguísticos, assim como os estudos feministas, dividindo-os não em ordem sequencial, mas em ondas, entendidas como tendências, não melhores ou superiores às outras.⁹ Os estudos de primeira onda visam identificar padrões regulares de distribuição de variantes linguísticas, a partir de coleta de dados rápidas em comunidades de fala estratificadas com base em categorias sociodemográficas amplas. Exemplo prototípico é o estudo da estratificação do inglês na cidade de Nova York, realizado por Labov na década de 1960.

9 Em “Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012), discutimos detalhadamente cada uma das três ondas apresentadas por Eckert (2012), com exemplos de estudos realizados no Brasil.

Estudos de segunda onda também tomam como amostra comunidades de fala e visam identificar padrões regulares de distribuição de variantes linguísticas em abordagem quantitativa. No entanto, diferem da outra abordagem por seguirem uma perspectiva de base mais etnográfica, com coletas de dados que requerem maior envolvimento com a comunidade e selecionam categorias sociodemográficas mais abstratas, não identificáveis em uma coleta rápida, como o julgamento de pertencimento à comunidade, valores, atitudes, etc. Exemplo é o estudo laboviano do inglês afroamericano em Nova York.

Os estudos de terceira onda continuam quantitativos, valendo-se da experiência metodológica das ondas anteriores. A diferença está em inverter a ordem da pergunta: não mais buscar correlação entre o padrão linguístico e as categorias sociais, mas identificar as categorias sociais que atuam no padrão linguístico. É uma proposta de retomada do significado social da variação, mudando o foco da estrutura para a prática linguística. Estudos dessa natureza tomam como unidade comunidades de práticas – grupo de indivíduos engajados em função de um propósito – ao invés de comunidades linguísticas, permitindo investigar o papel do indivíduo, em termos de hierarquia, inovação e adesão a variáveis linguísticas.

A discussão entre Eckert (1989) e Labov (1990, 2001), associada à proposta de Eckert (2012), traz questionamentos em relação às premissas fundantes da Sociolinguística Variacionista: a generalização de resultados de estudos em larga escala (estudos de primeira onda), a particularização e verticalização dos resultados em uma dada comunidade (estudos de segunda onda) ou a análise do comportamento linguístico e indexicalidade (estudos de terceira onda) requerem maior atenção no controle da variável sexo/gênero.

1.3.3 Aplicação da “hipótese clássica”

Hipóteses decorrentes do desdobramento do paradoxo do gênero laboviano são consideradas, por muitos autores de estudos sociolinguísticos brasileiros, como “clássicas”. Elas vêm sendo evocadas sistematicamente e não é o caso de questionar a sua pertinência, mas avaliar se os padrões clássicos são assumidos com rigor científico. Nos estudos sociolinguísticos brasileiros são identificadas duas tendências de aplicação das hipóteses clássicas que requerem atenção: as explicações circulares e as superestimações estatísticas.

1.3.3.1 Explicações circulares

Mulheres usam determinadas variáveis porque elas têm prestígio ou as variáveis têm prestígio porque as mulheres usam? O fato de constatar que as mulheres aderem a uma variante implica em generalizar que a variante tem prestígio? Vejamos resultados de estudos que estratificam as variáveis sociais aos moldes sociolinguísticos no cenário brasileiro.

Ao analisar a palatalização do /s/ em coda na fala do Rio de Janeiro, Brandão (2009) constata que são as mulheres quem mais usam a variante palatalizada “certamente pelo fato de ser esta uma variante de prestígio” (BRANDÃO, 2009, p. 114, sublinhado meu). Logo, mulheres usam porque a variante é de prestígio. Ao concluir o trabalho, a certeza expressa por *certamente* é atenuada pelo *talvez*: “os informantes tenderam a utilizar com mais frequência a palatal, talvez pelo fato de ser esta uma variante de prestígio em território fluminense, o que é corroborado pela maior adesão das mulheres ao seu uso (BRANDÃO, 2009, p. 120, sublinhado meu). Logo, a variante é de prestígio porque as mulheres usam. Não há uma hipótese, a priori, de controle da variável sexo/gênero, mas os resultados são interpretados em função da frequência.

Esta explanação vale-tudo em relação ao sexo/gênero fica mais evidente na análise do fenômeno da concordância nominal nas amostras de Londrina, Irati e Pato Branco do VARSUL: o fator sexo se mostrou significativo, em diferentes ordens de significância; quando a análise é realizada com as três amostras conjuntamente, sexo é a primeira variável social a ser selecionada (feminino 0,52 e masculino 0,47). A conclusão é: “Se mulheres fazem mais CN [concordância nominal], de duas uma: ou a CN não é estigmatizada, o que não parecer ser o caso, inclusive pelos resultados de outras considerações a respeito da CN; ou se prova que as mulheres são, realmente, mais conservadoras.” (MENON; LOREGIAN-PENKAL; FAGUNDES, 2013, p. 332).

Tais conclusões de caráter especulativo geram um efeito cascata, pois são assumidas para outros estudos, tal como as especulações de Trudgill, na década de 1970.

No estudo da palatalização de /t/ e /d/ em São Borja, com dados do VARSUL, embora o controle do sexo siga a proposta de Paiva (1992), a hipótese é aleatória: “A análise da dimensão social da variação e da mudança não pode ignorar que o sexo do falante possa estar correlacionado à maior ou menor probabilidade de uma variante linguística” (PIRES, 2007, p. 6). Na análise dos resultados, o conceito de sexo é expandido não só para as diferenças biológicas, mas também “define um conjunto socialmente constituído de ideias moldadas pela cultura” (PIRES, 2007, p. 15).

A variável sexo, a segunda mais relevante, apontou que o fenômeno ocorre predominantemente na fala das mulheres, corroborando as tendências mostradas em grande número de pesquisas realizadas no Brasil, ou seja, as mulheres parecem conduzir a mudança linguística em direção à variável inovadora, se esta for de maior prestígio (PIRES, 2007, p. 20)

A explanação segue a tendência de outros estudos e a conclusão é que como mulheres são mais sensíveis às formas de prestígio, logo, a palatalização é prestigiada na comunidade.

Os resultados da variável sexo/gênero são, em muitos estudos, circulares, por falta de uma discussão mais acurada sobre o papel da variável no condicionamento do fenômeno, com a construção de hipóteses previamente à realização da análise. Por ser *default* nos bancos de dados sociolinguísticos, seu controle é um bônus, não necessariamente havendo a postulação de hipótese; controla-se a variável e depois busca-se algum resultado. Estes estudos tiveram algum direcional em seus resultados, mas há outros, como veremos mais à frente, cujos resultados são absolutamente aleatórios.

1.3.3.2 Superestimação estatística

Toda generalização é perigosa, inclusive essa. Mas mais perigosas ainda são as generalizações feitas a partir de resultados de sexo/gênero nos estudos sociolinguísticos brasileiros. A premissa da natureza probabilística do sistema linguístico não só permite como espera a generalização dos resultados dos estudos sociolinguísticos de larga escala, com base em amostras socialmente estratificadas. Nos resultados de sexo/gênero, muitas das explanações são baseadas em generalizações cuja segurança é questionável, do ponto de vista estatístico.

O gráfico 2 sumariza os resultados referentes ao controle da variável sexo/gênero em alguns estudos sociolinguísticos brasileiro publicados nos últimos dez anos.

Gráfico 2: Resultados quanto ao fator sexo/gênero em estudos sociolinguísticos brasileiros



A comparação de resultados de diferentes estudos a partir dos pesos relativos não é um procedimento confiável; a finalidade do gráfico 2 não é a de comparar pesos relativos, mas a de mostrar que os resultados para a variável sexo/gênero, na maior parte dos estudos, centram-se na faixa entre 0,45 – 0,55, como é o caso da não concordância verbal na 3ª pessoa do plural em São Paulo capital (RODRIGUES, 2004) e no interior (RÚBIO, 2007), a aspiração de /v/ na fala de Fortaleza (RODRIGUES, ARAÚJO, 2013), a monotongação na escrita de crianças (HENRIQUE, HORA, 2013), a realização do /R/ retroflexo em São Paulo, capital (OUSHIRO, MENDES, 2011), a vocalização da lateral (HORA, 2006) e o alçamento de /o/ pretônico no interior de São Paulo (CARMO, TENANI, 2013).

Considerando que a margem de significância com que a Sociolinguística trabalha, a exemplo das demais ciências humanas e sociais, é de 0,05, os resultados no intervalo entre 0,45 – 0,55 estão dentro da margem de erro, o que não permite uma generalização segura e abrangente sobre a tendência do resultado. No entanto, não é o que acontece. Vejamos o resultado da monotongação na escrita de crianças em uma amostra constituída por dados produzidos por 39 informantes do sexo masculino e 42 do sexo feminino. A análise variacionista, quanto ao sexo/gênero, apontou que “os alunos do sexo feminino tendem a usar utilizar menos a monotongação do que os alunos do sexo masculino” (HENRIQUE, HORA, 2013, p. 110), com resultados de 0,45 para as meninas e 0,56 para os meninos. A conclusão dos autores é que:

Esses resultados ratificam o cuidado com o uso da língua pelo sexo feminino. Eles têm sido frequentes em quase todos os trabalhos variacionistas. O sexo feminino sempre prioriza a norma padrão, a fala culta. Tem assim garantido seu prestígio explícito, ao contrário dos homens, cujo traço marcante é o prestígio implícito, quando tem conhecimento da norma e dela não faz uso (HENRIQUE, HORA, 2013, p. 119, sublinhados meus)

É uma conclusão muito contundente para uma generalização baseada em um resultado estatístico dentro da margem de erro. Mesmo quando a divergência é maior, como no caso da realização do tepe/vibrante simples em comunidades italianas do interior do Espírito Santo (LORIATO, PERES, 2013), em que os pesos relativos são bem mais polarizados, com 0,11 para as mulheres e 0,85 para os homens, é preciso relativizar os resultados. Além da aplicação da regra ser baixa, na fala feminina foram encontradas 13 realizações de tepe (carroça ~ ca oça), das quais 11 foram produzidas por uma mesma informante, dona de casa, aposentada, que trabalhou a vida toda na lavoura. (LORIATO, PERES, 2013, p. 442).

A postura moderada, ao interpretar os resultados, pode ser vista em Hora (2006), que, ao traçar hipóteses específicas para as restrições sociais, aponta apenas o efeito da escolarização. O fator sexo foi o sexto e último selecionado.

Se considerarmos que a vocalização da lateral representa um processo inovador no português do Brasil, ignorando, pois, o registro de sua presença em sincronias passadas, poderemos concluir, com base nos resultados apresentados na Tabela 1, que a mulher está inovando mais do que o homem (HORA, 2006, p. 36)

No entanto, o autor ressalva que “a conclusão precisa ser revista, uma vez que a proximidade do ponto neutro (.50) nos impede de fazer qualquer afirmação categórica” (HORA, 2006, p. 37)

Em alguns casos, o fator sexo/gênero é contemplado com hipóteses para seu controle, mas quando dos resultados, mostra-se não estatisticamente significativo. Foi o que aconteceu com o estudo da realização da vibrante, também em contexto de contato com o italiano, mas desta vez no Rio Grande do Sul, no estudo de Kanitz e Battisti (2013). Após uma análise qualitativa em função das orientações de práticas sociais locais rurais vs. urbanas, as autoras postulam a hipótese de que “as mulheres tendem a apagar as marcas linguísticas que indiquem a sua origem rural, que são sabidamente estigmatizadas nos centros urbanos, como é o caso do emprego da vibrante simples em lugar da múltipla” (KANITZ; BATTISTI, 2013, p.8). Após a análise quantitativa, as autoras evidenciam que “o fator gênero não foi selecionado, contrariando interessantemente a hipótese inicial de que os informantes do gênero masculino favoreceriam a aplicação da regra de vibrante simples em lugar de vibrante múltipla” (KANITZ; BATTISTI, 2013, p. 13). Em nota, as autoras explicam que “possivelmente o fator gênero tenha sido eliminado pelo fato de os pesos relativos terem ficado muito próximos do ponto neutro. Semelhantemente, em Battisti e Martins (2011), os valores dos pesos relativos para o fator gênero também ficaram muito próximos do ponto neutro (0,5).” (KANITZ; BATTISTI, 2013, p. 13).

Prevendo a pouca influência dos fatores sociais para a aplicação da regra do alçamento [elevação] da vogal /o/ pretônica em amostra do IBO-RUNA, Carmo e Tenani (2012) controlam a variável sexo/gênero para “verificar se há manifestações significativamente diferentes da vogal média pretônica na fala de pessoas dos sexos/gêneros feminino e masculino, observando, dessa forma, algum eventual estigma da forma alçada” (CARMO, TENANI, 2013, p. 615). Os resultados, no entanto, são de que

Apesar de a frequência e a probabilidade de ocorrência do alçamento da vogal /o/ se mostrarem levemente mais altas na fala de homens do que na de mulheres, o que poderia indiciar estigma (CHAMBERS, 1995) aos itens lexicais que apresentem vogal pre-tônica alçada, tal afirmação não pode ser sustentada estatisticamente, pelo fato de ambos os PRs serem bastante próximos a 0,5. (CARMO, TENANI, 2013, p. 632).

Dentre os fenômenos urbanos aqui ilustrados, a realização retroflexa do /R/ é, talvez, o que tenha efeito de avaliação social mais saliente. Oushi-ro e Mendes (2011) controlam esta variável na cidade de São Paulo, postulando que “Socialmente, o retroflexo é favorecido entre moradores de regiões mais periféricas, com menor mobilidade geográfica, menos escolarizados, do sexo masculino e pertencentes a famílias menos enraizadas na cidade de São Paulo” (OUSHIRO, MENDES, 2011, p. 66). Mesmo com a saliência maior do fenômeno, os autores são cautelosos ao interpretarem os resultados estatísticos:

Os resultados para o grupo de fatores Sexo/Gênero, por sua vez, coadunam-se com aqueles já extensivamente constatados, em diversos estudos sociolinguísticos: a forma não padrão tende a ser evitada por falantes do sexo feminino (P.R. 0,44) e a ser favorecida por falantes do sexo masculino (P.R. 0,56). Embora tal constatação seja recorrente (ver p. ex. CHAMBERS, 1995; LABOV 2001a, CHESHIRE, 2004), a interpretação desse fenômeno não é sem controvérsia; enquanto alguns autores argumentam que as mulheres tendem a empregar a forma de prestígio como modo de superar sua posição desprivilegiada na sociedade (por exemplo FASOLD, 1990 apud CHESHIRE, 2004), outros defendem que não são as mulheres que favorecem a forma de prestígio, mas sim que as formas por elas empregadas que tendem a ser vistas como ‘mais corretas’ (MILROY et al., 1994 apud CHESHIRE, 2004). (OUSHIRO, MENDES, 2011, p. 81).

Cautelosa também é a abordagem dos resultados para a aspiração de /v/ na fala de Fortaleza (RODRIGUES, ARAÚJO, 2014). A hipótese do estudo era de que a variável sexo/gênero não exerceria influência no fenômeno, com base em estudos anteriores mostram que o fenômeno ocorre mais entre os homens do que entre as mulheres, embora ambos os valores se aproximem do ponto neutro. A análise usou dados da amostra NORPОРFORT e sexo/gênero foi a última variável estatisticamente selecionada, “são os homens os que favorecem a variante estigmatizada (0,538), enquanto as mulheres inibem a regra (0,464) [...] Esses números, porém,

devem ser vistos com cautela, porque, apesar de os homens serem favorecedores do fenômeno, o peso relativo que lhes é atribuído está muito próximo do ponto neutro, assim como as mulheres” (RODRIGUES, ARAÚJO, 2014, p. 47).

A moderação, na interpretação de resultados estatísticos do controle da variável sexo/gênero, é decorrente da falta de estudos adicionais que permitam mensurar a avaliação social do fenômeno, com testes de atitudes, como os feitos por Trudgill (1972). Oushiro e Mendes (2011), Loriato e Peres (2013), dentre outros, ressaltam a necessidade da realização dos testes de atitude face às variáveis analisadas, apontando outro caminho a ser trilhado na sociolinguística brasileira.

1.4 QUANDO A HIPÓTESE FALHA

Quando a hipótese do paradoxo do gênero, nos termos labovianos, falha, é preciso buscar outras explicações. Considerando a relação dinâmica entre língua e sociedade, talvez a melhor saída não seja forçar a explicação a corroborar uma hipótese, mas avaliar as outras possibilidades, como a de que a diferença baseada em gênero está relacionada com a mobilidade e os diferentes papéis sociais que homens e mulheres desempenham em suas comunidades.

Explicações sociolinguísticas frequentemente se valem de suposições relacionadas à maior consciência de status, maior consciência do significado social das variantes e da polidez das mulheres. Assumindo a perspectiva de que a fala pode ser considerada um capital, Romaine (2003) questiona o quanto isso é relevante para a mulher de hoje, dado que as mulheres estão andando a passos largos no alcance de paridade educacional e econômica com os homens, o que é um resultado do movimento moderno das mulheres. Mais: se as mulheres estão usando o padrão para alcançar status que lhes foi negando, seria de se esperar que essa necessidade diminuísse, uma vez que as mulheres têm tido acesso a empregos de maior status e remuneração, por exemplo, o que vimos nos resultados do IBGE. Se a premissa de que a estrutura social se reflete nos padrões linguísticos, seria de se esperar que os estudos sociolinguísticos mais recentes relevassem menos variação de gênero do que os estudos realizados na década de 1960 e 1970.

Crítico da abordagem suposicionista de Trudgill (mas também criticado por sua abordagem biológica, presente na versão de 1994 de seu livro *Sociolinguistics Theory*), ao retrospectar estudos sociolinguísticos realizados com amostras estratificadas quanto a homens e mulheres, Chambers

(2003) referenda a tendência do menor uso pelas mulheres de variantes estigmatizadas ou não padrão do que homens do mesmo grupo social e nas mesmas circunstâncias. Sua explanação é baseada na distinção entre gênero e sexo, com a diferenciação de dois princípios: o da variação baseada em gênero e o da variação baseada em sexo. A distinção baseada em sexo (vantagem verbal neuropsicológica das mulheres levaria à discrepância de resultados sociolinguísticos), fortemente presente na primeira versão de seu manual e relativamente moderada na versão de 2003, ainda assim não parece se sustentar (ROMAINE, 2003).

O princípio da variação baseada em gênero é assim enunciado por Chambers (2003, p.140): “Em sociedades onde os papéis de gênero são nitidamente diferenciados de como tal que um gênero tem contatos sociais mais amplos e grande abrangência geográfica, a fala do gênero menos circunscrito irá incluir mais variantes dos grupos sociais contíguos”. A vantagem deste princípio é que as diferenças entre as falas de homens e mulheres não são atribuídas ao gênero em si, com explicações do tipo “mulheres são mais conservadoras do que homens” ou se orientam pelo “prestígio das variantes”. A variação, neste caso, está relacionada com a amplitude dos contatos sociais ou geográficos. Implícita neste princípio está a premissa de que as normas de mobilidades para homens e mulheres são diferentes. Esta explanação é evocada em alguns estudos sociolinguísticos brasileiros, e aplicável a outros, especialmente em situações de contato linguístico (rural/urbano, línguas de herança, etc.).

Romaine (2003) propõe que a relação entre fala feminina e dialetos sociais necessita de um re-exame crítico em uma perspectiva não baseada em classes, porque a relação de homens e mulheres em classe não é igual. Apesar dos ganhos dos movimentos feministas, mulheres ainda estão concentradas em ocupações específicas, particularmente em funções de baixo pagamento em setores de serviços e no trabalho doméstico, não reconhecido. Para este cenário, o conceito de “rede social”, adotado da antropologia para a sociolinguística, daria conta de diferentes hábitos de socialização dos indivíduos e de seu grau de envolvimento com a comunidade local. Por exemplo, o estudo de Milroy (1980), em três comunidades de classe trabalhadora (duas católicas e uma protestante) em Belfast, Irlanda, examinou diferentes tipos de redes dentro das quais os indivíduos se socializavam e correlacionou a força da rede com variáveis

linguísticas.¹⁰ Segundo Romaine (2003), para a explanação dos efeitos de gênero na língua, os resultados de estudos de rede são muito mais utilizáveis do que classe social, e podem ser aplicados a contextos monolíngues ou bilíngues.

Vejam, a seguir, como alguns estudos (não necessariamente sociolinguísticos, mas que se valem de coletas aos moldes da Sociolinguística, com o controle estratificado de categorias sociais) lidam com os resultados da variável sexo/gênero quando os resultados não seguem as hipóteses “clássicas”.

1.4.1 Controle de uma variável *default*

Por ser estratificação *default* nos bancos de dados sociolinguísticos, controlar a variável sexo/gênero é uma praxe; tendo ou não uma hipótese do seu efeito sobre o fenômeno, não há custo operacional em incluí-la na análise, na medida que a categorização já vem pronta, sem requerer reflexões analíticas do pesquisador. Se não for significativa na análise estatística, o resultado é que a variável sexo/gênero não influencia o fenômeno; se for significativa, buscam-se subsídios em outros estudos para avaliar a tendência geral do fenômeno e corroborar a tese do prestígio/estigma, inovação/conservadorismo. Ou, então, simplesmente apresentam-se os resultados.

Vejam o estudo intitulado “Realizações do sujeito expletivo em construções com o verbo *ter* existencial na fala alagoana” (VITÓRIO, 2011). A proposta do trabalho é analisar construções existenciais formadas com o

10 Milroy (1980) propôs uma combinação de traços para controlar multiplexidade e densidade da rede, baseada em uma escala de seis pontos, do 0 a 5, controlando os seguintes indicadores:

- Membro de uma rede densa, territorialmente constituída rede densa
- Laços fortes de parentesco rede multiplexa
- Trabalha no mesmo lugar com ao menos dois outros membros da mesma comunidade rede multiplexa
- Compartilha o mesmo local de trabalho com ao menos dois outros membros do mesmo sexo da mesma área rede multiplexa
- Desenvolve trabalhos voluntários nas horas vagas rede multiplexa

Para medir efeitos da força da rede com a variação foi realizado o *Spearman test*. A divisão em grupos quanto aos escores de efeitos da força da rede mostra diferença de grau de variação em relação ao escore alto ou baixo. Os grupos também foram arranjados em função da interação entre as variáveis extralinguísticas (sexo, idade). Este estudo permite a ampliação do controle de variáveis extralinguística, com a desvinculação de classe (controlando redes). Por outro lado, a amostra utilizada era muito pequena para *Spearman test* e é um estudo de difícil replicabilidade nos dias de hoje, em função da mobilidade (foi realizado nos anos 1980, em um cenário específico de segregação na Irlanda)

verbo ter quanto ao preenchimento da posição de sujeito, como em:

- (1) minha rotina de trabalho eu acho legal porque pra mim num é nem rotina porque sempre acontecem coisas diferentes por mais que a gente planeje assim a gente tem um momento de rotina claro (L72L9080)
- (2) tem vários lugares que a pessoa viaja aqui mesmo (L71L9043) (VITÓRIO, 2011, p. 181)

A amostra analisada é constituída por entrevistas sociolinguísticas de informantes socialmente estratificados pertencentes à comunidade de fala de Alagoas. Por ser socialmente estratificada, a autora recorre à Teoria da Variação e Mudança, nos termos de Labov (1972). A variável dependente controlada foi a presença vs. ausência do sujeito expletivo em construções formadas com o verbo ter existencial; as variáveis linguísticas controladas foram o tipo de pronome, colocação da expressão locativa na sentença e tempo verbal. Os fatores sociais controlados foram sexo, faixa etária e escolaridade.

Para os fatores linguísticos, os resultados são de que, quanto ao preenchimento, “o sujeito expletivo é maior representado pelos pronomes você e a gente e ocorre com maior frequência nos seguintes contextos linguísticos: quando a expressão locativa aparece posposta ao verbo ter existencial e em construções com o verbo no tempo presente.” (VITÓRIO, 2011, p. 189). A autora explica que os resultados gerais corroboram constatações de estudos em outras comunidades de fala, a exemplo da fala carioca e soteropolitana.

Não há hipóteses para o controle dos fatores sociais e a análise apontou apenas faixa etária e escolaridade como estatisticamente significativas. A autora conclui que as realizações de sujeito expletivo se mostraram “dentro da escala de neutralidade” (VITÓRIO, 2011, p. 185), indicando que o preenchimento da posição de sujeito em construções de ter existencial ocorre sem distinção de sexo. O percentual de realização de sujeito expletivo foi de 15% para os homens e 14% para as mulheres. Na busca de relevância para o resultado, a autora realiza um cruzamento entre as variáveis sexo e escolaridade, constatando que a presença do sujeito expletivo tende a aumentar com o aumento da escolarização, para ambos os sexos, o que não traz relevo ao controle da variável.

Mas, no cruzamento de sexo com faixa etária, a autora conclui que o resultado aponta para o comportamento diferenciado de homens e mulheres: na faixa etária intermediária, são os homens que mais preenchem a posição de sujeito do verbo ter existencial com expletivo, enquanto as

mulheres da faixa etária mais velha preenchem mais. Na faixa etária mais jovem, é neutralizada a diferença de sexos.

O que isto significa? Segundo a autora, “não só que são os falantes mais escolarizados e mais velhos que mais utilizam o sujeito expletivo, como também que são as mulheres que tendem a preencher mais tal posição” (VITÓRIO, 2011, p. 189). Como não há uma hipótese para o controle da variável, nem uma problematização acerca do prestígio ou estigma do preenchimento da posição expletiva do ter existencial, fica difícil mensurar o que estes resultados indicam quanto ao sexo/gênero.

1.4.2 Um fenômeno, dois resultados

A realização do gerúndio, no português brasileiro, é um fenômeno variável que apresenta matizes de avaliação social. Esta é a premissa do estudo de Ferreira, Tenane e Gonçalves (2012), ao analisarem a realização variável do gerúndio nos dados do IBORUNA, como em:

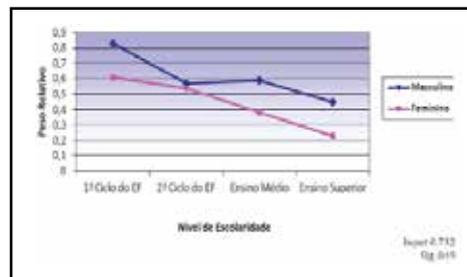
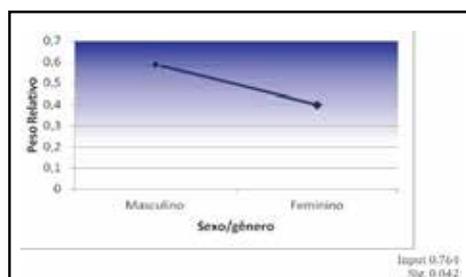
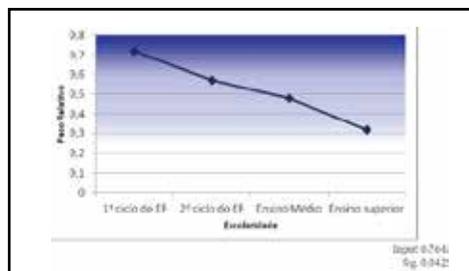
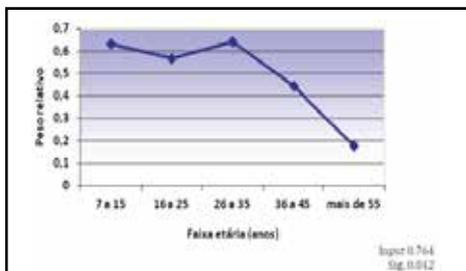
a. eu ficava *conversan(d)o* o tempo todo [AC-014:NE:L.75]

b. ai professora tô *entendendo* tudo agora [AC-014:NE:L.73]
(FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p.178)

Quanto ao sexo/gênero, o controle de “informantes de sexo masculino e feminino se deve à obtenção de uma amostra heterogênea representativa da comunidade de fala estudada” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 177).

Foram identificados 999 contextos de formas verbais no gerúndio, nos quais há 72% de aplicação da regra de redução (exemplo a), o que sugere que o apagamento no gerúndio é uma característica da variedade falada em São José do Rio Preto. Na análise estatística, porém, sexo/gênero foi a última variável extralinguística selecionada.

**Quadro 1: Resultados do apagamento do /d/ no gerúndio
(FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 178-183)**



Os resultados, segundo os autores, “confirmam a premissa variacionista de que as mulheres são relativamente mais sensíveis às formas de prestígio (forma padrão)” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 180). Apoiados em Labov (1972), os autores assumem uma perspectiva de diferenciação entre homens e mulheres relacionada aos papéis sociais, que levariam a comportamentos linguísticos distintos. Prevalece, então, a concepção de sexo/gênero como categoria social. No entanto, no tratamento da variável no decorrer do texto, são usadas as terminologias “sexo” e “gênero” alternada e indistintamente.

A interação entre os fatores idade e sexo (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 181, sublinhado meu) aponta que “informantes masculinos mais jovens são os que mais favorecem o apagamento do [d] de gerúndio, e informantes do sexo feminino, de modo geral, os que mais desfavorecem-no, independentemente da faixa etária, sempre com PR [pesos relativos] próximos ou abaixo de 0,5”

O cruzamento entre as variáveis sexo/gênero e faixa etária mostra que “o comportamento diferenciado de gênero se neutraliza na faixa de 16 a 25 anos, e se acentua na faixa seguinte, de 26 a 35 anos, na qual o perfil masculino fortemente se associa à forma não padrão” (FERREIRA, TE-

NANI, GONÇALVES, 2012, p. 181), neste caso, a supressão do [d]. “No tocante ao gênero feminino, as mulheres de faixas etárias mais avançadas são mais conservadoras do que as de faixa etária mais nova” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p.182)

A partir dos resultados da interação entre faixa etária e sexo/gênero, os autores concluem que os dados de apagamento no morfema de gerúndio indicam mudança em progresso, liderada pelos homens, e que, por isso, se dará de forma mais lenta. Apoiam-se em Labov (1972) para dizer que

a maioria das crianças adquirem sua primeira língua por meio das mulheres que transmitem uma forma relativamente conservadora a seus filhos [...] Na medida em que os principais transmissores de uma variedade linguística, no caso as mulheres, apresentam comportamento aproximadamente linear em relação ao uso das formas inovadoras, a mudança em progresso tende a ser enfraquecida ou mesmo refreada (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 182)

Na interação entre escolaridade e gênero, “tanto os homens quanto as mulheres menos escolarizados usam mais o apagamento do que os mais escolarizados.” [...] As mulheres mais escolarizadas são ainda mais sensíveis às formas de prestígio, o que confirma uma tendência geral de estudos variacionistas” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 183)

Tais resultados, para os autores, confirmam que a variante inovadora é estigmatizada na comunidade sob análise, já que “as mulheres e os mais escolarizados fazem uso mais frequente da forma padrão, isto é, da variante prestigiada” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 184).

Qualquer que seja a interpretação em termos de identidade social para o fenômeno em análise, o certo é que a estigmatização da forma inovadora é sempre perceptível, uma vez que falantes do gênero feminino, falantes mais escolarizados e falantes mais velhos tendem a inibir o apagamento do [d] de morfemas de gerúndio, o que significa que perfis sociais com essa combinação constituem foco de resistência à mudança. (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 185)

Os autores concluem que a variável sexo/gênero é a mais relevante (embora tenha sido a última variável selecionada), em função da sua interação com as variáveis faixa etária e escolaridade, compondo o perfil social que sugere que a supressão é socialmente estigmatizada: “gênero feminino, de nível elevado de escolaridade e da faixa etária mais avançada” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 186), pois “homens jovens e

com poucos anos de escolarização são os que mais aplicam o apagamento de /d/ nas formas de gerúndio, o que nos permite concluir, com base em hipóteses clássicas da atuação de variáveis sociais, que tal fenômeno é estigmatizado na comunidade de fala estudada” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 167, sublinhado meu).

Em outra comunidade de fala, desta vez em Fortaleza, a redução do gerúndio também foi objeto de análise (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013), correlacionando a frequência em função da variável gênero/sexo ao prestígio da forma. A pergunta que os autores colocam é “qual gênero/sexo investigado prestigia o fenômeno em estudo?” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 399). Estudos anteriores “apontam para a mesma direção: falantes do sexo masculino tendem a apresentar um maior uso do apagamento da oclusiva em suas falas” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 402).

Os dados analisados são provenientes do NORPОРFORT, com estratificação quanto ao sexo/gênero. Foram identificados 477 dados, correspondendo à redução um percentual de 74,2% das ocorrências.

**Quadro 2: Resultados do apagamento do /d/ no gerúndio
(NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 407-408)**

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
0 a 4 anos	170/191	89	0,75
9 a 11 anos	175/274	64	0,31

Tabela 1: Atuação da escolaridade no apagamento da oclusiva no morfema /ndo/

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
15 a 25 anos	105/137	77	0,54
26 a 49 anos	144/166	87	0,71
50 ou mais	96/162	59	0,25

Tabela 2: Atuação da faixa etária no apagamento da oclusiva no morfema /ndo/

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
Mulher	179 / 221	81	0,57
Homem	166/244	68	0,43

Tabela 4: Atuação do gênero no apagamento da oclusiva no morfema /ndo/

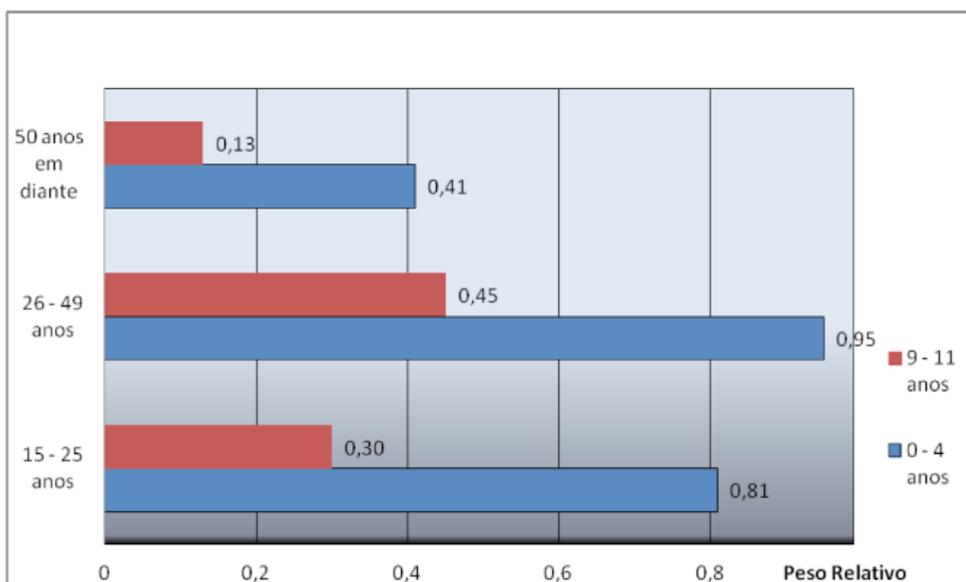


Gráfico 2: Escolaridade x faixa etária no apagamento da oclusiva /d/ no morfema /ndo/

Quarta variável selecionada, o resultado de sexo/gênero refuta a hipótese assumida de que mulheres apresentariam “discurso mais conservador e próximo da variante padrão” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 408). Outros estudos, segundo os autores, confirmam a “hipótese do conservadorismo feminino”, o que leva a propor um “comportamento particular, quanto ao apagamento da oclusiva no gerúndio” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 408-409).

Os resultados sugerem que falantes mais jovens não favorecem o apagamento; apenas os falantes com baixa escolaridade beneficiam o fenômeno; e as mulheres, ao contrário dos homens, são aliadas da regra. Os autores reconhecem que seus resultados apontam para

uma direção diferente no tocante à variação diagenérica. Estudos na área da Sociolinguística Variacionista, incluindo aqueles aqui resenhados, mostram que as mulheres apresentam um comportamento linguístico mais conservador e tendem a utilizar mais a norma padrão. Entretanto, nesta investigação, os homens demonstraram um comportamento mais conservador, uma vez que as mulheres apresentaram um peso relativo de 0,57 e os homens de 0,43 para aplicação do apagamento. (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013. p. 411).

Por fim, concluem que, “diante do alto índice de aplicação do fenômeno (74,2%), que o apagamento da oclusiva /d/ não é uma forma tão estigmatizada, se comparada a outras variações encontradas no português brasileiro.” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 411).

Comparando o desenho dos estudos, temos:

FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012	NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013
São José do Rio Preto/SP	Fortaleza/CE
IBORUNA	NORPORFOR
2 sexos	2 gêneros
5 faixas etárias	3 faixas etárias
4 escolarizações	2 escolarizações
2 faixas de renda	
76 informantes	24 informantes
999 dados	477 dados

Embora haja diferenças no desenho das amostras que impactam, por exemplo, na quantidade absoluta de ocorrências, em ambos os estudos identificamos um padrão de aplicação da regra de redução muito próximo (72% para o IBORUNA, 74,2% para o NORPORFOR) e tendências

quanto à escolarização e à faixa etária convergentes. No entanto, apesar da convergência, há diferença nos resultados quanto ao sexo/gênero: em um há a liderança feminina, em outro a liderança masculina.

Comparando as conclusões, temos:

FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012	NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013
Aplicação 72%	Aplicação 74,2%
Mudança em progresso, apreensível em tempo aparente	Variação estável, com base nos resultados de escolaridade e faixa etária
Fenômeno estigmatizado, já que é mais utilizado com menor frequência por mulheres, de maior escolaridade e mais velhas	Fenômeno não tão estigmatizado, dada a alta taxa de aplicação

Um dos estudos conclui que a variante é estigmatizada (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 167), o outro conclui que a variante “não é uma forma tão estigmatizada” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 411). É bem possível que a diferença de comportamento de sexo/gênero tenha induzido a essa interpretação de menor estigma, já que as mulheres tendem a usar a forma.

1.4.3 Explicações baseadas na experiência

Quando a hipótese clássica não se verifica, muitos autores resgatam o lado “social” da sociolinguística, com explicações que se baseiam em etnografia dinâmica social na comunidade.

Vejamos o resultado de Rodrigues (2004). Sua análise foca a concordância verbal, tomando como amostra dados de 40 informantes adultos, moradores de favelas paulistanas, estratificados quanto à escolarização (zero e até 4 anos) e quanto à procedência (capital, interior, nordeste). A amostra é da década de 1980, uma realidade sociodemográfica diferente da atual.

Para a 3ª pessoa do plural, “o fator sexo se mostrou irrelevante, já que homens e mulheres apresentam, praticamente, a mesma frequência (72% e 70%) e índices de probabilidade bastante próximos de 0.50.” Mas na 1ª pessoa do plural, “em lugar de mostrarem preferência pelas formas de prestígio, as mulheres das comunidades estudadas tendem a usar as formas verbais não-padrão, sem marcas formais de concordância do verbo com seu sujeito.” (RODRIGUES, 2004, p. 127)

Uma explicação evocada é o “estatuto social do homem e da mulher de classe econômica desfavorecida, analfabetos ou semi-escolarizados, pro-

venientes da zona rural, na sua maioria despreparados para competir no mercado de trabalho dos grandes centros urbanos brasileiros” (RODRIGUES, 2004, p. 128). A autora continua: “a força de trabalho do migrante do sexo masculino é aproveitada ou assimilada pelos centros urbanos mais facilmente do que a do sexo feminino”. O estatuto ocupacional leva a uma identidade social:

Ele precisa adaptar-se mais rapidamente ao modus-vivendi da capital, adquirir novos hábitos, novas formas de comportamento social, em que se inclui o comportamento verbal, abandonando, com rapidez, o estilo de vida rural. Ele precisa mudar seus hábitos linguísticos porque os adquiridos nas suas regiões de origem o identificam como migrante e são estigmatizados nos grandes centros urbanos industrializados [...] Os homens, em geral, não exercem suas atividades profissionais no próprio bairro em que residem; ao contrário, o bairro funciona apenas como dormitório para esses trabalhadores que, na sua maioria, não tem oportunidade de conviver com os moradores da região [...] As mulheres analfabetas ou de baixo nível de escolaridade da periferia de São Paulo tendem a manter os hábitos adquiridos em suas regiões de origem, inclusive as realizações verbais estigmatizadas [...] Os homens sentem logo o peso da discriminação social ao buscar meios de sobrevivência fora de seu bairro. Sentem-se impelidos a se tornarem um igual com relação aos moradores da cidade grande. Faz parte desse processo de assimilação das coisas urbanas o abandono de traços de fala que o identifiquem como migrante. (RODRIGUES, 2004, p. 128-129)

A explanação etnográfica para o resultado da concordância nesta comunidade tem aderência com a orientação das práticas e mobilidade de Chambers (2003).

A variação concordância tem se mostrado um domínio desafiador para as hipóteses clássicas quanto ao sexo/gênero. Rúbio (2007) discute a questão do estigma da variante na concordância e a relação com a variável sexo/gênero. Após a discussão do paradoxo do sexo (LABOV, 1990) e da hipótese da divisão sociocultural do trabalho entre homens e mulheres,

Nossa hipótese inicial era de que informantes do sexo feminino apresentassem um maior índice de CV do que informantes do sexo masculino. Apesar de não ter sido selecionado como relevante, este grupo de fatores contrariou nossa expectativa inicial, uma vez que, para os homens, houve um maior índice de aplicação da regra (87%/0.54) do que para as mulheres (82%/0.47), embora, em ter-

mos de frequência, a distância entre eles não seja grande. (RÚBIO, 2007, p. 383)

Para explicar o resultado, o autor busca respaldo na hipótese da origem geográfica dos informantes: “É muito comum na comunidade investigada, que a mulher, diferentemente do homem, permaneça em casa, nos afazeres domésticos, não travando um contato maior com a norma culta, presente principalmente no ambiente de trabalho” (RÚBIO, 2007, p. 383). A amostra utilizada – o IBORUNA – controla a profissão dos seus informantes. A análise das profissões mostra que os informantes do sexo masculino

em sua maioria, exercem profissões fora do ambiente familiar e, ainda, profissões nas quais é imprescindível o contato com o público, o que julgamos influenciar positivamente a implementação da norma culta. Por outro lado, as mulheres que compõem a amostra exercem profissões domésticas, ou no próprio ambiente do lar, o que leva a um menor contato com outras comunidades de fala. A faixa etária mais jovem, tanto de integrantes do sexo feminino quanto integrantes do sexo masculino, possui praticamente a mesma inserção na comunidade, já que se compõe basicamente de estudantes. Logo, julgamos que a não confirmação total da hipótese inicial pode ser atribuída às diferenças de inserção social dos diferentes informantes da amostra analisada. (RUBIO, 2007, p. 383)

Ainda no domínio da concordância, “Concordância verbal e a variável “sexo” em três comunidades linguísticas do interior do Estado da Bahia” (SILVA, 2012) assume uma perspectiva da variável sexo a partir dos papéis sociais representados por homens e mulheres, o que se refletiria no seu uso linguístico. Os resultados desta análise apontam que “homens tendem a empregar formas inovadoras na comunidade de fala com maior frequência do que as mulheres por causa do seu maior contato e circulação nos espaços sociais.” (SILVA, 2012, p. 207)

A explanação da mobilidade, mais uma vez, é evocada.

Os espaços legítimos da presença feminina são mais restritos do que os espaços masculinos nas sociedades rurais e urbanas do interior da Bahia. As mulheres circulam menos pelos diversos grupos e costumam desenvolver atividades que, de certo modo, constituem a extensão das atividades do lar. Embora tal situação tenda a se modificar, há resquícios, ainda, de uma cultura em que o espaço legítimo da presença e da circulação feminina restringia-se ao lar e à igreja. (SILVA, 2012, p. 208-209)

O estudo de Silva (2012) toma como amostra três comunidades no interior da Bahia. Cinzento, comunidade quilombola, onde “os informantes são lavradores e lavradoras; as informantes, ainda, desenvolvem trabalhos domésticos não remunerados, e uma desenvolve trabalho doméstico remunerado, na própria comunidade”; Morrinhos, comunidade rural, onde “a maioria das mulheres exerce trabalhos domésticos não remunerados, enquanto os homens dividem-se em ajudantes de serviços gerais (pedreiros, encanadores) e agricultores” e Poções, comunidade urbana do interior, onde “as mulheres exercem trabalho doméstico não remunerado ou trabalho doméstico remunerado. Os homens de Poções são motoristas, garis, pedreiros e, também, auxiliares de serviços gerais.” (SILVA, 2012, p. 211). Diz o autor que

As mulheres mais velhas (por nós entrevistadas) afirmaram que nunca trabalharam de ‘ganho’, procuravam apenas desenvolver as atividades que lhes competiam dentro do próprio lar, mostrando um cerceamento da liberdade e do contato com outros grupos. [...] As mulheres mais jovens afirmaram que, esporadicamente, faziam serviços fora de casa e que almejavam uma colocação no mercado, mas sempre se referiram a profissões ligadas aos espaços sociais que seriam mais uma extensão dos seus ‘afazeres’ domésticos. (SILVA, 2012, p. 212)

Embora tenham sido apresentados conjuntamente, sem distinção das comunidades, os resultados apontam para a preferência dos homens pela forma mais aceita, a concordância verbal padrão, contrariando resultados de outros estudos. A preferência das mulheres por formas socialmente mais aceitas, mais prestigiosas, no entanto, só pode se dar “no momento em que tais mulheres mantêm contato com tais forma socialmente aceitas, o que pouco acontece na realidade das mulheres analfabetas ou pouco escolarizadas dos grupos por nós analisados.” (SILVA, 2012, p. 214)

Ainda tratando de comunidades do interior da Bahia, desta vez em outra microrregião, Jesus (2012) espanta-se com os resultados obtidos para a variação nas preposições locativas: “Os informantes do sexo masculino são mais inovadores ao preferirem a preposição em, com peso relativo de 0,60, e os do feminino mais conservadores, já que preferem a preposição para, com peso de 0,56. [...] As mulheres do semiárido baiano confirmam a tese de que a mulher é mais sensível às formas socialmente prestigiadas [...] Todavia, em se tratando das comunidades rurais analisadas, esperava-se que o homem tivesse este comportamento linguístico, já que estes saem mais das localidades em que vivem em direção aos grandes centros urbanos, seja para vender o produto da lavoura, seja para trabalhar” (JESUS,

2012, p.322), o que favoreceria a entrada da variante de prestígio na comunidade.

Os resultados dos estudos elencados se alinham às premissas que Chambers (2003) e Romaine (2003) propõem: variação de sexo/gênero em função de redes de mobilidade e papéis sociais. Coletas que partem do constructo da comunidade de práticas envolvem necessariamente a documentação etnográfica e têm conseguido padrões de explicação de resultados consistentes (ver, por exemplo, BATTISTI, 2014).

1.5 RESTRIÇÕES METODOLÓGICAS

Sexo, idade e escolaridade são categorias sociais *default* na estratificação de bancos de dados sociolinguísticos. Mas, enquanto para idade e escolaridade há a definição de critérios mensuráveis, a estratificação quanto ao sexo é assumida tacitamente, ou com a definição binária masculino/feminino. Como lidar com estas questões metodológicas?

1.5.1 Sexo biológico, civil e gênero

O processo de seleção de informantes para a constituição das amostras sociolinguísticas segue a categorização definida para a estratificação. Via de regra, escolhemos informantes potenciais por idades e escolaridades presumidas, mas de sexos claramente definidos. A presunção de determinadas categorias e a assunção categórica do sexo podem ser verificadas na própria entrevista sociolinguística: os momentos iniciais da entrevista são caracterizados por perguntas de checagem, com a finalidade de quebrar o gelo, calibrar a gravação, e também confirmar, mais uma vez, as informações que definem o perfil do informante quanto à célula social da amostra e que comporão a ficha social.

E Podes me dizer o teu nome completo e a tua idade.

F Tá. Meu nome é Jaqueline ***, eu tenho vinte e cinco anos.

E Ô, Jaqueline tu nasceste aqui em Florianópolis?

F Nasci aqui e morei sempre aqui.

E E os teus pais de onde é que são?

F Também são daqui. Todos os dois. Família inteira, né?

E ãh hã. Tu tens muitos irmãos?

F Tenho, tenho mais três irmãos.

E E todos moram aqui?

F Todos moram aqui. Inclusive já são casados

E Aqui no Estreito tu moras há quanto tempo?

F <Aq > estou a minha vida inteira. Sempre morei aqui.

E Sempre moraste aqui?
 F ãh, hã.
 E Tu estudaste até que ano?
 F Até a sexta série.
 E Sexta série?
 F Do primeiro grau, ãh, hã.
 E E tu trabalhas? F Trabalho. Eu trabalho numa [...]”
 (VARFUL SC FLP 01)

E: É qual o nome da senhora?
 F: Raimunda ***
 E: E a idade?
 F: Sessenta ou sessenta e cinco
 E: Sessenta e cinco né? É aqui a senhora mora a quanto tempo aqui dona Raimunda?
 F: Minha fia eu acho que já tem mais de quase cinquenta porque foi logo quase quando a pista começou não eu já é... tive Vagui foi eu só tive no Tanque essa aí eu acho que já tem uns quarenta quarenta e dois por aí assim porque é a idade de Ivan
 E: E antes a senhora morava aonde?
 F: No Tanque
 E: No Tanque a senhora morava lá né A senhora gostava de morar no Tanque? [...]
 (Falares Sergipanos, Lagarto, 02)

Na checagem da entrevista, perguntam-se o nome, a idade, a escolaridade, se sempre morou no local, etc. o que visa garantir confiabilidade à estratificação definida. Mas ninguém pergunta se o informante é homem ou mulher, ou, melhor, qual seu gênero ou seu sexo. Se a escolha dos informantes é inconscientemente presumida, é de se esperar que o processo seja guiado pelos protótipos da categoria: se preciso encontrar um informante da faixa etária de 18 a 25 anos, vou escolher dentre aqueles que aparentem se enquadrar nesta faixa etária, com base em pistas sociais, como aparência física, indumentária, etc. Mas faixa etária e escolaridade são categorias graduais, escalares: um indivíduo que está na faixa etária de 18 a 25 anos pode ter, por exemplo, 21 anos; outro pode ter os 25 anos limítrofes estabelecidos, ou, ainda, 18 anos. Já para sexo/gênero, a escolha é binária. Prototipicamente, a escolha inconsciente pode levar à seleção de homens “masculinos” e mulheres “femininas”. Ou não. Vejamos o caso de Jason (nome ficício).

Na constituição da amostra de Itabaiana¹¹ do banco de dados Falares Sergipanos, foi apenas na etapa da revisão da transcrição ortográfica de uma entrevista sociolinguística que “emergiu” um problema para a ortogonalidade da amostra: um informante que não se enquadrava no protótipo esperado para seu perfil social.

Eu morro de vontade de passar com meu namorado na orla porque é lindo... eu gosto ((risos)) as pessoas falam que é meio cafona mas eu acho lindo passar lá na orla ver fogos eu acho tão boni- () no Rio de Janeiro que eu morro de vontade de passar lá no em Copacabana ((risos)) mas meus sonhos são pequenos... aí só que nunca dá porque a gente não tem carro ainda... e é complicado ficar em hotelzinho... porque nunca a grana a grana sempre é pouca... ou então... nunca (hes) nunca deu... mas o me-... meu plano é esse eu quero passar lá ((risos)) eu vou tentar convencer... e é isso com relação e tenho também (hes) um plano um plano não... é uma meta eu vou conseguir... que é fazer um aniversário legal pra ele só nós dois... o meu namorado que ele faz aniversário no mês de dezembro... aí eu quero fazer uma coisinha assim bem gostosinha assim pra nós dois uma viagemzinha alguma coisa do tipo... isso é um... um objetivozinho que eu tenho pra nós mais só... final do ano assim eu penso eu penso eu sonho assim com coisas... família com... eu sou meio romântico sabe?... aí meus objetivos são assim coisinhas assim com ele... que é com quem eu vivo mesmo que eu divido tudo... então... tem que ser do lado dele [...] (Falares Sergipanos, Itabaiana, 16)

Sem a identificação do informante, podemos, a partir da leitura da transcrição da entrevista, construir perfil prototipicamente de uma mulher, do sexo feminino. Ao falar dos planos para o futuro, com seu namorado, vem a quebra do protótipo: “Eu sou meio romântico, sabe?”. A marca de gênero gramatical na relação de concordância no predicativo indicia um gênero social que não corresponde à expectativa do perfil prototípico construído. Não é uma mulher quem fala, é um homem. Uma análise de toda a entrevista, em contraste com as demais entrevistas que compõem a amostra sob a identificação de sexo/gênero masculino, delineia um padrão diferenciado: Jason gosta de ler, especialmente os livros da série Crepúsculo; a quantidade de diminutivos chama a atenção, e, na parte do roteiro dedicada a uma situação difícil, de risco, Jason fala sobre como contou à família sobre sua homossexualidade, ou, nos seus termos, como explicou

11 A amostra é composta por 20 entrevistas sociolinguísticas com informantes universitários, com faixa etária entre 18 e 26 anos) e foi constituída no âmbito do projeto *Variação na expressão do tempo passado: funções e formas concorrentes* (FAPITEC/CNPq 2009-2012).

“a situação de gostar de outros rapazes”.

Ao investigar como “isso” foi acontecer, a entrevistadora (e este dado é importante, como vamos ver mais à frente) foi inquirida sobre o processo de seleção do informante e confirmou, que, de fato, em nenhum momento perguntou o sexo/gênero ao informante, simplesmente preencheu o formulário com base em seu protótipo de gênero. Jason foi enquadrado como um informante do sexo masculino. Resolvemos realizar um teste: a entrevistadora voltou a contatar o informante e solicitou-lhe que preenchesse a ficha social, ele mesmo, sob o pretexto de arquivamento dos dados: Jason se autodeclarou do sexo masculino. O formulário era binário como via de regra são todos os formulários, inclusive o formulário do Censo 2010 do IBGE.¹² Resolvido o problema da categorização do informante, outra decisão se impetra: mantê-lo na amostra ou substituí-lo por um homem “masculino”? Se mantido, quais as implicações em se ter um informante como “esse” em uma amostra sociolinguística?

“Esse” e “isso” causam, sim, problemas para uma análise sociolinguística baseada em bancos de dados de estratificação homogênea, aqueles que tomam o mesmo número de informantes para cada célula social, sem considerar a proporcionalidade no mundo real. Por exemplo, o Brasil se encaminha para uma quase universalização da educação básica; por isso não há correlato no mundo real uma amostra sociolinguística que estratifica homoganeamente os níveis de escolarização; a generalização dos resultados certamente será distorcida.¹³ Se a homogeneização da amostra causa distorções quanto a efeitos de escolarização, o que a heterogeneização de uma categoria prototipicamente homogênea e binária na idealização sociolinguística pode fazer em uma análise? O controle individual permitiria verificar a que padrão de comportamento binário o informante se alinha. Mas, ainda assim, para garantir comparabilidade com outros bancos de dados, talvez fosse mais conveniente excluí-lo da amostra e buscar outro

12 O questionário inclui a alternativa “cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo” no campo 5, destinado às informações sobre moradia. Já no campo 6, destinado às características do morador, a pergunta 6.01, sexo, tem resposta binária: 1 - masculino, 2 - feminino.

13 A homogeneização da amostra, com a equiparação do número de informantes das células sociais independentemente da sua representatividade no conjunto real, é uma decorrência da assunção da premissa de que a natureza do sistema linguístico é probabilística. Em Freitag (2011), argumentei que, embora os bancos de dados tenham apresentado resultados empíricos efetivos para a descrição do português, não se pode negar que existem problemas na sua constituição. Até que ponto os resultados de uma amostra homogeneizada podem ser generalizados para um grupo maior, heterogêneo? Calvet (2002) questiona se é válida a relação entre a heterogeneidade social e a homogeneização da amostra, o que pode vir a produzir efeitos de interação entre as variáveis sociais e linguísticas; Mollica e Roncarati (2001) também consideraram esta questão ao tratar de uma agenda de trabalho para a área da Sociolinguística no Brasil.

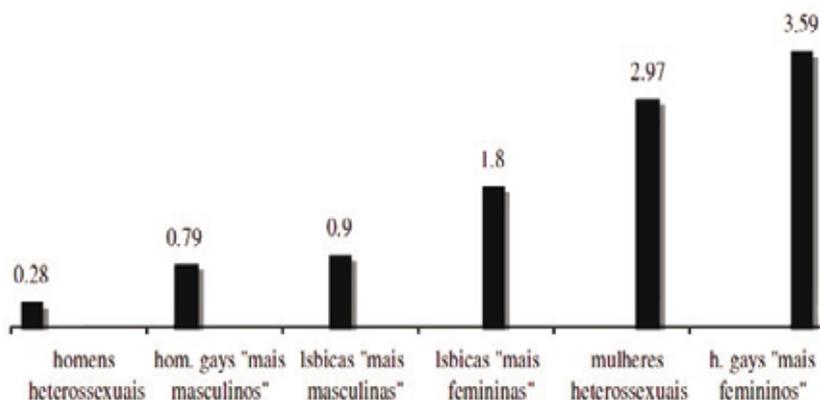
informante, mais prototípico, que não quebre a ortogonalidade das células...

Mas a Sociolinguística estuda as relações entre língua e sociedade. Se a sociedade muda, a categorização da sociedade nas amostras sociolinguísticas precisa também mudar, sob pena de representar um mundo idealizado, distante das dinâmicas sociais. A Sociolinguística do Brasil é muito tímida em suas classificações sociais: os bancos de dados sociolinguísticos são estratificados basicamente em funções de variáveis que podem ser “comprovadas” com um “documento”. Scherre e Yacovenco (2011, p.141) destacam, em sua proposta de agenda, “a difícil tarefa de considerar a questão das classes sociais no Brasil” nos estudos sociolinguísticos. O gênero, para além do binário homem e mulher, é outro desafio.

Vejam o estudo de Mendes (2012), que parte da premissa de que o uso de diminutivos no português brasileiro é percebido como um comportamento linguístico associado a sexo/gênero: mulheres usam mais diminutivos do que homens.¹⁴ “Homens (gays ou não) que tendem a marcar sua masculinidade, bem como lésbicas que dizem preferir uma autoprojeção social ‘menos feminina’, parecem restringir seu emprego de diminutivos” (MENDES, 2012, p. 113). A análise considerou uma amostra estratificada quanto à orientação sexual (homo ou heterossexual) e pelo gênero (masculino e feminino) em uma escala de seis subgrupos resultante da interação entre a orientação sexual e o gênero:

- lésbicas mais femininas e lésbicas mais masculinas
- gays mais femininos e gays mais masculinos
- homens e mulheres heterossexuais

14 Além de Mendes (2012), os estudos de Mothes e Rosa (2009) e de Bençal, Baronas e Semczuk (2013) respaldam essa percepção. Há ainda a percepção não-científica, como a pergunta postada no *Yahoo Answers* “Por que as mulheres costumam usar o diminutivo em quase todas as palavras? É aquele caso do ‘bonitinho’ ‘casinha’ ‘cafezinho’ ‘gatinho’ entre outros! Tem uns que me irritam! Porque será que as mulheres usam tanto o diminutivo?”, cuja melhor resposta é “É nosso instinto materno que grita mesmo quando queremos ser apenas mulheres... E usar diminutivos com você devia deixá-lo orgulhoso pois isso prova que a mulher em questão se importa muito com você.” Interessante destacar outra evidência não-científica, uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, de 19/04/2014, cujo título é “Anúncios da Coca-Cola na América Latina tiram sarro de ‘jeitinho’ brasileiro de falar”, que atribui a característica de falar diminutivos à fala brasileira, independentemente de gênero.

Gráfico 3: Uso de diminutivo em função de orientação sexual e gênero (MENDES, 2012, p. 122)

Afora a do trabalho de Mendes (2012), estratificada quanto a sexo/gênero a partir da autoidentificação (5 mulheres que se identificam como lésbicas, 5 homens que se identificam como gays, 5 mulheres e 5 homens que se identificam como heterossexuais), da cidade de São Paulo, todos entrevistados por um único documentador, não há notícia de outra amostra sociolinguística ternária, com homens, mulheres e *gays*. E, mesmo nesta amostra, não há homogeneidade:

Entre os homens *gays*, por exemplo, três deles alegaram, durante suas entrevistas, fazer questão de parecer *gays* (vestir-se, soar e comportar-se socialmente como tais), ao passo que os outros dois relataram histórias pessoais que permitem entender que eles preferem não ter sua orientação sempre “em evidência”. De modo semelhante, duas das lésbicas disseram gostar de parecer mais masculinizadas do que em geral se espera das mulheres. (MENDES, 2012, p. 122)

O controle da categoria sexo/gênero desdobrada por orientação sexual e a autoidentificação de gênero poderia ser uma saída, inclusive em termos éticos, no entanto, não é tão simples assim implementar esta estratégia em larga escala. Primeiro porque não há consenso sobre quantas e quais seriam as orientações sexuais possíveis, o que está longe de um consenso. O site de relacionamentos *Facebook*, por exemplo, em uma de suas atualizações, ampliou as opções binárias tradicionais masculino ou feminino para mais de 50, dentre as quais “transgênero”, “cisgênero”, “gênero fluido”, “intersexual” ou “nenhum”, o que tornaria qualquer es-

tratificação sociolinguística inviável.¹⁵ Amplamente utilizada, a gradação proposta por Kinsey e seus colaboradores (1948) estabelece um contínuo entre a homossexualidade e a heterossexualidade.¹⁶ E, em segundo lugar, ainda que se atenha a uma faceta apenas do que vem a compor o gênero, a gradação de Kinsey considera o gênero estático, quando os modelos atuais consideram o gênero como em construção, gênero em transformação. Ninguém é de um gênero, se está em um gênero, gerando mais uma barreira para a categorização por amostragem em larga escala, como é a premissa da Sociolinguística. Vejamos o caso do cartunista Laerte Coutinho, que vem em processo de construção de um gênero: “Você nasce e vive até certo ponto da vida como homem e depois passa a se entender como mulher. No entanto, seu desejo continua sendo por mulheres, preferencialmente. Então você deixou de ser hetero e passou a ser homossexual?”¹⁷ Como ficaria a categorização deste indivíduo em uma amostra sociolinguística? Há ainda muitos desafios pela frente.

A heterogeneidade transcende o binarismo do sexo/gênero. Amostras sociolinguísticas gays, nos termos propostos por Mendes (2012), ainda são escassas e limitadas, não só pelas restrições¹⁸, mas também pela latência de definições de fatores a serem controlados (orientação, identidade e expressão; gradações de gênero) para a definição de categorias. Metodologicamente, a questão a ser resolvida na estratificação dos bancos de dados sociolinguísticos não é quantos sexos/gêneros serão controlados, mas o modo de como implementar a transformação de uma variável discreta em variável contínua. O controle da gradiência de gênero multiplicaria o número de células sociais e, com isso, aumentaria sensivelmente o tamanho das amostras. Há um custo alto (tempo, recursos financeiros, mão

15 <http://www.publico.pt/tecnologia/noticia/facebook-oferece-mais-de-50-novas-opcoes-sexuais-1623739>

16 A gradação de Kinsey vai do 0 ao 6: 0 – exclusivamente heterossexual; 1 – predominantemente heterossexual, somente incidentalmente homossexual; 2 – predominantemente heterossexual, mas mais que incidentalmente homossexual; 3 – igualmente heterossexual e homossexual (bissexual); 4 – predominantemente homossexual, mas mais que incidentalmente heterossexual; 5 – predominantemente homossexual, somente incidentalmente heterossexual; 6 – exclusivamente homossexual.

17 Documentário disponível em: <http://youtu.be/Al-GDITv-Z4>

18 No relatório do Seminário de apresentação dos resultados da Chamada Pública: Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, pela qual o projeto “Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira” foi financiada, os GT de Saúde e Violência, em suas recomendações e demandas, apresentam as dificuldades e restrições impostas pelos comitês de ética em pesquisa (e a Plataforma Brasil) a estudos de populações intersex, o que gera não só morosidade, mas implica, em muitos casos, em mudanças de população para viabilizar a execução da pesquisa.

de obra), motivo pelo qual a opção do tratamento binário mínimo tenha ainda prevalência.

1.5.2 Não-controle dos entrevistadores

Se a ampliação de um banco de dados sociolinguístico para contemplar a gradiência de gênero, seja ela qual for, é uma ação custosa, o controle dos entrevistadores é uma ação relativamente simples, sem envolver recursos, mas que pode ter um amplo poder explanatório para auxiliar a interpretação de resultados.

A origem da primazia masculina na abordagem da Sociolinguística é herança da Dialetoлогия, que se constituiu com a fala de homens, com a premissa de que a pureza da língua era conservada pelo falante do perfil social do acrônimo NORM em inglês: sem mobilidade, idoso, rural e masculino.

Romaine (2003, p.112) lembra que os primeiros estudos sociolinguísticos foram conduzidos por homens, e muitas das perguntas feitas a homens e mulheres nas entrevistas refletem parcialidade masculina. Por exemplo, na cidade de Nova York, Labov pedia para homens e mulheres lerem uma passagem de um texto cujo final apresentava uma comparação entre cachorros e a primeira namorada de um garoto. (*I suppose it's the same thing with the most of us: your first dog is like your first girl; she's more trouble than she's worth, but you can't seem to forget her*). Em outras partes da entrevista, homens e mulheres eram inquiridos sobre suas palavras de formas diferentes. Mulheres eram inquiridas sobre jogos de infância, enquanto homens, dentre outras coisas, eram inquiridos sobre termos para garotas e, em certas ocasiões, sobre termos para órgãos sexuais. Não se pode creditar as diferenças linguísticas relacionadas ao gênero somente ao gênero; o tema/tópico temático percorrido nas entrevistas tem forte enviesamento de gênero e, certamente, tem efeitos na fala dos entrevistados.

Por outro lado, os efeitos do entrevistador na fala do entrevistado também podem ser medidos quando à sua experiência em pesquisa de campo, o que ficou conhecido como “efeito Rutledge”, ou quanto aos efeitos de polidez decorrentes das relações de poder e de solidariedade estabelecidas com os entrevistados em relação ao sexo/gênero (ou origem étnica, como no estudo de Rickford e MacNair-Knox (1994)). O “efeito Rutledge” é resultado do re-exame do estudo de Montgomery (1998) sobre a distribuição da construção de duplo modal *might could* em dados da amostra do *Linguistic Atlas of Gulf States* (LAGS). Para explicar o fato de que a construção de duplo modal é duas vezes mais frequente com entrevistadoras do que com entrevistadores, Montgomery (1998) argumenta que é

uma tendência de informantes serem mais polidos com mulheres do que com homens. No entanto, Bailey e Tillery (2004), ao reverem os resultados deste estudo, observaram que a frequência de ocorrência da construção era muito maior nas entrevistas realizadas por uma pesquisadora do projeto LAGS chamada Barbara Rutledge, a mais produtiva da equipe no processo de coleta de dados (ela realizou 200 das 1121 entrevistas que compõe a amostra). Como a coleta de dados seguia os moldes da dialetologia, com perguntas de um questionário objetivo, em certas ocasiões o entrevistador costuma fazer uso de mecanismos linguísticos para elucidar a resposta; era o caso de Barbara Rutledge, que frequentemente sugeria a resposta, com a forma *migh could*. Quando as entrevistas realizadas por Barbara Rutledge foram retiradas da análise, a distribuição da construção *migh could* perdia significância quanto ao sexo/gênero dos informantes.

O efeito do sexo/gênero no fenômeno, constatado por Montgomery (1998) é, na verdade, o efeito de um entrevistador (e suas estratégias linguísticas) sobre seus entrevistados; no entanto, a experiência aponta para a necessidade de um controle mais pormenorizado do entrevistador das entrevistas sociolinguísticas, a fim de desvelar os papéis sociopessoais da relação entre entrevistador e entrevistado.

Quanto à assimetria de gênero, o estudo de Holmes (1998) sobre as relações de fala entre entrevistados do mesmo sexo ou de sexo diferente sugere que, pelo menos em interações mais formais, membros de cada sexo falam o mínimo em situações em que se sentem mais desconfortáveis.

A atenção para o entrevistado tem sido um dos pontos a serem considerados nos estudos sociolinguísticos ditos de terceira onda (ECKERT, 2012), cujo foco reside nas práticas e na dimensão estilística da variação. O “efeito Rutledge” é um exemplo de o quanto o entrevistador pode influenciar a prática do entrevistado, em termos de postura linguística, o que pode ser explicado por acomodação (GILLES, 1973). O controle dos efeitos do entrevistador na fala do entrevistado, nos estudos sociolinguísticos brasileiros, ainda é incipiente. Seguindo a metodologia de entrevistas sociolinguísticas, Cambraia e Araujo (2004), ao analisarem a variação em locativos no português de Belo Horizonte, optaram por restringir a amostra a “apenas informantes do sexo masculino, já que a coleta foi realizada por pesquisador do sexo masculino” (CAMBRAIA, ARAUJO, 2004, p. 125-126). Já Freitag (2012) tece reflexões sobre os efeitos dos entrevistadores na fala dos entrevistados na expressão do passado condicional, valor linguístico que costuma ser associado à polidez (e, polidez, por sua vez, é relacionada à fala feminina); a constatação de que, na amostra sociolinguística sob análise, todas as entrevistas foram realizadas por entrevistadoras, impõe relativizações à análise, tal como Cambraia e Araújo (2014).

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O exame dos resultados de estudos sociolinguísticos brasileiro em função da variável sexo/gênero insere-se em um debate maior, chamado por Scherre e Yacovenco (2011), que propõem uma agenda de trabalho (discussão mais ampla):

- A importância da codificação da variável sexo na busca do entendimento do papel do gênero – a questão da comparabilidade dos resultados.
- A questão das amostras e dos gêneros discursivos: será que há mesmo reversão de mudança ou apenas mais percepção do *tu*?
- A necessidade de amostras maiores para análises dos dados dos homens e das mulheres separadamente.
- O controle do papel do indivíduo (tarefa metodologicamente fácil) e das comunidades de prática (tarefa metodologicamente difícil).
- A importância da relação entre os interlocutores no processo de escolha dos pronomes de segunda pessoa.
- A difícil tarefa de considerar a questão das classes sociais no Brasil e a importância dada por Labov (2001) à relação entre gênero e classe social e os diversos momentos da mudança linguística.
- Análise minuciosa de todos os trabalhos variacionistas sobre outros fenômenos, na busca de verificar o papel do gênero em uma gama mais ampla de fenômenos variáveis (tarefa também de múltiplas mãos e mentes). (SCHERRE, YACOVENCO, 2011, p. 141-142)

Encontramos, ao examinar estudos sociolinguísticos brasileiros, resultados contraditórios e muitas especulações *ad hoc* sobre a relação da mulher com a variedade de prestígio e o seu papel na mudança linguística. Encontramos, também, uma mudança da correlação entre uso da língua e sexo para as dimensões simbólicas e ideológicas da linguagem. Enquanto a maioria da literatura sociolinguística tradicional tem expresso o valor simbólico da linguagem dominante e das variedades de prestígio em termos de seu suposto valor econômico no mercado de trabalho, trabalhos mais recentes têm dado atenção às ideologias da masculinidade e da feminilidade.

Por fim, o exame dos estudos reitera uma percepção arraigada, reforçando a necessidade de revisão da concepção do campo de estudos. Para uma compreensão e explanação mais ampla dos resultados, os estudos so-

ciolinguísticos exigem uma equipe multidisciplinar, envolvendo áreas com maior familiaridade não só com a etnografia, se for esse o caminho trilhado, mas também com a lide sociodemográfica, a fim de relevar a hipótese da mobilidade para a explanação sociolinguística. O uso de microdados de pesquisas sociodemográficas, como a base do IBGE, por exemplo, requer conhecimentos específicos das categorias controladas. O que temos é uma Sociolinguística feita só por linguistas, o que releva o componente linguístico mas o controle do social é feito por *default* dos bancos de dados.

REFERÊNCIAS

- AEBISCHER, Verena; FOREL, Claire. *Falas masculinas, falas femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BAILEY, Guy; TILLERY, Jan. Some sources of divergent data in sociolinguistics. In: FOUGHT, Carmem. *Sociolinguistic variation: critical reflections*. New York: Oxford University, 2004, p. 11-30.
- BARROZO, Thais Aranda; AGULLERA, Vanderci de Andrade. Sexo e linguagem: uma análise a partir das sabatinas dos ministros do supremo tribunal federal Joaquim Barbosa e Rosa Weber. *Revista da ABRALIN*, v. 13, n. 1, p. 13-38, 2014.
- BENÇAL, Dayme Rosane; DE ALMEIDA BARONAS, Joyce Elaine; SEMCZUK, Wéllem Aparecida Freitas. A variação estilística na fala dos moradores castrenses e londrinenses: em busca do diminutivo-inho. *Entretexos*, v. 13, n. 1, p. 334-352, 2013.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. /S/em coda de sílaba interna à luz da geo e da sociolinguística. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 12, n. 1, p. 103-122, 2009.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de gênero – uma análise do censo demográfico de 2010*. Série Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, vol. 33. Rio de Janeiro, 2014.
- BRUSTOLIN, Ana Kelly Borba da Silva. Itinerário do uso e variação de nós e a gente em textos escritos e orais de alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública de Florianópolis. *Diadorim*, v. 8, n.1, p. 351-374, 2012.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble and the subversion of identity*. Nova York/Londres: Routledge, 1990.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMBRAIA, César Nardelli; ARAÚJO, Leonardo Eustáquio Siqueira. Variação em locativos no português de Belo Horizonte: um estudo sociolinguístico. *Paralelo*, v. 20, p. 123-132, 2004.
- CAMERON, Deborah. Language: linguistic relativity: Benjamin Lee Whorf and the return of the repressed. *Critical Quarterly*, v. 41, n. 2, p. 153-156, 1999.
- CARMO, Márcia Cristina do; TENANI, Luciani Ester. As vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista: uma análise sociolinguística. *Alfa*, v. 57, n. 2, p. 607-637, 2013.
- CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic Theory*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2003.
- CHESHIRE, Jenny. Linguistic variation and social function. In: COATES, Jennifer (ed.). *Language and gender: a reader*. Oxford: Blackwell, 1998, p. 29-41.
- COATES, Jennifer. Gender. In: LAMAS, Carmem; MULLANY, Louise; STOK-

WEEL, Peter. **The Routledge Companion of Sociolinguistics**. Nova York: Francis & Taylor, 2006, p. 62-68.

COSTA, Albertina de Oliveira. Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 99, p. 205-210, 2004.

COULTHARD, Malcolm. **Linguagem e sexo**. Ática, 1991.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 66-92, 2009.

DEUCHAR, Margaret. A pragmatic account of women's use of standard speech. In: COATES, J.; CAMERON, D. (eds.) **Women in their Speech Communities**. London: Longman, 1988. p. 27-32.

ECKERT, Penelope. The whole woman: Sex and gender differences in variation. **Language Variation and Change**, v. 1, n. 3, p. 245-267, 1989.

ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, n. 41, p. 87-100, 2012.

ECKERT; Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. **Linguagem, sexo, sexualidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. [original de 1992]

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. **Language and gender**. Cambridge University Press, 2003.

FERREIRA, Jesuelem Salvani; TENANI, Luciani Ester; GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. O morfema de gerúndio “ndo” no Português Brasileiro: análise fonológica e sociolinguística. **Letras & Letras**, v. 28, n. 1, p. 167-188, 2012.

FISCHER, John L. Social influences on the choice of a linguistic variant. **Word**, v. 14, n. 1, p. 47-56, 1958.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: feminista: da redistribuição ao da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. **Working Papers em Linguística**, v. 14, n. 2, p. 156-164, 2013.

FREITAG, Raquel Meister Ko. O “social” da sociolinguística: o controle de fatores sociais. **Diadorim**, v. 8, n. 8, p. 43-58, 2012.

FREITAG, Raquel Meister Ko. O controle dos efeitos estilísticos dos papéis sociopessoais e do sexo/gênero nas entrevistas sociolinguísticas. In: II Congresso Internacional de Dialetoлогия e Sociolinguística, 2012, Belém. **Diversidade linguística e políticas de ensino**: anais. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2012. p. 289-296.

- FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.
- GILES, H. Accent mobility: a model and some data. *Anthropological Linguistica*, v.15, p. 87-105, 1973.
- HAGIWARA, Robert. **Acoustic realizations of American /r/as produced by women and men**. Phonetics Laboratory, Dept. of Linguistics, UCLA, 1995.
- HENRIQUE, Pedro Felipe de Lima; HORA, Dermeval da. Da fala à escrita: a monotongação de ditongos decrescentes na escrita de alunos do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. *Letrônica*, v. 6, n. 1, p. 108-121, 2013.
- HOLMES, Janet. Complimenting: A positive politeness strategy. In: COATES, Jennifer (ed.). **Language and gender: a reader**. Oxford: Blackwell, 1998, p. 100-120.
- HORA, Dermeval da. Vocalização da lateral/l/: correlação entre restrições sociais e estruturais. *Scripta*, v. 9, p. 29-44, 2006.
- KANITZ, Andréia; BATTISTI, Elisa. Variação sociolinguística na fala-em-interação: análise quantitativa e qualitativa do uso variável de vibrante simples em lugar de múltipla no português brasileiro de bilíngues português-alemão. *Letrônica*, v. 6, n. 1, p. 3-25, 2013.
- KINSEY, Alfred Charles et al. **Sexual behavior in the human male**. 1948.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change: Social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.
- LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language variation and change*, v. 2, n. 02, p. 205-254, 1990.
- LAKOFF, Robin. **Language and woman's place**. University of Michigan, Center for Advance Study in the Behavioral Sciences, 1972.
- LEITE, Cândida Mara Britto. Intersecção entre variação linguística dos róticos e a variável sexo. *Estudos Linguísticos*, v. 41, n. 2, p. 755-764, 2012.
- LORIATO, Sarah; PERES, Edenize Ponzo. Gênero e a realização do/r/em uma situação de contato linguístico. *Entretextos*, v. 13, n. 2, p.441-436, 2013.
- MENDES, Ronald. Diminutivos como marcadores de sexo/gênero. *Linguística*, v. 8, p. 113-124, 2012.
- MENON, Odete Pereira da Silva; LOREGIAN-PENKAL, Loremi; FAGUNDES, Edson Domingos. O que é que se faz com os resultados do VARBRUL?. *Letrônica*, v. 6, n. 1, p. 319-337, 2013.
- MILROY, Lesley. **Language and social networks**. Oxford: Blackwell, 1980.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães; RONCARATI, Cláudia Nívia. Questões teórico-descritivas em sociolinguística e em sociolinguística aplicada e uma proposta de agenda de trabalho. *DELTA*, v. 17, n. spe, p. 45-55, 2001.

MOTA, Jacyra Andrade et al. Um estudo sociolinguístico sobre o apagamento de vogais finais em uma localidade rural da Bahia. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 15, n. 1, p. 311-334, 2012.

MOTHES, Lígia, ROSA, Nara. Um olhar sobre a linguagem de adolescentes de classe socioeconômica privilegiada. *Cadernos do Aplicação*, v. 22, n. 1, p. 93-111, 2009.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

NASCIMENTO, Katiene Rozy Santos do; DE ARAÚJO, Aluiza Alves; CARVALHO, Wilson Júnior Araujo de. A redução do gerúndio no falar popular de Fortaleza: um olhar variacionista. *Veredas*, v. 17, n.2, p. 398-413, 2013.

OLVEIRA E SILVA, Gisele Machline. Coleta de dados. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (orgs). *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 117-133.

OUSHIRO, Livia; MENDES, Ronald Beline. A pronúncia de (-r) em coda silábica no português paulistano. *Revista do GEL*, v. 8, n. 2, p. 66-95, 2011.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (orgs). *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 33-42.

PAIVA, Maria da Conceição. Fatores Extralingüísticos: Sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília (org.). *Introdução à Sociolinguística variacionista*. Cadernos Didáticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p. 69-73.

PIRES, Lisiane Buchholz. A palatalização das oclusivas dentais em São Borja. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem-ReVEL*, v. especial, n. 1, p. 1-23, 2003.

RICKFORD, John R.; MCNAIR-KNOX, Faye. Addressee-and topic-influenced style shift: A quantitative sociolinguistic study. In: BIBER, Douglas; FINEGAN, Edward (eds.) *Sociolinguistic perspectives on register*. Oxford: Oxford University Press, 1994, p. 235-276.

RODRIGUES, Ana Germana Pontes; ARAÚJO, Aluiza Alves de. Tarra onde, menina réa? A aspiração de/v/no falar de Fortaleza. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 22, n. 2, p. 11-58, 2014.

RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. Concordância verbal, sociolinguística e história do português brasileiro. *Fórum Linguístico*, v. 4, n. 1, p. 115-145, 2004.

ROMAINE, Suzanne. Variation in Language and Gender. In: HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Miriam. *The Handbook of Language and Gender*. Oxford:

Blackwell, 2003, p. 69-97.

RUBIO, Cássio Florêncio. Por uma definição da variante estigmatizada na concordância verbal no interior paulista: a atuação da variável gênero/sexo. **Estudos Linguísticos**, v. 36, n. 2, p. 380-388, 2007.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. Uma breve incursão pela fala culta recifense: vogais médias pretônicas à luz da sociolinguística. **Caligrama: Revista de Estudos Românicos**, v. 17, n. 2, p. 7-30, 2012.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; RONCARATI, Claudia Nivea. Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL): origens e trajetórias. **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica. Rio de Janeiro**, v. 7, p. 37-49, 2008.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. **Revista da ABRALIN**, v. 10, n. 3, p. 121-146, 2011.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. Concordância verbal e a variável “sexo” em três comunidades linguísticas do interior do Estado da Bahia. **Estudos da Língua (gem)**, v. 10, n. 2, p. 207, 2012.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. **Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 2, n. 1, p. 11-30, 2002.

THORNE, Barrie; HENLEY, Nancy. **Language and sex: difference and dominance**. Massachussets: Newsbury House, 1975.

TRUDGILL, Peter. Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich. **Language in society**, v. 1, n. 02, p. 179-195, 1972.

VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar. Realizações do sujeito expletivo em construções com o verbo ter existencial na fala alagoana. **Leitura**, v. 1, n. 47, p. 177-191, 2011.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Doing gender. **Gender & society**, v. 1, n. 2, p. 125-151, 1987.

2

CAPÍTULO

SOBRE O SIGNIFICADO IDENTITÁRIO NA SOCIOLINGUÍSTICA: A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO

Cristine Gorski Severo

INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende discutir e problematizar a dimensão social e identitária dos estudos de variação/mudança linguística com enfoque no processo de construção do gênero. Para tanto, consideraram-se os seguintes aspectos teóricos: (i) a relação entre significado social e língua, e o papel

das avaliações sociais na (re)construção das identidades; (ii) a língua vista como prática social. Tal discussão considerará tanto textos mais clássicos da sociolinguística variacionista, como reflexões que expandem a concepção de língua para a noção de prática social. Serão considerados, também, autores que têm problematizado questões de identidade na contemporaneidade, como Hall (2006) e Brubaker e Cooper (2000). Na conclusão, são apresentadas algumas questões gerais e “precauções metodológicas” consideradas importantes para uma pesquisa que busque trabalhar na intersecção entre identidade e língua. Propõe-se que um alargamento do conceito de língua – tomada como prática social e não apenas como um sistema heterogêneo de formas linguísticas – possibilita a consideração de aspectos linguístico-discursivos fundamentais para se refletir sobre a relação língua e identidade. Dessa forma, argumenta-se a favor de um olhar mais amplo para fenômenos sociolinguísticos, em direção a uma sociolinguística crítica (SINGH, 1996; BLOMMAERT, 2012).

2.1 LÍNGUA E SIGNIFICADOS SOCIAL E IDENTITÁRIO

Nesta seção, explora-se a relação entre estudos variacionistas de língua e as identidades. Indaga-se, também, sobre a relação entre significado identitário e língua a partir de abordagens localmente contextualizadas.

Dentre os trabalhos emblemáticos de Labov que abordaram a dimensão identitária local da variação linguística, estão as pesquisas em Martha's Vineyard (LABOV, 1972). Sucintamente, as análises linguísticas nessa ilha revelaram uma relação entre a centralização do ditongo /ay/ (como em *right* e *nice*) e a expressão de uma atitude positiva dos moradores em relação à localidade. Tal pesquisa evidenciou o papel da identificação (social e cultural) na manutenção de um traço linguístico. Em outros trabalhos, uma das estratégias metodológicas usadas por Labov para se considerar a dimensão local dos estudos dos fenômenos de variação linguística foi a consideração das redes sociais. Labov (1973) adotou essa perspectiva, por exemplo, em pesquisas quantitativas sobre o uso do inglês afro-americano, em Nova York, para mapear a rede de relacionamentos dos membros adolescentes mais ou menos centrais e/ou periféricos do bairro do Harlem.

Outro estudo sociolinguístico (POPLACK, 1977 *apud* LABOV, 1978) que explora a relação entre usos linguísticos locais e identidade étnica envolve a aquisição do inglês por alunos porto riquenhos na Filadélfia. A pesquisa mostrou uma apropriação linguística, por alunos (meninos) porto riquenhos, do inglês afro-americano em contextos informais de escolas da Filadélfia, e uma apropriação do inglês branco não-padrão em contextos formais pelas alunas; nota-se, neste caso, uma divisão linguística de gêne-

ro. Além desse trabalho, pode-se exemplificar os estudos sobre variação linguística e aspectos identitários locais com a pesquisa de Eckert (2000) sobre a variação linguística como prática social. Sucintamente, a autora, a partir de uma longa experiência etnográfica em uma escola pública de Detroit, evidenciou, pela noção de comunidade de prática, a existência de dois grupos polarizados na escola – os Jocks e os Burnouts. A diferença linguística entre ambos sinalizaria para duas atitudes: enquanto os Jocks, orientados para a vida institucional, tendem a acatar as regras da escola, os Burnouts, orientados para uma vida urbana, resistem a tais regras, tentando subvertê-las; nesse caso, classe social e gênero estariam fortemente vinculados à mudança linguística em progresso. Contudo, nesse contexto, os agentes da uniformização linguística não seriam esses dois grupos, mas os chamados “in-betweens”, que sobrepujam as atitudes rebeldes dos Burnouts aos usos linguísticos dos Jocks (LABOV, 2002).

Os trabalhos etnográficos de Eckert (2000, p. 228) possibilitaram a seguinte afirmação teórica pela autora: “O significado social da variação é construído pelas diferentes maneiras como os falantes individuais estão vinculados, por um lado, a seus amigos mais próximos e, por outro, ao nível mais abstrato de organização social”¹. Disso depreende-se que: (i) o significado social da variação não é dado, mas construído; (ii) essa construção vincula-se, por um lado, às formas de relação dos sujeitos com seus pares e, por outro, às formas de ligação dos sujeitos a uma dimensão social mais ampla. Além desses aspectos, uma outra característica que define o significado social e estilístico de uma dada variável linguística é a sua sensibilidade à apreciação social e, portanto, ao monitoramento pelo sujeito. Tal sensibilidade atrela-se à ideia de nível de consciência social que, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 124), “é uma propriedade importante da mudança linguística que tem que ser determinada diretamente”. O papel do significado social da variável linguística foi ratificada por Labov (1972, p. 23), ao afirmar que “apenas quando o significado social é vinculado a tais variações que elas serão imitadas e começarão a desempenhar um papel na língua.”²

A construção linguística de identidades não pode ser vista a partir de elementos linguísticos isolados e quantificados. Há um conjunto de traços linguísticos, juntamente com outros elementos semióticos, que atuam na construção de uma dada identidade (SEVERO; NUNES, 2015): É o caso,

1 “The social meaning of variation is built into the very means by which individual speakers are connected to their closest friends on the one hand, and the most abstract level of social organization on the other.” As traduções são de responsabilidade das autora.

2 “Only when social meaning is assigned to such variations will they be imitated and begin to play a role in the language.”

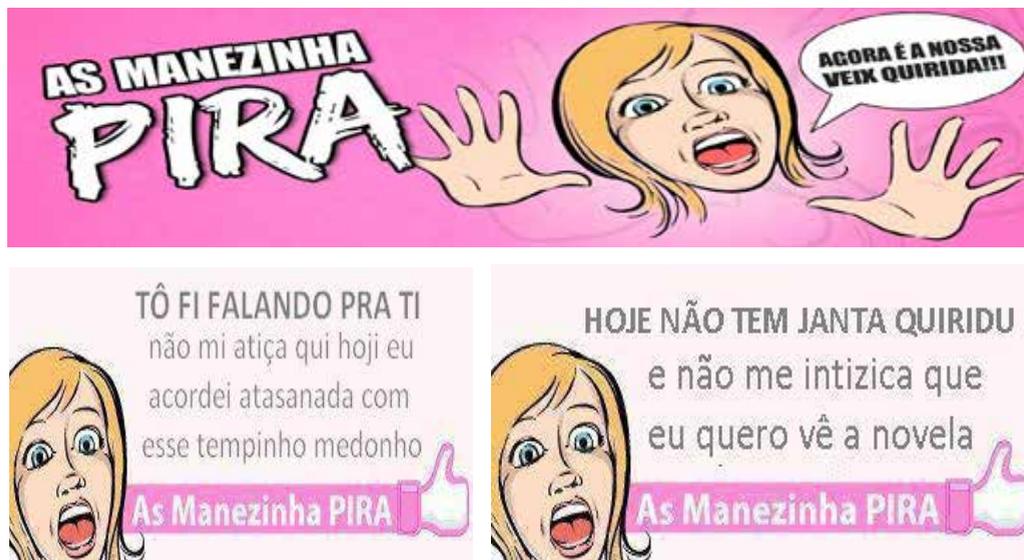
por exemplo, do manezinho da ilha de Florianópolis cuja identidade é reconhecida, entre outros aspectos, pelo uso de certos elementos linguísticos, como: prosódia acelerada, uso de uma variante não africada diante da realização da oclusiva dental diante de [i] (como em *tia* e *dia*), uso de marcadores discursivos “não tem” e “entendesse”, uso do pronome tu, além de altos índices de monotongação, entre outros aspectos (SEVERO; NUNES, 2015; VALLE, 2014).

Além de um conjunto de fenômenos linguísticos, a construção de uma dada identidade não depende apenas da vontade consciente dos sujeitos. Isso porque as identidades não podem ser vistas como categorias estáveis e estanques autorreguladas, mas como processos que se dão a partir de três aspectos interligados (BRUBAKER; COOPER, 2000):

- Processo de auto-identificação: Como alguém se identifica com uma dada categoria identitária? Por exemplo, ser mulher ou nativa da ilha de Santa Catarina?
- Processo de identificação pelo outro: Como as pessoas identificam alguém de uma dada maneira?
- Processo de identificação institucional: Como os discursos oficiais identificam/categorizam uma dada identidade?

Esses três elementos tornam mais complexa a relação entre usos linguísticos e questões identitárias. Diante disso, por exemplo, os traços linguísticos que assumem significados sociais e identitários deveriam ser “validados” não apenas pelos próprios sujeitos, mas também por outros sujeitos e pelas instituições. Nessa perspectiva, as reflexões que buscam vincular usos linguísticos a aspectos identitários – língua das mulheres, das manezinhas (nativas de Florianópolis), das rendeiras, das juízas, etc. – deve considerar a importância de um levantamento das apreciações sociais sobre os usos linguísticos feitos pelas pessoas. A partir disso, propõe-se que os “testes de atitude” podem ser instrumentos metodológicos interessantes para se considerar as apreciações sociais sobre os usos linguísticos associados a aspectos identitários. Tais testes de atitude podem incluir uma gama de instrumentos que captem a apreciação social. Como exemplos de testes de atitude “informais”, podem-se considerar postagens em redes sociais que usam a língua como bandeira identitária, mesmo que seja para fins de estilização paródica (BAKHTIN 1952-1953), conforme ilustra-se na figura 1.

Figura 1: Recortes da página do Facebook, com 3.300 curtidas
(Março, 2014).



A construção linguístico-discursiva de “personas” ratifica certos significados sociais e estilísticos atribuídos à língua como, por exemplo, as ideias de beleza, inteligência, competência e desenvoltura em relação às formas de expressão dos sujeitos. Os níveis de apreciação social dos usos linguísticos têm sido definidos, pela sociolinguística variacionista, em relação a três categorias que atuam num contínuo valorativo: os *estereótipos*, com maior força avaliativa e sensível à discussão metapragmática, os *marcadores*, com força avaliativa mediana, e os *indicadores*, que indexam significados regionais e não são sensíveis ao eixo formalidade-informalidade (ECKERT, 2008; LABOV, 1971). Além disso, os estereótipos são, em alguns casos, usados para ratificar tipos sociais, como é o caso da “mulher histérica” (*acordei atazanada*) ou da mulher dona-de-casa, que cozinha para seu marido ou que assiste novelas. Outro exemplo de identificação de aspectos identitários a partir da avaliação linguística pode ser conferido pelo depoimento de uma das entrevistadas do Banco da Amostra Floripa (VARSUL, 2014), abaixo:

(1)

E [entrevistadora]: O que é ser manezinho pra você?

I [informante]: Ah, eu não percebo no meu falar, mas assim, vocês já foram na Costa da Lagoa?

E: Eu só fui pra ir no restaurante.

I: O pessoal lá tem o sotaque muito forte. Aqui em Ratonos tem pessoas que não tem o sotaque tão forte, mais as gírias e o jeito de falar. (A., 32, F.)

Muitos outros exemplos sobre atribuições de valorações aos sujeitos a partir do seu comportamento linguístico são encontrados na mídia, como valorações condenatórias sobre a variedade falada por Lula ou a atribuição de valores “masculinos” ao jeito de falar de Dilma Rousseff, conforme ilustra o seguinte excerto publicado no jornal Brasil Post (02/05/2015)³:

‘É aquela pessoa que bate na mesa, que fala que *eu vou fazer e acontecer, eu sei*. Isso é, no estereótipo, uma liderança muito mais patriarcal, do coronelismo brasileiro’. Assim a coordenadora do programa de governo de Marina Silva, Maria Alice Setubal, definiu a presidente e candidata à reeleição Dilma Rousseff, em entrevista à Folha e ao portal UOL.

O patriarcalismo define uma sociedade de dominação masculina. No caso do comentário acima, o uso de construções categóricas, incisivas e em primeira pessoa feito pela presidenta Dilma seria visto por Maria Alice como traço de masculinidade. Tal visão reducionista e estereotipada ratifica algumas conclusões levantadas em pesquisas sociolinguísticas de gênero do início dos anos 1970 (LAKOFF, 2010[1972]). É curioso averiguar como essas observações registradas por Lakoff – frutos de um trabalho ainda incipiente sobre a questão de gênero – ecoam em apreciações feitas por mulheres em relação a outras mulheres que ocupam lugares de liderança política. Outros exemplos incluem programas humorísticos, telenovelas e filmes que constroem tipos sociais atrelados a certos comportamentos linguísticos, reforçando estereótipos sociais a partir da língua.

Diante do exposto, é pertinente levar em conta que a construção da relação entre identidade e língua deve considerar, além da dimensão local de anexação dos significados identitários, as formas de circulação social e midiática desses significados, bem como as diferentes formas como tais significados são interpretados e ressignificados pelos sujeitos. Isso implica que valores pejorativos, depreciativos ou positivos variam. Por exemplo, o uso daqueles traços linguísticos mencionados anteriormente como característicos do “manezês” foram, historicamente, alvo de deboche e de depreciação identitária, conforme os excertos abaixo ilustram:

(2)

[...] se tu vai pro interior do Ribeirão da Ilha, onde lá, onde lá não chegou, lá tu vai encontrá o manezinho típico, que pouca influência tem desse mundo que taí [...] (VARSUL – 40, F.)

3 Disponível em <http://www.brasilpost.com.br/2014/08/22/dilma-masculina_n_5699118.html>

(3)

[...] meu linguajar não traz aquele traço da nossa cultura, do nosso linguajar cantado [...] aquele que fala oi, oi , o coitado, aquele né (VARSUL - 40, F.)

(4)

E: A senhora acha bonito o jeito de vocês falarem aqui?

I: É, porque sou manezinha.

E: E o que que é ser manezinha?

I: Porque não sabe nada, eu acho, né. Não fala bem, não sabe pronunciar, não sabe como é que se diz as palavra, né? Agora, não sei porque criou esse nome de manezinho, né, não sei. (VARSUL, Amostra Floripa – 50, F.)⁴

Tais traços linguísticos têm sido ressignificados diante de uma revalorização da identidade do manezinho nos últimos anos (AMANTE, 1998), como fruto de iniciativas institucionais, de “mercantilização” da tradição e de resistência aos estrangeiros em defesa de uma forma de vida local.

Diante do exposto, propõe-se que a articulação entre língua e identidade (de gênero, por exemplo) leve em conta a complexidade que envolve a indexação de significados identitários aos usos linguísticos, a forma de circulação desses usos e significados, e as formas de recepção desses significados. Esquemáticamente, propõe-se o seguinte modelo que interliga a produção, circulação e recepção dos significados identitários indexados à língua (Figura 2).

4 As informações no final da transcrição sinalizam para os dados das informantes: o número representa idade e a letra F representa o sexo.

Figura 2: Percurso geral dos significados linguístico-identitários

Finalizando, nesta seção foi feita uma breve apresentação de pesquisas sociolinguísticas de cunho variacionista sobre a relação entre língua e identidade, a partir de um olhar sobre a identidade local. O conceito de identidade foi problematizado a partir de um olhar mais amplo e dialógico, que integre a relação dos sujeitos consigo, com os outros e com as instituições. Além disso, foram feitas aproximações entre a apreciação social dos usos linguísticos e os significados identitários. Uma série de exemplos ilustraram estereótipos que ratificam certas visões sobre língua e identidade feminina. Por fim, essa seção propôs, de forma esquemática, um pequeno modelo que considere – nas pesquisas sobre a relação entre usos linguísticos e aspectos identitários – a interrelação entre as instâncias de produção, circulação e recepção dos significados sociais. A seguir, aborda-se a língua a partir de um olhar mais amplo, que considere as práticas sociais.

2.2 A LÍNGUA COMO PRÁTICA SOCIAL: AMPLIANDO OS HORIZONTES LINGÜÍSTICOS

A construção da relação entre identidade de gênero e língua extrapola a dimensão propriamente linguística (fonológica, prosódica, morfossintática, lexical e textual), incluindo práticas linguísticas mais amplas, como é o caso, por exemplo, das cantigas e das rezas (orações) praticadas pelas

rendeiras de Florianópolis. Nas práticas sociais, considera-se que os sujeitos não usam os significados sociais e estilísticos, mas os produzem e reproduzem (ECKERT, 2008). No contexto das práticas sociais, uma série de recursos semióticos são integrados para a produção de sentidos. Assim, as identidades são vistas como produtos e produtoras das práticas sociais. E os usos linguísticos emergem contextualizados a essas práticas. Além disso, considerando que as práticas sociais não são estáticas, os significados sociais e estilísticos também não o são, conforme vimos na seção anterior sobre a ressignificação dos significados identitários do manezinho da ilha de Santa Catarina.

A dimensão mutante dos significados identitários – como no caso de uma revalorização da “tradição” – é afirmada por Hall (2006) a partir dos efeitos que a globalização e migrações estariam produzindo sobre as identidades: (i) as identidades estariam em uma espécie de crise, o que favoreceria processos de fragmentação e desterritorialização das identidades; (ii) tal fragmentação teria motivado movimentos de resistência em direção a um reforço ou reformulação das identidades locais, o que se evidencia pela busca de memórias, pelo compartilhamento de aspectos comuns e pela perpetuação da herança; (iii) os deslocamentos e encontros entre culturas teria promovido a emergência de novas identidades híbridas. No contexto de Florianópolis, percebe-se um movimento de revalorização da identidade das mulheres mais idosas da ilha pelo interesse midiático de entrevistá-las, pelo investimento da Secretaria de Cultura de Florianópolis nas práticas “tradicionais”, pela quantidade de pesquisas acadêmicas sobre essas mulheres e suas práticas e pela mercantilização de suas rendas (e saberes tradicionais) como artesanato local.

Considerando que as identidades não operam de forma unitária, mas de maneira intersectada, explorar as práticas linguísticas das rendeiras de Florianópolis implica considerar lugares de intersecção de identidades de gênero (feminino) e de tradição. Ao se levar em conta uma dimensão complexa de identidade e de línguas vinculada às práticas sociais, propõe-se, metodologicamente, um estudo que considere uma interligação entre três aspectos, considerados a seguir:

(i) Formas de nomeação, designação, representação imagética e valoração dessas identidades. No caso das rendeiras, suas práticas foram ressignificadas historicamente, sendo que essa valorização favoreceu o alçamento dessas mulheres ao espaço público, ao papel de contadoras de história, de empresárias, de detentoras de um saber tradicional e de mestras e educadoras na arte da renda. Alguns nomes próprios tornaram-se símbolos dessa mulher: Dona Teodora, a “grande manezinha”, de Jurerê; Dona Aldazira, do Rio Tavares; Dona Delícia e Tia Ilda, benzedeiras do Pântano do Sul.

Além de rendeiras, as mulheres de Florianópolis são significadas em relação a uma memória associada às bruxas, curandeiras, benzedoras ou parteiras. Os excertos abaixo, oriundos da Amostra Floripa (VARFUL, 2014), ilustram essas representações como um lugar de singularização da mulher.

(5)

E: A tua mãe fazia renda de bilro?

I: Renda de bilro.

E: Pra ela ou pra vender?

I: Ela conta que na infância dela ela fazia porque perdeu o pai dela muito cedo. (VARFUL, 32, F.)

(6)

E: E história de bruxa?

I: É, eles comentavam, mas nunca vi nem quero ver. Diz que tinha, não sei. As crianças chorava, ficava meio inchadinha, ‘ai ó, foi a bruxa que te embruxou’.

E: E tinha alguém por aqui que falavam que era bruxa?

I: Ah, diziam, fulana de tal é bruxa.

E: Por que?

I: Fazia trança em crina de cavalo, não sei.

E: Mas olhando pra pessoa? Por que diziam ‘ai, aquela ali é bruxa?’

I: “É eles achavam elas assim diferente, não sei, eu nunca achei. (VARFUL, 50, F.)

(7)

E: A senhora já levou algum dos seus filhos em alguma benzedora?

I: Uhum. A mais velha. Benzer de susto. Que ela sempre levava susto. Daí eu pensei: ‘tá assustada por quê, né?’ Essa benzedora benzia só de susto. (VARFUL, 50, F.)

(ii) Essas formas de designação não são isoladas, mas se alinham a práticas sociais e linguísticas específicas: benzedura, cantigas de roda, orações, contação de histórias de bruxa, feitura de rendas de bilros, boi-de-mamão, ratoeira (dança de roda embalada por versos), partos e cozinha (farinha, tainha). Sobre a cantiga de ratoeira, mais especificamente, trata-se de uma dança em que as mulheres cantavam uma cantiga com temas voltados para o universo amoroso e de encantamento dos rapazes. Abaixo ilustra-se o trecho de duas ratoeiras (PEREIRA et al., 1990):

Vou fazer a minha cama
 Na virada para o rio
 Para ver o meu amor
 Quando passar no navio.
 O sol é caixão de prata
 A lua é a fechadura
 As estrelas são as chaves
 Que fechava nossa ventura.

Minha mãe quer me casar
 prometeu tudo que tinha
 depois de me ver casada
 deu três sacos de farinha
 Se tu soubesses cantar
 como eu sei de cantiga
 fazia as velhas rir
 quanto mais as rapariga

Trata-se de cantigas que seguem uma estrutura composicional na forma de rimas e de diálogos, com uma *puxadora* orientando as trovas e trocas de turno, com temáticas voltadas para as relações afetivas de casamento e de amizade. A historicização dessas cantigas as remete ao trovadorismo português, com as cantigas de amor e de amigo que eram entoadas, tipicamente, por um eu-lírico masculino (LIMA, 2013). No caso das mulheres da ilha, trata-se de um eu-lírico feminino que emerge a partir de um complexo semiótico que envolve dança, canto, letra e uso de roupas específicas (saias, pulseiras, lenços e blusas bordadas). Nesse sentido, a língua (prosódia, pronúncia, morfossintaxe, léxico) surge como produto desse complexo semiótico em que as mulheres constituem-se enquanto cantam, dançam e produzem sentidos.

(iii) Além das formas de designação e das práticas linguísticas, um outro lugar de construção linguístico-discursiva de identidade são as narrativas de mulheres que advogam ter forte vínculo afetivo com a Ilha. Tais narrativas – muitas das quais foram depreendidas de entrevistas realizadas para a construção da Amostra Floripa pelo Núcleo VARSUL (2014) – incluem temas variados que se vinculam ao universo vivido por essas mulheres. Além da Amostra Floripa, há uma série de documentários⁵ sobre as rendei-ras de Florianópolis com vistas a uma valorização da tradição local. Nesses documentários são ilustrados temas variados associados ao imaginário que intersecta tradição e identidade (feminina): rendas, rede, tarrafa, cantigas da ratoeira, bruxas, benzeduras, comidas (farinha, pirão), partos, lavação de roupas, festas (Divino Espírito Santo), relação entre passado e presente. No caso das rendas, o bilro é visto como uma arte passada informalmente entre gerações, como um saber tradicional familiar que requer “paciência e técnica”. Em alguns desses documentários, as mulheres ensinam a fazer

5 Alguns exemplos podem ser encontrados nos seguintes sítios: sobre a renda de bilro: <https://www.youtube.com/watch?v=qBckHtDLKgo> e <http://www.youtube.com/watch?v=ienO8aI267Y>; sobre memórias da infância: <http://www.youtube.com/watch?v=u0F7epsUuqg>; sobre as cantigas e o bilro: <http://www.youtube.com/watch?v=ZLBEKHr31Ns>.

renda e, nesse contexto, a língua emerge como um lugar de visibilização das mulheres, de sua voz e conhecimento. Tal fato fica evidenciado pela criação de associações, que formalizam a técnica e mercantilizam a prática e os produtos, lugares onde essas mulheres assumem um protagonismo econômico também em relação a sua família.

O protagonismo assumido pelas mulheres rendeiras – pela apropriação e discursivização da prática de fazer renda tomada como um saber tradicional – é também ratificado pela construção do blog *rendeirasdebilro*, que publica uma série de vídeos e depoimentos sobre a “mulher rendeira”. Nesse contexto, trata-se de considerar a visibilização dos discursos e das mulheres rendeiras como um lugar de ressignificação dos papéis sociais, políticos e culturais das mulheres a partir da relação consigo mesmas (e com suas memórias), da relação com os outros (que as identificam como “mestras” da arte de fazer renda) e da relação com as instituições (como a prefeitura e as associações culturais), que legitimam sua prática e seus saberes. As práticas linguísticas – na forma de narrativas, cantigas, diálogos, piadas, brincadeiras, provérbios, rezas, etc. – emergem como produto desses processos identitários em que o que está em jogo é o direito de falar e de ter sua voz validada e reconhecida. Trata-se de práticas linguísticas tomadas como práticas sociais.

Adaptando ao estudo das práticas sociais das mulheres da ilha o modelo proposto na seção 2.2 para o estudo da relação entre identidade e significados identitários, tem-se a proposta metodológica da figura 3.

Figura 3: Percurso específico dos significados linguístico-identitários

Finalizando, esta seção teve como foco explorar a concepção de língua como prática social. Nesse caso, trata-se de considerar que a língua se integra a um complexo semiótico mais amplo, que envolve cantos, danças, vestimentas, rezas, entre outros. É na prática social que as mulheres constroem-se, na relação consigo, com outros e com as instituições. Além disso, se defende uma visão de identidade de gênero interligada à tradição, pois se considera que as identidades são múltiplas e, portanto, correlacionam-se continuamente.

PALAVRAS FINAIS

As reflexões em torno das mulheres e dos significados identitários que se inscrevem em suas línguas e práticas linguísticas levantam questões como foco para futuras reflexões:

- De que maneira os sujeitos constroem discursiva e linguisticamente a sua identidade local?
- De que maneira a tradição é (re)construída e linguística e discursivamente?
- Em que medida os sujeitos ao identificarem os significados sociais e identitários das variantes utilizam-nas como índices na construção

de uma identidade local?

- De que maneira os deslocamentos dos sujeitos favorecem a emergência de categorias linguístico-discursivas híbridas em termos de significado social identitário?
- Como significados identitários locais são construídos, mantidos e propagados?

Em diálogo com tais questões, assumimos como “precauções teórico-metodológicas”, algumas reflexões que incluem a consideração dos seguintes aspectos:

(i) Os usos linguísticos assumem significado social de tradição em práticas linguísticas locais e passam a ser assimilados, ressignificados e propagados pelas interações locais, pelas mídias, pelas instituições.

(ii) A estabilização de significados de identidades de tradição envolve fatores discursivos, como a valorização da identidade regional como um bem simbólico, cultural e econômico – *Ser manezinho passa a ser marca de prestígio cultural*.

(iii) Os sujeitos avaliam os usos linguísticos e essa avaliação afeta a escolha/uso de uma variante ou outra com finalidade de construção de uma dada identidade.

(iv) As avaliações dos usos linguísticos com marcas identitárias não são estanques e homogêneas, mas podem ser sistematizadas em uma escala avaliativa e relativamente variável.

(v) A gradação avaliativa produz efeitos sobre os usos das variantes.

(vi) É possível – e necessário – apreender as avaliações dos sujeitos sobre usos linguísticos.

REFERÊNCIAS

- AMANTE, Francisco Hegídio. **Somos todos manezinhos**. Florianópolis: Pápa-Livro, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance (1934-35). In: **Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance**. São Paulo: Unesp, 1998 [1988].
- BLOMMAERT, Jan. Supervernaculars and their dialects. **Dutch Journal of Applied Linguistics**, v. 1, n. 1, 2012. p. 1-14.
- BRUBAKER, Roger; COOPER, Frederic. Beyond 'Identity'. **Theory and Society**, 29, p. 1-47, 2000.
- ECKERT, Penelope. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell, 2000.
- ECKERT, Penelope. Variation and the indexical field. **Journal of Sociolinguistics** 12/4, p. 453-476, 2008.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LABOV, William. The study of language in its social context. In: Fishman, J. A. (org.) **Advances in the Sociology of Language**, vol. 1. The Hague/The Netherlands: Mouton, 1971, p.152-216.
- LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William. The linguistic consequences of being a lame. **Language in Society**, 2, p. 81-115, 1973.
- LABOV, William. Crossing the Gulf between Sociology and Linguistics. **The American Sociologist**, v. 13, n. 2, p. 93-103, 1978.
- LABOV, William. Review of Penelope Eckert, *Linguistic variation as social practice*. **Language in Society**, n. 31, p. 277-306, 2002.
- LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher (1973). In: OSTERMANN, C.; FONTANA, B. (orgs). **Linguagem, Gênero Sexualidade**. São Paulo: Parábola, 2010. p.13-30.
- LIMA, Sumaya Machado. Ratoeira bem cantada e cantigas de amigo: possíveis diálogos que atravessaram o tempo. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**. Florianópolis, 2013.
- PEREIRA, Nereu do Vale; PEREIRA, Francisco do Vale; NETO, Waldemar Joaquim da Silva. **Ribeirão da Ilha, vida e retratos – um distrito em destaque**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, Coleção Memória de Florianópolis, n. 3, 1990.
- POPLACK, Shana. On dialect acquisition and communicative competence: the

case of Puerto Rican Bilinguals. *Language in Society* 7, 1978. p. 89-104.

SEVERO, C. G.; SOUZA, C. M. N. identidade e língua na ilha de Santa Catarina: sobre a relação entre o **manezinho** e o **manezês**. In: SAVEDRA, M. M. G; MARTINS, M. A.; DA HORA, D. (orgs.). **Identidade social e contato linguístico no português brasileiro**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015, p.13-36.

SINGH, *Rajendra*. *Towards a Critical Sociolinguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

VALLE, Carla Regina Martins. **Multifuncionalidade, mudança e variação de marcadores discursivos derivados de verbos cognitivos: forças semântico-pragmáticas, estilísticas e identitárias em competição**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2014.

3

CAPÍTULO

LÍNGUA, CULTURA E IDENTIDADE EM FLORIÁNOPOLIS: AS RENDEIRAS E SUAS CANTIGAS

Nathalia Müller
Cristine Gorski Severo

INTRODUÇÃO

O presente capítulo aborda a relação entre a constituição da identidade feminina e tradicional das rendeiras de Florianópolis e suas práticas linguístico-discursivas (as cantigas de ratoeira), buscando compreender como se dá a construção de significados locais de identidade de gênero intersectada pela identidade de tradição. São interrogados, sobretudo, os sentidos de “feminino” e de “tradição” indexados a tais práticas, considerando-se as narrativas dos sujeitos, os discursos folclóricos e as políticas de patrimonialização. A investigação ocorre, portanto, em um contexto que vincula práticas linguístico-discursivas e questões concernentes à construção cultural e política da identidade, em consonância com reflexões oriundas da Sociolinguística crítica (SINGH, 1996) e dos estudos baseados em comunidades de prática (ECKERT, 2000; ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010[1992]).

Esta investigação colabora com o quadro brasileiro da Sociolinguística voltada aos estudos de gênero na medida em que contempla a produtiva aproximação entre os estudos de língua e os estudos de discurso¹ ou, em outros termos, as maneiras como os significados identitários se inscrevem na língua. Nosso enfoque, assim, aproxima o conceito de comunidades de práticas (ECKERT, 2000; ECKERT; MCCONNELL, 2010) do método de investigação do discurso empregado pela etnografia da comunicação. Busca-se enfatizar tanto o contexto no qual as práticas se realizam, quanto os sentidos atribuídos pelos próprios falantes/participantes às suas práticas de linguagem. Cabe, aqui, citar Bucholtz (2003), para clarificar os objetivos e métodos desse tipo de abordagem do discurso com a qual dialogamos:

Para esta finalidade, os etnógrafos da comunicação geralmente focam as “formas de falar” – gêneros discursivos através dos quais membros culturais competentes manifestam seu conhecimento cultural – ao considerarem os sistemas de classificação discursiva dos próprios falantes ao invés de importar suas categorias analíticas academicamente pautadas.² (BUCHOLTZ, 2003, p. 46)

1 Segundo Bucholtz (2003, p. 43): “[...] the use of discourse-analytic tools has helped to clarify and expand our knowledge of how gender and language mutually shape and inform each other”.

2 “To this end, ethnographers of communication often focus on ‘ways of speaking’ - discourse genres through which competent cultural members display their cultural knowledge - by considering speaker’s own systems of discursive classification rather than importing their own academically based analytic categories.” As traduções no decorrer do capítulo são de nossa autoria.

O conceito de comunidade de prática e o método de investigação da etnografia da comunicação são aqui relacionados considerando-se o fato de ambos priorizarem a construção linguístico-discursiva de sentidos identitários em nível local, evitando-se, assim, a abstração que define abordagens generalistas e/ou essencialistas.

Busca-se, dessa forma, empregar o aparato metodológico da Sociolinguística para se compreender a construção linguístico-discursiva de uma identidade feminina perpassada pela identidade de tradição.

3.1 SOBRE AS RENDEIRAS E A RENDA DE BILRO

A renda de bilro é um artesanato característico da cidade de Florianópolis e considerado referência cultural, artística e identitária das mulheres rendeiras. Trata-se de uma técnica passada de geração em geração pelas rendeiras e que remonta à imigração açoriana: “*Minha mãe me ensinou quando eu tinha seis anos e eu era obrigada a aprender*” (E., 58 anos)³. Em tempos nem tão remotos, a confecção de renda já foi uma das principais atividades exercidas pelas mulheres da Ilha e, no seu percurso histórico, a confecção da renda foi aliada a outros costumes, como a popular cantiga de ratoeira.

A técnica da renda de bilro encontra os traquejos de sua confecção pulverizados entre as gerações mais recentes. O rareamento contemporâneo da prática é a razão pela qual tal referência cultural tem sido, pelo menos desde a década de 1950 (SOARES, 1957), um lugar de produção de discursos de folclorização, os quais, por sua vez, podem ser interpretados como uma (re)invenção da tradição, pressupondo a seleção de um repertório específico – a renda de bilro – a ser monumentalizado entre as diversas manifestações da cultura popular (GARCIA, 2010). No embalo das políticas culturais públicas, a renda de bilro é contemplada por ações de investimento e incentivo institucionais que visam à sua preservação, como as fundações municipais de cultura (Fundação Franklin Cascaes) e as iniciativas no âmbito federal associadas às políticas de tombamento do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN).

Assim, as políticas culturais de valorização das práticas das rendeiras colocam a seguinte situação: às questões de transmissibilidade oral da tradição entre as diferentes gerações somam-se discursos folclorizantes. Tais discursos folclorizantes atualizam e deslocam os sentidos das práticas tradicionais, criando novos significados que são construídos principalmente

3 O enunciado é uma transcrição da fala das interlocutoras na ocasião de pesquisa etnográfica na Casa de Referência da Mulher Rendeira (Amostra Rendeiras). Os termos em parênteses fazem referência à letra inicial do nome e à idade da entrevistada.

por políticas de patrimonialização. No caso da renda de bilro, por exemplo, em 2010 foi criado o Centro de Referência da Renda de Bilro, um termo de cooperação entre o Ministério da Cultura (Minc) e a Fundação Cultural de Florianópolis (Franklin Cascaes), através do Programa Nacional de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart). Se, por um lado, tal Centro de Referência legitima as práticas e discursos das rendeiras, por outro lado, ele produz novos discursos, localizando as rendeiras – e sua renda de bilro e cantigas – em uma interseção entre a tradição, a mercantilização e a folclorização.

Na dinâmica esboçada acima estão implicados, para além da prática da produção de renda, processos nos quais as rendeiras envolvem-se em compartilhamentos de saberes e interações linguístico-discursivas, constituindo, assim, uma comunidade prática (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010[1992]; ECKERT 2000). É nesse âmbito comunitário local que ocorre a produção de significados relacionados à identidade feminina tradicional em Florianópolis. Entendemos que tanto a identidade como os usos de linguagem que lhes são associados são produtos de práticas sociais e devem, portanto, ser estudados em relação a essas práticas. O conceito de comunidades de prática permite-nos, portanto, compreender a relação entre construções identitárias e formas de fazer e dizer que emergem de um contexto de aprendizagem e compartilhamento de objetivos comuns. Nesse contexto, há o compartilhamento de um repertório que envolve formas de falar e de cantar, crenças, valores, narrativas, formas de se vestir, entre outros.

Sendo massivamente nativas de Florianópolis, es rendeiras apresentam em sua fala os traços linguísticos típicos das variantes constitutivas do falar ilhéu (SEVERO; NUNES, 2015): velocidade da fala, prosódia aguda e com uma curva ascendente no final da frase, pronúncia palatalizada da consoante fricativa alveolar em coda silábica (como em *fe[s]ta* e *me[ʒ]mo*), realização de oclusivas alveolares diante de /i/ (como em *tia* e *dia*). A nossa experiência etnográfica revelou, ainda, algumas apreciações das renderias em relação à variedade linguística falada pelos manezinhos: em uma das visitas feitas em campo na casa de D.A. (rendeira, 79 anos) localizada no Bairro Rio Tavares, nos confrontamos com a concepção que os próprios nativos têm de sua variedade vernacular, a qual revela um certo julgamento depreciativo a respeito de uma suposta falta de correção. Ademais, P. (servidor público, 54 anos), morador da ilha em constante contato com as práticas culturais tradicionais florianopolitanas, advogando um determinado valor de genuína fala nativa, revelou não sentir-se representado por ícones midiáticos de Florianópolis.

Essas marcas da oralidade e essas apreciações nos interessam particularmente, uma vez que, no interior do quadro esquemático delineado, desejamos atentar para a relação da construção de identidade feminina com as cantigas de ratoeira, interpretadas como práticas linguístico-discursivas orais. Entendemos que a prática do canto, no caso das rendeiras, é um potente agenciador de sentido das representações de um feminino tradicional nativo de Florianópolis e que os valores e os significados das cantigas e dessas representações se dão no interior das comunidades de prática. A tradição, então, não configura uma estrutura estanque que se dispersa através das gerações, sendo, então, produzida e logo reinventada.

A relação entre práticas linguístico-discursivas, identidade e tradição não é direta ou transparente. Mobilizar o conceito de identidade no momento contemporâneo significa considerar a ideia de crise (HALL, 2006), que desafia a noção essencialista de “pureza” presente em certas concepções de identidade e de tradição. A identidade, segundo Hall (2014, p. 104), “é um conceito que opera ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada de forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser pensadas.” Com isso, nos apoiamos teoricamente na proposição de que não se trata “[...] de conservar e resgatar tradições supostamente inalteradas. Trata-se de perguntar como estão se transformando e como interagem com as forças da modernidade” (CANCLINI, 2008, p. 218).

3.2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

As considerações feitas sobre a relação entre língua, identidade de gênero nesse capítulo levam em conta o recorte de um corpus organizado a partir de conjuntos discursivos que, por vezes, revelam visões diferenciadas, a saber: a) documentos produzidos por órgãos de políticas públicas e culturais que visam resgatar a identidade das rendeiras; b) discursos acadêmicos sobre a renda de bilro e cantigas de ratoeira; c) arquivos de vídeos e áudios que midiaticizam as práticas, constando de narrativas e memórias de mulheres identificadas como rendeiras e; d) o relato de caráter etnográfico a partir da observação e da interlocução com as subjetividades ora investigadas, na comunidade de prática das rendeiras na Casa de Referência da Mulher Rendeira.

Mais especificamente, o corpus é constituído pelos seguintes produtos: documentários *Versos da Ilha* (2013) e *Pois Agora* (2013); a obra *Desde o Tempo da Pomboca – Renda de Bilro de Florianópolis* (FIGUEIREDO, 2014); dados do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); relatos et-

nográficos buscados na Casa de Referência da Mulher Rendeira e nos domicílios de algumas das participantes dos encontros; narrativas levantadas por Silva (2011) em sua dissertação *Ratoeira – Música de Tradição Oral e Identidade Cultural*.

Importante esclarecer que dois referenciais emergem em relação à identidade das rendeiras: o primeiro são as mulheres que fazem renda e compartilham um repertório linguístico-discursivo materializado em suas interações e em suas vivências na Casa de Referência da Mulher Rendeira ou em seus domicílios; o segundo diz respeito às discursivizações sobre essas identidades, seja pela folclorização da prática, na qual toma-se a renda de bilro isoladamente, seja por meio de um olhar acadêmico, que considera as identidades a partir de uma matriz teórica muitas vezes distanciada da vida dessas mulheres.

Sobre os estudos voltados para a relação entre linguagem e gênero a partir do conceito de prática, Eckert e McConnel-Ginet (2010 [1992], p. 94) criticam o excesso de abstração quanto às categorias de feminino e masculino em pesquisas clássicas sobre o tema, defendendo que “compreensões teóricas sobre como linguagem e gênero interagem demandam cuidadosa observação das práticas sociais nas quais são conjuntamente produzidos”. As autoras propõem, então, que a visão sobre a relação entre gênero e linguagem se dê ancorada em uma perspectiva contextual, ou seja, em comunidades locais específicas nas quais os sujeitos reúnem-se em torno de um objetivo particular e compartilham um repertório comum, evitando-se, assim, o impasse de um excesso de abstração. Embora os sujeitos participem de diferentes comunidades de prática interligadas, o recorte teórico-metodológico da pesquisa não visa explorar um olhar comparativo que rastreie as redes de relacionamento ou as comunidades das rendeiras, embora a experiência etnográfica da pesquisa realizada tenha propiciado uma interlocução entre dados levantados na Casa de Referência da Mulher Rendeira e na casa de uma das rendeiras.

A concepção teórica centrada nas comunidades de prática privilegia as ações – práticas concretas e localizadas – e os engajamentos que situam os diferentes usos da língua. Consideram-se, também, as “interações observáveis que realizam o trabalho de produzir, reproduzir e resistir à organização de poder na sociedade e nos discursos sociais [...]” (ECKERT; MCCONNEL-GINET, 2010[1992], p. 105). Tal abordagem é pertinente para se analisar a constituição da identidade das rendeiras a partir de um fazer: a prática artesanal da renda e as cantigas, configurando a ideia de *gendered practices* (ECKERT, 2008). A um dado fazer somam-se compartilhamentos linguísticos, simbólicos e discursivos. É no interior dessas esferas que o gênero é negociado, não isoladamente, mas vinculado a outras

identidades, como a de tradição.

Ademais, nenhuma comunicação é calcada apenas em elementos linguísticos. O conceito de comunidade de prática agencia outros elementos semióticos para se pensar a comunicação e o discurso realizados em seu interior. Nas CofPs (*Communities of Practices*), o sentido é localmente negociado acompanhado sempre de outros sistemas simbólicos:

Nunca nos deparamos com a linguagem sem que esteja acompanhada de outros sistemas de símbolos, e o gênero é sempre acompanhando de formas complexas de participação de pessoas reais em comunidades às quais elas pertencem (ou pertenceram, ou ainda vão pertencer). (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010 [1992]), p.97)

Tendo feito uma apresentação conceitual dos significados mobilizados pelo conceito de comunidade de prática, discorre-se a seguir sobre aspectos analíticos da identidade e subjetividade rendeira em relação às suas práticas linguístico-discursivas.

3.3 LÍNGUA, IDENTIDADE E TRADIÇÃO: TECENDO APRECIÇÕES ANALÍTICAS

Antigamente, na memória de uma Florianópolis tão saudada pelo discurso nativo, dizia-se que “onde há rede, há renda”. Esse enunciado característico da cultura ilhéu já nos oferece pistas sobre a significação das práticas artesanais: ele delimita e caracteriza as práticas como *gendered practices*, revelando campos de atuação produtores de diferenciação de gênero, ou seja, reservados ao espectro masculino e ao espectro feminino. É possível pensar que o caráter social, cultural e identitário da renda de bilro – permeada por práticas linguístico-discursivas, como a cantiga da ratoeira, e pela constante negociação de significados de feminilidade e tradição – é o que assegura sua maior visibilidade em relação à prática artesanal tipicamente masculina da pesca. Por outro lado, a prática da cantiga de ratoeira é menos conhecida e visibilizada do que outra prática folclórica tipicamente masculina, o Boi de Mamão. Essa comparação revela como tem sido demarcada a diferenciação de gênero: práticas tidas como masculinas vinculam-se à esfera pública, e as práticas tidas como femininas, à esfera privada. Contudo, salienta-se que os discursos de resgate da tradição florianopolitana têm alçado a cantiga de ratoeira a uma esfera publicizada, sendo que, atualmente, a prática que teve suas origens em contextos privado passa a ressoar também em um contexto social coletivo, como é o exemplo da Casa de Referência da Mulher Rendeira.

A abordagem do conceito de Comunidades de Prática caracteriza-se por considerar a atividade da renda um fazer vinculado a aspectos sociais e históricos, no embalo das reflexões feitas por Zanella, Balbinot e Pereira (2000, p. 236):

Com relação à atividade foco do presente estudo – a renda de bilro – trata-se de uma manifestação cultural e, como tal, deve ser entendida como atividade social realizada por uma determinada coletividade, desse modo, ao aprendê-la, o sujeito apropria-se não somente de um fazer, mas de toda a história e valores que o caracterizam, sendo que, ao mesmo tempo, imprime a estes sua marca singular.

Diante disso, o conhecimento da técnica envolvida no artesanato não acarreta necessariamente um processo de subjetivação como “mulher rendeira”. A agilidade de manuseio dos bilros deve ser somada às práticas linguístico-discursivas compartilhadas pelas rendeiras. Assim, ser rendeira implica negociar e interagir com uma série de símbolos por meio de ações como as práticas linguístico-discursivas, incluídas aí variantes da fala florianopolitana e o compartilhamento do cancionero popular da ratoeira.

Quando atentamos para os relatos de rendeiras compilados pelo IPHAN em *No Tempo da Pomboca – a renda de bilro em Florianópolis* (FIGUEIREDO, 2014), e para as narrativas que surgiram em nossas interlocuções com as rendeiras, percebemos que, em muitos casos, o artesanato constituía um ofício a ser aprendido em um tempo em que “não tinha nada” (enunciado reiteradamente proferido pelos sujeitos com os quais interagimos quando referiam-se ao contexto passado florianopolitano). Caracterizava-se, então, por ser uma atividade doméstica, focada ao âmbito privado. A prática da ratoeira, contudo, é muitas vezes lembrada como uma prática que permitia às meninas comunicarem-se e flertarem com os meninos, ou seja, uma forma de manifestação em um espaço público.

A expansão e urbanização de Florianópolis permitiram às rendeiras o engajamento em empregos formais, mais rentáveis. Após a aposentadoria, contudo, muitas dessas mulheres retornaram à atividade, aproveitando-se do convívio social proporcionado e da valorização da prática do bilro, seja em nível identitário, seja em nível comercial:

Hoje as coisas estão melhores. Não ganho muito, mas tenho aposentadoria, ganho um salário mínimo, já dá pra passar. Tenho filho que ajuda Passeio mais, me divirto muito no casarão da Lagoa com minhas colegas de lá. Enquanto eu tiver força e perna para ir, eu vou. (Relato de Dona Siderma *apud* FIGUEIREDO, 2014, p. 132).

Nos encontros etnográficos na Casa de Referência da Mulher Rendeira, foi possível testemunhar muitos exemplos do cancionário florianopolitano. “Ratoeira não me prenda que eu não tenho quem me solte” é um dos versos das cantigas e expressa as razões para essa específica denominação da prática: segundo o discurso nativo, trata-se de reter os participantes no centro da roda, especialmente os enamorados.

Sucintamente, a dinâmica da ratoeira constitui-se da seguinte maneira: sua estrutura é dialógica, onde quadras são cantadas (sejam improvisadas ou provenientes de um repertório oral compartilhado pela comunidade) em uma voz solo, seguidas por um refrão cantado pelo grupo e respondidos por outra voz, que retoma a brincadeira com novos versos. Normalmente há dois contornos melódicos singelos e sem maiores ornamentações, um solo e outro cantado pelo coro.

Notamos por meio do levantamento bibliográfico e documental que a prática linguístico-discursiva e musical da ratoeira não é devidamente registrada, especialmente se comparada com a renda de bilro. Talvez esse fato se deva às dificuldades de registro da dimensão oral própria da prática canora, o que resulta na existência de múltiplas indefinições encontradas quando tentamos nos aproximar da historicidade dessa prática tradicional. Analisar os significados da ratoeira demanda, também, recorrer ao discurso nativo, o qual, em alguns casos, preconiza sua extinção.

Contudo, partimos do pressuposto que não há extinção, mas resignificação enquanto prática efetiva nos grupos de rendeiras de terceira idade, seja por meio das documentações e registros de resgate da cultura tradicional, seja pelas narrativas atualizadas das próprias rendeiras. Sobre essa resignificação, vale mencionar as reflexões de Silva (2011, p. 113):

A ratoeira já possuiu um papel de intermediar namoros, por meio das disputas poético-musicais e flertes entre os cantantes. Atualmente é basicamente realizada em apresentações folclóricas de grupos de terceira idade e eventualmente é ensinada a crianças em algumas escolas também com o rótulo de “folclore.”

Da mesma forma que a renda de bilro é tomada por “coisa de mulher”, a prática das cantigas também o é. O repertório das cantigas foi/é massivamente dominado por mulheres, que o aprendiam com suas mães e

avós. Tem-se, então, acoplada à prática, uma estrutura simbólica de categorias binárias, como o masculino e o feminino. Compreendemos, portanto, a ratoeira como uma das práticas que produzem diferenciações entre os gêneros no interior da comunidade de prática. Aproximando-nos dos relatos dos próprios sujeitos vinculados à prática, observamos que as rendeiras referem-se às cantigas como algo que, no passado, lhes possibilitou fazerem ressoar sua voz em espaços públicos. É possível depreender esses sentidos a partir dos seguintes depoimentos: “Naquele tempo a gente ficava trancada”; “Naquele tempo não tinha nada”; ou ainda “Naquele tempo mulher não estudava”.⁴

Dessa forma, se essas mulheres tinham seu discurso interdito no espaço público da comunidade, especialmente nas interações com os homens, a prática das cantigas era uma forma velada de fazer ressoar as suas vozes, manifestando-se em sua comunidade e rompendo o silêncio que lhes era atribuído/esperado, enviando mensagens de flerte ou, ainda, jocosas. Contemporaneamente, consideramos que as ratoeiras, para além da afirmação de um passado caracterizado pela tradição, é também um lugar onde as rendeiras seguem ressoando sua voz e constituindo a sua identidade, à qual novos sentidos são endereçados.

Outra diferença pertinente entre a prática da ratoeira no passado e no presente é que se no passado a ratoeira, como prática oral popular transmitida geracionalmente, inscreveu-se no repertório oral compartilhado, atualmente, as vozes e os sujeitos que a cantam foram midiaticizados, registrados e veiculados em portais de compartilhamento audiovisuais. Nesse sentido, um novo espaço é inaugurado para tais práticas, produzindo efeitos sobre a ressignificação dessas práticas e dos sujeitos por elas interpelados.

Ainda no âmbito da relação entre as temporalidades vinculadas à ideia de tradição, a menção ao passado é referência central a partir da qual desenrola-se o discurso acerca da ratoeira, conforme evidenciado neste relato:

Hoje em dia já ninguém canta mais... ninguém sabe por quê... A nossa mocidade, não era baile, não era nada... nós ia de noite pra praia, aí nós fazia aquela roda [...] e começava a cantar... cantava a noite... cantava de três, quatro horas, nós cantava... aquela onda grande... cantava um verso uma pra outra... É que ninguém sabia essas música de rádio, televisão, não sabia, então era só isso, NE? (Relato de Dona Maria *apud* VERSOS, 2013)

4 Tais enunciados foram registrados em nota durante a pesquisa etnográfica.

Muitas das narrativas das rendeiras referem-se ao passado como um período árduo. A memória da cantiga se remete a uma Florianópolis rural, em que as crianças eram desde muito cedo incorporadas a um regime laboral intenso. As recordações da mocidade, dos hábitos alimentares e culturais (como a renda e ratoeira, as festas religiosas e as práticas culturais como o Boi de Mamão) são as referências do tempo em que aquilo que atualmente é designado como “tradição” configurava simplesmente os hábitos de vida compartilhados no quadro da cultura popular.

Eu não tenho saudade daquele tempo, era tudo muito sacrificado. Além de fazer renda eu cuidava das coisas com a mãe. A gente ia lavar roupa, tinha que pegar água lá embaixo da fonte, não tinha água encanada, meio-dia tinha que levar almoço pro pai a pé. (Relato de Madalena Aurora Gaia *apud* FIGUEIREDO, 2014, p.111)

A gente cantava... nós saía passear, ai um monte de meninas, juntava e cantava ratoeira. E cantava ratoeira porque não passeavam, não tinha nada... (Relato de Juliana *apud* VERSOS, 2013)

Embora as rendeiras reconheçam o valor dos grupos de rendeiras, comuns a quase todos os bairros tradicionais de Florianópolis, paradoxalmente elas parecem pouco lamentar o fato de que suas filhas e netas não aprenderam a técnica. Assim, provavelmente a “tradição” opera como um valor simbólico para os outros, e não para elas, pois as rendeiras estão cientes de que a renda de bilro não constitui uma profissão para as gerações que lhe sucedem. Por outro lado, as políticas de patrimonialização buscam agregar valor à atividade da renda e atrair mais jovens para a atividade. Apesar dessas contradições, os relatos etnográficos feitos revelam que as rendeiras atualmente experienciam aquilo que chamam de “melhor momento de sua vida”, uma vez que, atualmente, decidem sobre suas práticas. Assim, a renda de bilro deixa de ser uma obrigação (na falta de outras opções profissionais) e a ratoeira deixa de ser uma distração, sendo ambas ressignificadas – pelas rendeiras – no interior da comunidade.

Sobre os processos de folclorização das práticas das rendeiras, nota-se que quando as próprias rendeiras cantoras de ratoeira ignoram as particularidades de suas práticas na atualidade para significá-las apenas no passado, elas também estão, de certa forma, se apropriando e atualizando os sentidos folclorizantes que lhes são atribuídos por terceiros. Dessa forma, as rendeiras se relacionam com as próprias comunidades para, como sujeitos identificados como “típicos”, desfrutarem de espaços de convívio e socialização, além de realizarem intercâmbios e viagens. Atualmente, por exemplo, as rendeiras estão iniciando uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e a prefeitura municipal para a criação de uma

loja para suas confecções a ser localizada no Mercado Público de Floriánópolis, o que lhes oferecerá vantagens na venda de suas peças. A mercantilização da prática – conferindo às rendeiras uma certa agentividade em relação a vida econômica e social – emerge no relato abaixo:

O Centro de Referência da Rendeira melhorou o incentivo pra rendeira colocar a renda lá para comercializar. Surgiram oportunidades, dou aula de renda de bilro na Biblioteca Barreiros Filho no Estreito, isso me ajudou bastante, fui pro Rio de Janeiro, nunca tinha viajado de avião [...] (Relato de Dona Nerivalda *apud* FIGUEIREDO, 2014, p. 82)

Diante do exposto, sistematizamos nos quadros 1 e 2 como os discursos e práticas das rendeiras são ressignificados, no interior da comunidade de prática, a partir da relação complexa entre identidade, língua e tradição.

**Quadro 1: Diferentes discursos sobre o passado
Sentidos Atribuídos ao Passado**

Discurso das Rendeiras	As memórias das rendeiras localizam o passado entre um tempo de muitas dificuldades (para, por exemplo, executar tarefas hoje simples, como deslocar-se pela cidade, além do rigoroso modo de vida de um regime rural). Há, todavia, uma ludicidade em suas lembranças, especialmente no que diz respeito à abundância de recursos naturais, à coesão da comunidade “nativa”, que se contrapõe à irrupção do turismo na ilha e ao fato de ser essa a temporalidade quando as práticas de ratoeira e de confecção de renda de bilro eram mais comuns entre as mulheres da ilha.
Discurso Folclórico	O passado, museificado, é o tempo dourado do discurso folclórico, cujas representações sempre estão na iminência de serem perdidas devendo, portanto, serem resgatadas. Importa, mencionar que tal discursividade se mantém relativamente inalterada desde a década de 1950.
Nossas observações	O passado é o eixo temporal mobilizado na maior parte dos discursos (seja folclórico, seja nativo, seja acadêmico). Uma própria avaliação linguística deflagraria a constante mobilização dessa temporalidade por uma análise das narrativas das rendeiras, obscurecendo as práticas no presente.

**Quadro 2: Diferentes discursos sobre o presente
Sentidos Atribuídos ao Presente**

Discurso das Rendeiras	As rendeiras são positivas quanto ao seu momento presente, à medida que percebem-se usufruindo da visibilização de suas práticas e da possibilidade de novas socializações, intercambiando seus saberes com outras rendeiras de diversas partes do Brasil e do mundo. Contudo, raramente a prática de ratoeira é discursivizada por esses sujeitos no momento presente, a não ser que as rendeiras sejam pontualmente indagadas sobre o tema.
Discurso Folclórico	Para o discurso folclórico, o momento presente é quando urge resgatar a prática, estando, nesse sentido, em desvantagem em relação a um passado mítico quando vigorava a tradição.
Nossas observações	Conjugamos o passado e o presente: os discursos no presente operam como atualizações de memórias e discursos sobre o passado, ressignificando o valor da tradição. Sobre a cantiga da ratoeira, contudo, parece haver uma dissociação entre o passado (as rendeiras geralmente se remetem a um tempo não mais vivido quando são indagadas sobre as cantigas) vs. presente (as rendeiras cantam no presente as cantigas, enquanto fazem sua renda, embora quando indagadas sobre o assunto dizem que não sabem mais as cantigas).

Além da relação entre passado e presente, a análise do *corpus* possibilitou depreender uma série de significações em torno da identidade de gênero em relação às práticas linguístico-discursivas das rendeiras. O quadro 3 sistematiza alguns desses sentidos.

Quadro 3: Diferentes discursos sobre os sentidos de feminino (gênero)
Interpretações das questões relativas a gênero

<p>Discurso das Rendeiras</p>	<p>As rendeiras entendem que suas práticas de renda de bilro e de ratoeira são práticas compartilhadas por mulheres e compreendem que, no passado, ser mulher era oneroso, uma vez que uma série de restrições lhes era imposta. Ademais, a ratoeira aparece em suas narrativas como coisa de “menina namoradeira”. Nesse sentido, quando colocam-se em perspectiva com as novas gerações de mulheres na ilha, situam-se em uma posição de desvantagem, especialmente quanto à liberdade de escolha que as mulheres possuem hoje em dia. Por outro lado, as rendeiras também relatam sua projeção pela mídia, a qual ressignifica o valor de suas práticas “artesanais”.</p>
<p>Discurso Folclórico</p>	<p>Sem deter-se nas repercussões de seus dizeres, o discurso folclórico advoga que tanto a prática de confecção de renda de bilro, quanto de cantigas ratoeira são “coisa de mulher”.</p>
<p>Nossas observações</p>	<p>A construção da identidade de gênero não deve ser refletida isoladamente. Ainda que as práticas sejam constitutivas da representação de uma certa “feminilidade” de tradição em Florianópolis, é necessário atentar, especialmente no contexto atual, para as relações entre gênero, língua e tradição. Ou seja, a ratoeira torna-se uma prática linguística de construção de identidades femininas que compartilham memórias.</p>

Mais especificamente sobre as cantigas de ratoeira como práticas que produzem e reproduzem significados identitários de gênero e de tradição, as tabelas abaixo sistematizam alguns significados atribuídos à ratoeira a partir de três posicionamentos discursivos: a experiência das rendeiras, os discursos folclorizantes e a experiência etnográfica. Da mesma forma que se percebe nas tabelas anteriores, os discursos não ressoam os mesmos significados. Por exemplo, a identidade feminina, na perspectiva das rendeiras (quadro 4), não é discursivizada da mesma maneira que os discursos folclóricos. As observações etnográficas buscaram considerar esses dois olhares em diálogo com a experiência acadêmica da presente pesquisa.

Quadro 4: Diferentes discursos sobre as cantigas que compõem o repertório oral da ratoeira
Repertório da Ratoeira

Discurso das Rendeiras	As rendeiras assumem como cantigas de ratoeira canções que nos levantamentos folclóricos não compõem o repertório da ratoeira.
Discurso Folclórico	Delimita e descreve aquilo que elege como “cantigas de ratoeira” sem considerar a opinião de seus praticantes, seja a partir de suas quadras, seja a partir do contorno melódico.
Nossas observações	Validamos aquilo que é entendido por cantiga de ratoeira no interior da comunidade de prática, a despeito das especificações dessa manifestação popular feitas pelos discursos folclóricos e acadêmicos.

Quadro 5: Diferentes discursos sobre os contextos de prática das cantigas
Contexto da prática das cantigas

Discurso das Rendeiras	As rendeiras situam as práticas sobretudo em contextos laborais (colheita de café, raspagem de mandioca, escalação de peixe), pouco mencionando os episódios nos quais as cantigas eram cantadas em roda.
Discurso Folclórico	Restringe a prática da ratoeira como a execução de uma ciranda, atualmente presente apenas em apresentações folclóricas, raramente mencionando sua relação com a renda de bilro.
Nossas observações	Verificamos que as cantigas são geralmente cantadas em contextos de encontros entre as rendeiras para feitura da renda de bilro. É nesse contexto que a língua emerge como signo identitário de feminilidade e tradição.

Dada a ênfase conferida à noção de identidade que perpassa nosso trabalho, consideramos o sentido de identidade não como fixo e essencialista, mas, sim, como estratégico e posicional. Dessa forma, não tomamos as mulheres que confeccionam renda de bilro como naturalmente identificadas como rendeiras (caracterização que também lhes é exterior): as compreendemos como mulheres que se constituem rendeiras à medida que suas práticas e seus discursos lhes remetem a tal posição, no interior de uma comunidade de prática. Assim, a língua e as práticas linguísticas assumem um lugar de construção das identidades, processo que ocorre na relação das rendeiras entre si e na relação delas com as instituições.

Considerando a dimensão da tradição para se analisar a identidade das rendeiras em relação às suas práticas linguísticas (cantigas), a relação entre passado-presente tornou-se central para a avaliação dos sentidos produzidos pelas e sobre as rendeiras. Sinalizamos para um processo de (re)invenção de uma tradição, complexificada pela tensão entre o discurso folclórico de retorno às raízes e as experiências concretas e atualizadas dos sujeitos. Diante dessa tensão, Stuart Hall (2014, p. 109) assegura que:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós devemos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

Quando contrapomos os discursos folclóricos e acadêmicos sobre as rendeiras, interrogamos politicamente quem detém o poder de definir as identidades em oposição às práticas sociais e discursivas que, situadamente, deflagram essas mesmas identidades, levando os sujeitos a momentâneas identificações. Buscamos, então, nessa dinâmica de identidade como processo, considerar a relação entre autoidentificação, identificação operada pelo outro e identificação feita por instâncias institucionais (BRUBAKER; COOPER, 2000).

PALAVRAS FINAIS

Este capítulo buscou salientar que, quando interpelamos as narrativas das rendeiras para pensar as condições de seu processo de identificação nas práticas da cantiga de ratoeira, não estamos buscando uma identidade essencial. Na dinâmica do jogo de identificações em relação à ideia de tradição, as rendeiras não estão “imunes” ou “intocadas”. A reinvenção da tradição – pela folclorização das práticas e a atualização de uma memória pelas rendeiras – também confere às rendeiras vantagens, como uma certa visibilidade na cena pública. Isso é verificável nos recortes das narrativas apresentadas, que, se por um lado, reiteram o passado mítico em vias de extinção, por outro lado, buscam um distanciamento em relação ao passado. Essa tensão entre passado-presente é constitutiva do processo de resignificação da identidade das rendeiras em relação à tradição. É nesse contexto que a língua – vista como prática linguística que se realiza no interior de comunidades de prática – se torna lugar para negociação de sentidos e construção das identidades. Este capítulo não teve como objetivo elencar traços linguísticos pontuais que revelassem essa dinâmica identitária, mas

enfocar uma prática linguística específica – a cantiga de ratoeira – como lugar de construção e ressignificação da identidade feminina em relação à tradição. É em relação a essa prática que a língua emerge relativamente estável.

REFERÊNCIAS

- BRUBAKER, R.; COOPER, F. Beyond 'Identity'. *Theory and Society*, 29, p. 1-47, 2000.
- BUCHOLTZ, M. Theories of discourse as theories of gender: discourse analysis in language and gender studies. In: HOMLES, J.; Meyerhoff, M. *The handbook of language and gender*. Oxford: Blackwell publishing, 2003. p. 43-68.
- CANCLINI, N. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2008.
- ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.
- ECKERT, P. Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics* 12/4, 2008. p. 453-476.
- ECKERT, P.; McConnell-Ginet, S. Comunidades de prática: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder (1992). In: OSTERMANN, C.; FONTANA, B. (orgs). *Linguagem, Gênero Sexualidade*. São Paulo: Parábola, 2010, p. 93-108.
- FIGUEIREDO, W. (Org). *Desde o tempo da pomboca – renda de bilro em Florianópolis*. Pesquisa e texto de Carin Heloísa Machado, Maria Armenia Muller Wnedhausen e Wilmara Figueiredo. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), CNFCP, 2014.
- FOLCLORE Catarinense. *Um mosaico cultural popular*. Governo do Estado de Santa Catarina. Prefeitura Municipal de Florianópolis: Fábrica de Comunicação. Florianópolis. [s./d.]
- GARCIA, T.C. A folclorização do popular – uma operação da resistência à mundialização da cultura, no Brasil dos anos 50. *ArtCultura*. v.12, n. 20. Uberlândia. Jan-jun. 2010. p. 7-22.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. Quem precisa de identidade. In: TADEU, T. T. (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e Diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. Traduções por Tomaz Tadeu da Silva. Ed. Vozes: Petrópolis, 2014. pp. 103-133.
- POIS Agora. Documentário sobre o Bairro do Rio Tavares em Florianópolis. Produzido por: Marcelo Dias. 2012 (29:51). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9s_fOVZx0Pg. Acesso em: Mar. 2014.
- SEVERO, C. G.; SOUZA, C. M. N. identidade e língua na ilha de Santa Catarina:

sobre a relação entre o **manezinho** e o **manezês**. In: SAVEDRA, M. M. G; MARTINS, M. A.; DA HORA, D. (orgs.). **Identidade social e contato linguístico no português brasileiro**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015, pp.13-36.

SILVA, R. M. **Ratoeira**: Música de tradição oral e identidade cultural. Florianópolis: UDESC, 2011. 176 p.

SINGH, R. **Towards a Critical Sociolinguistics**. Amsterdam: John. Benjamins, 1996.

SOARES, D. Do artesanato e sua proteção – a renda de bilro em Florianópolis, 1957.

VERSOS da Ilha – Curta Documentário. Direção, fotografia e edição: Daniel Choma. Pesquisa e Produção Tati Costa. Produzido por Câmara Clara – Instituto de Memória e Imagem. 2013 (13:03 min.). Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pqlfgwVfJpU>. Acesso em: Mar. 2014.

ZANELLA, A.V.; BALBINOT, G.; PEREIRA, R.S. A rede que enreda: analisando o processo de constituir-se rendeira. **Educação & Sociedade**. v. 21, n. 71. p. 235-252, 2000.

4

CAPÍTULO

VARIAÇÃO COMO ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO IDENTITÁRIA: ANÁLISE DE UMA PEQUENA REDE SOCIAL FAMILIAR FEMININA DE FLORIANÓPOLIS/SC

Marcela Langa Lacerda Bragança

Lilian KeideArnhold de Azevedo

INTRODUÇÃO

Análises variacionistas sobre o fenômeno da palatalização das oclusivas alveolares no português brasileiro (HORA, 1990; ALMEIDA, 2000; ABAURRE; PAGOTTO, 2002; KAMIANECKY, 2003, entre outros) atestaram que “os falares brasileiros diferem em suas taxas de palatalização” (BATTISTI; HERMANS, 2008, p. 280) e que, em geral, essa regra variável é condicionada, em termos linguísticos, por “vogal fonológica ou não derivada /i/ e consoante-alvo da regra desvozeada /t/” (BATTISTI, 2014, p. 85). Em termos sociais, é condicionada por jovens e habitantes de zona urbana (BATTISTI, 2014) e também por escolaridade (PAGOTTO, 2001).

Para além de uma investigação a respeito de fatores condicionadores linguísticos e sociais clássicos, discute-se neste capítulo a possibilidade de a variação nos usos desse fenômeno ser também um espaço de representação identitária, construída a partir das avaliações que os sujeitos fazem de suas experiências particulares. Nesse sentido, reorienta-se a pesquisa para uma comunidade em pequena escala, convocando, como lócus da investigação, uma rede social: “categoria de pesquisa mais flexível, menos comprometida com as generalizações universais, mais próxima à dimensão do cotidiano.” (BATTISTI, 2014, p. 83).

Mais especificamente, objetiva-se investigar como cada uma de três mulheres que integram uma pequena rede social familiar do bairro Ribeirão da Ilha em Florianópolis/SC, representantes de três diferentes gerações, projetam representações acerca de suas próprias identidades através das variantes desse fenômeno. Como o foco deste trabalho está nos sujeitos, e não na comunidade linguística, trata-se de uma investigação sobre variação enquanto fenômeno socioestilístico, e os dados são analisados, especialmente, a partir de um ponto de vista qualitativo.

4.1 OS SUJEITOS E A LÍNGUA: ENTRE REGULARIDADES E SINGULARIDADES

No ideário sociolinguístico vigora a compreensão de que o sistema linguístico, além de heterogêneo, está encaixado no contexto mais amplo, de forma que “ao signo linguístico é acrescido o significado social de sua realização” (PAGOTTO, 2001, p. 21), emergindo, assim, um sistema clivado em dois níveis: o linguístico e o social. Podemos, então, inferir que, para a Sociolinguística, língua é, além de uma realidade material, um sistema simbólico, investido de avaliações, de representações que os sujeitos constroem sobre o mundo e as inscrevem na materialidade da língua.

Mas o fato de a tradição sociolinguística focalizar sua investigação em comunidades de larga escala, ou seja, em comunidades de fala, a fim de captar tendências gerais de uso da língua, tem provocado muitos apagamentos/silenciamentos sobre a heterogeneidade, principalmente, das atitudes avaliativas/representativas dos sujeitos, que resultam dos próprios conflitos inerentes à dinâmica social.

Disso decorre uma reformulação/reconsideração, dentro dos estudos sociolinguísticos, especialmente do conceito de sujeito: de um sujeito homogêneo, a-histórico, indiferente (porque localizado no campo da funcionalidade), delineado a partir de grandes categorias sociais (como sexo, faixa etária, escolaridade), intercambiável (porque tanto faz entrevistar o sujeito A ou o B de uma comunidade, desde que tenham um mesmo perfil social), passa a ser um sujeito cujas especificidades fazem diferença; por isso um sujeito que precisa ser considerado como datado e singular, na medida em que é essa característica que cria outras possibilidades de respostas quanto aos usos da língua.

Emerge, assim, a compreensão de que “há também a questão das atitudes e vontades: os falantes QUEREM se acomodar a outros?” (GUY, 2000, p. 21; grifos do autor), destacando-se a agentividade dos sujeitos diante de suas experiências no mundo como um fator a ser considerado na investigação linguística e, assim, recolocando o problema da avaliação como uma questão central para os estudos sociolinguísticos.

O próprio precursor desse campo de estudos, segundo Pagotto (2001), estudando grupos de falantes afro-americanos, delineou o perfil de cada sujeito, baseado no histórico e nas redes de contato cada um, com a hipótese de que esses elementos poderiam influenciar os usos linguísticos. Como resultado da pesquisa, que confrontou as redes e os perfis históricos com traços gramaticais e fonéticos, Labov (1986) encontrou mais regularidades no histórico de cada um do que nas redes de contato, o que levou Pagotto (2001, p. 70) a concluir que

[f]atos como este mostram que o processo de identidade governa o processo de variação e que não é o contato linguístico entre os falantes o motor do processo, mas a qualidade do contato, entendida aqui em como se coloca simbolicamente cada uma das formas variantes.

Nesse ponto, importa mobilizar um conceito de identidade a que se filia este trabalho. Adota-se o de Stuart Hall, localizado no campo dos Estudos Culturais, tendo em vista a sintonia entre o modo como concebe o conceito de identidade e o rumo que a sociolinguística tem tomado, nas últimas décadas. De maneira geral, embora o autor advirta que esse não é um conceito bem delineado (HALL, 2005, p. 09), para ele, refere-se mui-

to mais a um lugar de sentido que os sujeitos assumem para significarem o mundo e a si mesmos, compreendendo esse lugar como localizado no campo do discurso, do que a uma essência ou substância a ser examinada: “sempre existirão discursos na sociedade que são os meios pelos quais as pessoas tornam significativo o mundo, dão sentido ao mundo”. (HALL, 2003, p. 362).

Identidade, assim, em Hall, assemelha-se a posições discursivas que os sujeitos assumem na interação. É um conceito plural, já que não se trata de um sujeito com uma identidade, mas de um sujeito heterogêneo com identidades múltiplas, devido às interações sociais que mantém no tempo e no espaço de sua existência e ao modo como avalia cada um de seus encontros. A construção identitária, em Hall, portanto, decorre do modo como os sujeitos avaliam a cultura na qual estão inseridos, compreendendo que os próprios aspectos considerados “elementos de cultura” são simbólicos, uma vez que o autor não parece fazer distinção entre cultura e ideologia – “considero a base cultural/ideológica como algo que sempre existe (HALL, 2003, p. 362; grifos nossos) –, ambas tomadas como representação da realidade, com base em avaliações subjetivas.

Esse conceito de identidade de Hall harmoniza-se sobremaneira com os novos desafios a que algumas correntes da sociolinguística têm se lançado, nos últimos anos: compreender a variação como um fenômeno estilístico. Coupland (2007), no prefácio de sua obra intitulada **Style: language variation and identity**, define estilo como o modo como os falantes usam os recursos da variação para fazer sentido nos encontros sociais, tratando, portanto, estilo como um processo de significação.

De maneira geral, Coupland (2007) tece críticas à forma como a Sociolinguística vem tratando a questão do significado social dos dialetos, considerados por ele como “estilos sociais”, ou mesmo do significado social das variantes, uma vez que a tendência tem sido associar uma forma linguística a um valor social (prestígio, estigma; de classe x ou y; de faixa etária A ou B), quando, na verdade, a associação entre marcas linguísticas e significados sociais é bem mais complexa e sempre envolve uma certa instabilidade, fazendo com que não se deva tratar as características linguísticas como tendo significados únicos.

Para Coupland (2007), compreender a variação como um fenômeno estilístico significa promover deslocamentos em várias compreensões consolidadas no modelo mais tradicional de se fazer sociolinguística, admitindo-se que (1) os significados sociais das formas linguísticas não são transparentes, havendo sempre um processo de negociação nessa relação, e que (2) o lugar em que ocorrem as atribuições de significado social aos elementos da língua são os discursos socialmente contextualizados, e não

as comunidades de fala:

Teremos de pensar em termos de significado social potencial (para usar a frase de Halliday) sendo ativado ou validado, enfraquecido, contestado ou parodiado, em quadros discursivos particulares para determinados efeitos locais. Isso implicaria, mais uma vez, que o significado social não reside exclusivamente em formas linguísticas, ou mesmo nas chamadas comunidades de fala ou em histórias e experiências linguísticas dos falantes. Em parte, é uma conquista situada em discursos contextualizados dos falantes. (COUPLAND, 2007, p. 24; tradução livre)¹.

Tanto Hall, no campo dos Estudos Culturais, quanto Coupland, no campo da Linguística, parecem ter em comum o fato de trazerem para as pesquisas que lidam com sujeitos a compreensão de que, para além da experiência geral, tendo em vista as estruturas sociais mais amplas, as experiências particulares dos sujeitos podem afetar o modo como usam a língua e como avaliam suas formas.

Destaca-se, porém, que Hall não nega que grandes categorias sociais, como classe social, participem da construção identitária dos sujeitos, assim como, para ele, a competência linguística² dos sujeitos é também fundamentalmente social, uma vez que os sujeitos já adquirem a linguagem numa situação de interação. Mas a questão central é que, sendo identidade e linguagem, tanto em Hall como em Coupland, atividades sociais, pressupõe-se um constante movimento, compelido pelas avaliações que os sujeitos fazem de suas experiências, tendo em vista a compreensão de que as grandes categorias sociais, tomadas como simbólicas, são experienciadas como algo profundamente subjetivo e pessoal, afetando diretamente o campo das emoções: “[...] para mim, essas estruturas são coisas que a gente vive. Não quero dizer apenas que elas são pessoais; elas são, mas são também institucionais e têm propriedades estruturais reais”. (HALL, 2003, p. 413).

1 No original: “We will need to think in terms of social meaning potential (to use Halliday’s phrase) being called up or activated or validated, or undermined or challenged or parodied, in particular discursive frames for particular local effects. This would imply, once again, that social meaning doesn’t exclusively reside in linguistic forms, or even in so-called speech communities or in speakers’ sociolinguistic histories and experiences. It is partly a situated achievement in acts of speaking.” (COUPLAND, 2007, p. 24).

2 Para a leitura que estamos fazendo, Hall usa o termo “competência linguística” para se referir aos usos linguísticos, a algo mais próximo de “desempenho” do que de uma capacidade inata.

O ponto de contato, portanto, entre essa concepção de identidade e a abordagem sociolinguística parece ser justamente a compreensão de que a língua é um sistema simbólico e que materializa as avaliações que os sujeitos fazem de suas experiências no mundo social, embora os espaços de compartilhamentos e de disputas nem sempre sejam dispostos a partir de categorias sociais clássicas, como escolaridade, sexo, idade, tendo em vista a singularidade das percepções dos sujeitos.

Por outro lado, cada tempo é constituído pelas possibilidades de interação com o outro, o que certamente conduz a muitas regularidades linguísticas entre os sujeitos, conforme, há anos, os estudos sociolinguísticos têm evidenciado. Isso não se pode negar. O foco desta pesquisa, porém, é tentar compreender de que modo os usos linguísticos são reveladores do modo como os sujeitos projetam, em seus discursos, o modo como estão se constituindo identitariamente.

4.2 O FENÔMENO, O LÓCUS DA PESQUISA E A CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Considerando as possibilidades de realização das consoantes oclusivas alveolares /t/ e /d/ três variantes são frequentemente investigadas: a variante não africada ([t,d]); a africada não palatal ([ts,ds]); e a africada palatal ([tʃ,dʒ]). Nesta pesquisa, trata-se a primeira variante como não palatalizada; a segunda, como sendo uma palatalização moderada; e a terceira, como palatalizada.

Estudos têm indicado a primeira variante como a mais prototípica ou conservadora do falar do nativo de Florianópolis (PAGOTTO, 2001; SEVERO; NUNES DE SOUZA, 2015), cujo dialeto é conhecido como “manezês”: “um dialeto característico da ilha e que, ultimamente, tem sido mais facilmente encontrado em alguns pontos geográficos específicos, embora os residentes nativos estejam presentes em quase toda a ilha” (SEVERO, 2004, p. 241). As duas últimas variantes, portanto, ([ts, ds] e [tʃ,dʒ]), são consideradas as formas mais inovadoras nesse dialeto.

As variantes, no entanto, não se distribuem naturalmente entre quem se percebe manezinho vs. quem não se percebe manezinho, tendo em vista as considerações da seção anterior, bem como o fato de a própria noção de “identidade manezinha” transitar por um período de conflito, decorrente de a cidade de Florianópolis passar por grandes mudanças sociais, devido a um processo de modernização, sendo, ao mesmo tempo “cidade turística, cidade moderna, zona rural, vila de pescadores, cidade de funcionários públicos, paraíso perdido, ilha da magia, cidade de migrantes, pólo da

herança açoriana no sul” (PAGOTTO, 2001, p. 5).

Dessa forma, há na cidade uma flutuação linguística quanto aos usos das variantes, decorrente (a) da interpretação dos sujeitos sobre suas identidades (se são manezinhos ou não), (b) da percepção sobre qual variante caracteriza o de fora e o nativo da cidade, bem como (c) da avaliação (mais positiva ou mais negativa) que fazem desses elementos.

Nesse cenário, um dos pontos geográficos do município de Florianópolis/SC em que a variante conservadora teria mais força é a região conhecida como Freguesia do Ribeirão da Ilha, localizada, aproximadamente, a 30 quilômetros distante do centro ou da região mais urbana da cidade, e caracterizada por incorporar um conjunto de comunidades “mais ligadas à pesca e à atividade rural” (PAGOTTO, 2001, p. 144). Considerando 24 entrevistas em Ribeirão da Ilha do Banco de Dados Brescancini³, Pagotto (2001) observou que os entrevistados dessa região se referiam ao centro da cidade como Florianópolis, como se o bairro fosse um lugar à parte da cidade, indicando que um certo sentimento de localismo pode ser um dos constituintes na construção identitária dos sujeitos dessa localidade. Por este motivo, elegeu-se, nesta pesquisa, esse bairro como lócus para a investigação.

Partimos da premissa de que os métodos sociolinguísticos dos estudos de terceira onda (ECKERT, 2012) atendam aos interesses desta pesquisa, pois neles o foco está justamente em comunidade de prática e em rede social, categorias de pesquisas que se referem ao sistema de relações sociais dos sujeitos, focalizando muito mais a qualidade dos encontros entre os membros da rede do que o contato propriamente dito. Focaliza-se especialmente a noção de redes sociais, a fim de se captar conflitos ou compartilhamentos avaliativos.

A rede social considerada refere-se a uma pequena rede familiar, composta por apenas três mulheres, de três diferentes gerações (avó, mãe e neta), que moram na mesma residência em Ribeirão da Ilha/SC, conforme dito anteriormente, e que são muito íntimas. Em busca de informações mais específicas sobre cada uma delas, por exemplo, aplicou-se, no segundo contato com essas mulheres, uma ficha social, com a qual foi possível sondar os hábitos mais específicos de cada uma delas, como: se viajam com frequência, se se reúnem com a família semanalmente, o que mais gostam de fazer, quais festas costumam frequentar, etc.

3 O Banco de dados Brescancini refere-se a uma amostra constituída de 24 entrevistas, realizadas no distrito de Ribeirão da Ilha, entre os anos de 1994 e 1995 e entre 2000 e 2001, pela pesquisadora Cláudia Regina Brescancini, segundo a metodologia utilizada pelo VARSUL.

De acordo com essas informações, essas mulheres podem ser assim caracterizadas: (a) uma, à qual se refere, neste texto, como avó, de 83 anos, viúva, com apenas dois anos de escolaridade, filha de pais muito pouco escolarizados, que trabalhou como funcionária da prefeitura e como rendeira, que se reúne semanalmente com a família, que gosta de assistir TV, que participa ativamente de um clube local de idosos; (b) outra, filha desta primeira, à qual se refere, neste texto, como mãe (por ser mãe da próxima mulher considerada), de 41 anos, casada com um homem que é, profissionalmente, vigilante e motorista, com ensino médio completo, recepcionista em uma clínica médica e que declara gostar do trabalho, que convive com pessoas de várias regiões de Florianópolis, que tem duas filhas, que se reúne com muita frequência com a família; (c) e, por fim, outra, referida neste texto como neta, uma jovem de 19 anos, solteira, que acaba de ingressar na faculdade de Fonoaudiologia e que, nas horas vagas, gosta de teatrar num Grupo da própria comunidade.

O que, então, deveríamos esperar dessas mulheres em relação ao nosso fenômeno variável? Considerando a literatura sobre o fenômeno em Florianópolis e a relação entre ele e as variáveis independentes clássicas labovianas, deveríamos levantar as seguintes hipóteses: (a) a avó, por ser o membro central da rede (BATTISTI, 2014), estar na faixa etária mais elevada e ser menos escolarizada, reforçaria o falar local e, por isso, inibiria a palatalização; (b) a mãe, por ser de faixa etária intermediária e escolarização média, tenderia a promover as variantes com algum traço de palatalização; (c) e a neta, sendo jovem e universitária, tenderia a inibir a variante não palatalizada, o que promoveria um contínuo de palatalização entre as mulheres, partindo de um padrão que menos palataliza para um que mais palataliza: avó > mãe > neta.

No entanto, conforme vem se argumentando ao longo deste texto, os usos dessas variantes tendem a estar atrelados aos significados sociais que os sujeitos lhes atribuem a partir de avaliações subjetivas, de modo que também é possível esperar usos que não seguem essas tendências gerais, pois “o gênero afeta a linguagem com certas especificidades e isso se vincula às experiências da vida dos indivíduos, às ideologias e às categorias sociais existentes” (SEVERO, 2006, p. 10) dentro de determinadas redes de relações sociais. Como a rede familiar em que interagem essas mulheres é densa e uniplexa (cf. BATTISTI, 2014), será que, para a realização desse fenômeno, há mais compartilhamentos ou disputas identitárias entre elas?

4.3 METODOLOGIA

Para investigar o fenômeno variável em tela, na rede familiar já descrita, os dados foram coletados da seguinte forma: a família foi, inicialmente, contactada por uma pesquisadora do grupo de estudos do núcleo VAR-SUL/Florianópolis, momento em que se estabeleceu uma relativa aproximação entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa, visto que, de maneira bem informal, versaram sobre questões diversas, principalmente sobre os temas mais relevantes para a família.

Num segundo momento, agendado previamente com os sujeitos da pesquisa, um grupo de pesquisadores⁴ foi à casa das mulheres para entrevistá-las, momento em que também se aplicou uma ficha social com informações gerais e específicas sobre os sujeitos da pesquisa. Durante as entrevistas, embora houvesse um roteiro de perguntas, em geral, ele não foi seguido, já que a interação se processou de maneira bem natural, focalizando os temas que mais interessavam às mulheres.

As entrevistas foram realizadas individualmente, com cada uma das três mulheres. Designou-se dois entrevistadores para cada mulher com a intenção de se criar um cenário mais próximo de uma roda de conversa e, assim, atenuar o paradoxo do observador (LABOV, 2008 [1972]). Inicialmente, ouviu-se a avó; em seguida, a mãe; e, por último, a neta.

As entrevistas totalizaram, aproximadamente, duas horas de gravação e foram transcritas de acordo com as normas ortográficas e gramaticais, e não de acordo com convenções de sistemas de transcrição, pois esse procedimento não era relevante para os objetivos deste texto.

Para a análise, dentre os grupos de fatores mais controladas em outros trabalhos sobre esse fenômeno⁵, optou-se por selecionar apenas aqueles que mais diretamente se relacionam com a discussão proposta neste texto, cujo foco está no sujeito e em seus movimentos discursivos, conforme apresenta-se a seguir:

a) Sonoridade da variante (/t/ ou /d/): a fim de investigar a influência da

4 Participaram deste segundo contato com os sujeitos da pesquisa, cinco estudantes que cursaram a disciplina Sociolinguística e Dialetologia, ministrada pelas professoras IzeteLehmkuhl Coelho, Edair Maria Görski e Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. A professora Izete Lehmkuhl Coelho acompanhou esse contato.

5 Variáveis independentes linguísticas, como contexto precedente, contexto seguinte, contexto seguinte à vogal [i], posição da sílaba na palavra, entre outras, já foram controladas e apresentam os mesmos resultados mesmo quando investigadas em corpora diferentes. Variáveis independentes sociais frequentemente investigadas, como sexo, idade e escolaridade, estão imbricadas na variável independente sujeito, tendo em vista que a amostra é constituída de apenas três sujeitos.

sonoridade da consoante na realização da palatalização, considerando que “a consoante desvozeada /t/ é o fator condicionador.” (BATTISTI; DORNELLES FILHO, 2010. p. 81).

b) Item lexical: considerando o critério de distribuição de frequência, acredita-se que formas mais frequentes representam contextos que favorecem a palatalização, ao passo que formas menos frequentes tendem a impor restrições quanto ao uso da variante considerada inovadora no contexto investigado

c) Sujeito: com a hipótese de que cada mulher pode apresentar usos específicos desse fenômeno, tendo em vista o modo como estão se constituindo identitariamente diante de tantas possibilidades experienciadas em Florianópolis/SC.

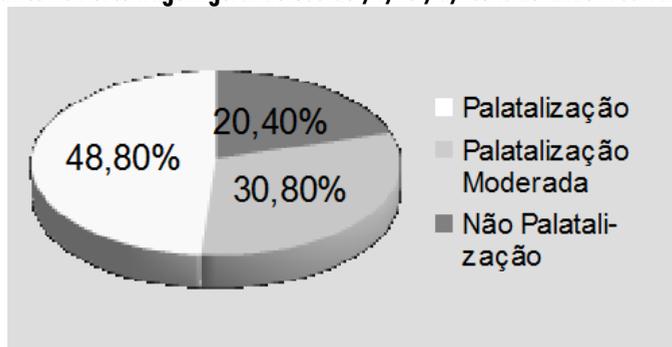
d) Tema sobre o qual se fala: com a hipótese de que os sujeitos projetam avaliações diferentes para cada tema sobre o qual se reportam, podendo, por isso, variarem a depender do que estão falando, considerando que eles (os temas) seriam as instâncias que acionam as representações que os sujeitos constroem de suas experiências.

Os dados foram submetidos ao GoldVarbX (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), considerando percentuais e pesos relativos. Além disso, focalizou-se uma análise qualitativa dos dados.

4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à análise quantitativa, nas três entrevistas realizadas foram encontrados 1.265 contextos de uso de /t/ e /d/ em contexto de assimilação da vogal alta seguinte /i/, como em *tinha*, *dia* ou em *gente* e *de*. Dentre as variantes consideradas, 48,8% das ocorrências foram de realização da variante palatalizada ([tʃ] ou [dʒ]), 30,8% de palatalização moderada ([ts] ou [ds]) e 20,4% de ocorrências em que não houve palatalização ([t] e [d]) (gráfico 1).

Gráfico 1: Porcentagem geral do uso de /t/ e /d/ considerando três variantes



Considerando as três variantes, os dados apontam um percentual maior de realização da variante inovadora nessa rede familiar, a palatalizada (48,8%). Porém, tendo em vista que a análise das entrevistas foi impressionística e que discernir com precisão quando a realização foi não africada ou africada não palatal nem sempre é possível, optou-se por reagrupar os dados gerais, opondo essas variantes à que nitidamente era palatal, gerando o par palatalização vs. não palatalização.

Os resultados gerais, reorganizados dessa forma, com foco na aplicação da regra de palatalização, apontam um uso mais equilibrado das variantes entre as mulheres investigadas, com uma ligeira vantagem para o uso da variante mais conservadora na comunidade (51,20%).

A partir de agora, apresentam-se os dados considerando os usos de cada uma das mulheres da rede: a avó apresenta um uso quase categórico de não palatalização; a mãe usa as variantes de forma equilibrada, mas com leve predominância da variante mais conservadora na comunidade; a neta usa, majoritariamente, a forma inovadora palatalizada (tabela 1).

Tabela 1: Dados gerais sobre a relação entre sujeito e palatalização

Sujeito	Apl./Tot.	%	PR
Avó	8/203	3,9	.36
Mãe	308/637	48,4	.55
Neta	301/425	70,8	.72
Total	617/1.265	48,8	

As mulheres investigadas apresentam comportamentos linguísticos bem diferentes para esse fenômeno, tendo em vista, principalmente, que os sujeitos de gerações mais distantes, a avó e a neta, apresentam comportamento polarizado, pois enquanto a primeira apresenta uma frequência de uso da forma inovadora muito baixa, desfavorecendo a aplicação da regra de palatalização, a segunda apresenta uma frequência de uso significativa, favorecendo a aplicação da regra.

Esses dados corroboram as tendências gerais já captadas por Pagotto (2001), que identifica aumento de frequência de palatalização em grupos etários mais jovens. Embora esse comportamento linguístico seja condizente tanto com situações de distribuição etária indicativa de mudança quanto com distribuição etária geracional (PAIVA; DUARTE, 2003), o perfil desta amostra, por ela não ser representativa de uma comunidade de fala, não permite tecer considerações sobre essas questões.

A partir deste ponto, analisa-se cada uma das mulheres da rede, separadamente, a começar pela mulher mais velha da amostra, a avó, para se-

guir a mesma ordem em que as entrevistas foram realizadas e também para manter a hierarquia geracional. Para essa mulher, a análise dos grupos de fatores através de pesos relativos mostrou-se inviável, tendo em vista dados praticamente categóricos quanto à não palatalização, validando as tendências gerais já captadas. Olhando, porém, qualitativamente, para os poucos dados em que a avó palatalizou, é possível sistematizá-los.

Em primeiro lugar, dos 203 usos dessa mulher, apenas oito casos (3,9%) são palatalizados, conforme Tabela 1. Considerando os grupos de fatores sonoridade da variante e item lexical, verificou-se que, das oito ocorrências palatalizadas, cinco (62,5%) foram com /t/ e, dessas, três (37,5%) ocorreram com o item lexical *gente*, um dos mais frequentes em toda amostra.⁶ As demais ocorrências de palatalização da avó não apresentaram uso sistemático considerando as variáveis item lexical e sonoridade da variante: duas foram também em contexto de /t/, mas com itens lexicais diversos, e três ocorrências foram com /d/ com itens lexicais também diversos.

Nas rodadas estatísticas individuais com as duas outras mulheres, a mãe e a neta, os grupos de fatores selecionados como condicionadores de uso da forma nova foram diferentes: para a mãe, destacaram-se os grupos sonoridade da variante, tema sobre o qual se fala e item lexical; para a neta, os fatores selecionados foram apenas tema sobre o qual se fala e item lexical. Em relação à sonoridade da variante, assim como na análise qualitativa com os dados da avó, contextos com /t/, nos usos da mãe, favoreceram o traço inovador (0,59) mais que os contextos com /d/ (0,41).

A neta, por sua vez, considerando apenas a frequência, já que esse grupo de fatores não foi selecionado para essa mulher, palatalizou mais com /d/ (74,9%) do que com /t/ (67,4%). Mas, como a neta segue a tendência geral de palatalizar muito mais do que as outras mulheres da rede (0,72), os dados parecem confirmar a hipótese de que a consoante desvozeada /t/ é fator condicionador para a palatalização (BATTISTI; DORNELLES FILHO, 2010), considerando os usos da avó e da mãe.

Dentre os itens lexicais, “*gente*” é o que mais favorece a aplicação da regra de palatalização nos usos da neta (0,73), comportamento semelhante ao dos poucos dados palatalizados da avó. Já nos usos da mãe, apenas o item “*de*” se destaca (0,65) para a aplicação da regra. Comparativamente, os resultados para cada uma das mulheres da rede, em relação a esses dois grupos de fatores, podem ser visualizados na tabela 2.

6 Aventa-se a hipótese de que o uso palatalizado da avó, no item lexical “*gente*”, pode estar relacionado com a entrada e implementação da forma pronominal “*a gente*”, em variação com o pronome “*nós*”, numa matriz de mudanças encaixadas. A investigação dessa hipótese, porém, demandaria uma pesquisa específica.

Tabela 2: Aplicação da regra de palatalização, considerando sonoridade da variante e item lexical para cada sujeito

Sujeito	Apl./Tot.	Sonoridade da variante	Apl./Tot.	PR	Item lexical	Apl./Tot.	PR
Avó	8/203 =3,9%	/t/	5/128 =3,9%	-	tinha	-	-
					gente	3/24 =12,5%	-
		/d/	3/75 =4%	-	de	-	-
					outros (/t/ ou /d/)	5/124 =4%	-
Mãe	308/637 =48,4%	/t/	162/304 =53,3%	.59	tinha	23/47 =48,9%	.46
					gente	49/91 =53,8%	.46
		/d/	146/333 =43,8%	.41	de	66/118 =55,9%	.65
					outros (/t/ ou /d/)	170/381 =44,6%	.46
Neta	301/425 =70,8%	/t/	155/230 =67,4%	-	tinha	22/27 =81,5%	.64
					gente	36/43 =83,7%	.73
		/d/	146/195 =74,9%	-	de	91/116 =76,4%	.59
					outros (/t/ ou /d/)	152/239 =63,6%	.34

Considerando agora apenas o grupo de fatores tema sobre o qual se fala, tanto na análise qualitativa realizada com os dados da avó quanto nas rodadas individuais das outras duas mulheres da rede, também é possível deprender sistematicidade nos usos analisados. Em relação aos usos da avó, notou-se que, em dois dos oito casos palatalizados, o tema sobre o qual a avó falava era “trabalho”, descrito de forma muito positiva, principalmente considerando a estreita relação que manteve com um de seus superiores, o sr. N. N. P (o seu empregador), considerado por ela como “um grande”. De igual forma, em outras quatro ocorrências palatalizadas pela avó, o tema é o trabalho do marido, e duas dessas ocorrências referem-se à

narrativa de que seu marido também trabalhou com o sr. N.N.P. Nas duas ocorrências palatalizadas restantes, a avó fala de turistas no bairro, como se pode ver no trecho abaixo:

(1)

E.: Tem muita gente que vem visitar aqui no verão?

Avó: Tem, hum?! A senhora [...] essa pousada aqui enche com o pessoal de fora. Tem outra pousada ali – vocês passaram lá – mesma coisa, enche de gente, esses barco fica tudo cheio de gente de fora.

Na entrevista da avó, todos os temas abordados giram em torno do bairro, da família e dos familiares — quase todos nascidos e/ou moradores do Ribeirão da Ilha. Nesses casos, o uso de formas não palatalizadas é categórico. Os únicos temas que se referem a algo externo ao bairro são justamente os temas em que ocorre palatalização. Isso pode ser indício de que a avó faz uma diferenciação entre o que faz parte da comunidade e o que está fora dela, mesmo comportamento que Pagotto (2001) observou em outros sujeitos desse bairro, apresentando indícios de que um sentimento de localismo os constitui identitariamente.

Como a avaliação que a avó faz dos três temas que se referem a questões externas ao bairro é positiva, seus usos, quanto a esse fenômeno, parecem se ajustar à variante possivelmente identificada com a daqueles que são de fora do bairro⁷ (o sr. N. N. P, relacionado ao mundo do trabalho de que participou, e os turistas que visitam o bairro); por isso, talvez, o uso da forma palatalizada nesses contextos. Isso pode indicar que práticas ou grupos sociais relevantes para os sujeitos impactam seus usos linguísticos, levando-os a se alinharem ou a se distanciarem ideologicamente⁸ daquilo que é característico dos grupos e das práticas avaliados. Omena (2003, p.80), nesse sentido, já destacara que um dos elementos que devem ser observados em fenômenos variáveis são os assuntos sobre os quais se fala, tendo em vista que as “embalagens da mensagem contribuem para a flutuação no uso”.

Os resultados dos usos das outras duas mulheres da rede (mãe e neta), considerando esse grupo de fatores, são apresentados na tabela 3.

7 O Ribeirão da Ilha é um dos pontos geográficos do município de Florianópolis/SC em que a variante conservadora teria mais força (PAGOTTO, 2001). A partir disso, inferimos que, fora do bairro, possivelmente, as outras variantes, como a palatalizada ou a de palatalização moderada, são mais frequentes que a forma prototípica do bairro.

8 Estamos compreendendo *ideologia* como representação da realidade.

Tabela 3^{9,10}: Palatalização e tema sobre o qual se fala considerando mãe e neta

Mãe			Neta		
Tema sobre o qual se fala	Frequência	PR	Tema sobre o qual se fala	Frequência	PR
Mãe	26/31 =83,9%	.83	Ídolos	21/22 =95,5%	.88
Ser manezinho	9/15 =60%	.66	Familiares vivos	21/24 =87,5%	.74
Comida	27/44 =61,4%	.65	Um caso de violência no bairro	7/8 =87,5%	.73
Casamento	15/25 =60%	.64	Bairro	49/56 =87,5%	.72
Comparação entre Ribeirão e cidades pequenas	12/23 =52,2%	.55	Curso de graduação	23/28 =82,1%	.68
Conselhos para filhos	52/99 =52,5%	.55	O que se faz nas horas vagas	63/82 =76,8%	.55
Infância	40/77 =51,9%	.52	Infância	35/47 =74,5%	.46
O que é ser feliz	11/25 =44%	.51	Onde gostaria de morar	7/11 =63,6%	.44
Contraste entre a vida de hoje e a de antigamente	8/16 =50%	.51	Namoro	5/9 =55,6%	.36
Relato sobre a perda de uma chave	13/29 =44,8%	.48	Profissão dos pais	3/6 =50%	.29
Vida antigamente	33/70 =47,1%	.48	Festas do bairro	17/43 =39,5%	.18
Bairro	10/27 =37%	.40	Reconhecimento da profissão	15/43 =34,9%	.17
Marido	18/57 =31,6%	.33	Comida	5/12 =41,7%	.14
Relato cômico sobre um arrombamento que não ocorreu	11/37 =29,7%	.30			
Festas do bairro	10/44 =22,7%	.21			
Apl./Tot.	295/619		Apl./Tot.	271/391	

9 A tabela 4 exclui, dos usos da mãe, 18 dados com nocautes, encontrados nos seguintes temas: turistas (12/12 palatalizados), prática de benzer (1/1 palatalizado) e namoro (5/5 não palatalizados).

10 A Tabela 4 exclui, dos usos da neta, 34 dados com nocautes, encontrados nos seguintes temas: prática da avó de benzer (4/4 não-palatalizados), separação dos pais (5/5 palatalizados), semelhanças entre artista e fonoaudiólogo (16/16 palatalizados), morte do tio (9/9 palatalizados).

Assim, como no comportamento da avó, temas diretamente relacionados ao bairro, como falar de suas festas (0,21) ou especificamente do bairro (0,40), desfavorecem a aplicação da regra de palatalização nos usos da mãe, o que não se verifica tão claramente no comportamento da neta, uma vez que, se, por um lado, ao falar das festas do bairro tende a não palatalizar (0,18), seguindo o comportamento das outras duas mulheres, ao falar especificamente do bairro, tende a usar a forma nova (0,72).

Considerando outros resultados dos usos da mãe, os temas que mais favorecem contextos de palatalização são: falar sobre sua própria mãe (0,83), sobre ser manezinho (0,66) e sobre comida (0,65). Esses temas têm em comum o fato de estarem relacionados a questões de cunho emocional ou marcados por avaliações positivas, pois há um forte envolvimento dessa mulher com eles, inferência que se pode fazer a partir dos próprios trechos da entrevista.

(2)

(Falando sobre a mãe):

E: Como é ser filha da dona. O.?

Mãe: Bastante. Muito bom, muito prazeroso ser filha de quem eu sou. [...] Bem, muito protetora assim, sabe, do que é seu.

(3)

(Falando sobre ser manezinho):

Mãe: Eu tenho muito orgulho, na real, de ser manezinha [...] eu tive orgulho de dizer que eu sou bem manezinha, muito manezinha, eu nasci no, gente, no Ribeirão [...] eu sou manezinha do Ribeirão da Ilha e tenho orgulho disso.

(4)

(Falando sobre comida):

E: A questão de comida, de quem veio o dom?

Mãe: Aprendi muito com a minha mãe, muito. [...] Eu adoro cozinhar salgado. Ai, eu adoro fazer uma comida de domingo. [...] Tu pode me botar na cozinha, tu vai me ver sempre feliz assim, que eu amo cozinhar, amo.

O favorecimento de formas palatalizadas ao se falar da mãe, por exemplo, pode significar uma estratégia discursiva para promover uma distinção geracional, já que sua mãe, a mulher mais velha da rede, marcadamente, palataliza muito pouco. Mas, chama atenção que, ainda falando sobre esse mesmo tema, há um momento em que a mulher faz uso do discurso reportado e, em vez de dar continuidade aos usos palatalizados, não palataliza

nesses trechos em que se reporta à fala da mãe:

(5)

Mãe: Tipo assim ó, tipo, a minha mãe é muito de dar conselhos, assim, que hoje a gente sabe que não existepra gente, que é mais novo ainda, mas pra mim, mas pra minha filha, saiu da cama: “não coloca o pé no chão, minha filha não coloca o pé no chão que isso aí vai te deixar resfriada, amanhã tu vai tá com uma dor na barriga”, a minha filha diz: “ah, vó”. “Conselhos de vó vocês tem que acreditar que daqui a pouco acontece”, ela diz.

Zilles e Faraco (2002) defendem que a análise de dados nesses contextos de discurso reportado deve receber um tratamento metodológico diferenciado, justamente porque são contextos enunciativos específicos, mais propícios a análises qualitativas que quantitativas, já que introduzem heterogeneidades discursivas. Para os autores, filiando-se à compreensão de Volochinov (1997) de que discursos reportados referem-se tanto à enunciação na enunciação quanto à enunciação sobre enunciação, análises desse tipo de contexto podem “auxiliar na observação das imagens que os diferentes grupos sociais têm da variação linguística e mesmo de suas respectivas atitudes avaliativas frente a essa variação, expressas não por juízos de valor (por asseverações sobre fenômenos em variação), mas pelo próprio modo de reportar as palavras de outrem.” (ZILLES; FARACO, 2002, p. 22).

Mais uma vez, esses dados, não captados em análises que se dedicam a investigar tendências gerais de uso, parecem indicar um ajuste nos usos linguísticos em decorrência das avaliações, das percepções dos sujeitos em relação ao cenário que recobre aquilo sobre o qual se fala (pessoas envolvidas, circunstâncias, momento histórico, etc.), quer a referência seja a um contexto social mais amplo (ser manezinho) quer seja a um contexto privado (casamento), corroborando com a argumentação de Coupland (2007) de que os valores sociais atribuídos às formas linguísticas podem estar relacionados com os contextos dos discursos em que os sujeitos se engajam.

Os usos mais palatalizados da mãe ao falar justamente sobre manezinho (0,66), reconhecendo-se como tal, quando as pesquisas apontam que a não palatalização tende a caracterizar o dialeto florianopolitano, bem como os usos categóricos não palatalizados da neta ao abordar esse mesmo tema, e também reconhecer-se como manezinha, parecem reiterar o conceito de identidade enquanto realidade discursiva e, por isso, uma categoria que não é fixa, tal como visto em Hall (2003).

Ainda considerando os usos da mulher mais jovem da rede, a neta,

descritos na tabela 3, como os usos palatalizados são bem mais frequentes para todos os contextos investigados, é mais significativo observar em quais temas a frequência de palatalização decresce, além do tema festas no bairro, anteriormente comentado. Os temas que desfavoreceram a aplicação da regra de palatalização nessa mulher da rede foram: comida (0,14), reconhecimento da profissão (0,17), profissão dos pais (0,29) e namoro (0,36).

Esses temas têm em comum o fato de instanciarem um envolvimento emocional muito forte da neta com aquilo que fala, mas, talvez, com projeções avaliativas nem sempre positivas: pelo menos os três últimos temas dessa lista parecem estar relacionados a campos relativamente instáveis de sua vida ou da vida de seus pais, pois quando perguntada sobre se tem namorado, por exemplo, respondeu “no momento não [...] vamos mudar de assunto”; e quando se referiu à profissão da mãe, declarou “minha mãe é dona de casa, cabeleireira, trabalha da recepção de uma clínica, já trabalhou em farmácia”.

Um dos temas em que a neta usou categoricamente formas não palatalizadas foi prática da avó de benzer (4/4), o que reforça a hipótese de alinhamento linguístico dessas mulheres em relação ao modo como percebem/avaliam, consciente ou inconscientemente, os elementos que constituem os temas sobre os quais se reportam.

Por um lado, o modo como essas mulheres materializam as variantes desse fenômeno parece sugerir que são sensíveis a questões sociais mais amplas, visto que a mulher mais velha e menos escolarizada é também a que mais realiza a forma mais conservadora, ao passo que a mulher mais jovem e mais escolarizada é a que menos realiza essa variante. Por outro lado, analisadas individualmente, quer de um ponto de vista quantitativo quer de um qualitativo, parecem ter em comum um considerável sentimento positivo pelo bairro em que residem, e, por essa razão, tendem a projetar no uso dessa variável suas percepções sobre o que pertence e o que não pertence ao bairro. Mas, como as três mulheres parecem avaliar positivamente o que é externo ao bairro, também se ajustam às variantes desse exterior, a depender do tema sobre o qual versam.

Do ponto de vista identitário, formas variantes parecem constituir essas mulheres, embora, em termos de frequência, os usos tendam a se diferenciarem. Os dados considerados exceções da análise quantitativa revelaram-se significativos para a compreensão das projeções identitárias dessas mulheres, (re)constituídas discursivamente, pois também parecem estar sistematicamente organizados a partir do modo como elas se significam em relação ao que são (manezinhas), onde estão (em Ribeirão) e com quem se relacionam (o outro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa indicam que uma investigação que parta da análise do que é dito, dos discursos a que os sujeitos se filiam e como os avaliam pode contribuir para lançar luz sobre especificidades dos fenômenos em variação, bem como sobre a própria relação entre os sujeitos e a língua, considerando que esta última é um fator de identificação social. Finalmente, agradecem-se às mulheres de Ribeirão da Ilha que, “com sua disponibilidade, boa vontade e mesmo interesse em cooperar para o desenvolvimento da ciência, abriram suas portas aos nossos entrevistadores e, com isso, abriram também muitas perspectivas para ampliarmos nossa compreensão do funcionamento social dos discursos”. (ZILLES; FARACO, 2002, p. 42-43).

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. B. M.; PAGOTTO, E. G. Palatalização das oclusivas dentais no português do Brasil. In: ABAURRE, M.B.M.; RODRIGUES, A.C.S. (Org.) **Gramática do Português Falado Volume VIII: novos estudos descritivos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002. v.8, p.557-601.
- ALMEIDA, M. A. B. de. **A variação das oclusivas dentais na comunidade bilíngue de Flores da Cunha: uma análise quantitativa**. 2000. 106f. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- BATTISTI, E; DORNELLES FILHO, A. A. A palatalização variável das oclusivas alveolares num falar de português brasileiro e sua análise pela Teoria da Otimidade. **Letras de Hoje**, v. 45, p. 80-86, 2010.
- BATTISTI, E; HERMANS, B. A palatalização das oclusivas alveolares: propriedades fixas e variáveis. **Alfa, ILCSE/UNESP**, v. 52, p. 279-288, 2008.
- BATTISTI, E; Redes sociais, identidade e variação linguística. In: FREITAG, R. M. K. (Org.). **Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística**. 1 ed. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014, v. 1, p. 79-98.
- COUPLAND, N. **Style: language variation and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, v. 41, p. 87-100, 2012.
- GUY, G. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto

- nos padrões da variação linguística. **Organon**, v.14, n. 28 e 29, p. 17-32. 2000.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução por Tomaz Tadeu da SILVA, Guaracira Lopes LOURO. 11^a. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALL, S. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Tradução por Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- HORA, D. da. **A palatalização das oclusivas dentais: variação e representação não linear**. 1990. 292f. Tese (Doutorado em Letras – Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.
- KAMIANECKY, F. **A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ nas comunidades de Porto Alegre e Florianópolis: uma análise quantitativa**. 2003. 114f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)-Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- OMENA, N. P. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Orgs.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.
- PAGOTTO, E. G. **Variação é identidade**. 2001. 454.f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- PAIVA, M. C.; DUARTE; M. E. L. **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.
- SEVERO, C. G. Manezês e manezinho: Mutações da fala e da identidade. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, Campinas / Unicamp, v. 33, 2004.
- SEVERO, C. G. O papel do gênero/sexo os estudos sociolinguísticos de variação/mudança. **Revista de Letras**, v. 8, p. 1-08, 2006.
- SEVERO, C. G.; NUNES DE SOUZA, C. M. Identidade e língua na ilha de Santa Catarina: sobre a relação entre o manezinho e o manezês. In: SAVEDRA, M. M. G; MARTINS, M. A.; da HORA, D. (Orgs.). **Identidade social e contato linguístico no português brasileiro**. Rio de Janeiro: EdUERJ/FAPERJ, 2015.
- ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. Considerações sobre o discurso reportado em corpus de língua oral. In.: VANDRESEN, P. **Variação e mudança no português falado da região Sul**. Pelotas: Educat, 2002.

5

CAPÍTULO

VARIÁVEL SEXO/GÊNERO E ALTERNÂNCIAS FONÉTICO- FONOLÓGICAS EM FALARES DO RIO GRANDE DO SUL

Elisa Battisti
Claudia Camila Lara

INTRODUÇÃO

Estudos sociolinguísticos orientados pela Teoria da Variação (LABOV, 2008[1972]) vêm constatando que as mulheres lideram a aplicação de processos variáveis envolvendo variantes inovadoras não estigmatizadas (LABOV, 2001, 2010). Neste capítulo, retomamos os resultados de dois

estudos que aparentemente contradizem essa tendência. Verificam que a liderança das mulheres pode não estar correlacionada ao prestígio das formas alternantes e que aos homens cabe algum protagonismo na aplicação de processos inovadores, o que se explica por padrões socioculturais locais.

A contribuição do trabalho está no fato de conciliar abordagem quantitativa e qualitativa de alternâncias fonético-fonológicas, indo do tratamento estatístico da variável sexo como categoria objetiva a gênero como identidade cultural e socialmente específica, para discutir a aparente contradição. Também presta contribuição ao tratar da aplicação de processos variáveis na fala de comunidades em que o contato português-línguas de imigração ainda se verifica, o que colabora para a descrição do português brasileiro em variedades regionais matizadas pela fala bilíngue.

Os estudos retomados são de Lara (2013) e Battisti e Dornelles Filho (2015), que analisam, respectivamente, o vozeamento/desvozeamento variável de /p/ e /b/ (*pudim*~[b]*udim*, *bairro*~[p]*airro*) no português de contato com o Hunsrückisch, língua de imigração alemã falada no Brasil meridional; e a palatalização variável das plosivas alveolares diante de /i/ (*tipo*~[tʃ]*ipo*, *dica*~[dʒ]*ica*) no português de contato com a fala dialetal italiana na antiga região colonial do Rio Grande do Sul. As comunidades investigadas são Glória, situada na zona rural de Estrela, município gaúcho fundado em meados do século XIX por imigrantes alemães; e Flores da Cunha, município gaúcho fundado no final desse século por imigrantes italianos.

No estudo de Lara (2013), as mulheres lideram a aplicação do vozeamento/desvozeamento variável, mas a variante é estigmatizada. No estudo de Battisti e Dornelles Filho (2015), as mulheres aplicam mais o processo do que os homens, mas a análise mostra que as taxas de aplicação por mulheres têm se mantido estáveis nos últimos vinte anos, enquanto as dos homens sofreram grande incremento. As questões que daí surgem, e para as quais buscamos resposta, são: que elementos da sócio-história e cultura locais explicam os padrões de aplicação? De que quadro de práticas sociais de gênero localmente construído as variantes fazem parte?

Iniciamos o capítulo abordando os estudos de Lara (2013) e Battisti e Dornelles Filho (2015) em seu objeto, comunidade investigada e procedimentos metodológicos. Em seguida, passamos à apresentação e discussão dos resultados dos estudos, dando maior atenção ao verificado para sexo/gênero nas etapas quantitativa e qualitativa das análises. Nossas considerações finais fecham o capítulo.

5.1 OS ESTUDOS

O vozeamento/desvozeamento variável de /p/ e /b/ no português de contato com o Hunsrückisch, investigado por Lara (2013), caracteriza-se foneticamente por afetar o intervalo de tempo entre a soltura da plosiva e o início da vibração das cordas vocais. No vozeamento, a vibração das pregas vocais precede a soltura da consoante plosiva. No desvozeamento, a vibração das pregas vocais é simultânea, ou quase simultânea, à soltura da consoante plosiva.

De acordo com Altenhofen e Margotti (2011, p. 299), a realização variável das consoantes plosivas “explica-se pela inexistência, na língua materna (*Hunsrückisch*), da oposição desvozeada-vozeada, a qual leva à ausência de distinção em português”. Para os autores, o traço mais característico do português de contato com o adstrato alemão é o desvozeamento das obstruintes sonoras. É um dos mais estigmatizados socialmente e mais perceptível por um membro de outra comunidade de fala.

A palatalização, investigada por Battisti e Dornelles Filho (2015), afeta as consoantes /t/ e /d/ em seu ponto de articulação: são produzidas não com a obstrução à corrente de ar pelo toque da ponta da língua nos alvéolos, mas com o toque da língua um pouquinho mais para trás, em direção ao palato duro. Nessa posição, a língua antecipa o gesto articulatorio necessário à produção de /i/, vogal seguinte que desencadeia o processo. O modo de articulação de /t/ e /d/ também é alterado: ocorre a africatação das consoantes, isto é, há um pequeno escape de ar ao final da articulação.

Conforme Noll (2008), a palatalização das plosivas alveolares é uma das mais marcantes características do português brasileiro no contraste com o português europeu. Ocorre na maior parte do Brasil, é um fenômeno urbano que possui, hoje, o *status* de padrão suprarregional. No Rio Grande do Sul, a proporção de palatalização em Porto Alegre é superior a 90% (KAMIANECKY, 2002), mas inferior a 50% em comunidades do interior do estado (BATTISTI, 2014).

A comunidade de fala abrangida por Lara (2013), Glória, situa-se na zona rural de Estrela, município do Vale do Rio Taquari. Caracteriza-se pelas atividades econômicas do setor primário (produção de leite, suíno, frango, milho, soja e mandioca). Glória possui cerca de 400 habitantes e Estrela, 32.535 (IBGE, 2014). O município de Flores da Cunha, comunidade de fala do estudo de Battisti e Dornelles Filho (2015), localiza-se no Nordeste do Rio Grande do Sul, na serra gaúcha. Seus principais setores econômicos são comércio, indústria (móveis, vinho), serviços e agricultura (uva, hortifrutigranjeiros). Sua população está em torno de 28.974 habi-

Figura 1: Localização dos municípios de Estrela e Flores da Cunha no Rio Grande do Sul.

Tanto na comunidade de Glória quanto no município de Flores da Cunha, as atividades econômicas ligadas ao plantio e produção de alimentos são realizadas por núcleos familiares, em pequenas propriedades rurais. Sujeitos da geração mais nova não estão presentes nessas atividades. Deslocam-se à zona urbana para trabalhar no comércio, indústria e setor de serviços.

5.1.1 Procedimentos de Lara (2013)

Os dados de fala receberam tratamento sociolinguístico quantitativo, ou análise de regra variável (LABOV, 2008[1972]). Houve estudo qualitativo (MILROY, 1987) da rede social dos informantes e de suas práticas sociais em subgrupos da comunidade (comunidades de prática). Utilizou-se do método de análise de regra variável para a verificação dos fatores condicionadores (linguísticos e extralinguísticos) a que a variação das plosivas bilabiais /p, b/ encontra-se sujeita. Usou-se o pacote de programas VARBRUL, versão GoldVarb X, para verificar a tendência de o desvozeamento/vozeamento progredir, regredir ou manter-se estável na comunidade. A análise de rede social buscou examinar o papel do conhecimento mútuo e da intensidade do relacionamento dos entrevistados (MILROY, 1987, 2002) em grupos de sujeitos reunidos em torno de empreendimentos comuns (ECKERT, 2000) na difusão e manutenção das variantes.

Os dados para a análise de regra variável foram levantados de vinte e quatro entrevistas sociolinguísticas com habitantes de Glória. Nas entre-

vistas, abordaram-se temas do cotidiano como a participação do indivíduo na comunidade, o convívio diário no local, a ocupação com as atividades profissionais e de lazer, as festividades relevantes para os moradores. A pesquisadora não utilizou a fala dialetal alemã, somente o português durante a entrevista. Mesmo assim, houve alguma alternância de código para o dialeto alemão na fala dos informantes, que conheciam a pesquisadora e sabiam de seu pertencimento à comunidade de Glória. Os informantes distribuíram-se em três faixas etárias (15 – 30 anos, 31 – 46 anos, 47 anos ou mais), três níveis de escolaridade (ensino fundamental, ensino médio e ensino superior) e dois sexos/gêneros (feminino e masculino). Posteriormente, elaborou-se a matriz de relacionamento em rede social dos informantes, que revelou comunidades de prática locais.

A análise quantitativa teve como variável dependente o vozeamento de /p/ e desvozeamento de /b/. As variáveis independentes, linguísticas e sociais, foram: contexto precedente, contexto seguinte, sonoridade da consoante-alvo, tonicidade da sílaba, número de sílabas, sexo/gênero, idade, escolaridade, bilinguismo.

Na realização das entrevistas sociolinguísticas, obtiveram-se também informações para a análise de rede social, conforme uma matriz de relacionamentos em rede. A partir dos estudos de Blake e Josey (2003), usou-se uma escala de três graus de relacionamento para elaborar essa matriz de rede conforme a cultura local: um para o convívio diário, dois para a frequência de encontro semanal (regular) ou mensal (eventual) e o valor mínimo de conectividade, três, para pouca frequência, ou seja, encontro anual (raro) ou para os informantes sem vínculo atual.

Na última etapa, analisou-se a participação dos sujeitos nas atividades de comunidades de prática reveladas na análise de rede social: Clube de Mães, Coral, Teatro e Igreja. Durante o ano de 2012, a pesquisadora observou as práticas sociais nessas comunidades, buscando averiguar o engajamento dos sujeitos e o valor das variantes nesses grupos.

5.1.2 Procedimentos de Battisti e Dornelles Filho (2015)

A etapa quantitativa do estudo consistiu numa análise em tempo real, estudo de tendência (LABOV, 1994): um tempo depois e na mesma comunidade de fala, analisam-se dados de fala do mesmo número de entrevistas, de informantes de mesmo perfil, mas não exatamente os mesmos informantes. Para tanto, utilizaram-se doze entrevistas sociolinguísticas de informantes de Flores da Cunha do VARSUL (UFRGS, UFSC, UFPR, PUCRS) realizadas em 1990 e doze do BDSer (UCS) realizadas de 2008 a 2009 no mesmo município. Como a estratificação etária é diferente nesses

dois bancos de dados – os informantes do VARSUL distribuem-se em dois grupos etários, os do BDSer, em quatro – consultou-se a ficha social dos informantes e, com base na idade declarada no momento das entrevistas, conseguiu-se chegar a três grupos etários (25 a 39 anos, 40 a 59 anos, 60 ou mais anos) compatíveis nos dois bancos. Além disso, distribuíram-se os informantes por sexo/gênero (masculino e feminino).

Os dados levantados das vinte e quatro entrevistas foram codificados conforme as seguintes variáveis: (a) Dependente: palatalização de /t d/ desencadeada por vogal anterior alta subjacente /i/ (*tia*~[tʃ]ia, *dia*~[dʒ]ia)¹; (b) Independentes – sociais: idade (25-39, 40-59, 60 ou mais anos) e sexo/gênero (feminino, masculino); independentes – linguísticas: contexto fonológico precedente, contexto fonológico seguinte, *status* da vogal alta, qualidade da consoante-alvo, posição da sílaba na palavra, tonicidade. Os dados codificados foram então submetidos ao pacote de programas VARBRUL, versão Goldvarb X, para análise de regra variável (LABOV, 2008 [1972]), com que se buscou verificar se, no intervalo de vinte anos, a palatalização teria progredido na comunidade, se a tendência à progressão da regra ainda se mantém, como também as variáveis condicionadoras do processo.

A etapa qualitativa do estudo, na linha de Eckert (2000), envolveu análise de conteúdo das entrevistas sociolinguísticas e de matérias de jornal local, com que se verificou que as práticas sociais afirmadas pelos informantes e aquelas que mereceram cobertura jornalística pertencem sobretudo às categorias Família, Trabalho, Religião, Estudo, Lazer. Houve observação de práticas sociais em Flores da Cunha de 2008 a 2013, tanto na ida à comunidade para a realização das entrevistas, quanto em visitas a festas e celebrações locais – Corpus Christi, Fenavindima, Festa Colonial da Uva.

1 Diferentemente de Battisti e Rosa (2012), Battisti e Dornelles Filho (2015) incluíram na análise apenas dados com /e/ após /t,d/ em sílaba átona em que houve a efetiva elevação da vogal. A elevação de /e/ em sílaba átona, regra que alimenta a palatalização no português brasileiro, é pouco expressiva em Flores da Cunha. Além disso, de acordo com Battisti e Rosa (2012, p. 20), metade das vogais [i] derivadas de /e/ não desencadeia a palatalização: nos dados do VARSUL, a elevação foi de 25% e a palatalização de /t d/ por [i] elevado de /e/ foi de 11%. Nos dados do BDSer, a elevação foi de 32% e a palatalização de /t d/ por [i] elevado de /e/ foi de 15%.

5.2 RESULTADOS

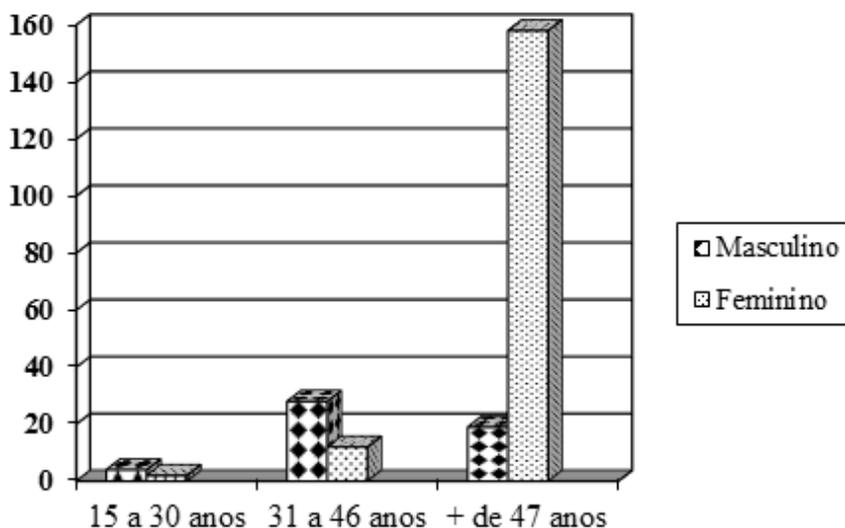
5.2.1 Lara (2013)

Na análise quantitativa de 14189 contextos de vozeamento/desvozeamento das plosivas bilabiais, obteve-se a proporção total de aplicação de apenas 1,6%. A tendência geral de aplicação da regra, expressa pelo input 0,003, é muito baixa. Isso sugere que a realização analisada seja residual, venha a desaparecer da fala em português brasileiro (doravante PB) num futuro relativamente próximo.

Mesmo sendo baixa a aplicação, o processo apresenta alguma sistematicidade. A análise revelou que as variáveis sonoridade da consoante-alvo, escolaridade, contexto precedente, bilinguismo, sexo/gênero e tonicidade da sílaba têm papel no vozeamento/desvozeamento das plosivas. Do ponto de vista social, o sexo/gênero feminino, falantes com mais de 47 anos, com nível fundamental e médio de escolaridade e bilíngues ativos condicionam a aplicação da regra. Do ponto de vista linguístico, a consoante-alvo /b/, o tepe precedente, a sílaba tônica condicionam o processo.

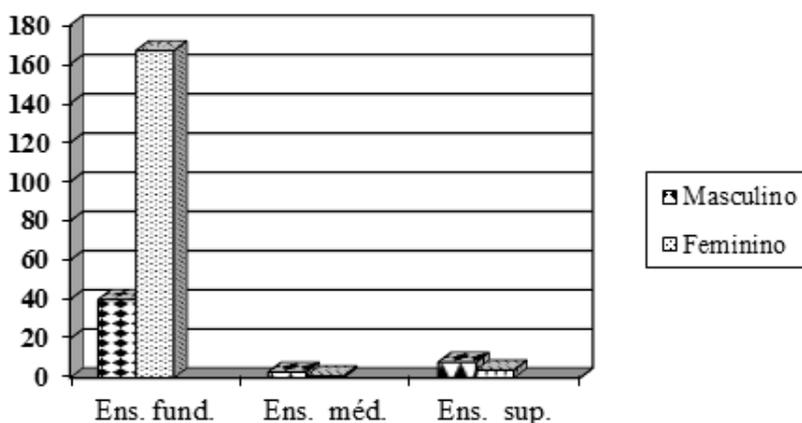
O papel do sexo/gênero feminino na aplicação do vozeamento/desvozeamento das plosivas fica um pouco mais claro no cruzamento de grupos de fatores, como o das variáveis sexo/gênero e idade. O resultado desse cruzamento apresenta-se na Figura 2:

Figura 2: Cruzamento de sexo/gênero e idade

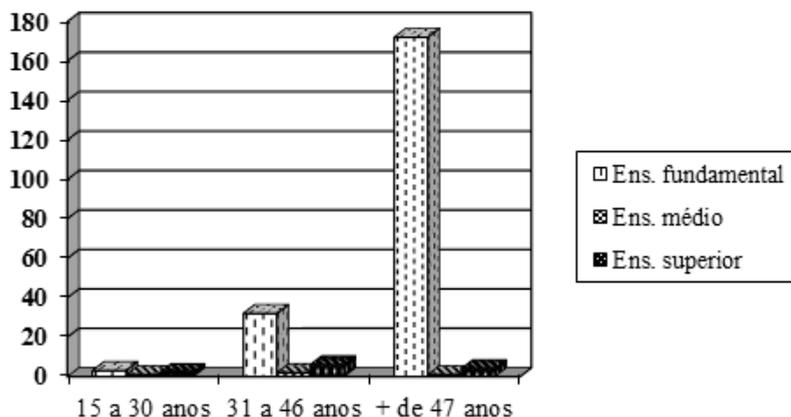


O cruzamento mostra que, nos grupos etários mais jovens, o sexo/gênero masculino apresenta uma proporção de aplicação da regra levemente maior do que a do sexo/gênero feminino. É no grupo etário mais velho que esse comportamento se inverte: a proporção de aplicação do sexo/gênero feminino é bastante maior do que a do sexo/gênero masculino. Talvez o fato de os homens mais velhos (+ de 47 anos) terem tido a oportunidade de seguir seus estudos em centros urbanos quando jovens, e as mulheres não, justifique esse comportamento. Por isso, realizou-se o cruzamento de sexo/gênero e escolaridade. Os resultados estão na Figura 3:

Figura 3: Cruzamento de sexo/gênero e escolaridade.



Apenas no nível fundamental de escolaridade há diferenças sensíveis entre os sexos/gêneros na aplicação da regra, em que se destaca o sexo/gênero feminino. Nos outros níveis, o contraste entre os sexos/gêneros é quase inexistente. Isso sustenta a ideia de que, se o sexo/gênero feminino e não o masculino, como se esperava, promove a regra, tal papel se relacione com menores índices de escolaridade. Mais elucidativo é o cruzamento das variáveis idade e escolaridade, cujos resultados estão na Figura 4:

Figura 4: Cruzamento de idade e escolaridade.

No grupo etário mais jovem, a diferença entre os níveis de escolaridade é irrelevante. À medida que a idade aumenta, o nível fundamental de escolaridade passa a ter papel na aplicação da regra. Reforça-se a ideia de que, quanto maior a escolaridade, o contato com o PB e a realização de práticas sociais em PB, menor é a incidência da realização do processo variável. A escolarização hoje no Brasil é mais efetiva do que foi há 30 ou 40 anos, quando menos pessoas cursavam ensino universitário e os níveis de escolarização nas comunidades rurais eram muito baixos.

Os resultados da análise de regra variável e os cruzamentos auxiliaram a compreender tanto a baixa aplicação da regra de vozeamento/desvozeamento das plosivas bilabiais quanto as variáveis a que se correlaciona essa característica residual do contato PB- Hunsrückisch no português falado em Glória. A análise de rede social, com consideração às comunidades de prática em que as redes se consolidam, auxiliou a esclarecer, em um nível mais próximo ao dos indivíduos, o que a análise de regra variável constatou.

A análise de rede social, de acordo com Milroy (1987), indica o quanto uma pessoa influencia ou é influenciada por seus contatos nas comunidades de que faz parte.

A matriz de relacionamento em rede dos informantes de Glória representa uma rede de alta densidade e multiplexa: todos os informantes se conhecem, sabem uns dos outros e se localizam dentro da comunidade. Ou, ainda, já participaram de atividades em comum, mas no momento não interagem mais. A maioria dos indivíduos conecta-se múltiplas vezes, por participarem de mais de uma comunidade de prática ou serem familiares

íntimos. Um exemplo disso são os informantes A.S. e C.S., que participam das comunidades de prática coral e igreja e são casados; ou os informantes G.S e A.C., que são vizinhos e participam do grupo de teatro.

Verificou-se, durante as entrevistas sociolinguísticas e nas interações nas comunidades de prática, que os informantes, ao interagirem, praticam o bilinguismo de forma alternada: ora falam PB, ora Hunsrückisch. Por exemplo, isso ocorreu em uma situação em que um membro, feminino, com mais de 47 anos, participante do coral chegou para o ensaio e cumprimentou os demais falando Hunsrückisch. Observou-se que muitos responderam o cumprimento no dialeto, mas os mais jovens cumprimentaram em PB e, imediatamente, o membro que acabara de chegar os cumprimentou em PB.

As práticas bilíngues realizadas pelos membros do coral ocorrem nos ensaios, nas reuniões, em ocasiões informais, mas restringem-se à interação de indivíduos bilíngues ativos e passivos. Nas ocasiões em que se apresentam, na missa ou em bailes, os coralistas manifestam-se em PB. O Hunsrückisch aparece apenas nos cantos. Isso denota que o veículo de comunicação hoje é o PB. O falar Hunsrückisch tem valor, é um elemento da memória local, que se faz presente em festividades coletivas, porém não é mais prática social diária, com que se constituem as identidades na comunidade, em grupos de que os habitantes de Glória fazem parte, como o coral. Os informantes não parecem ter vergonha ou menosprezar abertamente o falar dialetal alemão. Ele apenas vem perdendo força porque os indivíduos não fazem mais uso dele nas interações realizadas em seu cotidiano, na vida em sociedade. É o que se percebe até mesmo nas atividades realizadas pelo coral. Delas participam bilíngues ativos e passivos, mas o PB predomina na maior parte das interações.

No que se refere especificamente ao efeito do sexo/gênero feminino no vozeamento/desvozeamento das plosivas bilabiais, a observação de práticas sociais em subcomunidades de Glória foi reveladora dos papéis desempenhados pelas mulheres e sua relação com o processo investigado. Ser mulher em Glória é comportar-se como gente grande (adulta) desde a infância. As mulheres são orientadas para o trabalho, ajudam em casa ou na escola. As mais novas (15 a 30 anos) aprendem com suas mães e avós (mais de 47 anos) a trabalhar, cuidar da casa e dos filhos e a participar das atividades da comunidade. Aquelas que se deslocam para as cidades (Estrela, Fazenda Vilanova, Bom Retiro do Sul, Teutônia, Lajeado e outras) para trabalhar durante o dia no comércio, escritórios, bancos, supermercados e nas indústrias geralmente estudam no turno da noite. Cursam o ensino médio ou graduação. Desenvolvem atividades não-locais, ou seja, deslocam-se para outros lugares em função de atividades profissionais. Esse é o maior grupo

atualmente. Nessa faixa etária, se encontram também algumas mulheres trabalhando em casa e na comunidade em atividades agrícolas como o plantio de milho, soja e outros produtos; no trato de vacas leiteiras, suínos e aves (frango de corte). É o que fazem as informantes T.L., de 26 anos e D.A., 17 anos, que se dedicam, por opção, à agricultura. Sobre o deslocamento diário à zona urbana e estudo à noite, veja-se, para ilustração, um trecho de entrevista sociolinguística:

(1)

...trabalho de dia numa instituição financeira, volto pra casa, tomo meu banho, vô pra escola, quando volto, às vezes, tem trabalho pra fazê [...], há oito anos fazendo a faculdade. [...] eu tenho colegas inclusive que foram meus colegas de aula que hoje tão seguindo a atividade junto com os pais, né, muita área de terra, uns com leite, uns com suínos, aves, conheço bastante gente. [...] eu quando chego em casa [...] tô na rua, né, tô mexendo no pátio, alguma coisa a gente sempre faz. (G.S., fem., 28 anos)

As mulheres da faixa etária intermediária (31 a 46 anos) trabalham fora, isto é, nos centros urbanos, ou nas propriedades rurais familiares, em casa. Nesse grupo, observa-se uma mudança em relação às mulheres do grupo mais velho (mais de 47 anos): passaram a acompanhar os homens nos negócios, por exemplo. As informantes M.K, 45 anos e A.S., 39 anos, começaram a fazer faxina na cidade (como diaristas), a trabalhar em fábricas, além de participar ativamente na administração das propriedades rurais juntamente com os maridos. A respeito de atividades diárias dessa faixa etária, veja-se outro trecho de entrevista sociolinguística:

(2)

Meu dia a dia é levantá cedo, botá o café na mesa, se arrumá e vô pro serviço, eu trabalho o dia inteiro fora, volto de tardezinha, né. [...] a gente sai assim quando tem alguma coisa, a gente participa da comunidade e assim quando tem algum evento (festas da comunidade) a gente sempre, sempre ajuda, né, não tem um evento que a gente fica de fora, a gente sempre trabalha ou participa da diretoria (da comunidade). [...] eu assumi a sê candidata a presidente do coral, né, eu escolhi então doze mulheres, né, a diretoria é formada só por mulheres. (A.S., fem., 42 anos)

No grupo etário mais velho (mais de 47 anos), estão mulheres ainda na ativa e mulheres já aposentadas. A rotina das mulheres trabalhadoras nesse grupo etário não é muito diferente da rotina no grupo intermediário. Veja-se ilustração no seguinte trecho de entrevista:

(3)

Eu levanto cedo, ajudo a minha filha que fica cuidando da propriedade [...] levanto às cinco horas, fazemo todo o trabalho: tirá leite, tratá (os animais) [...] depois vô pra cidade trabalhá. Vai fazê agora em maio oito anos que eu tô nessa rotina, trabalhando no sindicato dos trabalhadores rurais. (D.L., fem., 53 anos)

Já as atividades das mulheres aposentadas nesse grupo etário são distintas, estão na base dos índices significativos de vozeamento/desvozeamento das plosivas bilabiais por elas promovidos. Desobrigadas do trabalho profissional diário, encontram tempo para um maior envolvimento com a comunidade, o que as põe na condução de práticas ligadas à sócio-história e tradições locais e em que traços do contato do português com a fala dialetal alemã emergem, se não mesmo o uso do próprio Hunsrückisch. As informantes I.B., 66 anos e I.L., 60 anos, são exemplos de líderes da comunidade. São aposentadas como professora e agricultora, respectivamente. Elas organizam grupos de atividades comunitárias que são, por sua vez, a forma de lazer local. Por exemplo, coordenam o coral (encontros semanais), jogo de bolão (esporadicamente), ginástica (uma vez por semana), teatro (apresentação de natal), grupo de 3^a idade (mensal), apostolado da oração (contato mensal), vôlei (semanal), clube de mães (reunião mensal), da escola e igreja (contínuo). Veja-se trecho da entrevista de uma delas:

(4)

O meu envolvimento com a comunidade foi intenso e ainda é bastante intenso. [...] depois que eu me aposentei aqui como diretora (da escola), encaminhei a aposentadoria depois de dez anos de direção [...] eu moro com meu pai e continuo com uma vida bastante ativa aqui na comunidade, né, sô secretária da sociedade Santa Cecília que é a sociedade de cantores, envolve mais ou menos trinta membros, trinta cantores, trinta e cinco, né, [...] eu sou secretária do clube de mães que exige bastante também, a gente se envolve bastante, também sou vice-tesoureira da sociedade de água potável da comunidade [...] além assim, né, de atividades sociais, né, [...] nessa parte cultural sempre tem alguma coisa pra gente se envolvê [...] participo do grupo vida saudável (grupo de ginástica), do qual sou vice-coordenadora. (I.B., fem., 66 anos)

Entendemos que a presença de marcas de contato na fala de I.B. e do grupo de mulheres que ela representa seja efeito do papel social por elas desempenhado. São líderes culturais, atuam como zeladoras de tradições, guardiães da memória coletiva relacionada ao processo de imigração alemã ao Brasil e sua fixação nos territórios do Sul. A considerar seu grau

de instrução, elevado para o grupo etário, e o fato de ter sido professora, ministrante de aulas de geografia, se poderia esperar que, mesmo bilíngue, minimizasse as marcas do contato com a fala dialetal no português. I.L. é, dentre as mulheres, a que apresenta a maior proporção de vozeamento/desvozeamento variável. Também é aquela que, nas práticas do canto coral, por exemplo, pode cumprimentar os outros integrantes em Hunsrückisch, mesmo que respondam em português.

(5)

O clube de mães, o que que nós fizemo, né, por exemplo, ajudemo a comunidade, cada fim do ano a tiretoria intrega e compra algumas coisas pra comunidade, ela vê o que que falta, ou pra icreja e participa também da parte litúrgica da missa, assim, as leitura, né. Porque tem cada domingo (missa), é o clube de mães, a tiretoria escolhe o clube de mães ou a turma da catequese ou a comunidade ou a apostolado [...] isso que participemo, assim. [...] a gente ensaia toda semana (no coral), o ano inteiro, toda semana, [...] nós ensaiemo cantos pra paile, festa e fúnebres que é o objetivo do nosso coral, né, então, a gente tem compromisso e canta no natal, enterro dos associados e casamento se eles querem, é natal, kerp, páscoa. [...] eu não sei se já perdi um (baile) nós sempre trapalhemo (na organização do baile), né. (I.L., fem., 60 anos)

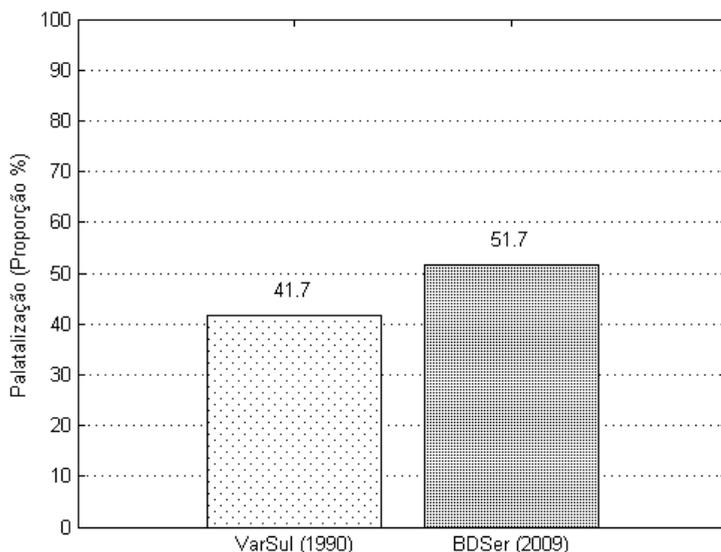
Em termos linguísticos, pode-se pensar que o português com traços do falar dialetal seja, em alguma medida, uma prática estilística, uma manifestação de identidade local que legitima o desempenho do papel de líder nas comunidades de prática. Se confirmada, num futuro relativamente próximo, a tendência desenhada pelos grupos etários mais jovens, de desaparecimento do traço de contato investigado, talvez o desempenho do papel de líder cultural em Glória prescindia desse e de outros traços, a depender de transformações na própria comunidade, principalmente econômicas e educacionais.

Portanto, o papel condicionador do sexo/gênero feminino verificado na análise quantitativa do vozeamento/desvozeamento das plosivas bilabiais no português falado em Glória não vai contra a máxima variacionista de que as mulheres liderariam processos de variação e mudança linguística adotando as variantes prestigiadas. O fato de um traço estigmatizado do contato do português com a fala dialetal alemã emergir na fala de mulheres deve ser compreendido localmente como manifestação cultural, como prática social feminina relacionada às demais práticas de mulheres de idade mais avançada e aposentadas, que legitimam e atribuem valor às alternantes, hoje já residuais nessa comunidade.

5.2.2 Battisti e Dornelles Filho (2015)

A análise quantitativa de 7944 dados de fala de Flores da Cunha, 4710 levantados de entrevistas do VARSUL (1990) e 3234 de entrevistas do BDSer (2008-2009), mostrou que a tendência a palatalizar aumentou na comunidade nos últimos vinte anos. É o que indicam os valores de input (numa escala de 0 a 1) para os dados do VARSUL, de 0,37 e para os dados do BDSer, de 0,53. A proporção total de aplicação da regra em cada amostra conforma-se à tendência expressa pelos valores de Input: foi de 41,7% nos dados do VARSUL e de 51,7% nos dados do BDSer, como se vê na Figura 5.

Figura 5: Proporção total de aplicação da regra nos dados do VARSUL e do BDSer.



Chama atenção, na ordem de seleção dos fatores apontados como mais significativos pelo programa de análise estatística, uma mudança no posicionamento da variável sexo/gênero: foi a primeira colocada na análise da amostra do VARSUL, passou a segunda colocada na análise da amostra, como se vê no Quadro 1.

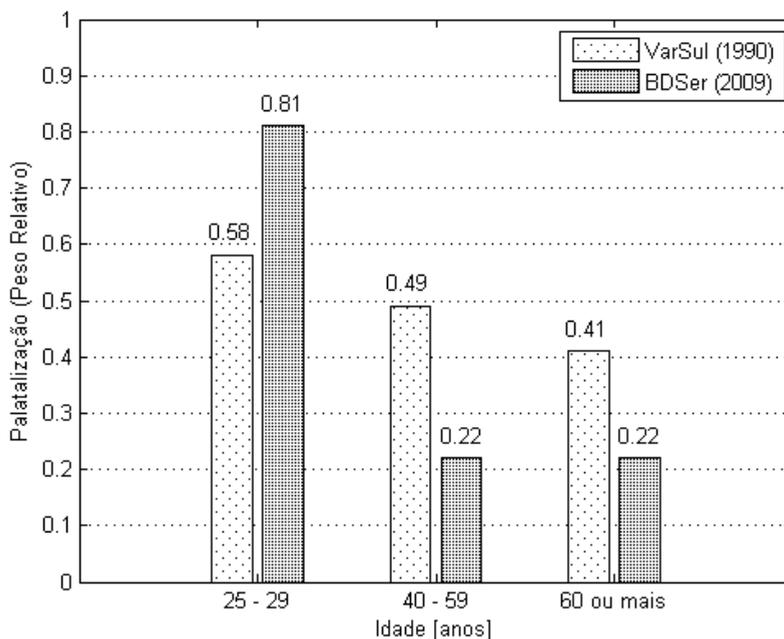
Quadro 1: Variáveis selecionadas na análise quantitativa das amostras do BDSer e do VARSUL.

VARSUL (1990)	BDSer (2008-2009)
Sexo/gênero	Idade
Contexto fonológico seguinte	Sexo/gênero
Qualidade da consoante-alvo	Qualidade da consoante-alvo
Idade	Contexto fonológico seguinte

Entre os grupos de fatores selecionados estão variáveis linguísticas e sociais, mostrando o relevo das restrições gramaticais no condicionamento da palatalização. Nossa discussão, pela temática deste trabalho, retomará apenas os resultados das variáveis sociais.

O controle da variável idade nas duas amostras confirma que a palatalização de /t/ e /d/ é mudança em progresso em Flores da Cunha: os pesos relativos dos grupos etários mais jovens são maiores do que os pesos dos grupos mais velhos. Chama atenção o fato de o grupo etário mais jovem ter despontado na amostra mais recente, do BDSer.

Figura 6: Resultados em pesos relativos para a variável Idade nas amostras do VARSUL e do BDSer.



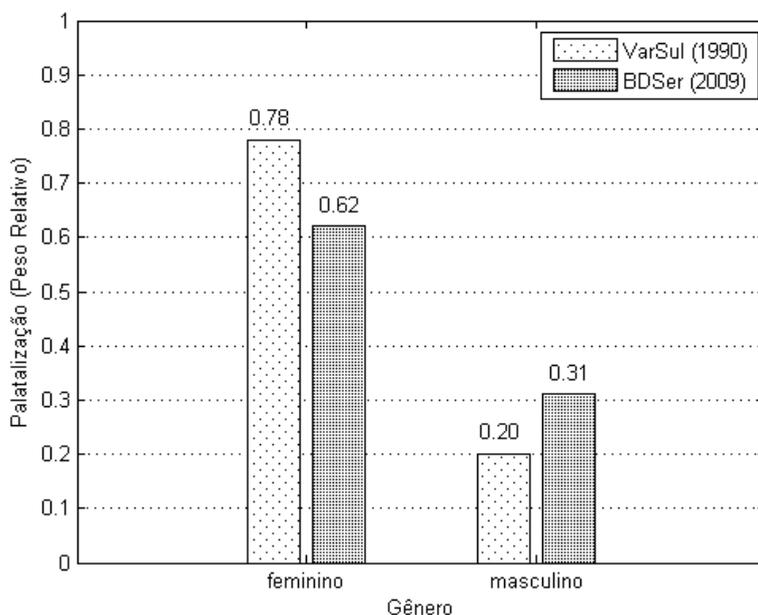
Diferentemente dos outros grupos etários, os jovens de Flores da Cunha têm hoje mais mobilidade territorial: deslocam-se a centros urbanos maiores para estudar, trabalhar e, eventualmente, em seus momentos de lazer, e retornam a Flores da Cunha, onde seguem residindo, mesmo que não seja na zona rural (na ‘colônia’, no vocabulário local). Nisso, aumentam as oportunidades de interação com pares de outras comunidades, tornando sua fala suscetível a inovações como a palatalização. Veja-se um trecho de entrevista sociolinguística de informante jovem do BDSer:

(6)

A gurizada daqui não quer mais trabalhar na colônia. [...] Vão pra Caxias estudar. Todos fazem faculdade, a grande maioria. Aí, então, ninguém mais quer trabalhar na colônia como acontecia antigamente, as famílias eram numerosas, as pessoas ficavam na colônia e não estudavam, né. [...] Eu acho que mais pessoas continuam morando aqui e vão e voltam, do que se mudam. São poucos que se mudam. (Inf. FC-211, 25-29 anos, fem., ZR)

Em relação à variável sexo/gênero, os pesos relativos obtidos na análise das duas amostras mostram que o fator feminino tem o mesmo papel, condiciona a palatalização em Flores da Cunha. No entanto, os efeitos da oposição feminino-masculino desacentuaram-se nos últimos vinte anos, como mostra a Figura 7.

Figura 7: Resultados em pesos relativos para a variável Sexo/Gênero nas amostras do VARSUL e do BDSer.



Diferenças nas práticas sociais femininas relacionadas principalmente à educação, lazer e atividades profissionais podem explicar o caráter favorecedor: as ocupações femininas (professoras, secretárias, atendentes) exigem mais uso da linguagem do que nos trabalhos domésticos. As práticas sociais das mulheres podem ser menos localizadas que a dos homens no âmbito do estudo, compras, amizades, o que, como afirmado sobre os jovens, as coloca em contato com integrantes de outras comunidades de fala. Efeito dessas interações pode ser o incremento de inovações linguísticas como a palatalização. Mas e o que dizer dos homens? Não só o aumento do peso relativo, como o incremento nas proporções de aplicação são significativos: houve aumento de 17% para 40% de palatalização pelo fator masculino da amostra do VARSUL para a do BDSer, e diminuição de 65% para 59% de palatalização pelo fator feminino. Por que a proporção da aplicação da regra do sexo/gênero feminino diminuiu e a do masculino aumentou? Que mudanças na comunidade justificariam alterações nas tendências de sexo/gênero?

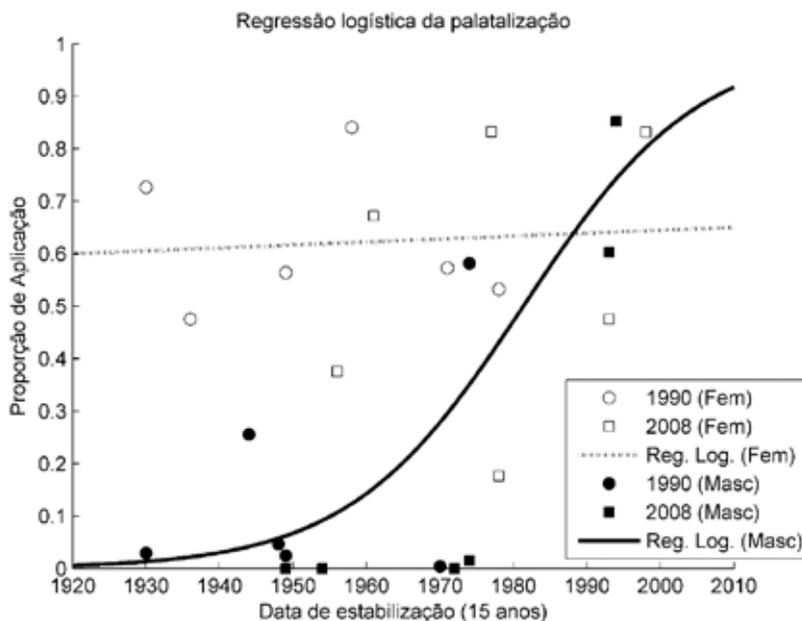
Battisti e Dornelles Filho (2015) exploram pressupostos labovianos numa análise estatística complementar, para buscar resposta a essas questões. A mudança nos índices se justificaria não apenas por mudanças sócio-históricas e culturais na comunidade de fala, mas principalmente pelo percurso natural do processo de aquisição da linguagem.

De acordo com Labov (1994, p.83) e o pressuposto da mudança geracional (*generational change*, em inglês), nosso sistema fonológico está definido na juventude e se estabiliza na vida adulta. Mudanças linguísticas resultam de mudanças na comunidade. Já pelo pressuposto da assimetria na transmissão linguística (*asymmetry of language transmission*, em inglês) de Labov (2010, p.198), homens da geração mais velha (geração 1) não se envolvem na mudança, homens entre 30 e 50 anos (geração 2) são os primeiros a terem mães afetadas pelos processos e mostram um incremento rápido nos valores de aplicação equivalentes aos de suas mães (entre 50 e 70 anos de idade). Assim, homens estarão cerca de uma geração atrás de suas mães até o fim do processo, quando a diferença de sexo/gênero diminui. É o que pode explicar a aproximação nos índices dos fatores feminino e masculino no intervalo de vinte anos.

Os autores consultaram as fichas sociais dos vinte e quatro informantes que forneceram dados para a análise (quantitativa) em tempo real, buscando a idade declarada pelo informante no momento da entrevista. Seguindo o pressuposto da mudança geracional, tomou-se a idade de quinze anos como aquela em que o sistema fonológico se estabilizaria e calculou-se o ano em que cada informante tinha quinze anos. O cruzamento dessa informação com as proporções individuais de palatalização e o sexo/gênero dos

informantes pode ser visto na Figura 8.

Figura 8: Cruzamento da idade de estabilização do sistema fonológico, proporção individual de palatalização e sexo/gênero dos informantes.



No gráfico da figura 8, a linha de regressão cinza mostra que a aplicação da regra pelo fator feminino é mais alta do que a aplicação pelo fator masculino, mas se mantém praticamente estabilizada em quase cem anos. E, há cem anos, já havia palatalização na fala de mulheres quando o processo era inexistente na fala dos homens. É o que mostra a linha de regressão preta, além do rápido aumento da palatalização pelo fator masculino nos últimos anos. Se houve progressão da regra por sexo/gênero, ela ocorreu na fala masculina, como parte do padrão previsto pelo pressuposto da assimetria na transmissão linguística.

Além da assimetria, vale registrar as mudanças havidas na comunidade que se podem associar a esse padrão de sexo/gênero. As atividades profissionais dos homens diversificaram-se nos últimos anos, principalmente com a revitalização do setor industrial no ramo moveleiro e o incremento da indústria da uva e do vinho, na produção de sucos e vinhos. São atividades que oportunizam aos homens a realização de práticas comerciais no Brasil e exterior e o contato com integrantes de outras comunidades de fala. A adoção de um padrão suprarregional com palatalização pode ser prática linguística com contornos estilísticos, motivada pelas demandas profissionais.

No que diz respeito à comunidade de fala em si, vale registrar que Flores da Cunha, como as demais localidades da antiga região colonial italiana do Rio Grande do Sul (RCI-RS), abre-se a inovações, inclusive às linguísticas (palatalização), mas valoriza aspectos da cultura local, de base étnica italiana. Há hibridismo cultural na RCI-RS: práticas tradicionais e inovadoras coexistem. A mudança linguística (entre outras mudanças) progride, mas moderadamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos retomados e discutidos neste trabalho referem-se à aplicação de processos variáveis no português falado em comunidades do sul do Brasil onde houve e ainda há contato com línguas de imigração. Interpretar os efeitos de sexo/gênero implica compreendê-los na interação dessa variável com outras variáveis sociais e também com referência a elementos sócio-históricos e culturais das comunidades de fala investigadas.

No estudo do vozeamento/desvozeamento variável das plosivas bilabiais no português falado em Glória, o fato de o sexo/gênero feminino e o grupo etário mais idoso tenderem a promover um processo que gera formas estigmatizadas e já em desaparecimento relaciona-se a práticas sociais locais que envolvem bilinguismo português-dialetos alemão e resgatam tradições dos imigrantes, como as do canto coral, clube de mães, festas religiosas, apostolado da oração e atividades comunitárias. Essas mulheres atuam como gestoras nativas do patrimônio cultural da comunidade, o que legitima e valoriza as formas estigmatizadas. Por isso, não se pode afirmar que os resultados de Glória para o fator feminino contradigam a máxima laboviana de que as mulheres são líderes da variação e mudança pela adoção de formas prestigiadas. Além de o processo tender ao desaparecimento, as formas vozeadas/desvozeadas adquirem algum valor nas comunidades de prática locais em razão dos papéis desempenhados pelas mulheres idosas de Glória, as promotoras do processo, nesses grupos.

Em Flores da Cunha, a constatação de que o comportamento que de fato mudou foi o de homens na aplicação do processo de palatalização de /t/ e /d/ é melhor compreendido em relação aos padrões culturais locais. Na comunidade, reproduzem-se padrões tradicionais (relacionados à história da imigração italiana) em diferentes campos – gastronomia, religião, família, ocupações, lazer –, mas com algumas inovações. Os jovens, que tendem a palatalizar e fazem o processo progredir na comunidade, estudam e relacionam-se com pares em comunidades vizinhas, mas retornam a Flores da Cunha e seguem vivendo lá, indicando uma orientação positiva à comunidade. O mesmo se pode dizer de homens e mulheres. As mulheres

palatalizam mais do que os homens, mas o comportamento desses últimos vem fazendo um percurso que anuncia a futura aproximação nos índices dos fatores masculino e feminino. É o que revelou a análise estatística mais refinada, guiada por pressupostos labovianos, esclarecendo os efeitos de sexo/gênero como implicados pelo processo de aquisição e relacionados a mudanças na comunidade.

Os estudos revisados vão além do tratamento quantitativo de dados de variação, lançando mão de procedimentos metodológicos qualitativos na consideração a práticas sociais e elementos da sócio-história local para compreender os efeitos de sexo/gênero nos processos investigados. A investigação de atitudes linguísticas dos membros das comunidades de fala para com o português e as línguas de imigração poderia esclarecer os valores atribuídos a diferentes traços do contato e a própria prática bilíngue. Essa etapa não realizada é a perspectiva de nossos estudos futuros, que trarão também mais esclarecimentos sobre os efeitos de sexo/gênero na variação linguística.

REFERÊNCIAS

- ALTENHOFEN, Cléo Vilson; MARGOTTI, Felício Wessling. O português de contato e o contato com as línguas de imigração no Brasil. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; RASO, Tommaso. (Orgs.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 289-315,
- BATTISTI, Elisa. Palatalização de T e D. In.: BISOL, Leda; BATTISTI, Elisa. (Orgs.). **O português falado no Rio Grande do Sul**. 2014.p.105-120.
- BATTISTI, Elisa; DORNELLES FILHO, Adalberto Ayjara. Análise em tempo real da palatalização de /t/ e /d/ no português falado em uma comunidade ítalo-brasileira. **Revista da ABRALIN**, v.14, n.1, p. 221-246, 2015.
- BATTISTI, E.; ROSA, R. S. Da. Variação e mudança linguística: análise em tempo real da palatalização das oclusivas alveolares em um falar do Rio Grande do Sul. **Web-Revista SOCIODIALETO**, v.2, n.2, 2012.
- BLAKE, Renée; JOSEY, Meredith. The /ay/ diphthong in a Martha's Vineyard community: what can we say 40 years after Labov? **Language in Society**, n. 32, v. 4, p. 451-485, 2003.
- ECKERT, Penelope. **Linguistic variation as social practice**. Oxford, Blackwell, 2000.
- KAMIANECKY, Fernanda. **A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ nas comunidades de Porto Alegre e Florianópolis: uma análise quantitativa**. 2002. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PUCRS, 2002.

- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972]. Tradução de Marcos Bagno.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change: cognitive and cultural factors**. Malden/Oxford/West Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford/Malden, Blackwell, 2001.
- LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.
- LARA, Claudia Camila. **Variação fonológica, redes e práticas sociais numa comunidade bilíngue português-alemão do Brasil meridional**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MILROY, Lesley. **Language and Social Networks**. 2.ed. Oxford, Blackwell, 1987.
- MILROY, Lesley. Social Networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie. Eds. **The handbook of language variation and change**. Oxford Blackwell Publishing, 2002.
- NOLL, Volker. **O português brasileiro: formação e contrastes**. São Paulo: Globo, 2008.

6

CAPÍTULO

INTERAÇÃO ENTRE SEXO/GÊNERO E CLASSE SOCIAL NO USO VARIÁVEL DA CONCORDÂNCIA VERBAL

Livia Oushiro

INTRODUÇÃO

Numerosos estudos sociolinguísticos, que se basearam em amostras balanceadas quanto ao sexo/gênero do falante, verificaram uma relação recorrente entre essa variável social e diversos fenômenos de variação linguística: formas consideradas “padrão” ou “de prestígio” (como a realização velar de -ing em inglês, como em *talking* ‘falando’, ou a manutenção de /r/

em grupos consonantais em português, como em “proprietário”) tendem a ser favorecidas pelos falantes do sexo feminino, enquanto as variantes consideradas “não padrão” ou “estigmatizadas” (como a realização alveolar de -ing [in] ou a supressão de /r/ em “proprietário”) tendem a ocorrer de maneira relativamente mais frequente na fala dos homens (ver, por exemplo, LABOV, 1990; 2001; CHAMBERS, 1995; CHESHIRE, 2002, PAIVA, 2004 e ROMAINE, 2003 para resenhas). Trudgill (1983:162) caracteriza tal correlação como a descoberta mais consistente dos estudos dialetais nas décadas de 1960 e 1970, e Nordberg (1971, *apud* ROMAINE, 2003) prevê que esse padrão seja ubíquo nas sociedades ocidentais.

Enquanto a recorrência dessa correlação certamente é digna de nota, a interpretação de tal fato é menos consensual (OUSHIRO, 2011). Dentre as diversas interpretações apresentadas, já se sugeriu que as mulheres tenderiam a empregar formas de prestígio como maneira de tentar superar sua posição desprivilegiada na sociedade (FASOLD, 1990), de não se identificar simbolicamente com a promiscuidade (GORDON, 1997), de manter a face em interações nas quais não detêm o poder (DEUCHAR, 1988), ou de adquirir *status* social indiretamente, ao passo que os homens podem fazê-lo por meio de sua ocupação e renda (TRUDGILL, 1972). Também já se postulou que as mulheres teriam uma maior capacidade neurobiológica para a linguagem, de modo que uma expectativa é que elas tenderiam a um domínio de uma gama maior de variantes na comunidade (CHAMBERS, 1995), posição fortemente criticada por Romaine (2003). Explicações alternativas argumentam, ainda, que não são as mulheres que favorecem as formas de prestígio, mas sim que são as formas por elas empregadas que tendem a ser vistas como “mais corretas” (MILROY et al., 1994), ou que não são as mulheres que favorecem as formas de prestígio, mas sim que são os homens que se orientariam a formas de prestígio encoberto, em geral identificadas com classes sociais mais baixas, cujo trabalho mais frequentemente braçal se relaciona simbolicamente com ideais de virilidade (CHESHIRE, 2002).

O presente trabalho discute o papel da variável sexo/gênero, a partir de uma amostra contemporânea de gravações com 118 paulistanos, em duas das variáveis mais estudadas na sociolinguística brasileira, a saber, as concordâncias verbais de número em sintagmas verbais (SVs) de primeira pessoa do plural (1PP) (por exemplo *nós vamos* vs. *nós vai*) e de terceira pessoa do plural (3PP) (por exemplo *eles vão* vs. *eles vai*). Demonstra-se que, embora as correlações observadas se aproximem dos consistentes resultados entre Sexo/Gênero e variáveis sociolinguísticas – ou seja, favorecimento das formas padrão *nós vamos* e *eles vão* por parte das mulheres –, uma análise mais detalhada da comunidade revela que seu encaixamento

não é uniforme em todos os grupos sociais. Para 3PP, tal padrão é exacerbado na classe média baixa, mas atenuado nos extremos do *continuum* socioeconômico (classe alta e classe baixa). Por outro lado, para 1PP, o mesmo padrão é revertido entre as mulheres de classe mais baixa, menor nível de escolaridade e menor mobilidade geográfica. Tais fatos ressaltam a necessidade de olhar para os papéis sociais de mulheres e homens em diferentes subconjuntos da comunidade em relação aos significados sociais das variantes a fim de melhor compreender tais correlações.

Após fazer uma breve revisão de pesquisas sobre concordância verbal no português brasileiro e no português paulistano, este capítulo apresenta o *corpus* e os métodos empregados no presente estudo. A seção seguinte expõe os resultados de análises multivariadas tanto para 1PP quanto para 3PP, com enfoque nas correlações com sexo/gênero e em cruzamentos dessa variável com nível de escolaridade, classe social e mobilidade. O capítulo se conclui com um resumo dos resultados e com apontamentos para estudos sociolinguísticos futuros.

6.1 A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS PAULISTANO

Em conjunto, os estudos sobre 1PP e 3PP já permitem traçar certas generalizações sobre a concordância verbal no português brasileiro. As taxas médias de emprego das variantes sancionadas pela norma culta variam drasticamente quando se comparam diferentes comunidades, de 30% a 100% para 1PP e de 17% a 94% para 3PP (ver Rubio & Gonçalves (2012, p.1020-1024) e Lucchesi (2012, p.8) para um mapeamento mais detalhado). Os extremos desses *continua* são representados por falantes analfabetos ou semialfabetizados que vivem em comunidades rurais ou rurbanas, por um lado, e habitantes das capitais com nível superior de escolaridade, por outro. As variáveis 1PP e 3PP normalmente são analisadas separadamente, mas alguns poucos estudos que incluem ambas revelam que as taxas de emprego da marca explícita de número na 1PP costumam ser maiores do que na 3PP (ver Rodrigues (1987), para duas comunidades de favelados na periferia de São Paulo; Pereira (2004), para a fala de residentes da zona rural no interior dos estados de São Paulo e de Minas Gerais; e Rubio & Gonçalves (2012), para a região de São José do Rio Preto-SP).

Linguisticamente, a marca explícita de número, tanto na 1PP quanto na 3PP, é favorecida em formas verbais cuja diferença entre o singular e o plural é mais saliente (por exemplo *é/são* vs. *fala/falam*) (NARO, 1981; NARO *et al*, 1999), em SVs precedidos por outros SVs com marca explí-

cita (por exemplo, Scherre 1998; Pereira 2004), e com sujeitos [+humano] ou [+animado] (por exemplo, MONGUILHOTT, 2009; BRANDÃO; VIEIRA, 2012), pronominais (por exemplo, RODRIGUES, 1987), e imediatamente prepostos aos verbos (por exemplo, GUY 1981). Quanto à distribuição social, os estudos apresentam, em geral, quadros de variação estável (por exemplo, RUBIO, 2012) ou de mudança em progresso em direção à marca explícita (por exemplo, LUCCHESI, 2012); o primeiro se constata em comunidades urbanas e em amostras que incluem falantes de diferentes níveis de escolaridade, e o segundo em comunidades rurais e “rurbanas” – de migrantes da zona rural para áreas urbanas (BORTONI-RICARDO, 1985) – compostas de falantes menos escolarizados ou de classe social mais baixa. Em relação à escolaridade, os estudos invariavelmente apontam para o favorecimento da marca explícita quando é maior o grau de instrução do falante.

A maior parte desses trabalhos indica o favorecimento da marca explícita pelas mulheres (ver, por exemplo, GUY, 1981, NARO, 1981, PEREIRA, 2004, RUBIO; GONÇALVES, 2012), em acordo com os resultados observados em outras comunidades ocidentais e em outras línguas (LABOV, 1990; 2001), embora a variável nem sempre seja selecionada como relevante em alguns centros urbanos (ver, por exemplo, BRANDÃO; VIEIRA(2012) em uma amostra contemporânea do português carioca). No entanto, o padrão oposto é encontrado em comunidades de migrantes das zonas rurais para as capitais (BORTONI-RICARDO, 1985; RODRIGUES, 1987), fato que é atribuído pelas autoras à maior inserção dos homens no mercado de trabalho nas cidades para as quais migram e seu consequente contato com a norma padrão.

Na cidade de São Paulo, Rodrigues (1987) constatou tal padrão “invertido” para a 1PP (mas não para a 3PP, com a qual Sexo/Gênero não se mostrou correlacionada) ao analisar a fala de 40 moradores do bairro da Brasilândia, na Zona Norte da capital paulista. Os falantes foram estratificados de acordo com o sexo, dois níveis de escolaridade (nula ou primeiro grau) e três faixas etárias (20-35 anos; 36-50 anos; 51 ou mais anos), e eram oriundos de quatro espaços geográficos – São Paulo-capital; interior do estado de São Paulo e norte do Paraná; norte de Minas Gerais e sul da Bahia; nordeste. A autora assinala que, apesar de seu intuito inicial de colher amostras de fala de paulistanos, a realidade das favelas “mostrou-se bastante diferente: nelas predomina uma população de origem rural, proveniente não só do interior de São Paulo, mas de todas as regiões do Brasil” (RODRIGUES, 1987, p. 132).

Em seu estudo, o emprego da marca zero para 1PP foi de 46% (de 693 ocorrências), 25 pontos percentuais abaixo do emprego da mesma variante

para 3PP, que foi de 71% (de 1.356 ocorrências). Além das variáveis sociais que estratificam a amostra, sua análise multivariada para 1PP incluiu o acento da forma padrão – paroxítona (mais saliente), como em *falamos/fala*, ou proparoxítona (menos saliente), como em *falávamos/falava* – e o tipo de sujeito (não-pronominal, pronominal explícito e pronominal não explícito); já para 3PP, a análise incluiu a posição do sujeito em relação ao verbo (imediatamente precedente, imediatamente posterior, ou distante), a saliência fônica, como em Naro (1981), e o tipo de sujeito. Quanto às variáveis sociais, Rodrigues (1987) constatou que, além de sexo/gênero, nível de escolaridade também se correlaciona somente com 1PP (com favorecimento da marca zero pelos falantes de escolaridade nula), mas não com 3PP. Os falantes provenientes do interior de São Paulo, Paraná e do Nordeste favorecem CV-0 em 1PP, e aqueles do norte de Minas Gerais e sul da Bahia favorecem CV-0 em 3PP; em ambos os casos, os paulistanos são os que menos tendem a empregar essa variante. Esta também é desfavorecida pelos falantes mais velhos, da segunda ou da terceira faixas etárias, que, segundo a autora, são os que mais sofrem a pressão normativa da comunidade mais ampla.

A partir dos padrões de variação para 1PP e 3PP e da observação etnográfica da comunidade, Rodrigues (1987) avalia que a marca zero de concordância verbal para 1PP tem significado social diferente da marca zero para 3PP: apesar de ambas serem proscritas na norma culta, o “erro” em 1PP identifica o falante de origem rural. A autora prevê, no entanto, que as novas gerações descendentes dos migrantes, por frequentarem a escola por mais tempo, devem diferenciar seus hábitos linguísticos daqueles dos seus pais e adotar “uma variedade de língua que vai [...] refletir a estratificação social urbana” (RODRIGUES, 1987, p. 99).

Coelho (2006), aproximadamente 20 anos mais tarde, investigou a variação no emprego dos pronomes de 1PP (*nós* vs. *a gente*), bem como na concordância verbal (*Nóis V-zero* vs. *Nóis V-mos*), em uma comunidade de periferia também no bairro da Brasilândia, na Zona Norte de São Paulo. Com base em uma observação etnográfica, o autor construiu uma amostra de 24 entrevistas sociolinguísticas a partir de parâmetros sociais relevantes para a identificação de grupos dentro da comunidade em estudo: costureiras da cooperativa, trabalhadoras da creche, membros da associação do bairro e suas esposas, frequentadores do projeto para jovens, filhos dos membros da associação do bairro, “os mano” do gol a gol. Por ressaltar a importância de categorias locais de identidades sociais, a amostra é desbalanceada quanto ao sexo/gênero e a faixa etária dos falantes (por exemplo, todas as costureiras da cooperativa são do sexo feminino e têm mais de 25 anos, enquanto “os mano” do gol a gol são todos do sexo masculino e têm

menos de 25 anos). Assim como no estudo de Rodrigues (1987), os falantes incluem tanto migrantes quanto seus filhos paulistanos.

O autor observou uma taxa de 70% de marca zero em 1PP em um total de 345 ocorrências, relativamente mais alta do que aquela observada por Rodrigues (1987) – 46% em 693 ocorrências. Ao analisar tanto a variável “nós/a gente” quanto a concordância verbal, Coelho (2006) resalta que o uso da marca explícita de número com o pronome *nós* não é a única estratégia de assimilação dos migrantes à nova realidade urbana e defende que a aprendizagem de significados sociais não se pauta somente por aqueles preconizados pela norma culta. Diferentes identidades sociais dos jovens manifestam-se linguisticamente através do emprego dos *pronomes* de 1PP (*nós V-zero* entre “os mano” e *a gente V-zero* entre os filhos dos membros da associação do bairro). O emprego de *nós V-mos*, propriamente, é privilegiado pelos adultos, sobretudo aqueles que trabalham fora do bairro. O autor ainda interpreta que não se trata da influência da escola, já que os jovens têm graus de escolaridade mais altos que os adultos de sua amostra.

Especificamente quanto ao sexo/gênero, a análise de Coelho (2006) também revela uma distribuição mais complexa das variantes na comunidade. O autor considerou quatro grupos de falantes quanto ao gênero: (i) homens casados e com trabalho estável; (ii) mulheres casadas e donas de casa; (iii) homens desempregados; e (iv) mães solteiras e com trabalho. Em vez de uma distribuição binária entre mulheres e homens, Coelho (2006, p. 134) verificou que a marca zero é favorecida tanto pelos homens desempregados quanto pelas mães solteiras, e desfavorecida pelos homens e mulheres casados, de “famílias estruturadas”. A forma padrão, desse modo, tende a ocorrer entre os moradores de maior prestígio no bairro e com maiores expectativas de ascensão social.

O presente estudo contrasta os resultados de Rodrigues (1987) e de Coelho (2006) com aqueles de uma amostra contemporânea e mais abrangente da fala de paulistanos nativos, a fim de avaliar tendências mais amplas na comunidade. Suas considerações sobre os papéis sociais de mulheres e homens em agrupamentos de classes sociais mais baixas são fundamentais para a compreensão dos padrões que aqui se verificam.

6.2 CORPUS E MÉTODOS

O *corpus* analisado consiste em 118 entrevistas sociolinguísticas com informantes paulistanos, estratificados de acordo com seu sexo/gênero, três faixas etárias (20-34 anos; 35-59 anos; 60 anos ou mais), dois níveis de escolaridade (até Ensino Médio; Ensino Superior) e duas regiões de

residência (bairros mais centrais; bairros mais periféricos). As gravações foram coletadas entre 2009 e 2013 pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociolinguística da USP – GESOL-USP (MENDES; OUSHIRO, 2013). As análises estatísticas foram realizadas com o programa R (R Core Team, 2013), em modelos de efeitos mistos (fixos e aleatórios) (BAAYEN, 2008), com auxílio do pacote Rbrul (JOHNSON, 2009; ver Oushiro (2015, p.52-59) para uma discussão das vantagens dos modelos de efeitos mistos em relação a programas como o GoldVarb X).

Os termos “marca zero/CV-0” e “marca explícita/CV-E” vêm sendo empregados até aqui sem maiores explicações, mas cabem alguns esclarecimentos. Tanto para 1PP quanto para 3PP, são consideradas como “marca zero”/ “CV-0” as ocorrências em que o morfema de plural verbal não é realizado, que portanto coincidem com a forma de terceira pessoa do singular (*foi, vai, fez* etc.). Como “marca explícita”/ “CV-E”, consideram-se as realizações [mos], [mo], [mu], [mus] de 1PP, e dos diversos morfemas de 3PP ([iĩ], como em *crestem*; [aãwĩ] como em *dão*; [eruĩ] ou [eru] como em *creceram* etc.). Para 1PP, interessa também notar que, na presente amostra, não houve ocorrências de formas como *cantemos, andemos*, com alternância da vogal temática.

Excluíram-se os dados de SVs com os verbos “ter”, “vir”, “por” e formas derivadas (“manter”, “propor” etc.) no presente do indicativo da 3PP, pois não se distinguem fonologicamente das formas singulares (Cf. *tem/têm; vem/vêm; põe/põem*). Tampouco se consideram SVs com o pronome *a gente*; com os verbos *haver* e *ter* com sentido existencial (“*tinha/tinham muitas pessoas lá...*”); sujeitos partitivos (“*a maioria das pessoas foi/foram*”); o chamado infinitivo flexionado opcional (CANEVER, 2012; “*nós temos tudo para crescer/crecermos como nação...*”); e construções impessoais como “*faz/fazem dez anos*”. Embora a variação seja possível nesses casos, a marca zero é aquela considerada “padrão” de acordo com as gramáticas normativas (ver, por exemplo, BECHARA, 2005; CUNHA; CINTRA, 2007), de modo que não parece apropriada sua comparação com casos como “*eles/nós vai*”.

6.3 O ENCAIXAMENTO DE 1PP E DE 3PP EM SÃO PAULO

Seguindo-se os critérios acima, extrai-se um total de 1.150 dados de 1PP e 10.224 de 3PP, conforme a Tabela 1. A marca zero é relativamente infrequente no português paulistano, uma vez que corresponde a 9,4% do total de 1PP e 12,6% dos dados de 3PP.

Tabela 1: Distribuição geral dos dados.

	N CV-0	N Total	% CN
1PP	101	1.074	9,4
3PP	1.191	9.480	12,6

Tais dados foram examinados em análises multivariadas no programa R, separadamente para 1PP e para 3PP. O conjunto de variáveis independentes analisadas, contudo, é semelhante: para ambas, incluíram-se saliência fônica (como em NARO *et al* (1999) para 1PP e como NARO (1981) para 3PP), paralelismo discursivo (de acordo com a presença de marca zero ou marca explícita nas cinco sentenças precedentes, com base em SCHERRE; NARO (1992), SCHERRE (1998)), posição do sujeito (imediatamente precedente, precedente e separado do verbo por 1-4 sílabas, precedente e separado do verbo por mais de 5 sílabas, posposto ao verbo), tipo de sujeito (composto por coordenação, sintagma nominal simples e pronominal) e item lexical como efeito aleatório. Para 3PP, analisou-se adicionalmente a animacidade do sujeito ([±humano]).¹ Cada análise também incluiu oito variáveis sociais: além das quatro que estratificam a amostra – sexo/gênero, faixa etária, nível de escolaridade e região de residência –, incluíram-se no modelo estatístico a classe social (a partir de índice composto por escolaridade, profissão, valor médio do metro quadrado no bairro de residência e escolaridade/profissão dos pais); a origem dos pais (São Paulo-capital, interior SP/MG, Norte/Nordeste, estrangeiros ou mista); a mobilidade geográfica (baixa: sempre morou no mesmo bairro; média: sempre morou na mesma zona; alta: mudou em diferentes zonas), bem como o falante como efeito aleatório.

Os resultados para as variáveis linguísticas replicam amplamente aquilo que já se verificou em outros estudos do português brasileiro: CV-0 tanto em 1PP quanto em 3PP é favorecida em formas verbais menos salientes (*falávamos/falava* ou *comem/come*), em sujeitos pospostos (*aí íamos/ia nós, chegaram/chegou dois caras*), distantes (*nós com estilingue com mamoná atirávamos/atirava, as pessoas lá de Goiás mesmo que vieram/veio pra cá*) e não-pronominais (*minha esposa e eu casamos/casou, os meus pais casaram/casou*); para 3PP, a marca zero tende a ocorrer em sujeitos com o traço [-humano] (*os carros não param/para*) e em em SVs precedidos por outros SVs com marca zero. Desse conjunto de variáveis, não revela correlação significativa apenas paralelismo discursivo para 1PP.²

O principal interesse deste capítulo, entretanto, reside no encaixamen-

1 Para 1PP, o sujeito sempre tinha o traço [+humano].

2 Para uma descrição mais detalhada dos resultados para as variáveis linguísticas, ver Oushiro (2015), capítulo 7.

to social das variáveis, sobretudo as correlações com sexo/gênero. Não são selecionadas como significativamente correlacionadas com 1PP ou com 3PP a faixa etária, a região de residência, a origem dos pais e a mobilidade. A não seleção de faixa etária indica que esses são casos de variação estável, quando se considera a comunidade como um todo. Quanto à origem dos pais, Rodrigues (1987) parece estar correta em sua avaliação de que os filhos de migrantes devem se integrar às normas da comunidade (entendidas como regras variáveis), já que seus padrões de variação não se diferenciam significativamente daqueles dos filhos de paulistanos.

Por outro lado, classe social, nível de escolaridade e sexo/gênero são selecionadas, nessa ordem, como significativamente correlacionadas à variação na concordância verbal. A variável escolaridade (Tabela 2) foi analisada separadamente de classe social, pelo fato de não serem ortogonais entre si (todos os falantes que estudaram até o Ensino Fundamental pertencem à classe média baixa). Observam-se aí tendências gradualmente maiores de emprego de CV-0 quanto menor o grau de escolarização do informante, e a diferença entre o cumprimento de cada etapa escolar (do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, e do Ensino Médio para o Ensino Superior) é significativa tanto para 1PP quanto para 3PP.

Tabela 2: Tendências de emprego de CV-0 para 1PP e 3PP quanto a variáveis linguísticas.

	1PP ^a			3PP ^b		
	N total = 1.074 CV-0 = 101 (9,4%)			N total = 9.480 CV-0 = 1.191 (12,6%)		
	P.R.	%	N	P.R.	%	N
Nível de Escolaridade						
Até Ensino Fundamental	.95	25,6	180	.79	23,5	1.169
Até Ensino Médio	.60	10,7	299	.59	15,7	3.054
Ensino Superior	.25	3,9	595	.37	8,3	5.257
Range	70			42		

^aInput = 0,002. ^bInput = 0,066.

Quanto à Classe Social, verificam-se tendências gradualmente maiores de emprego de CV-0 quanto mais baixa é a classe social do falante, de .13 a .94 para 1PP, e de .27 a .77 para 3PP (Tabela 3). Sexo/gênero também revela correlação semelhante ao verificado em outras comunidades urbanas, com o favorecimento da marca zero pelos homens (P.R. .78 e .57), e desfavorecimento pelas mulheres (P.R. .16 e .44).

Tabela 3: Tendências de emprego de CV-0 para 1PP e 3PP quanto a variáveis sociais.

	1PP ^a			3PP ^b		
	N total = 1.074 CV-0 = 101 (9,4%)			N total = 9.480 CV-0 = 1.191 (12,6%)		
	P.R.	%	N	P.R.	%	N
Classe Social						
Classe alta e média alta (A-B1)	.13	2,2	274	.27	5,1	2.217
Classe média (B2)	.29	6,5	245	.40	8,8	2.857
Classe média baixa (C1)	.57	8,7	311	.61	17,6	2.515
Classe baixa (C2-D)	.94	21,3	244	.77	20,4	1.891
Range	81			50		
Sexo/Gênero						
Feminino	.16	9,0	466	.44	10,4	4.826
Masculino	.78	9,7	608	.57	14,8	4.654
Range	62			13		

^aInput = 0,002. ^bInput = 0,067.

Desse modo, quando se analisam os dados da comunidade como um todo, os resultados se assemelham àqueles “esperados” com base em estudos prévios: a marca zero é favorecida pelos menos escolarizados, pertencentes às classes mais baixas e pelos homens, tanto para 1PP quanto para 3PP.

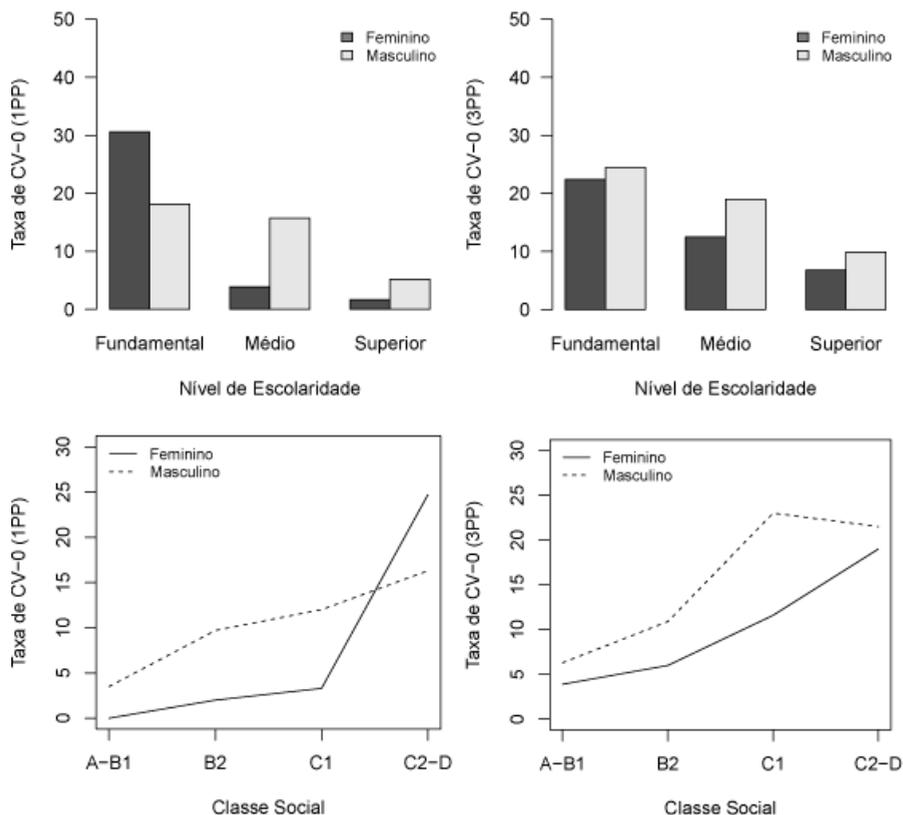
Entretanto, cabe primeiramente assinalar que, para 1PP, a direção da correlação é inversa daquela constatada por Rodrigues (1987) na cidade de São Paulo, a partir de sua amostra que incluiu migrantes, já que a autora havia verificado favorecimento da marca zero pelas mulheres. O padrão observado entre os paulistanos nativos na presente amostra se diferencia daquele dos oriundos de outras partes, sobretudo quando de zonas rurais.

A diferença possivelmente reside nos padrões de formação de redes sociais, conforme a autora interpretou há mais de duas décadas: os homens migrantes tendem a obter trabalho fora do bairro e têm mais contato com as normas linguísticas da cidade do que as mulheres, que geralmente são donas-de-casa e mantêm laços mais estreitos com a comunidade local. Os nativos da cidade, por sua vez, não necessariamente seguem essa mesma divisão de sociabilidade entre os gêneros. Por outro lado, o estudo de Coelho (2006) havia indicado que mesmo as donas-de-casa, quando casadas com homens com emprego estável, favorecem a forma padrão em relação a homens e mulheres desempregados ou de famílias “desestruturadas”. A configuração das redes sociais dos falantes, desse modo, parece não dar conta dos padrões de uso variável das concordâncias verbais; além dela,

parece ser necessário examinar a posição social desses falantes.

Para tanto, realizam-se cruzamentos entre o sexo/gênero dos falantes, por um lado, e seu nível de escolaridade e classe social, por outro, para os usos tanto de 1PP quanto de 3PP. A Figura 1 mostra tais cruzamentos a partir das taxas de uso da variante não padrão.

Figura 1: Cruzamentos entre sexo/gênero e nível de escolaridade (acima) e classe social (abaixo), para 1PP e 3PP.



No topo da Figura 1, encontram-se os cruzamentos com nível de escolaridade para a 1PP (à esquerda) e para a 3PP (à direita). Para a 1PP, enquanto os homens (barras mais claras) com nível médio ou superior de escolaridade apresentam taxas mais altas de emprego de CV-0 do que as mulheres (barras mais escuras), entre os falantes menos escolarizados são as mulheres que favorecem a variante não padrão em relação aos homens. Para a 3PP, não existe tão “inversão” entre mulheres que estudaram até o Ensino Fundamental, mas verifica-se que a diferença entre gêneros é relativamente menor entre os de escolaridade fundamental e superior, em relação aos que estudaram até o Ensino Médio.

Na parte inferior da figura, observam-se padrões semelhantes no cru-

zamento entre sexo/gênero e classe social. Para a 1PP, entre falantes de classe alta ou média (A-B1, B2 e C1), os homens (linha tracejada) apresentam taxas maiores de CV-0 em relação às mulheres (linha contínua); no entanto, entre os paulistanos de classe mais baixa (C2-D), o padrão se inverte com o favorecimento da variante não padrão pelas mulheres. Para a 3PP, observa-se que os homens tendem a empregar a marca zero mais frequentemente do que as mulheres em todos os estratos, mas tal diferença é maior na classe média baixa (C1) e parece se neutralizar nos extremos do *continuum* socioeconômico (classes A-B1 e C2-D).

A partir dos quatro cruzamentos da Figura 1, depreende-se que sexo/gênero não é uma variável independente de nível de escolaridade e de classe social; diferentemente, as variáveis interagem entre si. Duas ou mais variáveis interagem quando seu efeito conjunto na variável dependente não é previsível a partir de seus efeitos isolados (GRIES, 2013), tais como descritos nas Tabelas 2 e 3 mais acima (ainda que tais análises tenham sido multivariadas, ou seja, com a inclusão de múltiplas variáveis no modelo estatístico). A independência entre variáveis se caracteriza pelo efeito uniforme de cada uma; por exemplo, ao verificar o favorecimento da marca zero pelos homens e quanto mais baixa a classe social do falante, essas variáveis seriam independentes caso se verificasse a reprodução do padrão “mais marca zero entre homens do que entre mulheres” em todas as classes sociais, na mesma proporção. Gráficamente, tal padrão se visualizaria por meio de barras ou curvas paralelas, algo que não se verifica na Figura 1.

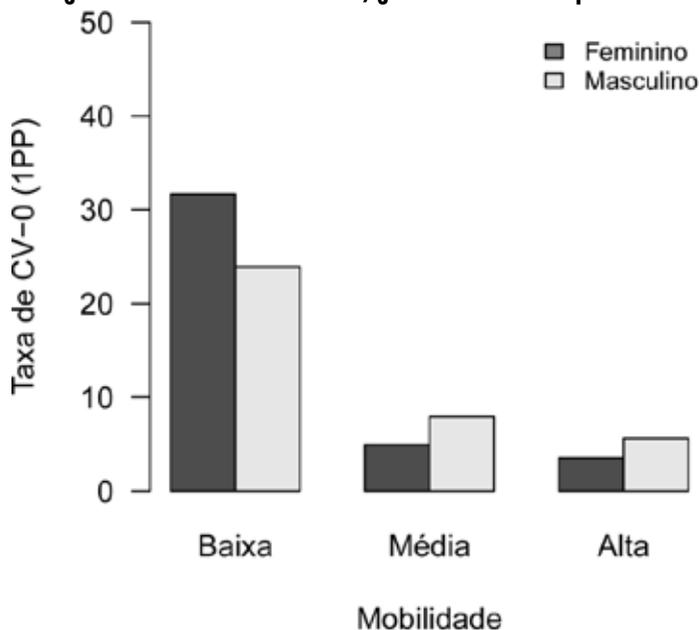
As semelhanças entre os padrões para nível de escolaridade e classe social permitem supor que se está diante de um mesmo fenômeno, que provavelmente se refere mais propriamente ao *status* socioeconômico dos falantes; o efeito de escolaridade não necessariamente se deve à eficácia do sistema escolar em ensinar os valores da norma prescritiva a respeito do emprego das formas padrão de CV, mas sim a de ampliar as possibilidades de ascensão social (por meio de melhores oportunidades de emprego, por exemplo) e, conseqüentemente, configurar os grupos sociais com os quais os falantes convivem cotidianamente.

Entre os falantes de classe baixa, os padrões de uso de CV-0 se assemelham àqueles do estudo de Rodrigues – favorecimento pelas mulheres para a 1PP e não diferenciação entre os gêneros para a 3PP. Trata-se portanto de padrões que ocorrem não apenas na fala de migrantes em comunidades “rurbanas”, mas também na fala de nativos da grande metrópole.

Interessa também notar que a variante não padrão de 1PP é, em princípio, mais socialmente marcada do que a variante não padrão de 3PP (OUSHIRO, 2015). Por parte dos homens de classes mais baixas, a tendência a evitá-la em 1PP possivelmente se deve à maior consciência de seu

estigma fora da comunidade e dentro do mercado de trabalho mais amplo – juízo de valor que não deve ocorrer na mesma medida para as variantes de 3PP. Por parte das mulheres de classes mais baixas (na presente amostra, donas de casa em sua grande maioria), a tendência a *não* privilegiar a forma padrão em 1PP revela sua orientação a normas da comunidade local e a menor relevância de pressões do mercado linguístico devido a seus papéis sociais. O cruzamento entre sexo/gênero e mobilidade (Figura 2) vai ao encontro desse argumento: entre os falantes com menor mobilidade, que sempre viveram no mesmo bairro (e, presumivelmente, orientam-se mais favoravelmente a normas locais), são também as mulheres que favorecem a marca zero de 1PP, diferentemente do que ocorre entre falantes com maior mobilidade, que já viveram em bairros ou zonas diferentes da cidade e que tendem a se orientar por valores das classes mais altas.

Figura 2: Cruzamento entre sexo/gênero e mobilidade para 1PP.



Por outro lado, no caso de 3PP, a maior diferenciação de gênero na classe média e sua relativa neutralização nas classes mais altas e mais baixas já havia sido reportada em Labov (1990, 2001). É na classe média, sobretudo na classe média baixa, que as diferenças de gênero se fazem mais presentes. As explicações propostas para o emprego da forma padrão pelas mulheres por Fasold (1990) – como maneira de superar sua posição social desprivilegiada –, Deucher (1988) – como estratégia de manutenção da face em interações em que não detêm poder – e Trudgill (1972) – como meio de adquirir *status* social indiretamente, não só através de ocupação e renda – possivelmente se aplicam mais propriamente a esse estrato socio-

econômico.

Desse modo, o exame do encaixamento social de variáveis por meio de cruzamentos permite uma descrição mais acurada e interpretações mais adequadas a processos de variação linguística. A fórmula “mulheres tendem a favorecer a forma padrão”, ainda que frequentemente constatada, deve ser cuidadosamente examinada de acordo com características específicas de cada comunidade; as correlações verificadas quanto ao sexo/gênero para diferentes grupos sociais em um grande centro urbano como São Paulo evidencia que a afirmação acima se refere antes a uma hipótese do que a uma regra, que ainda demanda verificação e interpretação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recorrente constatação de favorecimento de formas consideradas “padrão” ou “de prestígio” por parte das mulheres em diversos estudos sociolinguísticos, sobretudo em meios urbanos, muitas vezes esconde um encaixamento social mais complexo de variáveis sociolinguísticas. Este capítulo mostra que, embora diversos padrões sociolinguísticos quanto ao uso variável das concordâncias verbais se reproduzam em São Paulo quando se considera a comunidade como um todo, a variável sexo/gênero interage com o nível de escolaridade e com a classe social dos falantes.

Esse fato reforça a necessidade de um olhar mais atento para a variável sexo/gênero, cujo efeito nem sempre pode ser interpretado por si só. As interações reportadas neste estudo possivelmente também ocorrem em outras comunidades, mas análises globais dos dados não permitem a avaliação do papel da variável em cada comunidade específica.

Ao mesmo tempo, tal interação implica a importância dos papéis sociais dos falantes na interpretação de resultados de correlações estatísticas, para além do binarismo inconsequente “mulheres favorecem a forma padrão – homens favorecem a forma não padrão”. A constatação de que mulheres e homens de diferentes classes sociais exibem padrões distintos certamente conduz ao rechaço de explicações de cunho biológico ou essencialistas (“mulheres falam mais certinho”) e apontam, em vez disso, para pressões do mercado de trabalho e para as tensões entre norma padrão vs. norma local, que podem mais bem explicar o papel essencial de sexo/gênero na variação linguística.

REFERÊNCIAS

- BAAYEN, R. Harald. **Analysing Linguistic Data: a Practical Introduction to Statistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **The urbanization of rural dialect speakers. A sociolinguistic study in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. **Alfa**, vol. 56, n. 3, p. 1035-1064, 2012.
- CANEVER, Fernanda. **Evidências para um modelo de língua baseado no uso: o infinitivo flexionado em português brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística). São Paulo: Universidade de São Paulo, FFLCH, 2012. 165f.
- CHAMBERS, Jack K. **Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance**. Oxford: Blackwell, 1995.
- CHESHIRE, Jenny. Sex and Gender in Variationist Research. In: CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. **The Handbook of Language Variation and Change**. Malden, MA: Blackwell, 2002. p. 423-443.
- COELHO, Rafael F. **É nós na fita! Duas variáveis linguísticas numa vizinhança da periferia paulistana (O pronome de primeira pessoa do plural e a marcação de plural no verbo)**. Dissertação (Mestrado em Linguística). São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH, 2006. 182f.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **A nova gramática do português contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.
- DEUCHAR, Margaret. A pragmatic account of women's use of standard speech. In: COATES, J.; CAMERON, D. (eds.) **Women in their Speech Communities**. London: Longman, 1988. p. 27-32.
- FASOLD, Ralph. **The Sociolinguistics of Language**. Oxford: Blackwell, 1990.
- GORDON, Elizabeth. Sex, speech and stereotypes: why women's speech is closer to the standard. **Language in Society**, n. 26, p. 47-63, 1997.
- GRIES, Stefan Th. **Statistics for Linguistics with R: a practical introduction**. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2013. 2a. ed.
- GUY, Gregory R. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history**. Tese (Doutorado). Filadélfia, University of Pennsylvania, 1981. 406f.
- JOHNSON, Daniel E. **Getting off the GoldVarb standard: introducing Rbrul for mixed-effects variable rule analysis**. **Language and Linguistic Compass**, vol. 3, n.

1, p. 359-383, 2009.

LABOV, William. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. **Language Variation and Change**, vol. 2, p. 205-254, 1990.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.

LUCCHESI, Dante. **A concordância verbal e a polarização sociolinguística do Brasil**. 2012, Ms.

MENDES, Ronald B.; OUSHIRO, Livia. **Documentação do Projeto SP2010 – Construção de uma amostra da fala paulistana**. 2013. Disponível em <<http://projetosp2010.fflch.usp.br/producao-bibliografica>>. Último acesso em 21/03/2014.

MILROY, James; MILROY, Lesley; HARTLEY, Sue; WALSHAW, David. Glottal stops and Tyneside glottalization: Competing patterns of variation and change in British English. **Language Variation and Change** 6, p. 327-58, 1994.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE**. Tese (Doutorado em Linguística). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. 229f.

NARO, Anthony J. The social and structural dimensions of a syntactic change. **Language**, vol. 57, n. 1, p. 63-98, 1981.

NARO, Anthony J.; GÖRSKI, Edair; FERNANDES, Eulália. Change without change. **Language Variation and Change**. vol. 11, p. 197-211, 1999.

OUSHIRO, Livia. Interpretação de padrões de covariação. **Guavira Letras**, vol. 13, n. 1, p. 77-88, 2011.

OUSHIRO, Livia. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Linguística). São Paulo, FFLCH/Universidade de São Paulo, 2015. 390f.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.) **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 33-42.

PEREIRA, Deize C. **Concordância verbal na língua falada nas trilhas das bandeiras paulistas**. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH, 2004. 116f.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2013. Disponível em <<http://www.R-project.org/>>. Último acesso em 21/03/2014.

RODRIGUES, Angela C. S. **A concordância verbal no português popular em São Paulo**. Tese (Doutorado em Letras). São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH, 1987. 2 vols. 380f.

ROMAINE, Suzanne. Variation in language and gender. In: HOMES, J.; MEYERHOFF, M. **The Handbook of Language and Gender**. Oxford: Blackwell, 2003, p. 98-118.

RUBIO, Cássio F. **Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu: estudo sociolinguístico comparativo**. Tese (Doutorado em Linguística). São José do Rio Preto, UNESP, IBILCE, 2012. 393f.

RUBIO, Cássio F.; GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. A fala do interior paulista no cenário da sociolinguística brasileira: panorama da concordância verbal e da alternância pronominal. **Alfa**, vol. 56, n. 3, p. 1003-1034, 2012.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo linguístico. **Estudos Linguísticos**, vol. 7, n. 2, p. 29-59, 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. The serial effect on internal and external variables. **Language Variation and Change**, vol. 4, p. 1-13, 1994.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. **Sobre a concordância de número no português falado do Brasil**. In RUFFINO, G. (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5, 1998, p. 509-523.

TRUDGILL, Peter. Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich. **Language in Society**, n. 1: p.179-95, 1972.

TRUDGILL, Peter. **On dialect**. Oxford: Blackwell, 1983.

7

CAPÍTULO

CONCORDÂNCIA NOMINAL VARIÁVEL E PRÁTICA SOCIAL: IDENTIDADES FEMININAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Andréa Mangabeira

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão baseia-se na discussão de gênero como uma construção social local, que emerge em comunidades de prática (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 1992; LAVE; WENGER, 1991; WENGER,

1998). A principal asserção dessa concepção de gênero é a de que discutir as diferenças entre homens e mulheres (como uma oposição binária) é definitivamente relevante. No entanto, essa discussão se torna relevante apenas se essas diferenças são consideradas de um ponto de vista local e situado, em sua relação com outras questões de identidade/diversidade que se tornam relevantes na construção e manutenção das práticas de comunidades locais. Nesse sentido, para uma compreensão mais acurada da maneira como identidades diversas são negociadas e mantidas em comunidades de prática, é preciso analisá-las de uma maneira não linear, mas compreendê-las como um nexo de multiafiliações a comunidades diversas, construído em volta de também diversas práticas sociais (WENGER, 1998). Essa concepção de identidade situa as identidades de gênero como um, dentre outros, aspectos identitários que compõem nexos complexos e locais de identidades sociais.

Como tais, as identidades de gênero não são algo que indivíduos possuem, ou atributos que carregam, mas uma prática social contínua, situada em comunidades. Neste caso, gênero é algo que pessoas reais fazem em suas interações diárias. Tal prática não é construída isoladamente, mas conjuntamente com outras questões identitárias, como idade e ocupação, por exemplo, por meio da negociação de recursos simbólicos, como a linguagem.

Para Eckert e McConnell-Ginet (1992), assumir uma concepção de gênero baseada na diversidade significa observar, com mais atenção, o quão diferentes entre si são os indivíduos agrupados em uma mesma categoria de gênero - quando se assume uma divisão binária -, ou seja, compreender o quão diferentes são as mulheres entre mulheres, e os homens entre homens. Essa compreensão leva à conclusão de que identidades de gênero são negociadas por meio da participação em comunidades de prática, portanto, gênero é construído por esses indivíduos ao participarem dessas práticas, mas é também aprendido nessas comunidades.

Este capítulo tem como objetivo apresentar um recorte de uma análise que confronta dados qualitativos e quantitativos de duas fases de uma mesma pesquisa. A primeira fase se refere a uma pesquisa de mestrado, de orientação qualitativa/etnográfica realizada em 2011, em uma escola de EJA (Educação de Jovens e Adultos) na cidade de Porto Alegre (MANGA-BEIRA, 2012). Nessa fase, buscou-se compreender a negociação de identidades sociais em uma sala de aula de Língua Portuguesa e sua relação com a concordância nominal de número (doravante CN), como um recurso simbólico utilizado na realização de movimentos estilísticos. Na segunda fase da pesquisa, buscou-se obter uma amostra quantitativa de dados de fala, na mesma escola, com vistas a cruzar os resultados de análises multi-

variadas de uso da CN com os resultados qualitativos sobre a configuração social da escola, no que concerne a práticas sociais escolares, em volta das quais emergem comunidades de práticas.

Nesse sentido, no recorte aqui apresentado, foram escolhidos quatro participantes da pesquisa acima mencionada, com vistas a olhar mais atentamente para a questão da diversidade entre indivíduos pertencentes a uma mesma categoria de gênero, para compreender como a construção dessa categoria se relaciona com outras categorias identitárias que se constroem simultaneamente em duas comunidades de prática emergentes na escola: alunos jovens e alunos adultos. Mais especificamente, neste trabalho, parte-se da identificação das duas comunidades de prática supracitadas (principal resultado da fase qualitativa da pesquisa já mencionada) e suas correlações com o uso variável da CN como uma prática social e estilística; para compreender melhor a construção de identidades femininas nas duas comunidades de prática, bem como mostrar que identidades de gênero não são apenas construídas continuamente em comunidades de prática, mas são também aprendidas por meio da participação na comunidade, e no contato com participantes de outras comunidades cujas práticas se sobrepõem à prática em questão.

Devido à utilização de uma metodologia mista de pesquisa, esse trabalho contribui para os estudos sociolinguísticos de orientação quantitativa na medida em que oferece a possibilidade de buscar explicações mais concretas para as relações entre variação sociolinguística e práticas sociais locais. Isto, além de possibilitar uma interface entre resultados macrosociais e resultados de escala mais local, permite fazer uma análise que compreende as categorias de gênero sob o ponto de vista da diversidade entre participantes de uma mesma categoria – aqui, mais especificamente, mulheres –, buscando um olhar diferenciado daquele tradicionalmente adotado na sociolinguística quantitativa, mais focado nas diferenças entre homens e mulheres como uma oposição binária.

7.1 METODOLOGIA DE GERAÇÃO DE DADOS

Os dados aqui analisados são provenientes de uma pesquisa escolar que utilizou metodologia mista de pesquisa (qualitativa e quantitativa). Essa pesquisa teve tanto a geração, quanto a análise dos dados dividida em duas fases.

A primeira fase de geração dos dados aconteceu de agosto de 2010 a julho de 2011, e teve como objetivo principal uma compreensão da configuração social da escola selecionada como campo de pesquisa (aqui deno-

minada Centro do Trabalhador), bem como a compreensão de como essa configuração poderia estar relacionada com a participação escolar dos alunos. O primeiro passo nesta fase de geração de dados, então, foi a escolha do Centro do Trabalhador como campo de pesquisa, pelo fato de a escola ser um centro de referência em EJA na cidade de Porto Alegre. Selecionado o campo de pesquisa, iniciou-se um processo de aproximação ao local, no qual as aulas de diversas turmas foram observadas, para que se desenhasse melhor as perguntas de pesquisa e fosse selecionada a turma que seria sistematicamente observada no semestre seguinte. Assim, os dados focais da pesquisa foram obtidos por meio de observação participante de uma T4¹ (turma 41), durante o primeiro semestre de 2011.

A observação participante teve como principal foco as aulas de Língua Portuguesa, e foi registrada por meio de notas de campo posteriormente convertidas em diários de campo; além disso, observou-se também algumas aulas de Artes e atividades diversas na rotina da escola. Para a formação do conjunto de dados da pesquisa, foi feita ainda a análise de entrevistas semiestruturadas/sociolinguísticas com os participantes focais da pesquisa (alunos e professora de português da turma 41), bem como com membros da equipe diretiva da escola; análise documental do projeto político pedagógico do CT; e o registro audiovisual de 4 aulas de Língua Portuguesa.

Na segunda fase de geração de dados, de orientação quantitativa, com base nas comunidades de prática emergentes na escola, desenhou-se uma amostra de fala composta da seguinte maneira:

Tabela 1: Estratificação da amostra de fala.

Categoria/Gênero	Homens	Mulheres
Jovens	4	4
Adultos	4	4

Para a obtenção da amostra, por meio de entrevistas sociolinguísticas que seguiram o mesmo roteiro das entrevistas realizadas com os alunos na primeira fase da pesquisa, a pesquisa foi retomada, na mesma escola, de março de 2014 a julho de 2014. Tendo como ponto de partida o *corpus* de dados descrito acima, para os fins deste trabalho, lançou-se um olhar mais atento para as seguintes perguntas:

- como a construção da categoria de gênero feminina, se relaciona com a construção das categorias de jovens e adultas no CT?
- como a relação acima pode ser relacionada ao uso variável da con-

1 O Ensino Fundamental na EJA é dividido em 6 totalidades, sendo as três primeiras (T1, T2 e T3) referentes ao primeiro ciclo, e as três últimas (T4, T5 e T6) referentes ao segundo ciclo do Ensino Fundamental.

cordância nominal de número como um recurso simbólico e estilístico?

Nesse sentido, em primeiro lugar realizou-se uma análise multivariada da CN, e seu condicionamento pelas duas variáveis sociais (categoria local e gênero) que orientaram a formação da amostra. Para essa análise, utilizou-se o software Goldvarb e Rbrul. No entanto, no momento da análise, apenas uma parte da amostra (619 *tokens*) estava pronta para análise, o que fez com que a análise no software Rbrul não produzisse resultados significativos, visto que este software requer uma quantidade maior de *tokens* para que as categorias sejam selecionadas na análise. No entanto, no Goldvarb, foi possível a obtenção de uma análise com significância relativamente alta ($p = 0.01$). Ainda assim, utilizou-se o Rbrul para a análise do uso da CN para cada um dos participantes analisados, dentro da classificação “efeitos aleatórios”, que designa a frequência de aplicação da marca e o peso relativo de cada fator, mas não designa significância. A análise dos efeitos aleatórios foi utilizada apenas para corroborar os outros resultados encontrados.

Uma vez realizadas as análises multivariadas dos dados de CN para as variáveis sociais relevantes na pesquisa, foram selecionadas quatro participantes da pesquisa citada anteriormente (2 jovens e 2 adultas), com vistas a realizar uma análise mais atida às identidades femininas.

Quadro 1: Participantes selecionadas.

JOVENS	ADULTAS
Marília Carla	Lúcia Berenice

Depois de selecionadas as quatro participantes, voltou-se aos dados qualitativos/etnográficos concernentes à sua participação escolar e nas comunidades de alunos jovens e adultos – por meio de suas participações em sala de aula, e em seus relatos nas entrevistas – para que considerações a respeito de suas trajetórias e identidades de participação pudessem ser feitas e confrontadas com os resultados das análises dos dados de fala.

7.2 COMUNIDADES DE PRÁTICA NO CENTRO DO TRABALHADOR E USO VARIÁVEL DA CN COMO RECURSO SIMBÓLICO

A compreensão da configuração social do CT exigiu o entendimento das práticas sociais e escolares locais que ali emergem, por meio de uma

pesquisa etnográfica. No entanto, para completar o quebra-cabeças completamente, foi necessário buscar as últimas peças na história da escola e da própria EJA no Brasil.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi institucionalizada oficialmente no ano 2000, como uma modalidade de educação básica, e não uma mera adaptação da educação regular. A EJA foi inicialmente planejada para ser uma modalidade de educação para adultos, a qual incluiria alguns jovens adultos que vivessem uma vida prematuramente adulta. No entanto, nos últimos dez anos, a EJA se tornou o destino final de adolescentes que não atendem aos moldes estabelecidos pelo sistema regular de educação, por diferentes razões: desempenho acadêmico; disciplina; e desafios psicológicos, neurológicos ou físicos. Essa migração de alunos da educação regular para a EJA (referido na literatura especializada na área como “Juvenilização da EJA”) só não é de maior escala, porque a lei estabelece as idades de 15 e 17 anos como idades mínimas para o ingresso no Ensino Fundamental e Médio respectivamente na EJA.

Neste cenário, o Centro do Trabalhador emerge como um local muito singular, uma vez que carrega uma história longa que antecede a própria criação da EJA como modalidade de educação. A escola foi criada em 1989 como uma iniciativa de um grupo de educadores interessado não apenas em alfabetizar adultos, mas também em lhes oferecer a experiência de uma educação regular compatível com suas rotinas de trabalho. Uma vez que a criação da escola foi motivada pela intenção de escolarizar trabalhadores da cidade, especialmente funcionários da prefeitura, a escola ficou historicamente conhecida como “uma escola para adultos trabalhadores”, e ultimamente considera-se que “a escola foi invadida por uma onda de adolescentes”².

A profunda mudança que aconteceu na escola, no que diz respeito ao seu público, pode ser percebida no excerto abaixo, retirado de um dos diários de campo produzidos no período de observação participante:

(1)

Gabriela começa a falar a respeito da situação dos alunos adultos. A orientadora diz que qualquer escola de educação básica é obrigada por lei a aceitar alunos menores de 18 anos, e não pode aceitar alunos maiores de 18 anos. Por isto, o Paulo Freire é uma escola para adultos. A orientadora diz que entende o motivo de alguns alunos adolescentes estarem ali, por precisarem trabalhar o dia todo, e por terem uma “vida de adulto”. Lili toma o turno, e diz que o nome da escola já diz que é uma escola para trabalhadores,

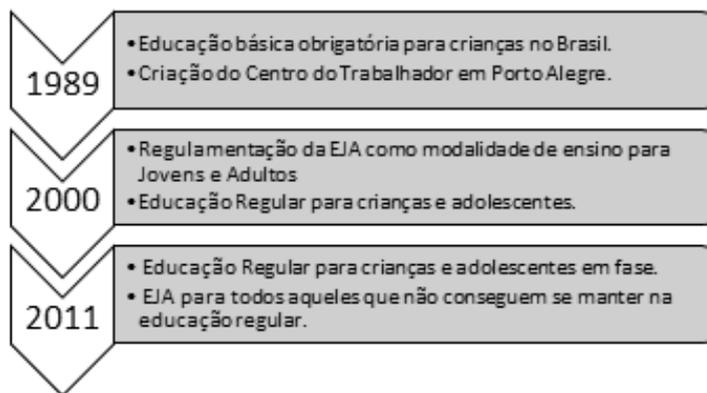
2 As passagens entre aspas neste parágrafo foram retiradas de diários de campo e entrevistas com a equipe diretiva da escola e alunos.

seja de que idade for, e que não é uma escola para quem quer ficar fazendo o que for durante o dia, e prefere estudar a noite, sem levar a escola a sério. Gabriela diz que a escola, dali em diante, tomará medidas protetivas que favoreçam os alunos trabalhadores, para que seja garantido que eles possam estudar. Durante toda a fala, as duas mulheres enfatizam bastante a questão de os alunos mais novos estarem importunando os mais velhos.” (Diário de campo - 11/05/2011)

Ainda que o dado acima aponte uma posição que vem dos membros da equipe diretiva da escola, em relação aos alunos Jovens, este mesmo tipo de posicionamento pode ser percebido em muitos outros dados provenientes dos relatos e participações em sala de aula de alunos Adultos, e até mesmo dos próprios alunos Jovens. A própria intervenção descrita acima foi motivada pelo grande número de reclamações recebidas pela direção da escola, provenientes dos próprios alunos.

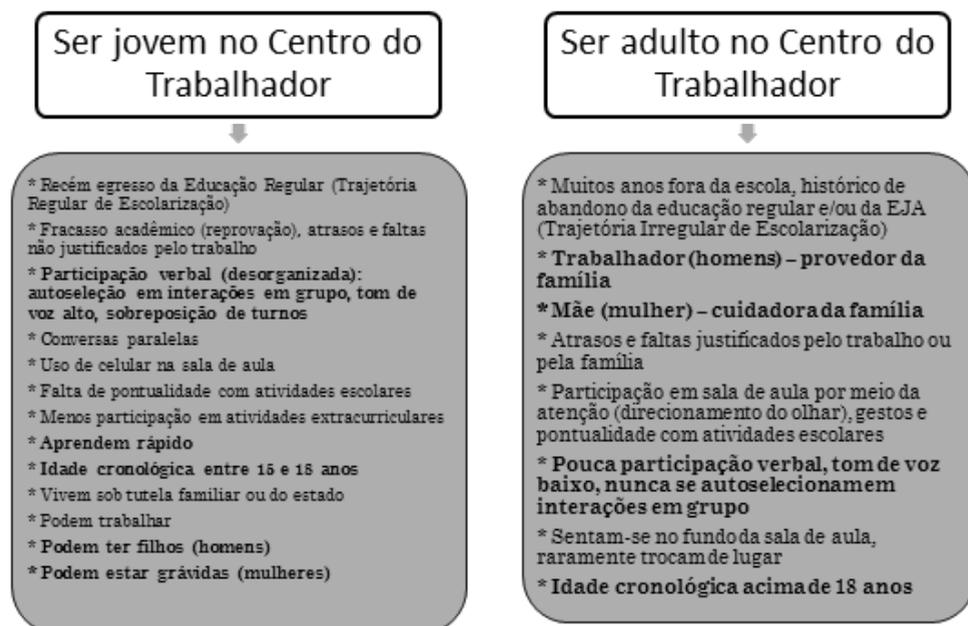
Nesse sentido, o percurso histórico da escola está fortemente relacionado a processos sociais mais amplos que podem ser mapeados no sistema de educação brasileiro, e está sumarizado na figura 1.

Figura 1: Diagrama da história do CT.



Assim, a análise desse conjunto de dados apontou para a emergência de duas comunidades de prática entre os alunos da escola, ambas tendo como empreendimento comum sua permanência no sistema escolar. A principal diferença entre as duas comunidades, no entanto, é o entendimento de seus participantes acerca do que significa ser aluno, aspecto crucial para as identidades que sustentam e negociam constantemente em suas práticas escolares. Os principais aspectos identitários dos participantes das duas comunidades estão representados na figura 2.

Figura 2: Diagrama da oposição jovens X adultos no CT.



A descrição dos participantes de uma e outra comunidade feita acima considera um participante típico e pleno de cada uma das comunidades. Evidentemente, existem variações e graus de afiliação às comunidades de prática. Essas afiliações requerem dos participantes a negociação de diversos traços identitários, por meio do capital simbólico que trazem para a escola de suas participações em diversas outras práticas sociais, tais como as que emergem nos contextos familiares, de trabalho e de suas próprias trajetórias escolares anteriores.

Vale ressaltar que essas comunidades de prática se baseiam na idade cronológica de seus participantes, mas não são determinadas por ela. A idade cronológica é apenas um entre muitos outros traços identitários que seus participantes negociam para estabelecer sua participação na comunidade. A idade dos participantes se torna relevante nessas comunidades justamente porque, na estrutura macrosocial em que as comunidades emergem, os outros traços identitários a serem negociados estão atrelados a um desenvolvimento da vida social do indivíduo que se organiza em torno de sua idade cronológica.

No entanto, como destacado na figura 2, muitas outras questões emergem como relevantes nessas comunidades. Uma delas é o fato de que, ainda que os jovens gozem de menos prestígio como público preferido na escola,

são reconhecidos como o público que aprende rápido, que participa nas discussões, que tem voz ativa. Acredita-se que essa participação escolar mais alinhada ao que se espera, hoje em dia, de um aluno tenha relação com o fato de que esses jovens não interromperam sua escolarização. Em sua maioria, têm um histórico de reprovação na educação regular, e são mandados para a EJA quando completam a idade mínima, no entanto, não interrompem a escolarização por mais de dois anos.

A questão do gênero emerge entre esses traços identitários. Ela emerge como diferenças entre homens e mulheres mais fortemente, e isso pode ser esperado, visto que as comunidades emergem em uma sociedade com um longo histórico de práticas sociais generificadas, com base em uma oposição simplista e binária entre homens e mulheres. Entre os alunos jovens, é possível encontrar homens que já têm filhos, mas que seguem estudando; entre as mulheres jovens, no entanto, foi possível encontrar apenas uma garota grávida, que por sua vez deixou de ir à escola quando o filho nasceu e, até 2014, não havia retornado, pelo menos não ao Centro do Trabalhador. Isso pode estar relacionado ao fato de que, entre os Adultos, todos os homens trabalham fora, e todas as mulheres são donas de casa, assim como todos os homens declararam ter parado de estudar, porque precisavam sustentar a família, mas voltaram devido às pressões do mercado de trabalho; enquanto todas as mulheres declararam ter parado de estudar para cuidar da casa e dos filhos, e retornaram agora que os filhos estão criados.

Assim, em primeiro lugar, buscou-se compreender se a CN, neste espaço social, é utilizada ou não como índice de afiliação a essas comunidades de prática. Buscando esta resposta, realizou-se uma análise no Goldvarb que revelou os resultados da tabela 2.

Tabela 2: CN e categoria local.

Categoria Local	Peso Relativo	N/Total	Frequência
Jovem	.434	260/320	81.2
Adulto	.571	214/299	71.6

Input: 0.234

Os resultados da tabela 2 mostram que a participação na comunidade de prática dos adultos favorece a aplicação da marca de plural (.571), enquanto a participação na comunidade dos alunos jovens desfavorece (.434). Este resultado está bastante alinhado a resultados de pesquisas sociolinguísticas acerca desta variável no português brasileiro, e na sociolinguística como um todo, que apontam falantes mais velhos como favorecedores das variantes mais conservadoras, principalmente quando essas variantes representam a forma padrão da língua.

Além disso, os resultados corroboram também os resultados qualitativos da pesquisa. A escola é a principal agência de letramento, na maior parte das sociedades, ao menos, ela é a representante da modalidade de letramento legitimada nas esferas sociais institucionais. Como tal, a escola aparece como a representante do acesso à língua padrão, que é também a variedade linguística legitimada em esferas institucionais. Tendo em vista que os alunos adultos são os que mais se alinham ao público preferido da escola, é compreensível que favoreçam ao uso das variantes linguísticas legitimadas no espaço escolar.

Os jovens, por sua vez, além de não ser o público preferido, muitas vezes, sentem-se como estranhos neste lugar escolar desenhado para adultos, a maioria deles reconhece o valor da escola, mas declaram em suas entrevistas que sentem falta dos amigos e de suas escolas antigas, das quais, na maioria dos casos, saíram involuntariamente. Pensando por este lado, é natural então que busquem negar as variantes linguísticas que representam este espaço ao qual eles não pertencem.

Além disso, de acordo com Eckert (2000), é justamente quando não se tem acesso a práticas concretas de negociação de identidade, que mais se recorre a recursos simbólicos para este fim. Ainda que os adultos no CT sejam considerados o público mais legitimado na escola, não são os que sustentam a identidade de melhor desempenho escolar: participam pouco nas discussões e considerados mais devagar no aprendizado. Nesse sentido, tendo em vista que o uso de variantes padrão da língua está também mapeado em pesquisas sociolinguísticas como associado a públicos mais escolarizados, é também natural que lancem mão do uso dessas variantes para sustentar também uma identidade de bom desempenho escolar.

Claro que essas são apenas tentativas de explicar os resultados quantitativos encontrados, mas ainda é preciso reflexão a respeito dessas associações, bem como análises multivariadas mais robustas, visto que há problemas que precisam ser resolvidos. Um deles, como será mais bem discutido nas considerações finais, é o enviesamento da amostra, visto que os alunos adultos favorecem a aplicação da marca, mas os alunos jovens apresentam uma frequência de aplicação da marca mais alta.

Para os fins deste trabalho, não foi realizada uma análise multivariada considerando a variável social gênero. Isto, porque, como já explicado anteriormente, o objetivo aqui é olhar para as trajetórias de participação de algumas mulheres jovens e adultas e compreender como ser jovem e ser adulto no CT está relacionado com a construção de identidades femininas; além disso, busca-se compreender como as identidades de mulheres jovens e adultas se relacionam, visto que, entre os traços identitários das duas comunidades é possível enxergar alguma continuidade, possivelmente apren-

dizagem, como será discutido na próxima sessão.

7.3 IDENTIDADES FEMININAS E USO VARIÁVEL DA CN

O interesse em analisar mais de perto estas quatro participantes (Carla, Marília, Berenice, Lúcia) veio do fato de que, na primeira fase da pesquisa, elas se revelaram como participantes icônicas em suas comunidades de prática. No entanto, ao longo do tempo de observação participante aconteceu simultaneamente um rearranjo nas relações entre essas quatro participantes: a gravidez da aluna jovem Carla.

Em primeiro lugar, observou-se o tipo de relação estabelecida entre as duas alunas jovens: Carla e Marília, visto que as duas relataram, em suas entrevistas, serem muito amigas, o que pôde também ser observado nas aulas de Língua Portuguesa, nas quais se sentavam sempre juntas, e estavam sempre engajadas em conversas paralelas à aula. Além disso, as duas alunas estavam sempre juntas fora das aulas, e compartilhavam o mesmo grupo de amigos, homogeneamente composto por alunos Jovens, que elas disseram encontrar fora da escola e nos fins de semana³. O quadro 2 descreve o perfil das duas alunas.

Quadro 3: Oposição jovens x jovens

CARLA	MARÍLIA
Mulher	Mulher
Jovem	Jovem
Origem Urbana	Origem Urbana
Classe social baixa	Classe média baixa
Possui emprego fixo de atendente em uma lanchonete	Apenas estuda
Vive sob tutela da mãe	Vive sob tutela do pai e da mãe
Grávida	Bastante participação verbal nas aulas
Participa das aulas mais por direcionamento do olhar e anotações no caderno.	Bastante autoseleção em interações em grupo
Participação verbal quando é selecionada pela professora	

3 Vale apontar que a até o mês de maio, ninguém na escola sabia da gravidez de Carla, que ainda não aparecia. Em entrevista, a participante disse não ter conhecimento da gravidez até estar no quarto mês de gestação.

Ao olhar para o perfil das duas participantes, é possível notar que, ainda que as duas se apresentem como participantes icônicas em sua comunidade, principalmente em decorrência de suas trajetórias escolares similares, elas não negociam os mesmos traços identitários. Isto mostra que, mesmo sendo participantes da mesma categoria social e de gênero, existe diversidade entre as participantes, por isso é tão relevante olhar para as particularidades de suas trajetórias.

Marília é uma aluna jovem, recém-egressa da educação regular, proveniente de classe média baixa, mora com os pais e o irmão, e apenas estuda. É importante ressaltar que Marília é considerada uma excelente aluna na escola, ainda que seja iconicamente jovem, devido à sua participação em aula e bom desempenho. Já Carla é também jovem, recém-egressa da educação regular, e mora com o irmão e a mãe apenas, seu pai não é mencionado em ponto algum da sua narrativa. Durante a entrevista, Carla diz ter acabado de começar a trabalhar como atendente em uma lanchonete, prática tão recente quanto a sua gravidez que começa a aparecer fisicamente. Quanto à participação das duas alunas nas aulas, Marília tem uma participação iconicamente jovem, enquanto Carla, ainda que seja uma aluna jovem, negocia, neste aspecto, traços de participação adulta.

As duas alunas adultas escolhidas, Lúcia e Berenice, foram escolhidas por motivos semelhantes à escolha das alunas jovens. As duas declararam em suas entrevistas serem melhores amigas, ainda que tenham também dito que não se encontram fora da escola ou se falam pelo telefone, sua relação é exclusivamente no espaço escolar. Além de terem se declarado melhores amigas, as duas participantes sentavam-se sempre juntas na sala de aula, tendo sido observado inclusive que guardam os lugares uma para a outra. Seus perfis podem ser observados no quadro 3.

Quadro 3: Oposição adultas x adultas

BERENICE	LÚCIA
Mulher	Mulher
Adulta	Adulta
Origem Rural	Origem Rural
Classe social baixa	Classe social baixa
Mãe	Mãe
Dona de casa	Dona de casa
Casada	Casada
	Bastante participação verbal e autoseleção em interações em grupo

Entre Lúcia e Berenice não há variações em relação aos traços identitários que negociam, no que concerne a sua vida fora da escola. No entanto, as duas participantes têm uma participação escolar bastante diversa, tendo em vista que Berenice tem uma participação nas aulas iconicamente adulta, e Lúcia negocia traços de participação jovem, neste aspecto.

O que acontece entre essas participantes? O comportamento mais alinhado à sua comunidade que se pode observar entre Marília, como jovem, e Berenice, como adulta, levanta menos questionamentos, visto que elas parecem traçarem trajetórias bastante condizentes com o que é ser um participante pleno em sua comunidade.

O que intriga, de fato, é o comportamento de participantes como Lúcia, que tem uma participação em sala de aula bastante jovem, ainda que seja uma aluna bastante adulta, no que se refere aos outros traços identitários. No entanto, esse desvio do comportamento esperado para a participante pode ser entendido como um movimento em busca de alinhamento com a escola. Acima de todos os outros participantes, Lucia, em sua entrevista, demonstra um grande afeto pelo CT, tendo estudado lá sua filha e suas duas irmãs, antes dela, além de ela ter sido aluna da escola desde o início do Ensino Fundamental. Como já mencionado anteriormente, ainda que os adultos gozem de mais prestígio na escola, como público preferido, são os jovens que parecem atender às expectativas com relação ao que é ser um bom aluno, ter um bom desempenho escolar.

Nesse sentido, Lucia parece ter aprendido nas práticas escolares novos traços identitários, que podem colocá-la numa posição mais legitimada dentro da escola. Sua convivência com participantes da comunidade de prática jovem, parece-lhe proporcionar a oportunidade de incorporar novos traços identitários dos quais ela lança mão para negociar prestígio em relação à instituição escolar.

No entanto, o caso da participante Carla é ainda mais intrigante, visto que ela parece estar justamente em um momento de transição entre ser uma participante jovem e ser uma participante adulta. Antes de saber de sua gravidez (ou pelo menos antes dela ser visível), Carla era uma participante jovem bastante icônica: chegou à escola como uma aluna que não se adaptou ao sistema regular de educação, após repetidas reprovações; demonstrava pouco interesse nas aulas, sempre engajada em interações no celular e conversas paralelas com Marília; não trabalhava; sempre acompanhada de outros alunos jovens nos períodos fora da aula.

Carla começa a aparentar sua gravidez, o primeiro passo para se tornar mãe que, por sua vez, é o principal traço identitário das alunas adultas. A participante passa a negociar, então, uma série de traços identitários que

são tipicamente adultos, como participar da aula por meio de direcionamento do olhar e anotações no caderno. Além disso, começam a acontecer também mudanças nas redes sociais que ela estabelece na escola, como ela mesma declara em sua entrevista, ao ser questionada sobre ter outros amigos na escola, além de Marília: “Acho que dela, do Fernando e da Laura agora também”.

Fernando é um participante jovem da comunidade (ainda que tenha uma idade cronológica mais condizente com a comunidade adulta), Laura, por sua vez, é uma participante tão adulta, quanto Lúcia e Berenice, e a declaração de Carla de estar se aproximando de Laura é corroborada pelo registro da observação das aulas, em que as duas passam a sentar juntas (na segunda metade do semestre), e ter momentos de interação antes da aula e no intervalo.

Além disso, existe também uma aproximação por parte de Lúcia em relação a Carla, que declara em sua entrevista ter aconselhado a colega, além de estar organizando um chá de bebê:

(2)

A Carla depois que ela engravidou ela tá vindo, participando bastante, porque também eu conversei bastante com ela, tanto que eu tô fazendo o chá de fralda pra ela, porque eu peguei e conversei com ela, porque nós fomos caminhar, tirar umas foto, daí eu peguei e conversei com ela, isolei os outros e fui conversar com ela, falei ‘agora não é só tu, tem que fazer por ti e pela tua filha’ (...) até ontem ela tava falando que gosta das colega dela, que se sente bem no meio dos mais velho, porque eu, assim, não cheguei a falar perto assim de ninguém, eu cheguei e disse assim pra ela “olha você tem que...cê tá faltando aula” (Entrevista com Lúcia)

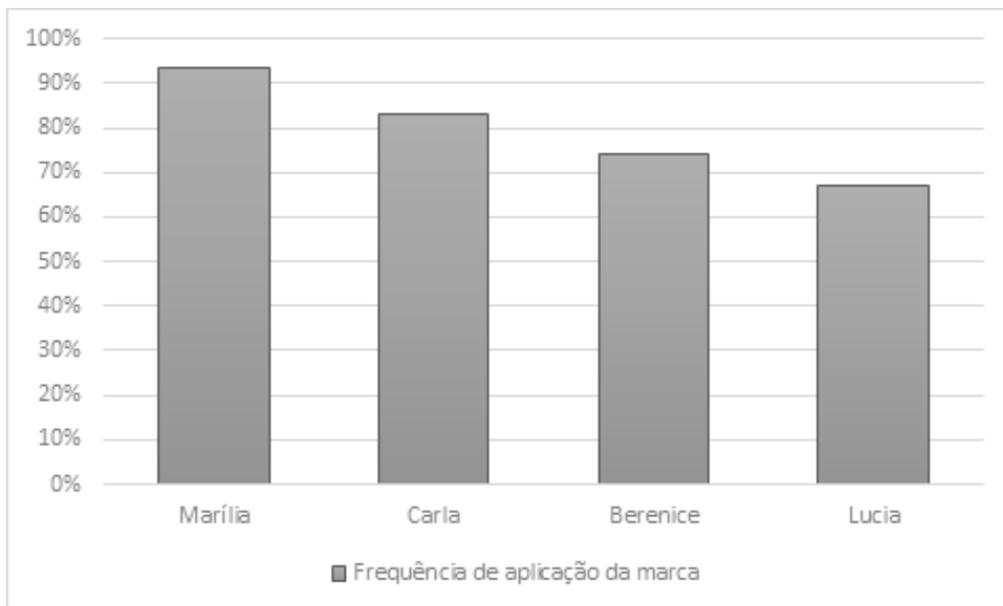
Assim, pode ser visto que as quatro participantes estão em graus diferentes de afiliação a uma e outra comunidade de prática. O caso de Carla torna-se mais intrigante, porque ela parece estar na metade de um contínuo, cujas extremidades são a participação plena em uma e outra comunidade.

A maneira como Carla chega e vai embora do CT corrobora essa asserção, visto que ela chega à escola motivada pela razão que leva os demais alunos Jovens: o fracasso em se manter em conformidade com os rígidos parâmetros da educação regular. No entanto, a aluna deixa a escola, ao fim do semestre, para ter sua filha e não retorna, o que aponta para a possibilidade de uma trajetória de participação muito mais compatível com a das alunas adultas, que deixam de estudar para cuidar de seus filhos.

Tendo em vista então que foi possível estabelecer uma correlação entre

o uso da CN e a afiliação às comunidades de Jovens e Adultos, o que dizem os números sobre o uso que essas quatro participantes fazem da CN em sua fala?

Gráfico 1: Frequência de aplicação da concordância por participante.



Como já apontado quando da metodologia, ainda existem questões/limitações a serem superadas na análise feita, uma delas é o enviesamento da amostra que aponta os Adultos como favorecedores da aplicação da marca de plural (CN padrão), enquanto os Jovens apresentam frequências de aplicação mais altas.

No entanto, ao focalizar as trajetórias de participação dessas quatro participantes, e olhar para as suas frequências de aplicação, é possível justamente começar a traçar hipóteses que expliquem esse enviesamento.

Na escola, como comunidade de fala, a fala jovem está mais associada à não aplicação da marca de plural. No entanto, nessa mesma comunidade de fala, os jovens estão associados a uma falta de prestígio e alinhamento com a instituição escolar. Como explicar então que, entre essas quatro participantes, justamente a participante negocia mais traços de participante jovem tem a frequência de aplicação da marca mais alta?

Marília negocia muitos traços de participante jovem, justamente por isso apresenta-se como uma participante plena em sua comunidade, uma participante que tem bastante competência interacional e domínio de sua prática para lançar mão do capital simbólico que necessita para construir sua identidade de participação. No entanto, além de uma participante jo-

vem, Marília é também considerada uma excelente aluna na escola, o que concede a ela uma posição de mais prestígio em relação a grande parte dos alunos jovens. A argumentação feita aqui é que Marília não é apenas considerada uma aluna excelente, pelo menos não passivamente, ela se constrói como essa aluna excelente, lançando mão de capitais simbólicos como a maneira de participar na sala de aula, mas também o uso padrão da CN, num movimento de alinhamento com uma imagem mais escolarizada, de bom desempenho em uma agência fortemente associada ao uso padrão da língua. Mas, se essa é a argumentação, como explicar o fato de que Lúcia - que também busca se alinhar à escola, e chega a lançar mão de uma participação jovem em sala de aula para alcançar essa legitimação - é justamente quem possui a menor frequência de aplicação da marca entre as quatro participantes?

Lúcia, ao contrário de Marília, já goza de bastante prestígio na escola pelo fato de ser adulta. No entanto, precisa ultrapassar o desafio de não ter uma participação jovem - mais associada a bom desempenho - na sala de aula. Ela o faz de maneira direta, negocia essa participação na própria prática da sala de aula, incorporando para si a maneira jovem e valorizada de participar. Nesse sentido, Lucia tem acesso a práticas concretas para negociar a identidade de boa aluna, enquanto Marília - que não tem acesso direto a práticas sociais adultas - negocia esse prestígio, por meio do uso de recursos simbólicos associados a práticas adultas, como o uso padrão da CN.

Quanto a Marília e Berenice, elas aparecem entre Marília e Lucia, justamente porque encontram-se em posições intermediárias nessa negociação de traços identitários que envolve práticas concretas/negociação direta e recursos simbólicos/negociação indireta.

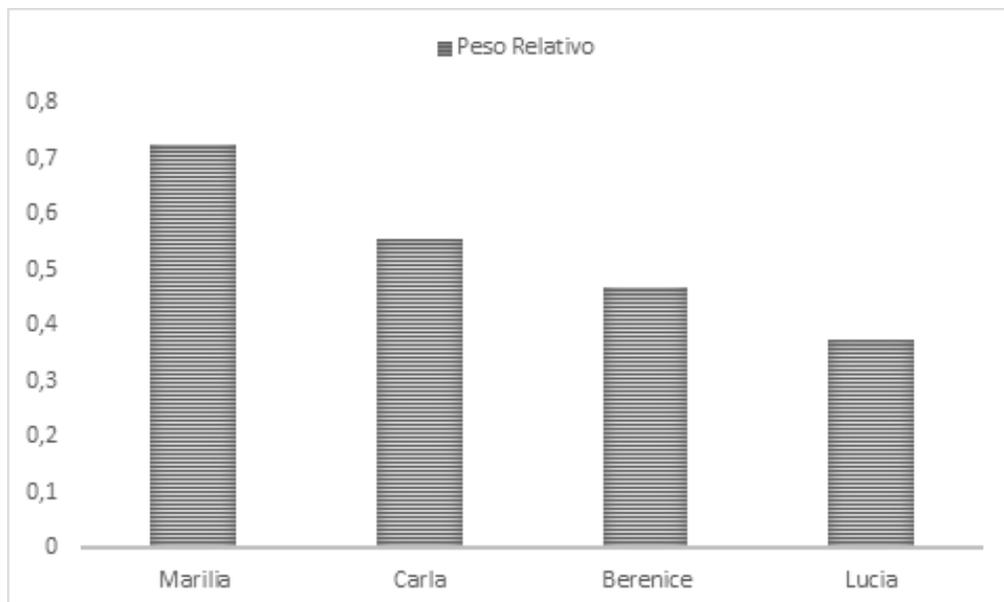
Berenice, ao contrário de Lucia, não negocia traços de participação Jovem na sala de aula, sendo então mais necessário que negocie acesso indireto ao alinhamento à escola, como boa aluna, e o faz por meio de uma frequência de aplicação da marca de plural mais alta do que a de Lucia.

Carla, por sua vez, ao contrário de Marília, tem acesso direto a práticas Adultas, como o fato de estar grávida, ter sido incorporada a uma rede social mais adulta, e ter começado a trabalhar, isso faz com que ela precise menos recorrer ao uso da CN como recurso simbólico. Além disso, ainda que Carla tenha uma frequência de aplicação mais baixa do que a de Marília, ela ainda utiliza a CN padrão mais do que Lucia e Berenice. Tendo em vista que a participante negocia mais traços de adulta do que Marília, mas menos do que Lucia e Berenice, esse resultado se mostra coerente.

Com vistas a corroborar a hipótese, foi ainda feito uso do software

Rbrul, para comparar o peso relativo de cada uma das participantes em relação à aplicação da marca de plural.

Gráfico 2: Peso relativo da concordância por participante.



O peso relativo de cada uma das participantes (analisado como efeito aleatório) acompanha o mesmo movimento que se observou em suas frequências brutas de aplicação: Marília e Carla favorecem a aplicação da marca, enquanto Berenice e Lucia desfavorecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, para finalizar a discussão, é preciso salientar que os resultados e análises aqui apresentados são parciais, fazem parte de um trabalho em progresso. A análise multivariada proposta foi feita com uma quantidade pequena de dados (619 tokens), o que limita os resultados, torna as correlações entre a CN e as variáveis sociais analisadas menos conclusivas. Assim, bem como são parciais as análises e seus resultados, o são parciais também e, acima de tudo, temporárias as explicações que se buscou pra eles. No entanto, o maior empreendimento aqui, que era o de argumentar em favor de um olhar mais alinhado à diversidade do que à diferença na análise de categorias de gênero foi completo.

Estes resultados mostram que a análise quantitativa da fala dos par-

ticipantes dentro de categorias revela padrões de uso de variáveis linguísticas que são de extrema importância para a compreensão do valor social associado a cada variante. No entanto, um olhar mais atento ao uso que cada um dos participantes faz dessas variáveis, informado por dados qualitativos/etnográficos acerca de sua participação em comunidades de prática é também relevante para compreender como eles lançam mão dos valores sociais associados às variáveis, em movimentos estilísticos de negociação de identidade.

Além disso, a análise desenvolvida aqui mostra que gênero é sim algo que se faz constantemente em comunidades de prática, mas também é algo que nelas se aprende. As trajetórias de participação em comunidades de prática são únicas, mas os participantes aprendem uns com os outros o valor do capital simbólico disponível na comunidade, os significados sociais associados a determinadas práticas: recortam e colam aspectos de outras trajetórias de participação para compor a sua própria. E é por meio dessa aprendizagem que são bem sucedidos em seus movimentos estilísticos, que reclamam para si certas identidades e estilos de persona (ECKERT, 2008), mas também criam novas identidades e estilos que são incorporados pela comunidade. Carla aprende com Lucia e Berenice como ser adulta, mas também ensina a elas o que é ser jovem naquele lugar (que possivelmente difere bastante das representações de ser jovem que elas trazem consigo), ao criar a identidade de uma Jovem aprendendo a ser adulta.

Por fim, o que mais se buscou argumentar aqui é que a compreensão das categorias de jovens e adultos não é tão completa isoladamente, quanto o é quando associada a questões de gênero que emergem na comunidade. Também não é completa a compreensão da construção local das categorias de gênero, sem a compreensão de como elas se relacionam com essas categorias locais. Acima de tudo, é preciso afirmar que, neste espaço social específico, a simples oposição entre homens e mulheres não daria conta de toda a complexidade que emerge.

REFERÊNCIAS

- ECKERT, P. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.
- ECKERT, P. Variation and the Indexical Field. *Journal of sociolinguistics* v. 12, n. 3, p. 453-476, 2008.
- ECKERT, P; MCCONNEL-GINET, S. Think practically and look locally: language and gender as community-based practice. *Annual Review of Anthropology*, v. 21, p. 461-490, 1992.
- ECKERT, P. *Language and Gender*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: Legitimate peripheral participation*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1991.
- MANGABEIRA, A.B.A. *Participação, Identidade e Variação na EJA: o uso variável da concordância nominal de número como recurso simbólico e estilístico na construção de uma comunidade de prática na sala de aula de língua portuguesa*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012
- WENGER, E. *Communities of Practice*. New York: Cambridge University Press, 1998.

8

CAPÍTULO

A VARIÁVEL SEXO/GÊNERO E O USO DE MARCADORES DISCURSIVOS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Cláudia Andrea Rost Snichelotto
André Fabiano Bertozzo

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, discutimos padrões de comportamento da variável sexo/gênero a partir do exame de estudos cujo foco são itens de natureza discursiva, notadamente Marcadores Discursivos (MD) originários de verbos (*olha e vê, sabe? e entende?, eu acho, sei lá, deixa eu ver, deixa eu*

pensar e deixa eu lembrar), com base em entrevistas de duas amostras de fala de informantes de Chapecó/SC: uma do projeto VARSUL e a outra do projeto “Variação e Mudança no Português do Oeste de Santa Catarina” (VMPOSC)¹.

Oriundos de categorias gramaticais diversas (conjunções, preposições, advérbios, verbos, adjetivos, etc.) e de estruturas sintáticas distintas, os MD abarcam uma ampla gama de itens lexicais e de sons não lexicalizados (*uhn, uhn uhn*). “Isto significa que não é pela classe gramatical que identificamos os MC, mas pela função que aquela forma tem na interação.” (MARCUSCHI, 1989, p. 290). Portanto, é comum a literatura considerá-los como uma classe funcional (SCHIFFRIN, 1987; RISSO; SILVA; URBANO, 1996, 2006), tendo em vista a articulação simultânea de diferentes valores, com graus de maior ou menor proeminência, tanto de caráter textual - estabelecendo elos coesivos entre partes do texto, como interpessoal, mantendo a interação falante-ouvinte e auxiliando no planejamento da fala (MARCUSCHI, 1989).

Essa definição realça a função pragmática da categoria, na qual se pode também incluir a subclasse de MD derivados de verbos de percepção (visual, gustativa e olfativa) e de cognição: *olha e vê, sabe? e entende?, eu acho, sei lá, deixa eu ver, deixa eu pensar e deixa eu lembrar*.

Embora variados estudos (SILVA; MACEDO, 1996; CASTILHO, 1989; RISSO, 1999; URBANO, 1999; DAL MAGO, 2001; ROST, 2002, FREITAG, 2008, entre outros) tenham descrito e sistematizado os usos e valores dos MD no Português Brasileiro, Freitag (2007) observa que as gramáticas prescritivas (por exemplo, de CUNHA; CINTRA, 2001; LUFT, 1991) ainda os rotulam como “vício de linguagem” ou “cacoete linguístico”. Consequentemente, são estigmatizados, não só pelo ensino regular mas também pelos cursos de formação continuada, como os de (re)colocação no mercado de trabalho, especialmente para profissionais que atuam em áreas que requerem relacionamento ou fala em público. Ainda que os contextos escolar e profissional insistam nas atitudes e nos juízos de alta virulência, os MD, altamente frequentes na fala, já começam a surgir na escrita, como evidenciaram Dal Mago (2002) e Freitag (2007).

Quanto a padrões de comportamento social construídos historicamente, alguns estudos conjecturam que as mulheres tenderiam ao maior emprego de MD devido a, em nossa sociedade patriarcal, se mostrarem mais polidas ao se comunicarem (SILVA; MACEDO, 1989). Porém, esse argumento pode ser questionado na perspectiva de Brown e Levinson

1 Este projeto foi financiado com recursos da Chamada Pública FAPESC nº 04/2012 – Universal e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (Processo CAAE: 17011413.2.0000.5564).

(2002[1987]), para quem a necessidade de ser polido depende fundamentalmente das relações face a face. Os resultados de Silva e Macedo (1989) e Rost (2002) apontam que as mulheres fazem maior uso dos MD do que os homens. Tais premissas sugerem a necessidade de maior investigação dos efeitos da variável sexo/gênero no comportamento destes fenômenos.

8.1 O EFEITO DA VARIÁVEL SEXO/GÊNERO EM FENÔMENOS DISCURSIVOS

A influência do fator sexo/gênero sobre o uso de fenômenos discursivos aponta para comportamentos bastante diferenciados. Silva e Macedo (1989, p.15), por exemplo, analisando dados da amostra Censo do Rio de Janeiro, verificaram que as mulheres tenderam ao maior emprego de MD “iniciadores de respostas”, como *olha*, *bom* e *ah* (SILVA; MACEDO, 1989, p.40). Porém, não houve diferença na frequência de uso dos Requisitos de Apoio Discursivo (RAD), como *sabe?*, *entendeu?*, *né?* entre os informantes do sexo masculino e os do sexo feminino.

Valle (2001) verificou comportamento semelhante entre os informantes masculinos e femininos em dados da amostra do Varsul/Florianópolis, porém atestou que há RADs de uso preferencial pelos homens – *não tem?* e *entende?* – e pelas mulheres – *sabe?*.

O estudo de Rost (2002) também evidenciou preferências de uso dos MDs derivados dos verbos de percepção visual “olhar” e “ver”, ao comparar amostras orais do Varsul provenientes das três capitais da Região Sul. Tomados como variantes da variável discursiva, *olha* e *vê*² atuam no domínio funcional da “chamada da atenção do ouvinte”. Os resultados da pesquisa revelaram que informantes femininos tenderam ao emprego do MD *olha* em oposição aos informantes masculinos que optaram pelo uso de *vê*. Em termos de frequência, as mulheres usam um pouco mais os marcadores *olha* e *veja* do que os homens.

Os resultados desses três estudos no português evidenciam comportamentos diferenciados quanto ao gênero/sexo dos informantes e o uso dos MD, na medida que a categoria não é uniforme, apresentando especificidades. Quanto à função RAD, os informantes de ambos gêneros/sexos empregam-nos de modo similar. Já na função de MD iniciadores de resposta (*olha*, *bom* e *ah*) ou os de chamada da atenção do ouvinte (*olha* e *vê*), as informantes utilizam-nos mais em relação aos informantes.

Saindo do âmbito dos estudos do português brasileiro, Macaulay

2 A forma *olha* recobre as realizações *olha* ~ [ˈɔja] ~ [ˈɔj] ~ [ˈɔ] ~ *olhe*. A forma *vê* representa as realizações *vê* ~ *vês* ~ *veja*.

(2002) sumariza resultados de quatro pesquisas que focalizam o comportamento de fenômenos discursivos por gênero/sexo nas diferentes variedades do inglês.

Dubois e Crouch (1975), citados por Macaulay (2002, p. 294), investigaram o uso de *tag questions* durante as seções de discussão após a apresentação de trabalhos em workshops e constataram que homens empregaram-nas de modo mais intenso do que as mulheres. Inversamente, Holmes (1984, 1995), também referido por Macaulay (2002, p. 294), servindo-se de uma amostra de fala de homens e mulheres da Nova Zelândia, localizou maior uso de *tag questions* por mulheres do que por homens. Macaulay (2002, p. 295) também refere à pesquisa de Cameron et al. (1989), que encontraram resultado semelhante a Dubois e Crouch (1975) com preponderância de emprego de *tag questions* por homens em relação às mulheres.

Analisando dados de fala de informantes do corpus London-Lund, Erman (1993), mencionado por Macaulay (2002, p. 295, grifo nosso), demonstrou que “expressões pragmáticas”, oriundas de formas verbais como *you know, you see* e *I mean*, são mais empregadas pelos homens do que pelas mulheres e também dispõem de funções discursivas distintas para ambos os sexos. Enquanto os homens preferem empregar estas construções como mecanismos para testar a atenção do interlocutor, as mulheres usam-nas para conectar argumentos consecutivos.

Se no português do Brasil há certa preferência de uso de MD pelas mulheres em relação aos homens, no inglês, observa-se o contrário, com os homens tomando a frente das mulheres quando se trata do emprego de *tag questions* e de expressões pragmáticas. Tal resultado contrastivo evidencia o quão complexa é a questão do sexo/gênero e como não podemos nos ater a hipóteses universais para o seu comportamento.

8.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia dos estudos aqui sumarizados seguiu os passos da sociolinguística quantitativa laboviana, embora não sejam estudos puramente variacionistas, mas apenas de caráter exploratório. São duas as amostras orais utilizadas pelas pesquisas. A amostra do projeto VARSUL/Chapecó é constituída por entrevistas sociolinguísticas de 24 informantes chapecoenses, coletadas no início da década de 90 do século XX. Os informantes estão socialmente estratificados quanto às variáveis idade (de 25 a 49 e acima de 50 anos), escolaridade (antigos primário, ginásial e colegial) e sexo (masculino e feminino). As entrevistas de Chapecó foram realizadas por entrevistadoras femininas, de escolaridade superior, aparentemente de

fora da região. A amostra do projeto VMPOSC é composta por 12 entrevistas sociolinguísticas de informantes de Chapecó, monolíngues em português, socialmente estratificados em sexo/gênero (masculino e feminino), idade (7 a 14 anos e 25 a 49 anos) e escolaridade (1º e 2º ciclos do ensino fundamental e ensino superior). Esta segunda amostra, de certo modo, pretende ser uma ampliação do VARSUL/Chapecó com a inserção de perfis socioculturais não contemplados à época de coleta das primeiras entrevistas do projeto. Além disso, as entrevistas foram efetuadas em 2014 por entrevistadores masculinos e femininos, de escolaridade superior, nascidos em Chapecó ou região. Em cada célula, uma entrevista foi feita por um homem e a outra por uma mulher. Com esse cuidado, este projeto enquadra-se à terceira onda dos estudos sociolinguísticos (ECKERT, 2005, 2012), tendo em vista a ênfase às questões estilísticas envolvidas no controle da coleta das entrevistas (ROST SNICHELOTTO, 2012).

Dos quatro trabalhos, um (ROST SNICHELOTTO, 2009) utilizou a amostra do projeto VARSUL e os outros três (TRAPP, 2014; SILVA, 2014; SCHERER, 2014) tomaram ambas as amostras orais disponíveis em Chapecó. A restrição espaço-temporal permite identificar tendências que podem ser relacionadas a questões de identidade local, na medida que, como vimos, o padrão de comportamento da macrocategoria dos MD varia muito.

Devido à baixa recorrência do fenômeno, e da restrição da amostra (e, conseqüentemente, de dados levantados), o viés de análise dos estudos é o funcionalismo linguístico, traçando os possíveis caminhos e a mudança de estatuto categorial dos MD analisados. No entanto, variáveis sociais inerentes à estratificação sociolinguística, como sexo/gênero e a faixa etária do informante, foram controladas, e é nesses resultados que focamos a seguir.

8.3 TENDÊNCIAS DE USO DOS MD QUANTO AO SEXO/GÊNERO EM CHAPECÓ

Os quatro estudos aqui sumarizados partiram de pesquisas anteriores que investigaram a mudança semântico-pragmática dos verbos para delinear a origem e potencialidade semântico-pragmática de cada item, desde sua base verbal como item lexical pleno até seu comportamento como MD.

Rost Snichelotto (2009) constatou que *olha* e *vê* (e suas variações)³, oriundos de verbos de percepção visual associados a segunda pessoa do

3 As formas *olha* e *vê* apresentam realizações distintas: a primeira é recoberta pelos usos de *olha* ~ *olhe* ~ [ˈɔja] ~ [ˈɔj] ~ [ˈɔ] e a segunda, *veja* ~ *veja* ~ *vê* ~ *vês*.

singular em enunciados de comando na forma imperativa, possuem a propriedade comum de *chamada da atenção do ouvinte*. Tanto no português como em outras línguas românicas esses itens tendem a derivar MD, a exemplo do espanhol, francês, italiano, catalão e galego. No português brasileiro, esses MDs (e variações) foram investigados por Castilho (1989), Marcuschi (1989), Silva e Macedo (1996), Risso, Silva e Urbano (1996), Martelotta, Votre e Cezario (1996), Urbano (1999), Risso (1999), Travaglia (1999) e Rost (2002).

Também fixados na segunda pessoa do singular, mas do presente do indicativo, os MD *sabe?* e *entende?* (e variações), segundo Trapp (2014), atuam no domínio funcional da *manutenção do contato discursivo*, a partir do qual, a depender do contexto, coexistem como camadas, nos termos de Hopper (1991), ou como variantes da mesma variável, nos termos de Labov (1978). No português brasileiro, outras pesquisas acerca desse subgrupo de MD foram efetuadas por Marcuschi (1989), Silva e Macedo (1996), Urbano (1997, 1999, 2006), Martelotta e Leitão (1996), Valle (2001), Martelotta (2004) e Görski e Valle (2013).

Silva (2014) verificou que *sei lá* e *eu acho*, cristalizados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, atuam como MD oracionais parentéticos epistêmicos⁴ e situam-se sob o domínio funcional da *modalização epistêmica*. Foram localizados estudos anteriores sobre esses MD (e variações) em Rosa (1992), Galembeck e Carvalho (1997), Freitag (2000, 2003, 2004), Votre (2004), Oliveira e Santos (2011).

Os usos dos MDs *deixa eu ver*, *deixa eu pensar* e *deixa eu lembrar* (e variações), de feição oracional, foram descritos por Scherer (2014) com base em estudos prévios realizados por Cezário, Gomes e Pinto (1996), Bagno (2001), Martins e Lacerda (2013) e Alves (2006). O verbo causativo *deixar*, usado no imperativo afirmativo, acompanhado de verbos de percepção e cognição, no infinitivo, está enfraquecendo ou perdendo características de verbos plenos de origem e se especializando como MDs.

Na sequência, passamos a apresentar o comportamento da variável gênero/sexo a partir do exame de análises efetuadas em cada um dos estudos. Ressaltamos ainda que foi possível a exposição de resultados da correlação entre as variáveis faixa etária e gênero/sexo das quatro pesquisas a fim de postularmos possíveis indícios de mudança em curso.

4 Compreende-se como “parentético” a forma sintaticamente isolada dos itens e “epistêmico” diz respeito à função de modalização proeminente no contexto em que a forma ocorre.

8.3.1 Marcadores discursivos *olha* e *vê*

Rost Snichelotto (2009) descreveu a multifuncionalidade de usos dos MD *olha* e *vê* na fala e na escrita catarinense. Os dados de fala são oriundos de amostras do Varsul das cidades de Florianópolis, Lages, Blumenau e Chapecó. Esses itens apresentam caráter bidirecional, pois, além de chamar a atenção do interlocutor para a informação veiculada, auxiliam no estabelecimento de relações coesivas. Foram identificados dez contextos de atuação discursiva de *olha* e *vê* nas amostras analisadas: de advertência, adversativo, de atenuação, interjetivo, de prefaciação, de parentetização, exemplificativo, de opinião, causal e concessivo. Desses dez contextos mapeados, *olha* e *vê* competem em oito contextos. Portanto, em apenas dois contextos, ocorre uso exclusivo do MD *olha* (de atenuação e concessivo). Nesse caso, podemos interpretar esses contextos, pelo menos nas amostras analisadas, como de restrição ao uso de *vê*.

A sequência de trechos a seguir mostra usos dos MD *olha* e de *vê* na fala de informantes chapecoenses:

(1)

Entrevistadora: É, e o que é que o senhor gosta mais de ver na televisão?

Informante: Olha, quer dizer, tem muitos homens que não gostam, mas aquilo que eu gosto de ver, por exemplo, essas novelas de como eu, quer dizer, que não perdia nenhum o Pantanal. (SC CHP 14)

(2)

Entrevistadora: [Conta] um pouco porque eu não conheço nada, eu tenho muita curiosidade porque [é] tem o aeroporto, tem a praça, [muita coisa]

Informante: [Doutor Serafim,] esse é filho do falecido Ernesto Bertaso, né? [esse] [esse foi] ele foi colonizador daqui. [Então ele vendia] o meu pai ia vender terras pra ele, né? Ele tinha terras por toda parte aqui, colônias, e o pai ia fazer as vendas pra ele. E era uma gente assim muito boa, gente que tinha. E ele tinha só três filhos: o Doutor Serafim, o Doutor Jaime [e a Dona] e a Dona Elza. Vive só a Dona Elza hoje, os outros já morreram, ele morreu, a Dona Zenaide morreu, com cento e seis anos, a esposa do seu Bertaso. É, agora esse ali, então, [o Doutor Serafim que é] o Doutor, como é o nome dele, que é filho do Doutor Serafim. Ai, meu Deus! Vê, como a gente esquece Ivan Bertaso, casado com a Eliane que é uma senhora, a Eliane Silvestre. Só esses ali, [el] eles têm duas filhas, mas não moram mais aqui não. Não sei onde estão morando. Ele

foi um grande colonizador daqui, comprava terras depois vendia, e o pai fazia as vendas pra ele, até lá pro Quilombo, Xaxim, lá pra Mondai, Pinhalzinho, por aí tudo o pai ia vender as terras. (SC CHP 21)

Os resultados da amostra do Varsul/Chapecó indicam diferença percentual significativa nessa comunidade. Os homens tendem ao emprego do MD *olha* (116 ocorrências) em relação às mulheres (58 ocorrências). Esses resultados para o MD *olha* diferenciam-se dos apontados por Silva e Macedo (1989) e Rost (2002).

Vejam, na tabela 1, os resultados da correlação entre as variáveis faixa etária e gênero/sexo.

Tabela 1: Correlação entre as variáveis faixa etária e gênero/sexo sobre o uso de *olha* em relação *vê* na amostra do Varsul/Chapecó. Adaptada de Rost Snichelotto (2009, p. 408)

Faixa etária	Masc./Varsul	Fem./Varsul
A (25 a 49 anos)	63/69 (91%)	25/37 (68%)
B (50 anos ou +)	38/47 (81%)	18/21 (86%)
Total	101/116 (87%)	43/58 (74%)

A correlação entre idade e gênero/sexo dos informantes da amostra VARSUL/Chapecó é indicativa da diferenciação de uso dos MD. O MD *olha* predomina em relação a *vê* entre os informantes chapecoenses. Mesmo assim, são os homens das faixas A e B e as mulheres da faixa B que apresentaram os maiores percentuais de emprego de *olha*. Embora as mulheres de ambas as faixas etárias apresentem menor frequência de MD, isto é, exatamente 50% (58 ocorrências) do total de dados dos homens, ainda assim houve predomínio de *olha* entre os informantes femininos. Destaca-se, porém, que dos 24 informantes da amostra VARSUL/Chapecó apenas três homens da faixa etária B não produziram nenhum dos itens investigados. Houve equilíbrio (15 ocorrências cada) na realização do MD *vê* entre os sexos/gêneros, dentre os quais 6 dados foram identificados entre homens da faixa A e 11 entre os da faixa B, ao passo que ocorreu 12 realizações de *vê* entre as mulheres da faixa A e 3 entre as da faixa B.

Em síntese, o sexo/gênero masculino é favorecedor do MD *olha*, mas desfavorecedor do MD *vê* em Chapecó. Apesar da baixa ocorrência dos MD, o gênero/sexo feminino também mostra-se mais propício ao uso do MD *olha* em Chapecó. Esses resultados vão parcialmente ao encontro dos de Silva e Macedo (1989) e Rost (2002) que apontam a tendência de maior emprego dos MD entre as mulheres do que entre os homens.

Quanto às faixas etárias, o aparecimento (quase) categórico do MD

olha pode indicar um contexto de especialização de uso entre os informantes masculinos mais jovens, enquanto que os informantes femininos da mesma faixa de idade revelaram preferência pelo uso de *olha* mas também alguns contextos de variação com *vê*. Nesse caso, podemos projetar uma possibilidade de entrada dos MD *vê* entre as mulheres chapecoenses mais jovens, porém os resultados significativamente altos da faixa mais velha não abonam a hipótese de alguma tendência em curso.

8.3.2 Marcadores discursivos *sabe?* e *entende?*

Trapp (2014) descreveu os contextos de uso dos MD *sabe?* e *entende?* na fala de 36 informantes do município de Chapecó, Santa Catarina. Além de 12 entrevistas do projeto VMPOSC, a autora investigou 24 entrevistas de informantes do projeto VARSUL/Chapecó. Com o objetivo de verificar os contextos específicos em que os verbos *saber* e *entender* aparecem na sua forma mais abstrata, Trapp (2014) identificou, nas amostras, atuação bidirecional de *sabe?* e *entende?*, ou seja, a depender do contexto de uso, podem se sobressair nuances mais voltadas à interação ou mais voltadas ao texto, as quais distribuem-se em cinco contextos: de reformulação, de opinião, de especificação, causal/conclusivo e de contraste.

Usos dos MD na fala dos informantes de Chapecó podem ser conferidos nos excertos a seguir:

(3)

Entrevistadora: E qual o trabalho dele, lá?

Informante: É, ele é mais a parte de cortar, tirar carne, assim, dos ossos, sabe? desossar, que dizem. (est) Então, [na]- [na]- desossar, tirar juntas, né? assim, da- Tira a carne, depois, daí, na junta, assim, daí corta tudo fora, né? (SC CHP 01)

(4)

Entrevistadora: E como é que é na tua casa Mari, essa questão de italianos, você fala italiano?

Informante: [...] E [eu]- eu sinto que na minha família ainda isso tá bem enraizado, entende? (est) o italiano porque a gente dá muito valor. (est) Tanto meu irmão, tenho um irmão que estuda fora, ele quer ver se ele se naturaliza italiano. (SC CHP 19)

No rastreamento da amostra VARSUL/Chapecó, Trapp (2014) localizou 135 ocorrências dos MD investigados, dentre as quais 118 ocorrências foram produzidas por mulheres e 17 por homens. Das 118 ocorrências produzidas pelas mulheres da amostra, 85% são realizações de *sabe?* (100

ocorrências) e 15% de *entende?* (18 ocorrências). No que refere as 17 ocorrências produzidas por homens, deste total, 88% foram ocorrências de *sabe?* (15 dados) e 12% de *entende?* (2 dados). De modo geral, os resultados obtidos indicam que, embora apenas 14 informantes femininas tenham produzido os MDs *sabe?* e *entende?*, elas são responsáveis por 87% (118/135) das realizações da amostra do Varsul/Chapecó. De modo específico, os homens e as mulheres da amostra são mais produtivos do MD *sabe?*, com 85% e 88% de frequência, respectivamente.

No levantamento de dados da amostra do projeto VMPOSC, foram identificadas 11 ocorrências dos MDs investigados, destas, 5 são realizações produzidas por informantes mulheres e 6 por informantes homens. Como ocorreu com os resultados da amostra do Varsul/Chapecó, *sabe?* foi igualmente produtivo entre homens e mulheres (média de 5 ocorrências), ao passo que *entende?* foi produzido por apenas um informante masculino.

Vejam, na Tabela 2, os resultados da correlação entre as variáveis faixa etária e gênero/sexo.

Tabela 2: Correlação entre as variáveis faixa etária e gênero/sexo sobre o uso de *sabe?* em relação *entende?* nas amostras de Chapecó dos projetos VARSUL e VMPOSC.
Adaptado de Trapp (2014, p. 115, 117)

Faixa etária	Gênero/sexo			
	Masc./Varsul	Fem./Varsul	Masc./VMPOSC	Fem./VMPOSC
A (25 a 49 anos)	09/09 (100%)	28/46 (61%)	05/06 (83%)	02/02 (100%)
B (50 anos ou +)	06/08 (75%)	72/72 (100%)	-	-
C (7 a 14 anos)	-	-	-	03/03 (100%)

Atentando-se para os resultados da amostra VARSUL/Chapecó, a correlação entre idade e gênero/sexo dos informantes é indicativa da diferenciação de uso dos MDs. As mulheres da faixa etária B usam exclusivamente o MD *sabe?* (72 ocorrências) em comparação às mulheres da faixa A, que apresentaram emprego variável de ambos MDs (28 ocorrências de *sabe?* e 18 de *entende?*). Embora os homens de ambas as faixas etárias apresentem baixa frequência (17 dados apenas) de uso de ambos os MDs em relação às mulheres, houve predomínio de *sabe?* entre os homens da faixa etária A. Contudo, foram os homens da faixa etária B que variaram o emprego dos MDs (6 ocorrências de *sabe?* e 2 de *entende?*).

Com a entrada dos universitários da amostra do VMPOSC, verifica-se o inverso: os informantes masculinos da faixa A apresentaram emprego variável de ambos MDs (5 ocorrências de *sabe?* e 1 de *entende?*), e os infor-

mantas femininas dessa mesma faixa etária apresentaram uso preferencial de *sabe?* (2 ocorrências). Também este é o uso preferencial dos informantes femininos da faixa mais jovem.

Os resultados de ambas as amostras com entrevistas de informantes chapecoenses divergem dos de Silva e Macedo (1989) e Valle (2001), uma vez que houve diferença de uso entre os informantes do sexo masculino e os do sexo feminino.

8.3.3 Marcadores discursivos *sei lá* e *eu acho*

Silva (2014) analisou os usos dos MD *sei lá* e *eu acho* na fala de 32 chapecoenses, com base em duas amostras sincrônicas, uma proveniente do projeto VARSUL/Chapecó, com 24 entrevistas, e outra do projeto VMPOSC, que contava à época da redação da dissertação com 8 entrevistas coletadas.

A atuação desses MD na fala de informantes de Chapecó pode ser conferida nas ocorrências a seguir:

(5)

Entrevistador: Tinha igreja já ou não?

Informante: Tinha. Só que era uma igreja de- não era essa igreja, uma igreja que foi queimada depois. Não sei o que que aconteceu ali, dizem que botaram fogo, *sei lá* (SC CHP 02)

(6)

Informante: Ele foi me dar uma moeda de esmola, né? Ele disse:

“Eu vou te dar essa.” Eram quatrocentos réis, *eu acho*. (SC CHP 20)

Em seu levantamento de dados do VARSUL/Chapecó, Silva (2014) verificou que, das 18 entrevistas em que foram identificados os MDs investigados, 11 são de informantes mulheres e 7 são de informantes homens. Consequentemente, o maior uso de *sei lá* se dá entre as mulheres (60%) em relação aos homens (40%). Entre as mulheres foi maior o uso da forma *sei lá* (93,3%), seguido pela forma *sei lá eu* (6,7%). Os homens também preferiram o uso da forma *sei lá* (90%), seguido de *eu sei lá* (10%). Igualmente as mulheres apresentam taxas um pouco mais altas de uso de *eu acho* (54,3%) do que homens (45,7%). De modo específico, as mulheres preferem a forma *eu acho* (72%), seguida da forma *acho* (24%) e de *acho eu* (4%). Os homens também preferem a forma *eu acho* (61,9%), seguida de *acho* (28,6%) e de *acho eu* (9,5%).

No rastreamento de dados da amostra do projeto VMPOSC, foi possível verificar usos de *sei lá* exclusivos das mulheres e maior frequência de

eu acho também entre os informantes do sexo/gênero feminino. Quanto a este último MD, de 8 ocorrências totais do item, apenas uma foi realizada por informante do sexo/gênero masculino, as demais foram realizações de informantes do sexo/gênero feminino.

Portanto, o que se configura quanto ao comportamento de *sei lá* e *eu acho* é um maior uso do primeiro por mulheres em ambas amostras investigadas e o emprego do segundo quase equivalente entre mulheres e homens na amostra VARSUL/Chapecó.

Vejamos, na Tabela 3, a seguir, os resultados da correlação entre a variável faixa etária e gênero/sexo.

Tabela 3: Correlação entre as variáveis faixa etária e gênero/sexo sobre o uso de *sei lá* em relação a *eu sei lá* e *sei lá eu* nas amostras de Chapecó dos projetos VARSUL e VMPOSC. Adaptada de Silva (2014, p. 95-96)

Faixa etária	Gênero/sexo			
	Masc./Varsul	Fem./Varsul	Masc./VMPOSC	Fem./VMPOSC
A (25 a 49 anos)	18/40 (45%)	22/40 (55%)	-	-
B (50 anos ou +)	02/10 (20%)	08/10 (80%)	-	-
C (7 a 14 anos)	-	-	00/15 (0%)	15/15 (100%)

Os resultados apresentados na Tabela 3 sinalizam que as mulheres das três faixas etárias, diferentemente dos homens, apresentam maior uso das formas dos itens investigados. Em termos percentuais, foi a faixa mais jovem (de 7 a 14 anos) das informantes mulheres que produziu mais a forma *sei lá* (55%) em relação aos informantes homens, que sequer realizaram quaisquer das formas dos itens. O sexo/gênero feminino da faixa etária B também produziu mais a forma *sei lá* em comparação ao sexo/gênero masculino.

Vejam os, na Tabela 4, a seguir, os resultados da correlação entre a variável faixa etária e gênero/sexo.

Tabela 4: Correlação entre as variáveis faixa etária e gênero/sexo sobre o uso de *eu acho* nas amostras de Chapecó dos projetos VARSUL e VMPOSC.
Adaptada de Silva (2014, p. 97-98)

Faixa etária	Gênero/sexo			
	Masc./Varsul	Fem./Varsul	Masc./VMPOSC	Fem./VMPOSC
A (25 a 49 anos)	18/27 (66,7%)	09/27 (33,3%)	-	-
B (50 anos ou +)	03/19 (15,8%)	16/19 (84,2%)	-	-
C (7 a 14 anos)	-	-	01/08 (12,5%)	07/08 (87,5%)

Os resultados apresentados na Tabela 4 ressaltam que a maior frequência de uso da forma *eu acho* se dá entre os homens da faixa etária A e entre as mulheres da faixa B e C. Em termos percentuais, foi a faixa mais jovem (de 7 a 14 anos) das informantes mulheres que produziu mais *eu acho* (87,5%) em relação aos informantes homens, que realizaram apenas uma ocorrência dos itens. O sexo/gênero feminino da faixa etária B também produziu mais a forma *eu acho* em comparação ao sexo/gênero masculino.

8.3.4 Marcadores discursivos *deixa eu ver, deixa eu pensar e deixa eu lembrar*

O estudo de Scherer (2014) tem como base de investigação duas amostras sincrônicas, sendo uma da cidade de Chapecó do projeto VMPOSC e outra das cidades de Chapecó, Blumenau, Lages e Florianópolis, do projeto VARSUL/Santa Catarina.

Usos, extraídos da amostra do Varsul/Chapecó, de *deixa eu ver, deixa eu pensar e deixa eu lembrar* como MD podem ser verificados no excerto a seguir:

(7)

Informante: - Era o meu bem que ela queria, né? Porque hoje ela até se arrepende do dia que ela falou, que ela adora a Rafaela. [E a] *deixe eu ver* o que mais. Faz uma pergunta pra mim. (SC CHP 20)

(8)

Entrevistador: - A senhora correu algum perigo de vida, alguma situação muito ruim, com a senhora, que tenha marcado?

Informante: - *Deixa eu pensar* um pouquinho. Ah, aquela do homem, aquele que se incomodou porque eu não aceitei a esmola

dele, né,? E depois eu fiquei com medo. (SC CHP 21)

(9)

Informante: - Se bem que é tudo macete, né? Tem umas coisas que eu não posso dizer aqui. **Deixa eu lembrar** uma aqui que eu posso te dizer. É muito maroto aqueles ensaio lá.(SC CHP 18)

Nos dados levantados por Scherer (2014) na amostra do VARSUL, as mulheres apresentaram 17 ocorrências dos MD investigados enquanto que os homens, apenas 5. Especificamente em Chapecó, das 9 ocorrências localizadas, 3 foram produzidas por homens e 6 por mulheres. Na amostra do projeto VMPOSC, não há diferença de frequência de uso quanto ao sexo/gênero do informante, ou seja, houve duas ocorrências produzidas por homens e duas por mulheres.

De modo geral, embora relativizando a baixa frequência de MD nas amostras investigadas, observamos que o gênero/sexo feminino pode estar utilizando mais os MD em estudo do que os homens, pois todas as cidades da amostra VARSUL/SC apresentam ocorrências dos MD entre as mulheres.

Vejam, na Tabela 5, os resultados da correlação entre a variável faixa etária e sexo/gênero.

Tabela 5: Correlação entre as variáveis faixa etária e gênero/sexo sobre o uso de *deixa eu ver*, *deixa eu pensar* e *deixa eu lembrar* nas amostras de Chapecó dos projetos VARSUL e VMPOSC.

Adaptada de Scherer (2014, p. 114-116)

Faixa etária	Gênero/sexo			
	Masc./Varsul	Fem./Varsul	Masc./VMPOSC	Fem./VMPOSC
A (25 a 49 anos)	3/6 (50%)	3/6 (50%)	1/1 (100%)	0/1 (0%)
B (50 anos ou +)	0/3 (0%)	3/3 (100%)	-	-
C (7 a 14 anos)	-	-	1/3 (33%)	2/3 (67%)

Os resultados apresentados na Tabela 5, embora relativizados devido ao restrito número de ocorrências, ressaltam que a maior frequência de uso dos MD se dá entre as mulheres das três faixas etárias (8 ocorrências) em comparação aos homens (5 ocorrências). Em termos percentuais, foi a faixa etária B das informantes mulheres que apresentou uso exclusivo dos MD em relação aos informantes homens. Houve equilíbrio quanto ao uso dos itens entre o sexo/gênero feminino e masculino da faixa etária A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo neste texto foi fomentar a discussão de padrões de

comportamento da variável sexo/gênero a partir do exame de análises efetuadas em estudos sobre MDs com base em entrevistas de duas amostras de fala de informantes de Chapecó/SC.

Resumidamente, em relação aos fenômenos discursivos aqui explorados, pode-se dizer que: (i) na amostra do VARSUL/Chapecó, os homens tendem ao emprego do MD *olha* em relação às mulheres; (ii) na amostra do VARSUL/Chapecó e do VMPOSC, *sabe?* foi igualmente produtivo entre homens e mulheres, ao passo que *entende?* foi menos produtivo; (iii) na amostra do VARSUL/Chapecó e do VMPOSC, o que se configura quanto ao comportamento de *sei lá* e *eu acho* é um maior uso do primeiro por mulheres e emprego do segundo quase equivalente entre mulheres e homens; (iv) na amostra do Varsul/Chapecó e do VMPOSC, embora relativizando a baixa frequência de MDs localizados, observamos que o sexo/gênero feminino utiliza mais os MDs *deixa eu ver*, *deixa eu pensar* e *deixa eu lembrar* do que os homens.

Os resultados das pesquisas mostram tendências de comportamento linguístico do gênero/sexo dos informantes e o uso dos MD nas amostras de Chapecó bastante distintas: (i) as mulheres tendem ao maior uso de MD (*sei lá*, *deixa eu ver*, *deixa eu pensar*, *deixa eu lembrar*) em relação aos homens, o que vem ao encontro de nossa expectativa inicial, especialmente sustentada nos resultados dos estudos de Silva e Macedo (1989) e Rost (2002); (ii) os homens, por sua vez, são mais propícios ao emprego de *olha* em relação às mulheres, o que contraria nossa expectativa; (iii) os homens e as mulheres tendem ao mesmo comportamento linguístico no que tange ao uso dos MDs *sabe?* e *entende?* e *eu acho*.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jeferson da S. A expressão variável do imperativo nas tiras do “Menino Maluquinho”. *Caderno Seminal Digital*, v. 6, n° 6, jul./dez. 2006. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.
- BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: CASTILHO, Ataliba T. (Org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989. p.249-279.
- CEZÁRIO, Maria M.; GOMES, Rosa L. R.; PINTO, Deise C. de M. Integração entre cláusulas e gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mário E.; VOTRE, Sebastião J.; CEZÁRIO, Maria M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ – Grupo de Estudos Discurso e Gramática, 1996.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DAL MAGO, Diane. *Quer dizer: percurso de mudança via gramaticalização e discursivização*. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós Graduação em Linguística – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- DAL MAGO, Diane. Uma possível trajetória de mudança para o item lexical quer dizer. *Working Papers em Linguística*, UFSC, n. 6, 2002.
- FREITAG, Raquel M. Ko. “Mudar para variar”, “variar para mudar” – tratando da variação e mudança de acho (que) e parece (que) parentéticos epistêmicos na fala de Florianópolis. *Fórum Lingüístico*, Florianópolis, v. 4, n.1, jul.2004, p. 81-113.
- FREITAG, Raquel M. Ko. Estratégias de modalização epistêmica na fala dos florianopolitanos: talvez VS. (eu) acho que. *Anais do IV Encontro do CELSUL*, 2000.
- FREITAG, Raquel M. Ko. *Gramaticalização e variação de acho (que) e parece (que) na fala de Florianópolis*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- FREITAG, Raquel M. Ko. Marcadores discursivos interacionais na fala de Itabaiana/SE. *Revista do GELNE*, 10 (1), p. 21-32, 2008.
- FREITAG, Raquel M. Ko. Marcadores discursivos não são vícios de linguagem.

Interdisciplinar: revista de estudos de língua e literatura, v. 4, p. 22-43, 2007.

GALEMBECK, Paulo de T.; CARVALHO, Kelly A. **Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo**. Projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo) São Paulo, p. 830-848, 1997.

GÖRSKI, Edair M. VALLE, Carla R. M. Marcadores em competição no domínio funcional da “Requisição de Apoio Discursivo”. In: CEZARIO, Maria M.; CUNHA, Maria A. F da (Orgs.). **Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Maud X/FAPERJ, 2013.

LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44, 1978.

LUFT, Celso P. **Moderna gramática brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1991.

MACAULAY, Ronald. Discourse variation. In: CHAMBERS, K. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Eds.). **The handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 283-305.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). **Português falado culto no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 281-322.

MARTELOTTA, Mario E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, Sebastião J.; CEZARIO, Maria M.; MARTELOTTA, Mário E. **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

MARTELOTTA, Mario E.; LEITÃO, Márcio. Discursivização do verbo saber. In: MARTELOTTA, Mario E.; VOTRE, Sebastião J.; CEZARIO, Maria M. (Org.) **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

MARTELOTTA, Mário E.; VOTRE, Sebastião; CEZARIO, Maria M. (Org.). **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARTINS, Lauriê F.; LACERDA, Patrícia F. A. da C. Marcadores discursivos dos verbos de percepção visual “olhar” e “ver”: uma análise a partir da Sociolinguística Variacionista. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 55.2, Campinas, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Mariangela R.de; SANTOS, Leonardo P. Padrões de uso da expressão *sei lá* no Português. **Revista Signótica**, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 363-384, jul./dez. 2011.

RISSO, Mercedes S. Aspectos textuais-interativos dos marcadores discursivos de abertura Bom, Bem, Olha, Ah, no português culto falado. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. v.7.

RISSO, Mercedes S.; SILVA, Giselle M. de O.; URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do**

português falado. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. v.4. p.21-94.

RISSO, Mercedes S.; SILVA, Giselle M. de O.; URBANO, Hudinilson. Traços definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. V. 1 – Construção do texto falado, p. 403-425

ROSA, Margaret de M. **Marcadores de atenuação**. São Paulo: Contexto, 1992.

ROST SNICHELOTTO, Cláudia A. “Olha” e “vê”: **caminhos que se entrecruzam**. 2009. 408 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ROST, Cláudia A. **Olha e veja: multifuncionalidade e variação**. 2002. 158 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós Graduação em Linguística – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SCHERER, Eliane. **De verbo causativo a marcador discursivo em Santa Catarina**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2014.

SCHIFFRIN, Deborah. **Discourse markers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SILVA, Giselle M. de O; MACEDO, A. T. de. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. (Orgs.). **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 11-50.

SILVA, Josiana A. da. **Modalizadores epistêmicos na fala de Chapecó/SC**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2014.

TRAPP, Kelly. **Os marcadores discursivos sabe? e entende? na fala de informantes do município de Chapecó/SC**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2014.

TRAVAGLIA, Luiz C. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, M. H. M. **Gramática do português falado: novos estudos**. São Paulo: Humanitas, 1999. v.7. p.77-130.

URBANO, Hudinilson. Aspectos basicamente interacionais dos marcadores discursivos. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). **Gramática do Português Falado**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp; v.1, 1999, p. 195-258.

URBANO, Hudinilson. Marcadores conversacionais. In: PRETI, Dino. (Org.). **Análise de textos orais**. 3. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1997, p. 81-101.

URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto**

falado no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. v. 1 – Construção do texto falado, p. 497-527.

VALLE, Carla R. M **Sabe? ~ Não tem? ~ Entende?:** itens de origem verbal em variação como Requisitos de Apoio Discursivo. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós Graduação em Linguística – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

VOTRE, Sebastião J. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura. **Gramaticalização.** Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

9

CAPÍTULO

MARCAS LINGUÍSTICAS DE POLIDEZ E SEXO/GÊNERO

Kelly Carine dos Santos
Andréia Silva Araujo

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, com o estudo pioneiro de Robin Lakoff, diversos estudos têm evidenciado a relação entre a linguagem e o sexo/gênero do falante. Se outrora a diferença na fala de homens e mulheres estava relacionada ao papel desempenhado por cada um na sociedade, atualmente, em um momento em que indivíduos de ambos os sexos/gêneros desempenham os mesmos papéis sociais, as diferenças entre as formas de falar podem estar relacionadas a fatores pragmáticos.

Temos como objetivo, neste capítulo, analisar os efeitos do fator sexo/

gênero no uso de duas estratégias linguísticas de polidez: a forma pronominal *nós/a gente* e a forma verbal futuro do pretérito.

Para desenvolvermos a pesquisa nessa perspectiva, utilizamos como *corpus* a amostra de fala Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE (ARAUJO, SANTOS, FREITAG, 2014). Esta amostra é composta por interações conduzidas – os próprios informantes conduzem a interação – coletadas a partir de um grupo focal constituído especificamente para captar as nuances de polidez, tanto em seus aspectos pragmáticos quanto sociolinguísticos.

9.1 POLIDEZ LINGUÍSTICA

Brown e Levinson (2011 [1987]) concebem a polidez como uma atividade estratégica racional e defendem que as diferentes formas de polidez atendem às diferentes necessidades sociocomunicativas. Mesmo admitindo que o que é “polido” varia de cultura para cultura, já que em uma cultura um comportamento pode ser polido, e em outra ele pode ser visto como uma ofensa, os autores partem do princípio da universalidade da polidez, por acreditarem que, independente da cultura, os interlocutores sabem que têm uma imagem a preservar nas interações.

Os autores inspiram-se na noção metafórica de face da teoria de Goffman (1967) e baseiam-se em uma pessoa-modelo, a qual fala fluentemente uma língua natural e possui duas propriedades importantes para esclarecer o uso da linguagem – racionalidade e face. Distinguem também dois tipos de polidez: a que envolve estratégias de face positiva, e a que envolve estratégias de face negativa, conceito central desse modelo.

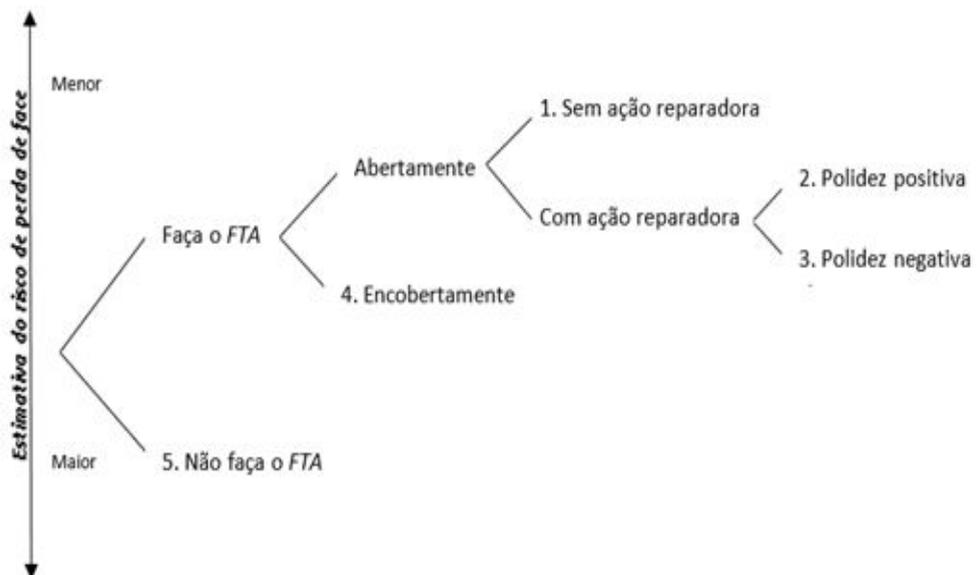
A face que apresenta o lado negativo está relacionada à nossa intimidade e ao desejo de não imposição, já a que apresenta o lado positivo se relaciona à imagem que queremos passar socialmente, a que queremos apresentar aos outros, com o intuito de ter o reconhecimento ou aprovação. A face é entendida como atributo pessoal ou qualidade que cada um tenta proteger ou melhorar, é a autoimagem que cada um constrói socialmente de si, podendo ela ser perdida, mantida ou melhorada (BROWN; LEVINSON, 2011 [1987]). E já que as interações são lugares propícios para os conflitos, queremos proteger nossa face contra possíveis danos quando interagimos com outrem.

Esses danos às faces podem ser causados por atos que ameaçam as faces, tanto do falante quanto do ouvinte, no momento das interações, denominados por Brown e Levinson (2011[1987], p. 60) como *face-threatening acts* (FTAs). Estes atos ameaçadores da face são divididos em quatro tipos:

- Atos ameaçadores da face negativa do locutor: promessas ou qualquer coisa que possa atingir nossa intimidade;
- Atos ameaçadores da face positiva do locutor: pedidos de desculpas, autocríticas, confissões;
- Atos ameaçadores da face negativa do interlocutor: ofensas, pedidos, perguntas indiscretas;
- Atos ameaçadores da face positiva do interlocutor: críticas, insultos, censuras.

Assim, as faces, positiva e negativa, são alvos de ameaças e objetos de desejo de preservação, que terão de ser conservadas a fim de manterem o equilíbrio nas relações interpessoais. Para preservar a face e manter a relação sem atritos, o falante faz uso de um conjunto de estratégias linguísticas, que chamamos de estratégias de polidez, utilizadas a depender das circunstâncias de execução de um FTA, como esquematizado na figura 1.

Figura 1: Circunstâncias que determinam as escolhas das estratégias



Fonte: Brown e Levinson (2011 [1987], p. 60, tradução nossa).

Brown e Levinson (2011 [1987]) propõem que o falante escolhe se vai realizar ou não o FTA; uma vez que ele opte pela realização, pode assumir uma posição encoberta, que o distancia dos efeitos do FTA, ou uma posição aberta, que pode ser realizada com ação reparadora ou sem ação

reparadora. A partir do momento em que o falante opta por realizar um FTA abertamente com ação reparadora, ele decide se utiliza estratégias de polidez positiva ou negativa.

Quadro 1: Estratégias de polidez

Estratégias de polidez positiva	Estratégias de polidez negativa	Estratégias de polidez encoberta
1. Observar o outro;	1. Ser convencionalmente indireto;	1. Dar dicas;
2. Exagerar interesses, aprovações e empatia pelo outro;	2. Questionar, atenuar;	2. Dar pistas de associação;
3. Intensificar o interesse pelo outro;	3. Ser pessimista;	3. Pressupor;
4. Usar marcadores de identidade grupal;	4. Minimizar a imposição;	4. Subestimar;
5. Procurar acordo;	5. Mostrar deferência;	5. Exagerar;
6. Evitar desacordos;	6. Pedir desculpas;	6. Usar tautologias;
7. Pressupor e declarar pontos em comum;	7. Impessoalizar o falante e o ouvinte;	7. Usar contradições;
8. Brincar, fazer piadas;	8. Declarar o FTA como uma regra geral;	8. Ser irônico;
9. Expressar os conhecimentos sobre os desejos do outro;	9. Nominalizar;	9. Usar metáforas;
10. Oferecer, prometer;	10. Mostrar abertamente que está assumindo um débito com o interlocutor.	10. Fazer perguntas retóricas;
11. Ser otimista;		11. Ser ambíguo;
12. Incluir os interlocutores na atividade;		12. Ser vago;
13. Dar ou pedir razões, ou explicações;		13. Ser generalizador;
14. Declarar ou explicitar reciprocidade;		14. Deslocar o ouvinte;
15. Dar presentes ao ouvinte (bens, simpatia, cooperação).		15. Ser incompleto, utilizar elipse.

Fonte: Brown e Levinson (2011 [1987], tradução nossa).

As estratégias de polidez positiva são direcionadas com intuito de reparar a face positiva do destinatário ou expressar interesse pelo outro, que ao contrário da polidez negativa, nem sempre será corretora de face violada por um FTA. Segundo Brown e Levinson (2011[1987]), as realizações linguísticas de polidez positiva, em muitos casos, podem representar desejos e conhecimentos compartilhados. Já as estratégias de polidez negativa são utilizadas em ações corretoras da face negativa do interlocutor, e geralmente usadas como forma de distanciamento social. A polidez negativa, diferente da polidez positiva, tem a função específica de minimizar os efeitos de um FTA. E as estratégias de polidez encobertas são aquelas que permitem que o falante produza um FTA sem se responsabilizar por ele, deixando a interpretação do seu registro de fala a critério do ouvinte. Nesses casos, o falante diz menos do que o necessário ou até mesmo algo diferente do que ele quer dizer.

Tais estratégias de polidez – positivas, negativas e encobertas – podem nos levar a um *continuum* que vai do menos polido ao mais polido, conforme a figura 2, em que serão utilizadas estratégias menos polidas e mais diretas quando a ameaça à face for baixa, e necessitará de estratégias mais polidas e mais indiretas quando a ameaça à face for alta.

Figura 2: Continuum do grau de polidez



Para manifestar polidez e fazer emergir esses tipos de estratégias, o informante/falante conta com um repertório de marcas linguísticas, como, por exemplo: formas verbais (futuro do pretérito, imperfeito do indicativo e do subjuntivo etc.), perguntas indiretas, verbos modais (creio/acho/imagino), enunciados justificativos ou explicativos, formas pronominais *nós/a gente* (cf. ROSA, 1992), entre outras. Dentre as marcas linguísticas elencadas para expressar polidez, focamos nas formas pronominais *nós/a gente* e na forma verbal de FP.

As formas pronominais *nós/a gente* têm sido utilizadas pelos falantes como estratégia de polidez, ao passo que o uso dessas formas está estritamente atrelado a fatores linguísticos, sociais e pragmáticos, determinando, assim, seu caráter específico ou genérico.

Lopes (1998) critica, em seu estudo, a gramática normativa por tratar a forma *nós* como mero plural de *eu*, pois, para a autora, não há a possibilidade de *nós* ser plural de *eu* já que não se trata de elementos de mesma natureza, não teremos a junção de *eu + eu*, e sim de elementos de naturezas distintas, como *eu + tu/você*, *eu + ele/ela*, *eu + vós/vocês*, *eu + eles/elas*, e *eu*

+ *todos*. Esses cinco graus de amplitude do *eu* traçados por Lopes (1998) trazem a ideia de que as formas de referência à primeira pessoa do plural nem sempre terão o mesmo referente, podendo variar de acordo com o grau de determinação do sujeito, ou seja, vai de um *continuum* de referentes mais determinados para referentes menos determinados, tendo, esse *continuum*, pontos de favorecimento de uma ou outra forma.

Estudos que focam a variação *nós/a gente* e indeterminação do sujeito apontam para a predominância do uso da forma *a gente* quando o sujeito é mais genérico, o que sugere que a forma pode ser considerada como um recurso de polidez linguística, diferentemente da forma *nós*. O sentido genérico da forma *a gente* permite ao falante se descomprometer com o discurso que está sendo proferido. Assim, as formas pronominais de referência à primeira pessoa do plural podem se constituir em estratégias de polidez positiva, negativa ou encoberta.

As estratégias de polidez positiva são direcionadas com intuito de reparar a face positiva do destinatário ou expressar interesse pelo outro. Segundo Brown e Levinson (2011[1987]), as realizações linguísticas de polidez positiva, em muitos casos, podem representar desejos e conhecimentos compartilhados. O excerto (1) ilustra esse tipo de polidez:

(1)

F2: No trabalho de Cristiane... que **a gente** fez sobre aquele negócio do trecho do rio... que **a gente** foi é que era pra analisar o trecho do rio... (A.G._{cdt} D.S._{sdt} P F_M 05).

O pronome *a gente* funciona como uma estratégia de marcador de identidade grupal, uma vez que o falante compartilha da mesma atividade do ouvinte, ou seja, ambos participam do grupo de pessoas da disciplina ministrada pela professora Cristiane. Além dessa estratégia de polidez positiva, há interesses compartilhados entre o falante e o ouvinte, o que leva o falante *pressupor e declarar pontos em comum*.

Já as estratégias de polidez negativa são utilizadas em ações corretoras da face negativa do interlocutor, e geralmente usadas como forma de distanciamento social. O excerto (2) apresenta um FTA com ação reparadora à face negativa do interlocutor.

(2)

F1: ...questão de confiança de... convívio né... até mesmo... nos dias... que **nós** mulheres estamos no perí- no período pré menstrual é... é a questão assim de até mesmo conviver com uma pessoa em casa a questão que às vezes **a gente** tá sem paciência... irritado... como é essa questão assim... sua experiência quando você está nesse período a questão de você conviver com uma pessoa assim (e

tá)... nesse momento assim... (A.G._{cdt} D.C._{sdt} P F_F 06).

A falante introdutora do tópico tem toda a preocupação de contextualizar e utilizar recursos para pedir que sua interlocutora fale de um assunto íntimo, seu comportamento em período de TPM. Para isso, a estratégia de polidez negativa de *minimizar a imposição* é utilizada, com a primeira pessoa do plural, sugerindo que é um fato comum a ambas e deixando-a mais à vontade para responder o que lhe foi solicitado.

E as estratégias de polidez encoberta são aquelas que permitem que o falante produza um FTA sem se responsabilizar por ele, deixando a interpretação do seu registro de fala a critério do ouvinte. Nesses casos, o falante diz menos do que o necessário ou até mesmo algo diferente do que ele quer dizer. O excerto (3) ilustra estratégia encoberta de polidez.

(3)

F1: ...principalmente quando vê aquelas cenas de um... de um aluno é de uma criança querendo ba- bater outra alguma ou... tirar brincadeira sem graça... né se você caso presenciasse uma cena dessa qual é qual seria sua reação?

F2: a minha reação? eu ia tentar ajudar né? assim a separar eles dois de brigar da briga e... tentar conversar com eles dois...

F1: você acha que a só a conversa resolve?

F2: não... ia ter que ter mais outros métodos né? mais aí só no caso na hora a gente ia saber né? (D.S._{cdt} J.S._{sdt} D M_F 04).

O falante F2 usa a estratégia *fazer perguntas retóricas*, ao passo que faz uma pergunta sem a intenção de obter respostas, desobedecendo a máxima de qualidade; e ainda utiliza-se da estratégia *ser generalizador*, deixando em aberto a interpretação do seu ato de fala, uma vez que ele não quis se responsabilizar pelo ato de não saber o que faria para resolver o problema. Então, ao invés de utilizar a primeira pessoa do singular, como vinha utilizando, adotou a primeira pessoa do plural, fato esse que pode ser explicado por não ser apenas ele que não saberia o que fazer. Então não se sabe se assim como ele, F2, outros professores também não saberiam o que fazer, ou se seria ele juntamente com a direção que fariam algo, ou ainda outras possibilidades de interpretação.

Já na gramática normativa, o futuro do pretérito é associado à expressão do valor de polidez (cf. ARAUJO; FREITAG, a sair), em contextos de solicitação, de manifestação de incerteza, ordem ou desejo. O excerto (4) ilustra o uso do futuro do pretérito como estratégia de polidez positiva. Esse excerto aborda o tópico comer determinados alimentos quando algum membro da casa não pode fazê-lo em virtude de problemas de saúde.

Observe-se que F2 tenta dar razões ou explicações para justificar (estratégia de polidez positiva 13) o fato de que, caso passasse por essa situação, ele comeria alimentos que o outro membro familiar não pode comer apenas quando não estivesse na frente dele. Ao agir dessa forma, F2 tenta preservar a sua face positiva.

(4)

F1: mas você comer você **comeria** escondido era?

F2: não não na frente entendeu? porque é mais difícil né? se eu se você se eu comer na sua frente... e se eu comer na frente deles se eles não podem... eu comer na frente deles é mais difícil de eles resistirem entendeu? eu como **evitaria de comer** na frente deles...

F1: você **iria comer** escondido...

F2: não... não comer escondido... não não **comeria** só apenas na frente... ((RISOS)) (D.S._{cdt}J.S._{sdt} D M_F 04)

No excerto (5) temos um exemplo de uso do futuro do pretérito como estratégia de polidez negativa. Neste exemplo, F1 questiona se F2 voltaria para salvar as pessoas de um algum incêndio. Trata-se de um tópico que coloca em risco a face negativa de F2. Este é o uso do futuro do pretérito como estratégia de polidez negativa de atenuação (estratégia 2) para preservar a sua face.

(5)

F1: então... mas (hes) você disse que “ah se tivesse algum conhecido” <<né>>?... se geralmente mas geralmente teria porque em boate você nunca vai sozinho <<cê>> nunca vai sozinho <<pá>> festa nenhuma... então a tendência é que lá tivesse realmente conhecidos então... você acha que você **mudaria** então a sua?

[

F2: ah se tivesse algum conhecido... então se tivesse conhecido acho que... acho que **morreria** todo mundo junto ((RISOS)) porque eu **voltaria** <<pra>> tentar salvá-los (E.C._{cdt} G.G._{sdt} P F_M 34)

Em (6) o futuro do pretérito foi utilizado como uma estratégia de polidez encoberta. Neste excerto, os informantes discorrem sobre a “cura gay”, observe-se que F1 opta por fazer o FTA abertamente sem ação reparadora. Já F2, responde ao questionamento de F1 de maneira vaga (estratégia de polidez encoberta 12) afirmando que não sabe de uma possível solução para a problemática que gira em torno desse assunto.

(6)

F1: não o que eu quero dizer é que você tem dentro dessa colocação de que... de que... não não consegue entender... é... porquê...

muitos casais se casam homem com homem e mulher com mulher... você tá colocando que você que é... que não consegue entender então como é que quando não consigo entender o problema... e descarto uma possível solução?

F2: porque eu não sei qual será qual seria possível solução entendeu? eu não sei

F1: sim mas até agora que a única que foi levantada foi essa da cura gay

F2: mas eu não sei eu eu nem sabia dessa parte da cura gay entendeu? eu não sabia que tinha levantado assim... essa parte de cura gay (D.S.cdt J.S.sdt D MF 04)

Ainda segundo Brown e Levinson (2011[1987]), há três fatores contextuais que são importantes para entender como as pessoas escolhem as estratégias de polidez que vão utilizar. São eles: o poder que existe entre o falante e o destinatário, o falante tende a ser mais polido quando precisa pedir algo; a distância social entre o falante e o destinatário, as pessoas tendem a ser mais educadas e menos diretas com pessoas estranhas, e menos gentis e mais diretas com pessoas com quem possuem proximidade; e o custo da imposição, que é representado pelo peso social que tem o pedido que o falante faz.

Mas essas escolhas não são aleatórias. Conforme Brown e Levinson (2011 [1987]), o falante faz uma avaliação da quantidade de trabalho de face necessário nos atos, levando em consideração as três estratégias de polidez, chegando à fórmula da figura 3.

Figura 3: Fórmula para avaliar a quantidade de trabalho de face requerida de um FTA.

$$W_x = D(S, H) + P(H, S) + R_x$$

W = quantidade de trabalho de face

x = FTA

D = distância social

S = falante

H = ouvinte

P = poder relativo

R = grau de imposição

Fonte: Brown e Levinson (2011 [1987], p. 76, tradução nossa).

A distância social (*D*) é um fator significativo no contexto de polidez, uma vez que a relação existente entre os interlocutores influenciará na escolha linguística e na qualidade da interação. A partir do reflexo da orien-

tação educacional, podemos ter uma possibilidade de entendimento para essa atitude, pois crescemos ouvindo que não se deve falar com estranhos. Esse comportamento social contribui para a tendência de o falante ser mais polido com quem tem menos familiaridade.

O poder relativo (*P*) está associado aos diferentes papéis sociais que os falantes ocupam no momento da interação linguística. Dessa forma, podemos inferir que este poder é dedicado a quem tem o domínio do turno naquele momento e que, conseqüentemente, ao solicitar que seu interlocutor fale sobre algo, há uma tendência de o locutor querer passar o melhor de si por estar em uma posição de destaque.

O grau de imposição (*R*) se relaciona ao custo que o ouvinte terá em realizar o ato solicitado. O valor desse custo está relacionado à cultura em que os falantes estiverem inseridos e terá maior peso quando atingir a face negativa do ouvinte.

O controle do sexo/gênero por si só não auxilia no desvelamento da fórmula da polidez, mas, ao desdobrar o controle para a simetria/assimetria da interação quanto ao sexo/gênero, podemos avaliar a influência deste fator.

9.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizamos como *corpus* para análise a amostra *Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE*, constituída a partir da aplicação do modelo de coleta de dados baseado em grupo focal, que foi elaborado especificamente para captar os efeitos de polidez nos usos linguísticos. A coleta de dados foi realizada por meio da gravação de interações conduzidas, com informantes selecionados a partir de uma rede social dentro de uma comunidade de prática universitária.

O procedimento consistiu na seleção de 8 informantes para a formação de dois grupos, de modo que aqueles que pertenciam a um grupo tinham relações de proximidade entre si, mas não com os informantes pertencentes ao outro. Cada informante interagiu com 4 pessoas diferentes (um homem e uma mulher, próximos dele; um homem e uma mulher, distantes dele – nos permitindo assim, controlar a influência da distância social e do sexo/gênero no fenômeno em estudo) duas vezes, o que resultou em 32 interações. No primeiro momento, foram coletadas interações produzidas por membros do próprio grupo (relações *in-group*). No segundo momento, membros de ambos os grupos foram orientados a interagir entre si (relações *out-group*) (cf. ARAUJO, SANTOS, FREITAG, 2014).

A amostra analisada conta com 32 interações de 40-60 minutos, de

onde foram extraídas as ocorrências de futuro do pretérito e de *nós/a gente* para a análise quantitativa. Os dados obtidos dos fenômenos em estudo foram tabulados e submetidos separadamente ao tratamento estatístico de orientação variacionista do pacote GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

9.3 A EXPRESSÃO DA POLIDEZ

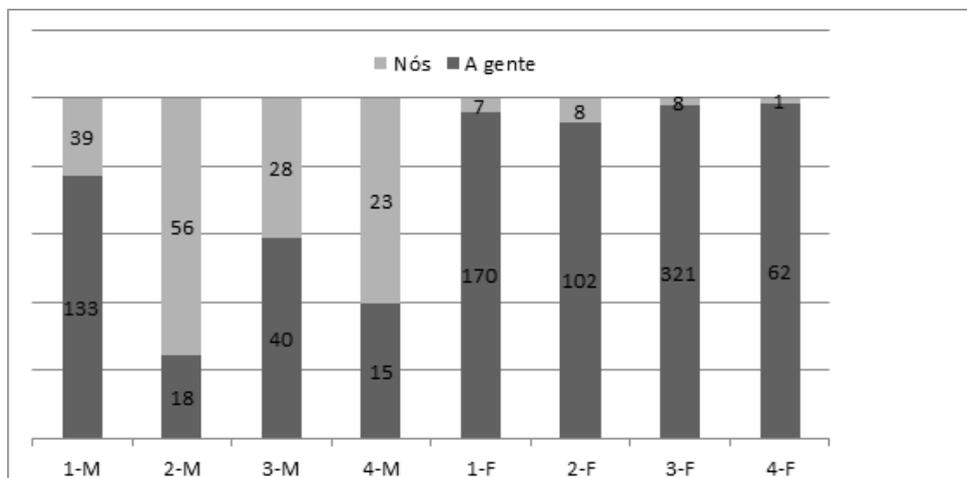
O controle da variável sexo/gênero foi realizado em nosso estudo de três formas: sexo/gênero (masculino e feminino), tipo de relação (simétrica – interação entre informantes do mesmo sexo –, e assimétrica – interação entre informantes de sexo diferente) e sexo/gênero dos interactantes (homem-homem, homem-mulher, mulher-mulher e mulher-homem). Com esse desdobramento do controle da variável, podemos contribuir para a análise do estereótipo de que mulheres seriam mais polidas do que homens na interação (logo, usariam mais marcas linguísticas de polidez, como o futuro do pretérito, e a forma *a gente* na primeira pessoa do plural), ao mesmo tempo que poderíamos verificar os efeitos de gênero na interação, como apontado por Holmes (1998) e Freitag (2012), de que interações simétricas entre homens ou entre mulheres seriam mais “confortáveis”, com menos atos ameaçadores à face (e, portanto, menos marcar linguísticas de polidez), e que interações assimétricas, por serem potencialmente menos “confortáveis”, teriam mais atos ameaçadores à face (e, portanto, mais marcas linguísticas de polidez). O controle do tópico permite verificar os efeitos de poder relativo, nos termos de Brown e Levinson (2011[1987]) e o uso de marcas linguísticas de polidez.

Foram identificadas 1031 ocorrências de formas referentes à primeira pessoa do plural na posição sintática de sujeito, divididas em dois tipos: *nós* e *a gente*, tanto na forma expressa quanto na forma não expressa. Para a forma *a gente*, identificamos 861 ocorrências (83,5%), com peso relativo de 0,60, enquanto para a forma *nós*, 170 ocorrências (16,5%), resultados esses que se aproximam dos encontrados no estudo de Seara (2000), na fala de Florianópolis, e de Borges (2004), na comunidade de Pelotas, os quais tiveram 72% e 74% respectivamente de utilização da forma *a gente*. Se comparados aos de Franceschini (2011), na comunidade de Concórdia, e de Borges (2004) na comunidade de Jaguarão, verificamos uma diferença acentuada, já que estes tendem a um grau médio de utilização das duas formas, com 50% e 53% de utilização da forma inovadora, respectivamente, contrastando ainda mais ao resultado de Lopes (1998), que teve 42% de utilização de *a gente*.

O gráfico 1 apresenta a distribuição das realizações das formas *nós/a*

gente por indivíduo.

Gráfico 1: Distribuição de *nós* e *a gente* por falante da amostra.



Todos os informantes da amostra usaram as duas variantes, alguns utilizando a forma *a gente* em menor, e outros em maior proporção, chegando a variar entre 24,3% (informante 2-M) e 98,4% (informante 4-F). A maior regularidade de uso que podemos observar é em relação aos informantes do sexo feminino, pois mantiveram um percentual de aplicação acima de 90%.

Tabela 1: Uso de *a gente* e o fator sexo/gênero

	Aplic./total	Percentual	Peso Relativo
Masculino	206/352	58,5%	0,17
Feminino	655/679	96,5%	0,69

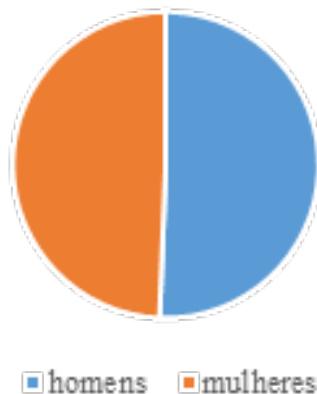
Informantes do sexo feminino tendem a usar mais a forma *a gente*, com peso relativo de 0,69, contrastando com o resultado do sexo masculino, que tende a barrar a forma, com peso relativo 0,17.

Os resultados obtidos com o controle da variável sexo/gênero referentes ao fenômeno da variação na expressão da primeira pessoa do plural corroboram os de Borges (2004), Tamanini (2002), Franceshini (2011), entre outros, de que a variante *a gente* está sendo utilizada predominantemente pelas mulheres.

Quanto ao futuro do pretérito, foram computadas 671 ocorrências da forma com valor de polidez no *corpus* sob análise. A diferença de uso entre

homens e mulheres foi sutil – 50,8% e 49,2% respectivamente.

Gráfico 2: Distribuição do uso do futuro do pretérito com valor de polidez quanto ao sexo/gênero do informante.



Ainda na perspectiva de analisar os efeitos do sexo/gênero nos usos de *nós/a gente* e da forma de futuro do pretérito como estratégias polidez, observamos, a partir do que postula Holmes (1998), se as relações entre pares (H-H, M-M) são mais espontâneas e produtivas, e se consequentemente as interações entre pessoas de sexo/gênero opostos (H-M, M-H) são mais breves e formais, pois relações entre pares deixariam os interlocutores mais à vontade, enquanto as relações de sexo/gênero oposto tenderiam a ser mais controladas.

Tabela 2: A influência da interação entre falantes quanto ao sexo/gênero em função de *a gente*.

	Aplic./total	Percentual	Peso Relativo
H-H	103/190	54,2%	0,35
H-M	180/213	84,5%	0,39
M-H	242/285	84,9%	0,47
M-M	336/343	98%	0,67

Os resultados da tabela 2 sugerem que a relação entre o sexo dos interlocutores interfere nos resultados. As relações entre M-M favorecem o uso da variante *a gente*, com peso relativo de 0,67. Já as relações H-H se encontram no extremo do desfavorecimento, com peso relativo de 0,35. A simetria das relações mostrou-se um fator significativo, com a polarização de usos de *nós* em interações H-H e a polarização de usos de *a gente* nas interações M-M, o que só foi possível por contas da metodologia de coleta

de dados diferenciada.

Quanto à distribuição dos usos do futuro do pretérito em contextos de polidez, os resultados não evidenciam diferenças de usos nas interações entre homens e mulheres, independentemente de quem controla o tópico.

Tabela 3: Influência da interação entre falantes quanto ao sexo/gênero sobre o uso da forma de futuro do pretérito em contextos de expressão de polidez

	Percentual
H – H	25,6%
H – M	24,0%
M – M	20,0%
M – H	30,4%

Os dados de futuro do pretérito com valor de polidez também foram analisados através do controle do tipo de relação, simetria e assimetria, sem considerar quem está com o domínio do tópico.

O controle do sexo/gênero através do tipo de relação se mostrou pouco significativo em nossa análise, uma vez que houve uma sutil diferença nos usos do futuro do pretérito entre homens (45,6%) e mulheres (54,4%).

Gráfico 3: Distribuição do uso do futuro do pretérito com valor de polidez quanto ao sexo/gênero do informante.



Os resultados mostram que os efeitos da variável sexo/gênero em relação à polidez são mais significativos no fenômeno linguístico da variação na expressão da primeira pessoa do plural, ainda pouco explorado sob

essa perspectiva, do que no futuro do pretérito, canonicamente relacionado à expressão da polidez nas gramáticas normativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polidez e sua expressão linguística ainda é um domínio pouco explorado na abordagem sociolinguística, especialmente porque requer estratégias diferenciadas para a coleta de dados. No entanto, a experiência apresentada mostrou-se promissora, na medida que permitiu identificar valores de polidez associados a uma variante linguística em interação com o sexo/gênero do informante.

Acreditamos que, a partir deste estudo, outros na mesma perspectiva de análise também possam ser realizados, no intuito de ampliar as discussões acerca dos fenômenos pragmáticos neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, A. S.; SANTOS, K. C.; FREITAG, R. M. Redes sociais, variação linguística e polidez: procedimentos de coleta de dados. In: **Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística**. São Paulo: Blucher, 2014.
- BORGES, P. R. S. **A gramaticalização de a gente no português brasileiro: análise histórico-social-linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas**. Tese (doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. Porto Alegre, 2004.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011[1987].
- FRANCESCHINI, L. T. **Variação Pronominal nós/a gente e tu/você em Concórdia/SC**. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- FREITAG, R. M. O controle dos efeitos estilísticos dos papéis sociopessoais e do sexo/gênero na entrevista sociolinguística. In: **Anais do II Congresso internacional de dialetologia e sociolinguística**, p. 289-296, 2012.
- GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior**. New York: Doubleday Anchor, 1967.
- HOLMES, Janet. Complimenting: A positive politeness strategy. In: COATES, Jennifer (ed.). **Language and gender: a reader**. Oxford: Blackwell, 1998, p. 100-120.
- LAKOFF, R. Linguagem e lugar da mulher (1972). In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (orgs.) **Linguagem, Gênero, sexualidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p 13 - 30.
- LOPES, C. R. S. **A gramaticalização de a gente em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos**. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 4, n. 1 (47-80), julho de 2004.
- LOPES, C. R. S. **Nós e a gente no português falado culto do Brasil**. Delta. Vol. 14 n.2 São Paulo, 1998.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **Goldvarb x: variable rule application for Macintosh and Windows**. Toronto: University of Toronto, 2005.
- SEARA, I. C. A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana. Estudos da língua falada, v. 14, n. 28-29. 2000.
- TAMANINE, A. M. B. **A alternância nós/a gente no interior de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Federal do Paraná, 2002.

10

CAPÍTULO

ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: PÓLIDEZ E RELAÇÕES DE GÊNERO

Josilene de Jesus Mendonça
Jaqueline dos Santos Nascimento

INTRODUÇÃO

A língua portuguesa apresenta diferentes estratégias para indeterminar o sujeito, expressando uma referência indeterminada, utilizadas comumente para reportar discursos hipotéticos ou de senso comum, exemplificar situações gerais que possam ocorrer com qualquer pessoa. Apresentamos,

a seguir, exemplos de algumas dessas estratégias. Em (1), percebemos que a forma pronominal **você** não foi usada para fazer referência ao interlocutor, mas para exemplificar uma situação hipotética que poderia ocorrer com qualquer pessoa. No excerto (1), também há a presença da forma nominal **a pessoa** expressando um sujeito indeterminado, já que a referência é genérica, reportando a uma situação hipotética que pode referir-se a qualquer pessoa do discurso.

(1)

F1: é isso pode contribuir mas se **a pessoa** não souber trabalhar o pequeno (hes) comparação **você** fa- faz um empréstimo o banco <<tá>> lá <<pra>> te oferecer mas por algum problema climático mesmo acontece de **você** não ter aquela safra que **você** teria como é que **você** vai pagar o banco <<né>>? **Você** acaba se endividando cada vez mais... (D.C._{cdt} C.A._{sdt} D F_M 15)¹

(2)

F1: outra questão <<né>>? voltada assim a questão dos problemas sociais é a questão da saúde... e **a gente**... vê **a gente** ouve falar muito **a gente** convive muito com isso com a questão da (hes) dos problemas na saúde pública... **a gente** vê também que no particular... ultimamente mesmo principalmente tem sido um problema cada vez mais... (D.C._{cdt} J.S._{sdt} D F_F 16)

A forma pronominal **a gente**, destacada no exemplo (2), funciona também como estratégia de indeterminação, pois nesses casos, a forma apresenta uma menor especificidade do sujeito, não sendo possível indicar o referente extralinguístico ao qual elas remetem. Em (3) e (4), temos a estratégia ØV3P com valor genérico. No caso das formas destacadas em (3), podemos notar que apresentam-se em uma cadeia discursiva em que a forma **você** foi anteriormente utilizada como recurso de indeterminação do sujeito. Em (4), a forma verbal **colocaram** e as construções com **se** estão indeterminando a referência do sujeito nesse contexto, demonstrando que o falante não se compromete com a informação.

(3)

F2: transporte pra ir pra universidade **você** vai e **vem**... e **paga** por uma coisa que... não satisfaz suas necessidades... suas expectativas... (W.S._{cdt} C.A._{sdt} P M_M 25)

(4)

F2: aqui foi encontrado ainda não **se sabe** de onde foi que veio...

1 Os dados foram retirados da amostra Redes Sociais de Universitários (ARAUJO; SANTOS; FREITAG, 2014).

é... foi encontrado mais de dois mil... pomadas... unidades de pomadas jogadas... ne um ne uma est- ninguém sabe de onde saiu... ainda não se sabe... o que o que se coloca é que foi de outro município daqui não foi... mas o fato é que foi encontrado e o lote não tava vencido vencia ainda... em dois mil e quinze... eu acho que é uma pomada anestésica pra... dente dor de dente... até colocaram o valor parece que é doze dez ou é doze reais na pomada que foi encontrada... (C.A._{cdt} D.M._{sdt} D M_M 19)

A forma pronominal **eles** (e suas variantes) é utilizada com valor genérico quando não possui sintagma nominal que possa identificá-la, embora sempre envolva um grupo social implícito ou explícito no contexto (MILANEZ, 1982). Em (5), podemos notar que a forma pronominal **eles** adquire função de indeterminador do sujeito, pois faz referência a um grupo social, mas não há sintagma nominal que possa identificar seu referente; sabemos que o pronome está se referindo aos paulistanos; porém, a referência não é estabelecida por nenhum sintagma nominal dentro da estrutura linguística. O caráter indeterminador desse recurso consiste em atribuir a situação relatada a qualquer pessoa dentro do grupo social referido.

(5)

F2: e... você quando você falou () na questão de São Paulo que **eles** não gostam de nordestino que diz que nor- que nordestino só vão <<pra>> lá <<pra>> tomar o lugar deles na questão do trabalho <<né>>?... e aí quando vai passar alguma reportagem do nordeste passa aquela pessoa banguela... na roça achando no nordeste só tem isso... (W.S._{cdt} A.G._{sdt} D M_F 28)

Em (6), temos o pronome **eu** utilizado como estratégia de indeterminação do sujeito, pois atribui ao referente um valor hipotético que pode referir-se a qualquer pessoa do discurso. Podemos perceber ainda que o **infinitivo**, assim como a forma verbal de terceira pessoa exemplificada em (3), atribui valor genérico ao sujeito, dentro de uma cadeia discursiva indeterminada. A indeterminação do sujeito é expressa em (7) por meio do pronome **nós**. Nesse caso, esse recurso de indeterminação nos remete a um grupo social, os contemporâneos do falante; assim, o valor genérico da referência deve-se ao fato de o sujeito poder ser qualquer pessoa que faça parte do grupo social referido. Por fim, a forma nominal **o cara** destacada em (8) também atribui valor de indeterminação ao referente, pois refere-se a qualquer indivíduo dentro do grupo social de pessoas com nível superior.

(6)

F2: **dizer** que hoje **tô** morrendo de é... sou um pobre... que não **tenho** um dinheiro pra comprar um pão na na na na padaria... e

amanhã **eu** posso ser se **eu** me esforçar não **dormir** de noite é **passar** o dia todo é varrendo rua porque varrendo rua é um trabalho... é... varrendo rua amanhã **eu** posso ser um grande capitalista... é... que domina o mercado mundial... isso é uma mentira... e a <<emprega>> e a igreja prega isso... ou não prega? (J.S._{cdt} D.S._{sdt} D F_M 23)

(7)

F2: e antigamente também os remédio tá certo tem uns remédio hoje que... queira ou não queira faz o que... cura o que antigamente não fazia curava né? mas é... é aquela questão também porque você vê olhe... esse pessoal idoso nossos avós mesmo será que hoje a idade **nós** chega a idade deles? pode até chegar agora é difícil né? é difícil... e hoje também eu culpo além da da alimentação que **nós** tem também os remédios é... né muita coisa boa não... (C.A._{cdt} W.S._{sdt} P M_M 17)

(8)

F2... quem tem nível superior tem digamos assim... é... opções... a mais né... de tentar emprego... existem vários concursos pra nível superior... e o **cara** vai tentando... nessas tentativas acerta né não... (D.S._{cdt} D.M._{sdt} P M_M 01)

Estudos a respeito das estratégias de indeterminação, tais como, Milanez (1982), Carvalho (2010) e Assunção (2012) constatam uma tendência de o sujeito indeterminado ser expresso por recursos pronominais de indeterminação. Tal tendência corrobora com a preferência por sujeitos pronominais expressos, apontada por Duarte (1993) como uma mudança em progresso no português brasileiro. A inserção de **a gente** e **você** no quadro dos pronomes pessoais resultou em uma redução no paradigma flexional dos verbos e o português brasileiro perdeu o traço [+ pessoa]. Nesse sentido, para manter tal traço, faz-se necessária a expressão do pronome sujeito.

O falante, por meio de estratégias sintáticas e/ou lexicais, pode indeterminar o referente por não conhecê-lo ou por não querer se comprometer com a informação dada, configurando, assim, também como uma estratégia de preservação de face. Neste estudo, consideramos que a indeterminação do sujeito é uma estratégia de polidez, pois o uso dos recursos de indeterminação pode impedir, atenuar ou reparar eventuais ameaças à face do locutor ou interlocutor (BROWN; LEVINSON, 2011[1987]).

Segundo Brown e Levinson, toda atividade verbal é contexto de polidez, podendo esta ser expressa em menor ou maior grau. Isso porque toda interação verbal face a face é intrinsecamente ameaçadora, já que nem

sempre os interlocutores compactuam dos mesmos interesses, ocasionando desequilíbrio entre as faces (BROWN; LEVINSON, 2011[1987]). Considerando que a linguagem é um dos meios pelos quais os papéis sociais são expressos, o sexo/gênero está atrelado à expressão da polidez, já que a relação entre gênero e linguagem está ancorada nas práticas sociais, sendo que tanto a linguagem quanto o gênero são construídos nessas práticas (ECKERT; McCONNELL-GINET, 2010 [1992]). Estudos sobre indeterminação do sujeito no português, como os de Setti (1997), Godoy (1999), Assunção (2012), Santana (2014), Souza & Oliveira (2014), entre outros, têm demonstrado a significância da variável sexo/gênero, com a identificação de recursos característicos de falantes do sexo/gênero feminino, como por exemplo, *a gente*, como mostram também os resultados de Santos e Araujo, neste volume.

A fim de averiguar a correlação entre estratégias de indeterminação do sujeito e o sexo/gênero, analisamos a amostra *Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE* (ARAUJO; SANTOS; FREITAG, 2014), buscando identificar as especificidades de cada recurso por meio do controle das relações de sexo/gênero (simétricas ou assimétricas), bem como do fator pragmático distância social, correlacionando a escolha por diferentes formas de indeterminação às relações de simetria e assimetria de sexo/gênero na interação e à expressão da polidez.

10.1 ESTRATÉGIAS DE INDETERMINAÇÃO E A VARIÁVEL SEXO/GÊNERO

Os trabalhos sociolinguísticos a respeito das estratégias de indeterminação do sujeito, embora busquem explicações relacionadas ao gênero para subsidiar a análise da variação entre os diferentes recursos, pautam-se na visão dicotômica do sexo/gênero, evocando no momento da estratificação dos indivíduos a noção biológica de sexo.

Setti (1997), a partir de uma perspectiva variacionista, investiga o uso de estratégias de indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil, utilizando dados do Projeto VARSUL, estratificados em função do sexo. Os resultados da autora demonstram que as formas **a gente** e **eles** são as mais utilizadas pelas mulheres; enquanto os homens tendem a utilizar a forma **você** e construções com **se**. Também utilizando dados do VARSUL, Godoy (1999), analisando a variedade linguística do interior paranaense, conclui que as variantes **nós**, **formas nominais** (a(s) pessoa(s), o(s) cara(s), o pessoal, o sujeito, a turma, o fulano, o indivíduo, o camarada), **se**, **eu** e **ØV3PS** são mais recorrentes na fala dos informantes do sexo masculino.

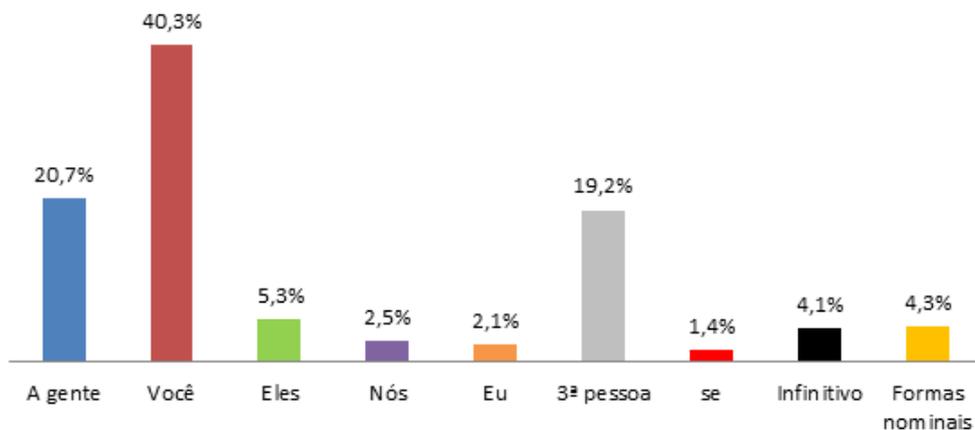
Os estudos de Santana (2014) e Souza & Oliveira (2014) realizados na Bahia, adotando uma perspectiva de sexo/gênero, embora ainda baseado numa visão dicotômica, constatam, de maneira geral; a partir da análise de entrevistas do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador); que os falantes do sexo/gênero feminino apresentam uma tendência ao uso da expressão **a gente** como estratégia de indeterminação. Os resultados de Assunção (2012), analisando as estratégias de indeterminação na variedade linguística de Feira de Santana, conclui que o pronome **você** apresenta uma tendência a ser utilizado como recurso de indeterminação pelos falantes do sexo/gênero masculino. Santana (2014), comparando o uso dos pronomes **a gente** e **você** como estratégias de indeterminação, chega a resultados semelhantes, concluindo que o uso de **você** como indeterminador é mais favorecido por falantes do sexo/gênero masculino.

Os resultados apresentados a partir de uma visão dicotômica do fator sexo/gênero parecem polarizar o uso das estratégias de indeterminação **a gente** e **você**. A forma **você** associa-se à fala dos homens, enquanto **a gente** tende a ser mais utilizada pelas mulheres como recurso de indeterminação.

Neste trabalho, considerando o gênero como construção social, além de observarmos o sexo/gênero de forma dicotômica, analisamos também relações de simetria e assimetria entre os gêneros nas interações, a fim de observarmos as práticas sociais dos informantes construídas na interação. Assim, por considerarmos que os recursos de indeterminação funcionam como estratégia de polidez, pretendemos traçar o efeito das relações de gênero na escolha das formas indeterminadoras; para que assim, possamos ampliar a visão dos efeitos de gênero na variável linguística.

10.2 RESULTADOS

A indeterminação do sujeito envolve situações comunicativas e contextos específicos, trata-se de um fenômeno semântico-pragmático, em que o valor genérico das formas linguísticas só pode ser validado no contexto; por isso, diferentes recursos pode expressá-la. Após a análise da amostra *Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE*, identificamos 3088 ocorrências de indeterminação do sujeito, distribuídas em três grupos de recursos: sintáticos (ØV3P, construções com **se**, **infinitivo**); pronominais (**você**, **a gente**, **eles**, **nós**, **eu**) e nominais (**a pessoa** e **o cara**), sendo que as estratégias pronominais correspondem a 71% dos dados, 25 % dos recursos de indeterminação encontrados são sintáticos e apenas 4% das ocorrências de sujeito indeterminado são representadas por formas nominais de caráter genérico.

Gráfico 1: Distribuição geral das estratégias de indeterminação do sujeito na amostra analisada.

O uso do **você** como estratégia de indeterminação do sujeito foi mais frequente no *corpus* analisado, com um percentual de 40,3% (1246 ocorrências), a segunda e a terceira formas mais frequentes foram, respectivamente, **a gente**, com 20,7% (640 ocorrências), e a ØV3P, com 19,2% (593 ocorrências). As demais formas tiveram baixos percentuais de ocorrências com 5,3% (163 ocorrências) a forma **eles** e variantes, com percentual de 4,3% (134 ocorrências) as **forma nominais**, com 4,1% (127 ocorrências) o **infinitivo**, com 2,5% (76 ocorrências) **nós**, com 2,1% (65 ocorrências) **eu** e com o menor percentual as construções com **se** com 1,4% (44 ocorrências). Os trabalhos de Carvalho (2010) e Assunção (2012) demonstram resultados semelhantes, pois as estratégias de indeterminação **a gente** e **você** são as mais utilizadas pelos falantes cultos de Salvador (CARVALHO, 2010) e pelos feirenses (ASSUNÇÃO, 2012).

As estratégias pronominais são as mais utilizadas para indeterminar o sujeito, resultado também encontrado em outros estudos. Nossos resultados demonstram também um uso reduzido das construções com **se**, variante abonada por gramáticas normativas, já que encontramos apenas 44 ocorrências em um total de 3088 contextos de indeterminação do sujeito.

O controle da variável sexo/gênero foi realizado de três formas em nosso estudo: sexo/gênero (masculino – feminino), tipo de relação (simétrica – interação entre informantes do mesmo sexo ou assimétrica – interações entre informantes de sexo diferente) e sexo/gênero dos interactantes (masculino-masculino, masculino-feminino, feminino-feminino e feminino-masculino). Na tabela 1, estão dispostos os resultados obtidos em relação à influência sexo/gênero no uso de estratégias de indeterminação do sujeito.

Tabela 1: Influência da variável sexo/gênero no uso de estratégias de indeterminação do sujeito

Sexo/gênero Estratégias	Masculino		Feminino	
A gente	128/1641	7,8%	512/1447	35,4%
Você	789/1641	48,1%	457/1447	31,6%
Eles	100/1641	6,1%	63/1447	4,4%
Nós	65/1641	4%	11/1447	0,8%
Eu	42/1641	2,6%	23/1447	1,6%
ØV3P	333/1641	20,3%	260/1447	18%
Construção com se	43/1641	2,6%	1/1447	0,1%
Infinitivo	73/1641	4,4%	54/1447	3,7%
Formas nominais	68/1641	4,1%	66/1447	4,6%

Conforme podemos observar na tabela 1, as estratégias de indeterminação mais usadas pelo sexo/gênero masculino são **você** e a **ØV3P** com um percentual de 48,1% e 20,3%, respectivamente. Já o sexo/gênero feminino utiliza o **a gente** 35,4% e **você** 31,6%.

A preferência pelo uso do **você** como estratégia de indeterminação pelo sexo/gênero masculino e do **a gente** pelo sexo/gênero feminino constatada nesse estudo, corrobora com os resultados obtidos por Assunção (2012) e Santana (2014). Ao comparar o uso dos pronomes **a gente** e **você** como estratégia de indeterminação, Santana (2014) conclui que há uma tendência do uso do pronome **você** como estratégia de indeterminação pelos falantes do sexo/gênero masculino, enquanto o pronome **a gente** como indeterminador é mais favorecido por falantes do sexo/gênero feminino.

Interessante observarmos que a variável sexo/gênero também polariza o uso das estratégias de indeterminação **nós** e **a gente**. Das 640 ocorrências da forma **a gente** como recurso de indeterminação, 512 foram utilizadas por falantes do sexo/gênero feminino, o que corresponde a 80%. Já em relação ao uso do pronome **nós**, de um total de 76 casos, 65 correspondiam à fala dos homens, equivalendo a 86% das ocorrências de **nós** como estratégia de indeterminação.

Os resultados nos mostram também que as variantes **eu** e constru-

ções com *se* apresentam maior tendência a serem utilizadas por falantes do sexo/gênero masculino. Das 65 ocorrências do pronome *eu* como recurso de indeterminação, 42 foram utilizadas por homens, correspondendo a 65%. Já no caso das construções com *se*, o efeito do sexo/gênero se mostra mais saliente, pois apenas 1 ocorrência, dos 44 casos de *se* como estratégia de indeterminação encontrados na amostra, foi usada por uma informante do sexo/gênero feminino. Esses resultados corroboram com os apresentados em Godoy (1999), em que a autora conclui que as variantes *nós*, *se* e *eu* tendem a ser utilizadas pelos homens como recursos de indeterminação do sujeito.

Nossos resultados apontam que, embora com poucos pontos percentuais de diferença, as variantes *eles* e *infinitivo* também apresentam maior tendência a serem utilizadas por falantes do sexo/gênero masculino, pois o pronome *eles* e variantes apresenta percentual de 61% de uso pelos homens, ou seja, 100 ocorrências de um total de 163. Do total de 127 casos de *infinitivo* utilizado como recurso de indeterminação, 73 foram usados por falantes do sexo/gênero masculino, equivalendo a 57%. Em relação as **formas nominais**, o fator sexo gênero não se mostrou significativo, pois das 134 ocorrências, 68 foram de falantes do sexo/gênero masculino e 66 foram utilizadas por mulheres, correspondendo a 51% e 49%, respectivamente.

O controle do sexo/gênero através do tipo de relação (simétrica e assimétrica) mostrou os seguintes resultados: nas relações simétricas as formas que mais ocorreram foram: *você* 38,7%, *a gente* e *ØV3P* 21,5% cada. Observamos que, embora os percentuais sejam distintos, essas mesmas estratégias (*você*, *a gente* e *ØV3P*) são as mais utilizadas nas relações assimétricas. Assim, podemos afirmar que o controle do sexo/gênero através do tipo de relação se mostrou pouco significativo em nossa análise, uma vez que a diferença entre o uso das variantes é sutil, como por exemplo, *você*: relações simétricas 38,7%, relações assimétricas 42%; *a gente*: relações simétricas 21,5%, relações assimétricas 20%; o que também ocorre com as outras variantes como podemos observar na tabela 2.

Tabela 2: Influência do tipo de relação entre os informantes sobre o uso de estratégias de indeterminação do sujeito.

Tipo de relação Estratégias	Simétrica		Assimétrica	
A gente	328/1525	21,5%	312/1563	20%
Você	590/1525	38,7%	656/1563	42%
Eles	76/1525	5%	87/1563	5,6%
Nós	40/1525	2,6%	36/1563	2,3%
Eu	18/1525	1,2%	47/1563	3%
ØV3P	328/1525	21,5%	265/1563	17%
Construção com se	26/1525	1,7%	18/1563	1,2%
Infinitivo	55/1525	3,6%	72/1563	4,6%
Formas nominais	64/1525	4,2%	70/1563	4,5%

Quanto ao controle da interação em relação ao sexo/gênero dos informantes, tabela 3, observamos que as interações com falantes de sexo/gênero diferentes (masculino-feminino, feminino-masculino) apresentam maior uso das formas **você**, **a gente** e **ØV3P**. Nas interações com informantes do sexo/gênero masculino há uma preferência pelo uso do **você** (46,5%) e da **3ª pessoa** (22,5%). Já nas interações feminino-feminino a preferência é pelo uso do **a gente** (39%), do **você** (28,5%) e da **ØV3P** (20,2%).

A interação feminino-feminino apresenta um comportamento diferenciado em relação à variante **nós**, que não aparece nesse tipo de interação, enquanto o percentual maior dessa estratégia (4,6%) acontece nas interações masculino-masculino, sugerindo a tendência de uso dessa variante pelo sexo/gênero masculino.

Com relação às preferências de estratégias de indeterminação para os tipos de interação entre falantes, de modo geral, são as mesmas (**a gente**, **você** e **ØV3P**), mudando apenas a ordem de preferência e os percentuais.

Tabela 3: influência da interação entre falantes quanto ao sexo/gênero sobre o uso de estratégias de indeterminação do sujeito

Interação Estratégias	Masculino - masculino		Masculino - feminino		Feminino - masculino		Feminino - feminino	
A gente	69/862	8%	141/686	20,6%	171/876	19,5%	259/664	39%
Você	401/862	46,5%	243/686	35,4%	413/876	47,1%	189/664	28,5%
Eles	49/862	5,7%	37/686	5,4%	49/876	5,6%	28/664	4,2%
Nós	40/862	4,6%	22/686	3,2%	14/876	1,6%	0/664	0%
Eu	16/862	1,9%	26/686	3,8%	21/876	2,4%	2/664	0,3%
ØV3P	194/862	22,5%	134/686	19,5%	131/876	15%	134/664	20,2%
Construção com se	25/862	2,9%	10/686	1,5%	8/876	0,9%	1/664	0,2%
Infinitivo	34/862	3,9%	38/686	5,5%	34/876	3,9%	21/664	3,2%
Formas nominais	34/862	3,9%	35/686	5,1%	35/876	4%	30/664	4,5%

Nas interações controlou-se a distância social por meio do grau de proximidade dos falantes – se são amigos (próximos) ou desconhecidos (distantes). Os resultados obtidos com o controle desta variável estão dispostos na tabela 4.

Tabela 4: influência do grau de proximidade entre os falantes no uso de estratégias de indeterminação do sujeito

Grau de proximidade Estratégias	Próximo		Distante	
A gente	277/1616	17,1%	363/1472	24,7%
Você	662/1616	41%	584/1472	39,7%
Eles	91/1616	5,6%	72/1472	4,9%
Nós	51/1616	3,2%	25/1472	1,7%
Eu	29/1616	1,8%	36/1472	2,4%
ØV3P	349/1616	21,6%	244/1472	16,6%
Construção com se	14/1616	0,9%	30/1472	2%
Infinitivo	70/1616	4,3%	57/1472	3,9%
Formas nominais	73/1616	4,5%	61/1472	4,1%

Os resultados evidenciam que há a preferência pelo uso da forma **você** como estratégia de indeterminação tanto entre os falantes próximos dos interlocutores (41%), quanto entre os falantes distantes (39,7%). Isso ocorre porque **você** apresenta grau de indeterminação completo, sendo a estratégia com referência mais genérica; favorecida em todos os contextos de

indeterminação.

A segunda opção de indeterminação para os falantes próximos dos interlocutores é a ØV3P (21,6%). Já para os falantes distantes dos interlocutores a segunda opção de indeterminação é a forma **a gente** (24,7%).

Em relação ao grau de proximidade dos interactantes, podemos observar que a forma **a gente**, embora com pequena diferença percentual, é mais utilizada nas interações em que os informantes possuem relação distante, com percentual de 57%. Esse resultado corrobora com os apresentados em Santos (2014), em que a autora, analisando a mesma amostra, constatou que a expressão **a gente** é favorecida por relações distantes. A forma **a gente** apresenta sentido mais específico, pois inclui o falante na referência, denotando maior cooperação; assim, podemos correlacionar seu uso em interações distantes a questões de preservação de face, visto que o informe demonstra simpatia e humildade, ao se aproximar da informação dada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de indeterminação encontradas na amostra *Rede Social de Informantes Universitários de Itabaiana/SE* foram **a gente**, **você**, **eles**, **nós**, **eu**, **3ª pessoa**, construções com **se**, **infinitivo** e **forma nominais** (a pessoa, o cara), sendo que a forma pronominal **você** foi a mais utilizada, seguida do pronome **a gente**, 1246 e 640 ocorrências, respectivamente. Tal resultado corrobora com os obtidos nos estudos de Carvalho (2010) e Assunção (2012), também realizados na região Nordeste do país.

A partir da análise realizada, observamos uma tendência de polarização em relação ao sexo/gênero: o maior percentual de uso masculino para o **você** (48,1%), e o percentual das interações masculino-masculino também aponta para uma maior ocorrência do **você** (46,5%). Para o feminino, o percentual de ocorrência é maior para o **a gente** (35,4%), e nas interações feminino-feminino o percentual maior também ocorre no **a gente** (39%).

O controle da interação em relação ao sexo/gênero dos informantes reforçou as constatações em relação ao sexo/gênero, isto é, masculino utiliza mais o **você** e o feminino o **a gente**. Já o controle da distância social por meio do grau de proximidade dos falantes aponta para a preferência do uso do **você** em ambas as situações (próximo e distante).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. S.; SANTOS, K. C.; FREITAG, R. M. Redes sociais, variação linguística e polidez: procedimentos de coleta de dados. In: **Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística**. São Paulo: Blucher, 2014.
- ASSUNÇÃO, Janivam da Silva. **A indeterminação do sujeito na variedade linguística de Feira de Santana: um estudo variacionista**. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011[1987].
- CARVALHO, Valter de. **Você, a gente et ali a indeterminam o sujeito em Salvador**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; MOURÃO, Gabriela Costa; SANTOS, Heitor Mendonça. Os sujeitos de 3ª pessoa: Revisitando Duarte 1993. In: DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia [et al.]. **O sujeito em peças de Teatro (1833-1992): estudos diacrônicos**. São Paulo: Parábola, 2012.
- ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder (1992). In: OSTERMANN, Ana. Cristina; FONTANA, Beatriz Fontana. **Linguagem. Gênero. Sexualidade**. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 93-108.
- GODOY, Maria Alice Maschio. **A indeterminação do sujeito no interior paranaense: uma abordagem sociolinguística**. 1999. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1999.
- MILANEZ, Wânia. **Recursos de indeterminação do sujeito**. 1982. 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.
- SANTANA, Neila Maria Oliveira. Indeterminação do sujeito no português rural do Semiárido baiano. In ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Variação linguística no semiárido baiano**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 45-70.
- SANTOS, Kelly Carine dos. **Estratégias de polidez e a variação de nós vs. a gente na fala de discentes da Universidade Federal de Sergipe**. Sergipe, 2014. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.
- SETTI, Adriane Cristina Ribas. **A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil**. 1997. 116 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 1998.

SOUZA, Soliane Silva; OLIVEIRA, Josane Moreira de. A variação no uso das estratégias de indeterminação do sujeito no português popular da Matinha-BA. In ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Variação linguística no semiárido baiano**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 71-100.

11

CAPÍTULO

O PODER E A SOLIDARIEDADE EM CARTAS FEMININAS DO SERIDÓ POTIGUAR

Gisonaldo Arcanjo de Sousa

INTRODUÇÃO

Trabalhar a escrita feminina em cartas do Seridó Potiguar é, antes de tudo, contribuir para os avanços dos estudos voltados para as mulheres brasileiras. No Rio Grande do Norte, talvez somente o Seridó nomeie com clareza uma identificação regional, cartográfica, cultural e espacialmente. Tanto isso é verdade que pessoas se denominam “seridoenses”, mesmo por-

que é dessa maneira que os outros os identificam. Assim, nenhuma outra região potiguar possui um nome próprio que adjetiva, explicitamente, seus habitantes no mercado simbólico do regionalismo norte-rio-grandense. Tal característica não se dá no vazio. É uma tessitura histórica, identitária.

Dessa forma, pode-se dizer que é uma pesquisa que vem contribuir para a dinâmica dos estudos sociolinguísticos voltados especificamente, neste caso, para missivistas femininas em um cenário historicamente masculino como é característica do Nordeste em seus aspectos históricos e sociais.

Trazer à tona as relações de poder e solidariedade, como propostas por Brown e Gilman (2003[1960]), nesse ambiente é revelar, mesmo que timidamente, a voz feminina que subjaz às forças patriarcais do local onde ainda imperam característica única potiguar que passa por momentos dos fundadores da ocupação colonial, pela pecuária, pela economia algodoeira, por dispositivos educacionais, pela religiosidade e pela elite política que, por muito tempo, capitaneou os destinos do Estado do Rio Grande do Norte. Por assim se apresentar, seus resquícios epistolares revelam a alternância do fenômeno da variação e mudança.

A variação observada entre as formas pronominais do *tu*, *você* e *senhor(a)* no português brasileiro é uma questão amplamente discutida. De forma tímida, no fim do século XIX, percebe-se a coexistência do *tu* e do *você* em referência a um mesmo interlocutor (BARCIA, 2004). Duarte (1993), observando amostras de peças teatrais do Rio de Janeiro, produzidas nos séculos XIX e XX, verifica que o emprego de *você* supera o uso de *tu*. No entanto, Paredes e Silva (2000) afirma que o *tu* regressou ao dialeto carioca, sem a flexão da forma verbal adequada de segunda pessoa.

O interesse pela questão do tuteamento, do voceamento e do senhoramento tem suscitado estudos acerca dos fatores linguísticos que teriam provocado o processo de mudança, por exemplo, de *Vossa Mercê* > *você*. O *você* se encontra integrado ao sistema de pronomes pessoais, às vezes, substituindo o *tu* ou convivendo ao lado deste. Também o *senhor(a)*, pronome de tratamento por natureza, vem se distanciando de sua função primeira e está ganhando outra dimensão. Às vezes se o flagra concorrendo com o *tu* e o *você* em contextos nada formais.

É interessante investigar as causas das mudanças ocorridas no sistema pronominal do Brasil, especificamente na região do Seridó, observando os fatores linguísticos e também extralinguísticos que motivaram o processo de pronominalização e competição entre as formas tanto por missivistas masculinos, como também femininos.

As vozes masculinas, pelo viés histórico, sempre sobrepuseram as fe-

mininas. A busca pela voz e vez da mulher com relação ao posicionamento na sociedade é de longa data. Aqui se propõe averiguar como se dá a relação entre mulher e homem em um contexto nordestino-potiguar. A multiplicidade de formas atinge a língua portuguesa no que tange à codificação linguística dos pronomes pessoais usados pelas mulheres seridoenses, precisamente, o TU/VOCÊ/SENHOR(A) (doravante, TVS) dispostos em cartas pessoais escritas na década de 80 do século passado, como exemplificado a seguir:

(1)

Caicó – 16 -12 80

Cara amiga: Boa tarde

Olá M como está as coisas / aí, tudo bem. VOCÊ está gostando dair, /

Olha quanto aqui não temos novida-/dês. Os meninos não vierão dia 08 (oito) com F. pois C foi para casa em / Fortaleza ti encontrar e R também foi para casa em Campos Sales. Quanto a turma da / qui está igual (...)

(2)

Caicó, 16 -01 – 81

Inesquecível amiga:

Beijos:

Recebemos sua carta dia 13, chegou no dia 12.(...) Olha quanto a H, continua louco como sempre, ontem / eu falei com ele por telefone e ele / me pediu pra mim telefonar pra ele / hoje novamente eu dei o recado a ele / e ele riu bastante e disse que TU é muito mais louca que ele (...)

(3)

Caicó 17-6-82

querido pai pesso que mi aben / COI. Pai pai recebeu a sua carta /fiquei muito satisfita / eu fiquei boa e o SENHOR ainda ta com problema de dinheiro. estou meia apertada aqui

A semântica do poder e da solidariedade, proposta por Brown e Gilman (2003[1960]), discute a inter-relação existente entre o fator linguístico e o social. A teoria aponta que o fenômeno se dá quando é observado o grau de tratamento usado pelos interlocutores em uma dada relação. A escolha de uma das formas tratamentais pelo utente da língua possibilita observar se ele transparece simetria ou assimetria. Os autores utilizam-se do francês para referendar a oposição existente entre *TU* e *VOUS*. Para

TU – forma de intimidade, solidariedade e para *VOUS* forma de distanciamento, cordialidade, polidez, poder. Grosso modo, o poder é observado pelo uso assimétrico do tratamento e a Solidariedade é verificada pela reciprocidade das formas em uso.

Assim, a semântica do poder se traduz no uso assimétrico e não recíproco do *VOUS*. O falante que possui status superior usa *TU* e recebe *VOUS* em relações sociais. A Semântica da solidariedade é indicada pela simetria das formas no uso. Isso vale tanto para as formas igualitárias, *TU* <-> *TU* e *VOUS* <-> *VOUS*.

Estudos mais recentes mostram que a semântica do poder e da solidariedade se reinterpretada, devido a mudanças e transformações pelas quais passa a sociedade. Wardhaugh (1997), por exemplo, destaca uma nova tendência evolutiva do pronome *TU/VOUS* ao se deslocar do assimétrico para o simétrico polido *VOUS/VOUS* e para o simétrico neutro *TU/TU*.

Desse modo, esta análise busca averiguar o uso do SENHOR (a), VOCÊ E TU, com base em duas perguntas: i) Qual a frequência de uso das formas em competição (SENHOR(a), VOCÊ e TU em cartas femininas do Seridó, na década de 1980, na posição de sujeito? (ii) Quais as relações de poder e de solidariedade (BROWN; GILMAN, 2003[1960]) emanam das relações entre os remetentes e destinatários das cartas femininas elencadas?

11.1 METODOLOGIA

Para emergirem os dados verificou-se a recorrência dos pronomes TVS nas cartas da amostra que, em seguida, foram quantificados. A amostra analisada é constituída por um tipo de carta: as de cunho pessoal. Vale-se esclarecer que se consideram cartas pessoais

correspondências entre pessoas próximas que mantém entre si um relacionamento estreito – parentes próximos, amigos íntimos. Trata-se de uma forma de comunicação eminentemente pessoal, distinguindo-se das cartas comerciais, das cartas de propaganda, de correspondência dirigida a seções de jornais ou revistas, etc. (PAREDES SILVA, 1988, p.24)

A carta pessoal foi escolhida como material de análise por conter em seu conteúdo temática espontânea. Essa característica íntima pode ser produtiva no que se diz respeito à identificação de fenômenos linguísticos em processo de mudança.

A correspondência epistolar pode, de fato, conter em sua essência tais fenômenos de forma abundante. No entanto, pode ainda, devido a sua estrutura, manter-se fixa, caracterizando-a como gênero discursivo.

Para esta pesquisa, delimita-se um *corpus* composto por uma amostra de vinte cartas escritas na década de 80 do século passado. As missivas foram enviadas por mulheres seridoenses. As cartas fazem parte dos *Corpora Essas Mal Traçadas Linhas I...* (SILVA, 2007), composta por cartas de homens e mulheres, e *Essas Mal Traçadas Linhas II...* (SOUSA, 2014), compostas por cartas femininas.

O gênero carta apresenta em sua estrutura textual os seguintes constituintes: i) o contato inicial – às vezes com a presença da saudação e a captação da benevolência; ii) o núcleo da carta – motivo pelo qual ela foi escrita; iii) a despedida e, por último; iv) a assinatura. Essa estrutura fixa, prototípica, apresenta algumas variações em sua estrutura que pode interferir, além da normalidade, na análise do fenômeno linguístico buscado quando se escolhe esse gênero como material de pesquisa da mudança/variação.

O quadro 1 resume e estratifica o perfil dos remetentes e destinatários, situa a amostra no tempo, identificando-a em relação à natureza do seu assunto.

Quadro 1: Estratificação social das cartas em análise

	Sexo do remetente	Sexo do destinatário	Data da carta	Natureza do assunto
Carta 01	feminino	feminino	29/02/1980	trabalho
Carta 02	feminino	feminino	24/07/1980	trabalho
Carta 03	feminino	masculino	15/12/1980	cobrança de dinheiro
Carta 04	feminino	feminino	10/12/1980	notícias do dia a dia
Carta 05	feminino	feminino	17/12/1980	notícias do dia a dia
Carta 06	feminino	masculino	23/12/1980	notícias do dia a dia
Carta 07	feminino	feminino	12/01/1981	cobrança de dinheiro
Carta 08	feminino	feminino	14/01/1981	notícias do dia a dia
Carta 09	feminino	feminino	16/01/1981	notícias do dia a dia
Carta 10	feminino	feminino	25/01/1981	aborto
Carta 11	feminino	feminino	03/02/1982	cobrança
Carta 12	feminino	feminino	25/03/1981	notícias do dia a dia
Carta 13	feminino	masculino	18/06/1981	agradecimento
Carta 14	feminino	masculino	28/03/1982	fim de relacionamento
Carta 15	feminino	masculino	15/08/1981	notícias do dia a dia
Carta 16	feminino	masculino	11/07/1984	notícias do dia a dia
Carta 17	feminino	masculino	22/06/1984	Namoro
Carta 18	feminino	masculino	28/12/1983	Namoro
Carta 19	feminino	masculino	20/03/1984	Namoro
Carta 20	feminino	masculino	22/08/1984	notícias do dia a dia

A amostra retirada dos corpora radiografa uma década da escrita feminina no Seridó. Pelo conteúdo dos textos epistolares, observa-se que as missivistas são mulheres, pertencem a uma classe social baixa, umas letradas e outras que não demonstram tanto domínio da escrita. Eles revelam o momento histórico pelo qual passam as escreventes: a seca, o trabalho, a busca pelo emprego, as dívidas financeiras, os amores, as notícias do dia a dia, amizade, entre outros.

Os sujeitos, objetos de estudo, são todas seridoenses, conforme buscas comprobatórias em cartórios da região. Através de entrevistas, constatou-

-se que a maioria delas não saiu de sua região por mais de dois anos.

Quanto aos destinatários, esses são pessoas da própria família: pai, mãe, irmão, irmã, namorado, esposo, ex-namorado, compadres e comadres.

11.2 OS RESULTADOS

Os resultados quantitativos das formas pronominais de tratamento levantadas no *corpus* da análise de vinte cartas, escolhidas aleatoriamente dos *corpora* já mencionados, referem-se ao uso do TU, VOCÊ e SENHOR.

Tabela 1: Frequência geral das formas TVS em cartas femininas

TU	VOCÊ(S)	SENHOR(A)
01/ (0,65%)	152 (97,43%)	03 (1,92%)

A predominância do *você* sobre *tu* já era de certa forma esperada, tendo em vista que o Seridó experimenta, na dinamicidade da língua, assim como todas as regiões e sub-regiões do país, as pressões advindas do mundo sociocomunicativo. De modo geral, o VOCÊ é o campeão de uso, ficando a curiosidade por conta do aceno para a predominância do tratamento SENHOR sobre O TU, a despeito de se registrar em cartas pessoais. Vale ressaltar aqui que a amostra é escassa para generalizações, porém delineia-se uma preferência pelo SENHOR em lugar do TU.

(4)

Caicó, 16 de julho de 80

A, meu abraço

A finalidade desta linha é para dar / tes às minhas notícias que estamos todos com saúde / graças a Deus, às mesmo desejo que / vá ti encontra com os seus. Camp: receber o dois mil / Cr\$ que o senhor mim enviou muito obrigado Deus lhe der muita saúde e o mente / os seus dias de registência...

A carta (4) é remetida por uma mulher ao seu patrão. No seu conteúdo se vê estampada a relação entre patrão/empregada, sobretudo, captada pelas relações capitalistas mantidas entre os envolvidos. Percebem-se implicitamente os sentimentos de fé e de religiosidade entre as relações seladas pelo respeito ao patrão e a Deus.

O tratamento SENHOR é utilizado formalmente (pelo menos é o que preconiza a gramática tradicional). Assim, cartas pessoais pela sua natureza menos formal não deveriam aparecer com certa evidência competindo com o TU. Talvez a escolha fora condicionada pela dimensão de poder.

Tabela 2: Frequência das formas TVS na função de sujeito

TU	VOCÊ(S)	SENHOR(A)
01 (0,89%)	110 (98,22%)	01 (0,89%)

Predominam nas cartas o uso do você em detrimento do TU e SENHOR. A esse respeito, pode-se guiar pela posição de Brown & Gilman (2003[1960]), quando consideram que se uma pessoa interage com outra, está exercendo uma sobre a outra, níveis de poder, o que pode acarretar uma assimetria no tratamento. Dessa forma, o tipo de correspondência, assim como a relação emissor – destinatário poderá influenciar na escolha de uma ou de outra forma de tratamento. Observe-se a frequência de uso das TVS, considerando emissores e destinatários específicos, na tabela 3.

Tabela 3: TVS e os receptores das cartas femininas

	TU	VOCÊ(S)	SENHOR(A)
Mulher para mulher	01 (100%)	64 (58,19%)	00 (0,0%)
Mulher para homem	00 (0,0%)	46 (41,81%)	01 (100%)
TOTAL	01 (100%)	110 (100%)	01 (100%)

Os dados das cartas revelam diferenças entre as cartas escritas de mulheres para mulheres daquelas escritas de mulheres para homens. Os números evidenciam, neste recorte de tempo, (ainda) a submissão histórica que pode existir entre as relações homem–mulher, no cenário seridoense. A subserviência feminina era algo muito presente em décadas passadas, e na década de 80 ainda se respiravam os ares dessa cultura machista, em especial na região do Seridó, onde imperavam resquícios de uma sociedade coronelista muito arraigada, restando à mulher apenas a posição de submissão.

As relações são consequência de uma organização social, ou de fatores convencionais que se envolvem com as diferenças entre a fala dos homens e fala das mulheres.

Segundo Brown e Gilman (2003[1960]), uma pessoa pode exercer o poder sobre a outra na medida em que é capaz de reger o seu comportamento, quer seja pelo gênero, pela força física, quer seja pela situação econômica, posição familiar, etc. Tal relação não se configura como recíproca, uma vez que pode variar de acordo com a área de atuação. O poder, ainda, pode estar relacionado a outros fatores como diferença de idade, profissão, etc. características que, por vezes recorrente, atribuem-se ao valor social, dependendo de cada comunidade linguística.

(5)

Caicó 18 de Junho de 81

Camp. A meu abraço

Afinalidade desta linha é para dar-lhe as minhas notícias que estamos todos com saúde graças a Deus, e com o mesmo desejo que vá encontrar com os seus. | Camp: recebi o dois mil cr\$ | que o senhor mim enviou | muito obrigado Deus lhe, der | muita saúde e o mente os seus | dias de registancia. |

Eu mim o pereu no dia 21 do mês passado e estou muito bem | graça a Deus, diga a M | que eu estou esperando carta | dela hoje faz 15 dias que eu | botei uma carta para ela e ela | escreva logo papai manda dizer | que no dia 15 de Julho estará | aí sendo que Deus não mande | o contrario envio muita | lembrança para o senhor e coma- | M e os meninos e | M papai envia lembranças | o senhor e com. M e | Mãe envia recomendação | também, vou termina | recomendações | para quem pergunta por | mim |

Assinal

Sua comadre que muito lhe, | estima | M

(6)

Caicó, 16-01-81

Recebi tua carta dia 13, chegou | no dia 12 mas eu estava em Natal e | quando cheguei no dia 13 tinha 6 cartas | pra mim o que é que você acha. Olha | querida quanto ao G eu já dei teu | endereço para ele e ele me prometeu que | escreveria esta semana. |

Agora querida, quanto ao endereço | do V está difícil, porque além de eu ter | perdido o contato com ele, desde que você | foi embora nunca mais o vi já fui | no projeto mas não o encontrei. Quanto | ao A, não posso te dizer nada, você | lembra que na outra carta eu mandei | te dizer que ele tinha ido a Recife, | pois do Recife ele foi pra Bahia e | não me mandou nem notícia. | O D foi quem me disse que ele | tinha telefonado para ele dizendo que | só vinha no início de maio pois | as férias dele só termina no dia 15 | de maio e ele volta pro trabalho mas | não mandou nem notícia pra mim | não sei se quando ele chegar ainda | me quer, sei que eu estou esperando | pois estou gamadona e ele me prome- | teu muitas coisas bonitas só não | sei se vai cumprir o que é que | você acha? Esquece. |

Olha, quanto ao H, continua louco como sempre, ontem | eu falei com ele por telefone e ele | me pediu pra mim telefonar pra ele | hoje novamente ele deu teu recado | a ele e ele riu bastante e disse que | tu é muito mais louca que ele. Nos | estamos muito amigos agora,

quase todos os dias nós telefonamos um | para o outro e é aquele papo de | 30 a 60 minutos. |

Olha menina a vida aqui está | uma droga desde que você foi | embora nunca mais eu sai de casa | olha minha matriculo começa 2^a feira | estou louca que comece as aulas, pois | pelo menos eu saio pro colégio já que | não tenho pra onde ir. |

Sim a novidade maior é | que eu estou pensando em ir | pro Rio de Janeiro no próximo | mês o que é que você acha? \

me responda logo. |

desculpe a mal carta é | que eu escrevi aqui no Sindicato | e você já sabe como é. |

um forte abraço da | amiga de sempre. |

O H acaba | de chegar aqui, lindo | como sempre. |

Os textos epistolares (5) e (6) ilustram como o usuário seridoense usa as formas TVS, considerando se o destinatário da carta é do sexo masculino ou feminino. As cartas pessoais registram uma abundância de uso do VOCÊ em situações em que mulheres são remetentes e destinatários, como nas situações em que mulheres são remetentes e homens destinatários. As formas do TU e SENHOR aparecem em proporção muito limitada.

Para melhor contextualização, a carta (5) é enviada de uma remetente do sexo feminino para um destinatário do sexo masculino, e conforme pode-se ver retrata relações de amizade, relata situações do dia a dia. A carta (6) é emitida por uma mulher e destinada a outra mulher. Trata também de assuntos do dia a dia. Mas é digno de nota que a carta a qual registra o uso do TU é enviada de mulher para mulher e a que recebe o tratamento SENHOR é de mulher para homem.

Conforme Rumeu (2013, p. 253), o VOCÊ é mais produtivo na escrita de mulheres para mulheres: “as mulheres parecem ter optado por não se exporem a uma construção sintática tão seriamente rechaçada pela norma gramatical: o emprego do **Tu** sem concordância verbal”. Nesse raciocínio, compreende-se que as mulheres parecem vir contribuindo para o processo de mudança da língua, haja vista que preferem o VOCÊ como forma tratamental na fala seridoense.

Ainda conforme Rumeu (2013), o uso do VOCÊ no Brasil não apresenta estigma social, haja vista que é produtivo em cartas de pessoas ilustres no século XIX. Sendo assim, há mais uma motivação para que o voçamento seja comum no tratamento entre mulheres.

Por questões culturais não é esperado que a mulher seridoense exerça poder sobre o homem, ainda mais em se tratando de linguagem. Sob essa perspectiva, foram controladas a assimetria e simetria dos remetentes/des-

tinatários, embasando-se não no uso das formas TVS, mas no conteúdo íntimo revelado pelas cartas. Os resultados apontam uma paridade no tratamento, como podemos ver na tabela 4.

Tabela 4: Relações de poder e solidariedade nas formas TVS

	Simetria	Assimetria	TOTAL
Mulher para mulher	07 (70%)	03 (30%)	10 (100%)
Mulher para homem	07 (70%)	03 (30%)	10 (100%)

Das vinte cartas selecionadas para averiguar o nível das relações de poder e solidariedade de Brown e Gilman (1960), dez foram destinadas a mulheres e dez foram destinadas a homens. Das dez destinadas às mulheres, sete delas revelaram relações simétricas e três revelaram relações assimétricas, no que diz respeito aos níveis de poder e solidariedade; das dez cartas destinadas a homens, sete delas também foram simétricas e três foram assimétricas. Os dados sinalizam certa paridade nas relações de poder e solidariedade emanadas da mulher para o homem ou de mulher para mulher nas cartas analisadas.

Acrescente-se a isso que o contexto das cartas se desenvolve nos anos 80 do século passado, época em que a sociedade vivenciava grandes mobilizações revolucionárias femininas, estando em debate na agenda da época temas como aborto, divórcio, êxodo rural, movimentos que obrigavam a mulher a se portar como homem, em algumas ocasiões.

A forma *SENHOR* tem apenas uma ocorrência na função de sujeito o que parece radiografar as relações de respeito existentes entre as velhas famílias patriarcais potiguares.

CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER NÃO-FINAL

A análise apresenta pistas acerca do uso das formas TVS pelas mulheres no Seridó potiguar, muito embora essas pistas sejam um tanto limitadas pela escassez da amostra. A forma *VOCÊ* é a mais recorrente nas relações entre as informantes, principalmente, naquelas cartas cujos emissores e destinatários são mulheres. A frequência de uso do *VOCÊ* prepondera sobre o *SENHOR* e o *TU*, haja vista que, das 156 ocorrências tratamentais registradas nas cartas, 52(97,43%) delas são de *VOCÊ* como interlocução entre missivistas; 03(1,93%) para o *SENHOR* e 01 (0,65%) para o *TU*. Esses números, pois, acenam para o fato de que a forma preferida de tratamento da voz feminina seridoense é o *VOCÊ*, em detrimento do *SENHOR*, que só foi utilizado em carta dirigida a um patrão, e o *TU*, que mesmo sendo utilizado em uma ocorrência, parece que ele vem etiquetado com o

valor de VOCÊ, porquanto se registra que a concordância entre sujeito e verbo é feita no nível da terceira pessoa.

Tais resultados sinalizam para a tendência da mulher seridoense estar contribuindo para uma mudança em progresso do VOCÊ, nos contextos informais, uma vez que o prefere em relação às demais formas tratamentais mais do que os homens.

REFERÊNCIAS

- BARCIA, L. R. *As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal*. Dissertação de mestrado. UFRJ: Rio de Janeiro, 2006.
- BROWN, R; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G.R. (eds.). *Sociolinguistics The essencial readings*. United Kingdom: Blackwell, 2003[1960]. P. 156-176.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I; KATO, M. A. (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- FERNANDEZ, F. M. *Princípios de sociolinguística Y sociologia del language*. Espanha: Ariel, 1998.
- MENON, O.P.S. A história de você. In: GUEDES, M; BERLINCK, R.A; MURAKAWA, C. A.A. (Org.) *Teoria e análises linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório editorial FCL/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editorial, 2006, p. 99-160
- PAREDES SILVA, V. L. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras, 1988.
- PAREDES SILVA, V. L. O retorno do pronome tu à fala carioca. In RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade histórica*, Rio de Janeiro; FAPERJ, 7letras, 2000.
- RUMEU, M. C. B. A variação “tu” e “você” no português brasileiro oitocentista e novecentista: reflexões sobre a categoria social gênero. *Alfa*. São Paulo, 57(2): 545-576, 2013.
- SILVA, C. R. *Corpora Essas Mal Traçadas Linhas I...* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. [inédito]
- SOUSA, G. A. *Essas Mal Traçadas Linhas II...* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014; [inédito]
- WARDHAUGH, R. *An introducion to sociolinguistics*. 3.ed. Oxford: Blackwell, 1997.

12

CAPÍTULO

RELAÇÕES DE GÊNERO E FORMAS DE TRATAMENTO EM UMA COMUNIDADE RELIGIOSA

Cristiane Conceição de Santana
Thaís Regina Conceição de Andrade
Raquel Meister Ko. Freitag

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de terceira onda de estudos sociolinguísticos, Eckert (2012) propõe a mudança do foco dos estudos da correlação entre estrutura linguística e estrutura social – predominante na Sociolinguística Varia-

cionista de base laboviana – para as práticas e seus valores em uma dada comunidade, incorporando, dessa forma, a dinamicidade da estrutura com os condicionamentos sociais impostos e as relações de poder estabelecidas atuando sobre dada comunidade. A proposta de mudança do foco requer também uma mudança no aparato metodológico, com o estudo de comunidades de práticas.

Para Eckert e McConnell-Ginet (2010 [1992]), uma comunidade de prática se caracteriza por ser constituída por pessoas que se reúnem em prol de um objetivo comum, em torno do aprendizado e, principalmente, da sua aplicação prática, podendo ela ser constituída por pessoas trabalhando juntas em uma empresa, a família nuclear, grupos religiosos etc. Essas comunidades podem ser grandes ou pequenas, intensas ou difusas; podem sobreviver a várias mudanças de membros e ainda podem estar articuladas a outras comunidades. Assim, as pessoas participam de múltiplas comunidades de prática, e a identidade individual é baseada na multiplicidade dessa participação. Dessa forma, no lugar de conceber o indivíduo como uma entidade à parte, pairando sobre o espaço social, ou como um membro de um grupo específico, ao invés disso, é preciso focar nas comunidades de prática, pois esses espaços sociais nos possibilitam ver o indivíduo como agente articulador de uma variedade de formas de participação em múltiplas comunidades de prática.

A observação das formas de tratamento em comunidades de práticas permite um olhar mais acurado para os valores associados ao fator social sexo/gênero no âmbito local (o que é prestígio para certos grupos não o é para outros), viabilizando uma discussão sobre o que é marca linguística de prestígio e o que é marca linguística de estigma em microsituações.

A Sociolinguística analisa o comportamento linguístico de um ponto de vista social, envolvendo questões que influenciam na linguagem do indivíduo, além de aspectos ligados à sociedade. Nos últimos quarenta anos, diferentes estudos vêm tratando das diferenças linguísticas entre homem e mulher. Segundo Eckert & McConnell-Ginet (2010[1992]), estudos sobre linguagem e gênero vêm sendo observados em diferentes dimensões, acarretando uma grande variedade de hipóteses acerca da interação de gênero e linguagem para os estudos sociolinguísticos. As interações que acontecem entre homem e mulher mostram que a relação de poder advinda dessas interações tem sido considerada como suporte da dominância masculina, enquanto para as mulheres, é vista como forte recurso a favor de seus projetos e interesses e contra a opressão. Para Eckert & McConnell-Ginet (2010[1992], p. 95),

A linguagem da mulher tem sido compreendida como refletindo o seu conservadorismo, consciência de prestígio, mobilidade ascendente, insegurança, deferência, encorajamento, expressividade emotiva, sensibilidade em relação aos outros, solidariedade. Já a linguagem dos homens é descrita como evidenciando sua dureza, falta de afeto, competitividade, independência, competência, hierarquia.

Essas afirmações se baseiam em estudos realizados em diferentes momentos e circunstâncias e com pessoas diferentes, para chegar a um consenso e não fazer abstrações. Para Eckert & McConnell-Ginet (2010[1992]), a ideia de gênero é totalmente abstraída de outros aspectos sociais, e o sistema linguístico é abstraído da prática linguística. O ideal não é ignorar as caracterizações abstratas, mas ligar cada uma dessas abstrações à ampla gama de práticas linguísticas e sociais que possibilitam a análise das particularidades de sua realização concreta em comunidades reais.

Tendo em vista evidenciar como o uso linguístico se reflete nas relações entre homens e mulheres levando em consideração a influência das formas de tratamento, buscamos com esta pesquisa colaborar com os estudos de gênero/sexo em comunidades de práticas nos estudos sociolinguísticos.

12.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE SOB ANÁLISE

A comunidade “Mãe da Divina Graça” é um grupo de cunho religioso, a maioria dos membros são pessoas mais velhas; com um nível de escolarização bastante diversificado, indo do fundamental menor ao ensino superior, e também pessoas não escolarizadas, todos os membros, desta comunidade, são residentes da zona rural, no povoado Açuzinho¹ em Lagarto/SE. O grupo Mãe da Divina Graça é formado por adultos e idosos da faixa etária de 22 a 83 anos; para melhor sistematização, apresentamos no quadro 1 uma relação com os nomes e idades de cada um deles em ordem crescente.

1 O Açuzinho é um povoado do município de Lagarto que preserva tradições religiosas desde sua formação, muitos movimentos são organizados na capela da comunidade e o principal deles é o movimento da Legião de Maria, Organização da igreja católica fundada na Irlanda por Frank Duff, no ano de 1921. (FREITAG, SANTANA; ANDRADE, 2014)

Quadro 1: Relação de nomes e faixa etária dos integrantes da comunidade de prática Mãe da divina Graça.

	Idade	Escolaridade	Sexo	Cargo
Mon	22 anos	Ensino Superior	Feminino	Membro
RaN	42 anos	Ensino Superior	Feminino	Secretário
Vel	43 anos	8ª série E. F.	Feminino	Tesoureiro
Ire	46 anos	Ensino Superior	Feminino	Presidente
Gel	54 anos	4ª Série	Feminino	Membro
Mau	60 anos	Ensino médio	Feminino	Membro
RaR	64 anos	Não escolarizada	Feminino	Membro
RaA	64 anos	4ª série E. F.	Feminino	Vice-presidente
Edv	71 anos	2ª série E. F.	Masculino	Membro
MaL	72 anos	Não escolarizada	Feminino	Membro
MaM	73 anos	Não escolarizada	Feminino	Membro
MaP	83 anos	Não escolarizada	Feminino	Membro

A comunidade é constituída por 13 membros, dos quais 12 são do sexo feminino e apenas um do sexo masculino. Esse grupo se organiza de forma hierárquica, subdividindo-se em 4 membros oficiais (presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro) e 9 membros ativos, como podemos ver no quadro 2.

Quadro 2: Distribuição dos membros quanto ao cargo e à função.

Cargo/Membro	Função
Presidente	Exerce o papel principal na hierarquia do grupo, é quem inicia e finaliza a reunião, estabelece a ordem das leituras, escolhe quem vai falar em determinado momento, define onde será realizado o trabalho voluntário etc.
Vice-presidente	Pode substituir a presidente, quando necessário, e tem a função de recepcionar visitantes e/ou convidados e fazer a chamada de frequência dos membros.
Secretária	Exerce a função de redigir e ler a ata da reunião e relatar sobre o trabalho realizado durante a semana anterior.
Tesoureira	É responsável por cuidar das finanças, coletando dinheiro para despesas como decoração da igreja, fotocópias, impressões, viagens do grupo para reuniões com outros conselhos, registrando os valores coletados e prestando contas de como foram gastos.
Membros ativos	Recebem todas as instruções de quem os lidera e podem interagir ou debater os assunto no momento em que acharem oportuno.

Essa organização de líderes e liderados funciona de modo que a liderança permite ao líder o poder de propor inovações, até mesmo linguísticas, já que o grupo de liderados os legitima e o segue, aderindo aos comportamentos de quem os lidera, ou seja, a fala do líder inspira os outros participantes do grupo a falarem de forma semelhante e/ou terem um comportamento similar. Essa é uma característica típica em comunidades de práticas, pois todo agrupamento de pessoas que se reúnem em um propósito em comum necessita que alguém sempre esteja à frente para tomar decisões e posicionamentos para que a comunidade obtenha progresso diante dos objetivos almejados.

A comunidade de prática Mãe da Divina Graça tem como objetivo capacitar os seus membros, conforme o Manual da Legião de Maria, com o intuito de trabalharem voluntariamente a serviço da comunidade local e da igreja. Os membros deste grupo se reúnem duas vezes por semana, no primeiro encontro, que acontece às segundas-feiras das 19h às 20h30, a reunião é bem sistemática, pré-definida com orações e discussões sobre textos religiosos. O principal objetivo do primeiro encontro semanal é a marcação de trabalhos voluntários que serão realizados durante a semana.

Já no segundo encontro, os membros se reúnem para realizar os trabalhos já estabelecidos no primeiro; geralmente os trabalhos são visita a hospitais, a asilos e a domicílios, a limpeza da igreja etc.

Na sua estrutura interna, o grupo Mãe da Divina Graça se organiza de forma sistemática, a reunião é iniciada com as orações e o terço, na sequência a presidente do grupo faz a leitura espiritual, posteriormente a secretária faz a leitura da ata e logo em seguida é feita acolhida dos visitantes e dos membros. Depois é realizada a chamada de todas as pessoas do grupo, em seguida, é feito o relatório oral de cada membro, dizendo como foi realizado o trabalho da semana anterior: caso tenha sido feito, relatar como foi, e caso não, justificar o porquê.

Depois de feito o relatório, reza-se a Catena, que é o hino da Virgem Maria; em seguida, é feita a alocução, explicação da leitura espiritual, feita no início da reunião (esse rito pode ser feito por qualquer membro do grupo nomeado pela presidente); posteriormente é feita a coleta de uma contribuição. Logo em seguida, um membro pré-definido pela presidente faz o estudo do manual, que é uma breve leitura, e abre-se um espaço para que todos possam discutir o que entenderam acerca dessa leitura. Em seguida a tesoureira faz a leitura do relatório do caixa da tesouraria, expondo para o grupo o quanto foi coletado na semana anterior, o que foi feito com o dinheiro, quanto ainda há em caixa; logo após, é feita a distribuição dos trabalhos voluntários, como levar eucaristia para os doentes, visitar asilos, hospitais, penitenciárias, famílias enlutadas, etc. Depois são discutidos assuntos diversos a respeito de eventos religiosos da comunidade e da paróquia e, no encerramento do encontro, as orações finais.

Como podemos ver, os encontros seguem um ritual, são padronizados e, por isso, requerem um uso mais formal da língua. Evidências da formalidade foram encontradas na distribuição de variáveis sociolinguísticas marcadas (FREITAG, 2014). Nosso objetivo, agora, é verificar a tensão da formalidade quanto às formas de tratamento, considerando especialmente o único membro do sexo masculino.

12.2 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRATAMENTO

A metodologia adotada nessa pesquisa foi a abordagem de base etnográfica. A etnografia aplicada aos estudos sociolinguísticos tem envolvido diferentes procedimentos e caracteriza-se pelo envolvimento do pesquisador no ambiente natural da pesquisa, exigindo uma observação e uma interpretação de entendimento dos dados coletados, fazendo com que ele tome parte de alguma atividade peculiar da comunidade. Nesse método, os

dados coletados podem ser feitos em narrativas ou história de vida, entretanto, não se pode de maneira alguma perder o ponto chave da etnografia, que é a descrição contextualizada dos fenômenos pesquisados. Com base nisso, analisamos quais as formas de tratamento utilizadas pelos membros entre si, levando em consideração sexo/gênero.

O primeiro passo da metodologia foi identificar uma comunidade de práticas que possibilitasse estudar a questão do gênero em relação à forma de tratamento. O segundo passo se caracterizou pelas visitas frequentes à comunidade, e após os contatos iniciais, começamos a fazer anotações de campo, as gravações das reuniões do grupo, as observações do comportamento dos membros da comunidade, descrições e estudos detalhados sobre a história da comunidade analisada e também da região onde ela se encontra, a fim de identificar fatos que pudessem ser relevantes para análise dos dados. A etnografia da comunidade pode ser conferida em Freitag, Santana e Andrade (2014).

A constituição do *corpus* segue as diretrizes definidas para a amostra de comunidades de práticas do banco de dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2013; FREITAG, MARTINS, TAVARES, 2012). Selecionamos as gravações integrais de três reuniões, com duração de uma hora e trinta minutos cada. Para extração dos dados, fizemos uma leitura minuciosa das transcrições, para que pudéssemos localizar como cada membro utiliza as formas de tratamento para se dirigir ao outro, o que não poderia ser feito por extração automática.

No quadro 1, mostramos como os informantes são classificados socialmente e sua posição na hierarquia do grupo: o membro do sexo masculino não está entre os oficiais, entretanto, exerce uma influência significativa no que diz respeito à soberania, ou seja, mesmo não sendo oficial, as suas ações no grupo sugerem que ele tem a mesma autonomia que a presidente e as outras oficiais.

No quadro 3, sistematizamos as formas de tratamento utilizadas por cada membro da comunidade de prática, observando quantas vezes as formas são proferidas e para quem, qual a relação entre os membros e em que parte da reunião cada uso acontece. O grau de parentesco e a posição hierárquica dos membros também foram considerados, além das variáveis sociais (idade, sexo e escolaridade), tanto do falante quanto do ouvinte.

Quadro 3: Distribuição das formas de tratamento entre falante/ouvinte.

Forma de tratamento	Total de vezes	Quem fala	Momento da reunião	Grau de parentesco	Para quem
"O senhor"	3	Ire	Alocução	Nenhum	Edv
"A senhora"	1	RaN	Entre a ata e a chamada	Nenhum	MaL
"Você"	3	Edv	Estudo do Manual	Nenhum	Ire
"Você"	1	Mon	Distribuição dos trabalhos	Nenhum	Ire
"Você"	1	Ire	Distribuição dos trabalhos	Nenhum	Mon
"Você"	1	Eda	Assuntos diversos	Nenhum	Ire
"Comadre"	2	RaA	Estudo do Manual	Nenhum	Vel
"Comadre"	1	Vel	Distribuição dos trabalhos	Nenhum	RaA
"Compadre"	4	Eda	Assuntos diversos	Nora	Edv
"Seu"	2	Mau	Estudo do Manual	Nenhum	Edv
"Seu"	2	Ire	Relatório dos trabalhos	Nenhum	Edv
"Seu"	1	Vel	Distribuição dos trabalhos	Nenhum	Edv
"Dona"	1	Gel	Entre a leitura espiritual e a ata	Nenhum	MaL
"Irmã"	1	RaN	Leitura da Ata	Cunhada	Mau
"Irmã"	2	Mau	Leitura da Ata	Cunhada	Ire
"Irmã"	1	Vel	Chamada	Nenhum	MaL

"Seu" Edv, como é chamado por todos os moradores do povoado Açuzinho, tem história na constituição religiosa desta localidade: não estudou formalmente, ele diz ter sido alfabetizado a partir de leituras da bíblia e textos religiosos; foi o primeiro Ministro da Eucaristia e, por dez anos, exerceu a função de presidente do grupo da Legião de Maria cuja implantação se deu através de sua vinda para o povoado.

Na comunidade de prática Mãe da Divina Graça, os membros se conhecem há muito tempo, e, dadas as características da constituição do povoado, há uma forte relação de parentesco entre a maioria dos compo-

centes, sugerindo uma forte aproximação entre si, o que pode ser evidenciado pelo fato de, na maioria das vezes, os membros costumam se chamar pelo primeiro nome ou pelo apelido. Neste caso, o diferencial pode ser analisado a partir da faixa etária, gênero, grau de parentesco e posição hierárquica no grupo.

A seguir, apresentamos excertos transcritos das reuniões que ilustram as formas de tratamento utilizadas na comunidade, especialmente os nomes e apelidos dos membros.

(1)

RaA: Irene?

Ire: presente

RaA: Raimunda Alves? Raimunda Nonata?

RaN: presente

RaAl: Velma Maria?

Vel: presente

RaA: Edvaldo?

Edv: Presente

RaA: Maurina?

Mau: presente

RaA: Gelsira?

Gel: presente

RaA: Edvanda?

Eda: Presente

RaAs: Maria Messias?

MaM: Presente

RaA: Maria de Lourdes?

MaL: Presente

RaA: Maria Pureza?

MaP: Presente

RaA: Raimunda Rodrigues?

RaR: Presente

RaA: Monise?

Mon: Presente

No caso da chamada da lista de presença, a vice-presidente chama os membros pelo primeiro nome e alguns pelo sobrenome, por ser um processo ritual da reunião. Já em momentos menos formais, os membros costumam se comunicar de forma mais íntima pelo primeiro nome, apelido entre outras.

(2)

Ire: a nossa irmã que passamos no caso passou uma semana as-

sim... e ainda estamos em comunhão com ela nós marcamos para rezar os terços lá na casa de Nuna né?

(3)

Ire: O mesmo lugar por um novo período de três anos... no caso pode ser... eu já fui o quê? Secretária duas vezes foi? por dois mandatos pode ser Raimundinha já foi secretária do praesidium e ela continua sendo mas ela não pode ser...

(4)

RaN: Velma vai falar com a mulher... lá... se ela pretende ir pra lá nós vamos

(5)

RaA: porque Maria além dela se (era organizada e o plano dela é organizado também... e nós mesmo pode e não precisa me (copiar nem Edinha nem ninguém... nós somos a delegada de nós mesmo e quiser entender...

(6)

Edv: com Maria ali Maria... a gente já teve lá uma vez Maurina não tava nesse dia...

(7)

Ire: então nós vamos pra casa dela nós nunca... (então nós vamos fazer o trabalho na casa de Dadá viu? Então nós vamos pra casa de Dadá viu gente? Eu ou Velma...

(8)

Ire: (... a gente inicia o capítulo quinze compromisso legionário... não vou fazer a ordem não eu acho que eu vou me lembrar deixe eu anotar aqui Monise e Raimundinha (eu coloco...

Nos excertos de (2) a (8), identificamos baixo grau de formalidade entre os membros estes se comunicam e fazem referência uns aos outros pelo primeiro nome ou apelido. No excerto (1) “Nuna” é RaR, membro ativa do grupo. No excerto (3), Ire, que é a presidente do grupo se dirige a RaN, secretária, como “Raimundinha”, cabe destacar que Ire e RaN são cunhadas e têm um grau de intimidade mais forte. No excerto (5), “Edinha” é Eda e quem faz referência a ela é RaA, que é vice-presidente do grupo.

Mesmo os membros estando em diferentes faixas etárias, não parece haver gradação de tratamento em função deste fator. Notamos, no entanto, uma diferença no tratamento em relação ao membro do sexo masculino.

(9)

Ire: O trabalho foi na casa de Seu Edvaldo

(10)

RaN: Foi na casa de Seu Edvaldo

(11)

Vel: o dia e a hora só com Irene e Seu Edvaldo

Nos excertos (9), (10) e (11), três membros do grupo cujas posições hierárquicas são superiores às demais, todas membros oficiais, se referem a Edv com “Seu Edvaldo”. A forma de tratamento “seu”, especialmente em comunidades mais tradicionais, é um índice de deferência e respeito, especialmente na relação entre uma pessoa mais nova para com uma mais idosa, substituindo a forma “senhor”. No entanto, uma membro oficial trata uma membro ativa somente pelo nome, não utilizando o “dona”, ou qualquer forma equivalente para o feminino, mesmo sendo uma forma dirigida para a mais idosa da comunidade, com 83 anos, como vemos em (12).

(12)

Ire: Tá dormindo Pureza? Alguém quer falar mais alguma coisa gente?

A forma de tratamento “seu” equivale-se a “senhor” em grau de formalidade. As interações em que Mau, Ire e Vel se dirigem a Edv são marcadas pelo uso de “seu” antes do nome como forma de respeito. Todavia, o respeito que todas as membros do grupo têm por ele não se dá apenas pela questão da faixa etária, pois no grupo também existem membros do sexo feminino na mesma faixa etária ou mais velhas que Edv e, mesmo assim, são chamadas apenas pelo nome próprio ou apelido, como ilustramos no excerto (5). O tratamento “seu” tem uma valorização acentuada nesta comunidade, relacionada para a questão do gênero do falante.

O pronome de tratamento “senhor” é usado por Ire, a presidente, para se dirigir a Edv três vezes durante a alocução, que é a parte da reunião em que se faz a explicação do texto lido no início da reunião, a leitura espiritual, momento em que só pode falar uma pessoa pré-determinada pela presidente. Na reunião sob análise, quem explica é Edv, que é sempre tratado por todas as membros da comunidade por “senhor” e “seu”, independentemente da faixa etária, da escolaridade e da posição hierárquica no grupo. Tal evidência pode sugerir uma influência do sexo/gênero, já que só existe um membro de sexo masculino no grupo.

Entre a ata e a chamada, que são dois passos formais da reunião, RaN se refere a MaL por “senhora”; elas não têm nenhum grau de parentesco

e estão em faixas etárias diferentes. Embora seja tradição mais forte entre os moradores da zona rural tratar as pessoas mais velhas por “senhor” ou “senhora”, esta é a única vez, nas reuniões analisadas, que essa forma é dirigida a uma membro do sexo feminino no grupo.

A forma “você” no português brasileiro não é mais considerada pronome de tratamento, e sim forma de referência à segunda pessoa do singular. Por conta disso, é a forma mais recorrente para dirigir-se a todos os membros da comunidade de prática Mãe da Divina Graça. No entanto, a recorrência desta forma se dá em momentos específicos da reunião, particularmente nos momentos menos formais, como é o caso da distribuição dos trabalhos e estudo do manual, e em conversar paralelas.

Tradicionalmente, as formas “comadre” e “compadre” são decorrentes do compadrio, estabelecidas no batismo. Neste rito, o batizando ganha uma segunda família, os padrinhos, estabelecendo uma relação de parentesco não sanguíneo. Assim, os padrinhos do batizando seriam tratados pelos pais, e vice-versa, por “comadre” e “compadre”. Por se tratar de uma comunidade de cunho religioso e em um povoado de relações fechadas, com fortes interações de parentesco, a recorrência das formas “comadre” e “compadre” como tratamento entre os membros do grupo durante as reuniões era esperado. No entanto, nem sempre é esse o uso dado para a forma; RaA se dirige a Vel por duas vezes por “comadre”, e Vel uma vez para RaAl, embora não haja nenhum grau de parentesco entre estas duas componentes do grupo, imaginamos que este uso decorra de uma relação mais íntima que as membros estabelecem.

No uso de “compadre”, dirigido ao único membro do sexo masculino do grupo, verifica-se uma relação de parentesco, pois Eda é nora de Edv, e trata-o pela forma “compadre”. Ainda assim, este tratamento só ocorre nas partes menos formais da reunião.

O tratamento “dona”, com que Gel se dirige a MaL, entre a leitura espiritual e a ata – dois momentos altamente formais da reunião – pode ser decorrente da diferença de idade entre elas.

Por se tratar de uma comunidade de práticas de cunho religioso, as formas “irmã” e “irmão” potencialmente seriam recorrentes. No entanto, identificamos poucos contextos de uso. Particularmente, nas reuniões analisadas, o uso destas formas se dá na leitura da ata e na chamada, momentos de maior formalidade; a ata tem um modelo que deve ser seguido pela secretária RaN, que, quando se refere a outro membro do grupo, neste contexto, faz uso da forma de tratamento “irmã” diante do nome próprio.

(13)

RaN: A alocação foi feita pela **irmã Irene** que explicou...

(14)

RaN: No relatório da Cúria a **irmã Irene** leu a agenda do mês... falou da adoração ao santíssimo, Ácies e círculo bíblico...

(15)

Vel: Agora é a chamada... Irene ajude aí **irmã Lourdes** a fazer a chamada...

Depois da descrição dos dados encontrados, passamos às reflexões sobre o que poderia explicar a diversidade de formas de tratamento e, em especial, a diferença de tratamento atribuída ao único membro do sexo masculino. Segundo o modelo de Brown e Gilman (2003 [1960]), formas de tratamento sinalizam relações de poder instauradas, em relações assimétricas e simétricas, sempre em função do falante. As línguas possuem, de maneira geral, formas de relação superior – inferior, genericamente formas T, e formas de relação inferior – superior, genericamente formas V. A comunidade de prática analisada é marcada por relações assimétricas, já que se constitui por líderes – membros oficiais – e liderados. No entanto, não é a relação líder/liderado que determina a escolha das formas de tratamento: os fatores que parecem influenciar a forma de tratamento são relacionados à faixa etária (mais velhos, maior poder na estrutura social da comunidade), e também de gênero, na medida que há um único homem no grupo, que é, também, um dos membros mais velhos que compõe a comunidade. A cumulação dos fatores – homem e mais velho – faz com que Edv se dirija às demais membros da comunidade diretamente pelo nome, inclusive às que ocupam função de oficiais, e receba sempre o tratamento de deferência, com “seu” e “senhor”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise qualitativa das formas de tratamento em uma comunidade de práticas religiosas permitiu desvelar como se constitui linguisticamente um sistema de valores arraigado na comunidade, qual seja, o poder concentrado na figura do membro masculino e mais velho.

A despeito da hierarquia inerente ao grupo, com a categorização de membros oficiais e membros participantes, o critério para a sinalização de deferência linguística é outro, relacionado aos papéis de gênero e de faixa etária. A comunidade sob análise reúne traços conservadores (por ser de cunho religioso, em uma localidade do interior), que são reforçados com a assimetria de gênero identificada pelo uso das formas de tratamento.

REFERÊNCIAS

- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns and solidarity. In: PAULSTON, C. B & TUCKER, G. R. (eds.). *Sociolinguistics: The Essential Readings*. Oxford: Blackwell, pp. 156-163. [original de 1960]
- ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, n. 41, p. 87-100, 2012.
- ECKERT; P; MCCONNELL-GINET, S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. *Linguagem, sexo, sexualidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. [original de 1992]
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 14, n. 2, p. 156-164, 2013.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Covariação em uma comunidade de práticas. In: Norma da Silva Lopes; Jânia Ramos; Josane Moreira de Oliveira. (Org.). *Diferentes olhares sobre o português brasileiro*. Feira de Santana: Editora UEFS, 2014, p. 13-30.
- FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, p. 917-944, 2012.
- FREITAG, Raquel Meister Ko.; SANTANA, Cristiane Conceição; ANDRADE, Thaís Regina Conceição. Práticas constitutivas do povoado Açuzinho. *Ambivalências*, v. 2, n. 03, p. 194-217, 2014.

13

CAPÍTULO

EFEITOS DE SEXO/GÊNERO NA ESCOLHA DE FORMAS DE TRATAMENTO: ANÁLISE EM UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA JURÍDICA DE NITERÓI

Carla Mirelle Matos Lisboa

INTRODUÇÃO¹

A variável sexo/gênero tem sido, na pesquisa sociolinguística, associada a práticas sociais e identidades. Apresentamos, neste capítulo, efeitos da variável sexo/gênero na escolha das formas de tratamento no contexto jurídico de uma comunidade de prática da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – comarca de Niterói. Os dados analisados são provenientes da pesquisa de campo de Matos Lisboa (2015), obtidos por meio de observação de base etnográfica na comunidade de prática analisada e de aplicação de testes de autoavaliação aos profissionais jurídicos envolvidos. Lançamos nosso olhar para a questão dos efeitos de sexo/gênero no fenômeno analisado, a fim de verificar como os falantes dos gêneros feminino e masculino – sejam eles membros da comunidade de prática, sejam assistidos (aqueles que buscam atendimento jurídico na Defensoria Pública) – empregam as formas de tratamento quando em interação com os profissionais jurídicos. Não pretendemos fazer generalizações sobre os modos de falar dos homens e das mulheres, mas analisar, por meio das formas de tratamento usadas nesta comunidade, a atuação linguística dos sujeitos em cada situação de interação. Compreendemos que em uma comunidade de prática, os falantes podem desempenhar práticas sociais distintas e estar envolvidos em relações diversas, a depender de seu papel social em dada situação comunicativa.

No Brasil, os profissionais jurídicos, mesmo antes da aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), costumam ser tratados por doutor, como também os médicos. A tradição de chamar advogado e médico de doutor remonta ao Brasil Colônia: o Decreto Imperial (DIM) de 1º de agosto de 1825, que deu origem à Lei do Império, de 11 de agosto de 1827, “cria dois Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais; introduz regulamento, estatuto para o curso jurídico e dispõe sobre o título de doutor para o advogado”.

À época do Decreto, havia na sociedade uma divisão de classes instituída pela escravidão, por leis e costumes. Atualmente, porém, a situação política do Brasil é bastante diferente, vivemos em uma república democrática de direito que tem a igualdade² como princípio basilar. Além disso, nosso sistema educacional oferece vários tipos de graduação, mestrados, doutorados e pós-doutorados. Todavia, ainda assim, os bacharéis em direito e os médicos são chamados de doutores por muitas pessoas, pois os

1 Este trabalho contou com o apoio financeiro do CNPq e da FAPERJ (Número de processo: E 26/100.377/2014).

2 Sabemos, contudo, que essa igualdade está na letra da lei (Constituição Federal), mas nem sempre é aplicada.

cursos de direito e medicina parecem ostentar um status social elevado, em uma sociedade que permanece dividida em classes e cercada de relações hierárquicas, passíveis de serem percebidas pelas formas de tratamento empregadas por seus membros.

Com isso, cabe a reflexão: na prática da Defensoria Pública, todos os profissionais jurídicos costumam ser tratados por doutor? Se sim, quem os chama desse modo? Há variação³ na escolha da forma de tratamento entre os membros da comunidade de prática, em decorrência do sexo/gênero feminino ou masculino? A postura linguística das profissionais jurídicas mulheres difere quando estão entre si e quando em interação com o único colega homem? Estes são alguns dos nossos questionamentos iniciais.

Este capítulo está dividido em cinco subseções. Na primeira, temos estas considerações iniciais. Na segunda, apresentamos o universo da pesquisa e os sujeitos nela envolvidos. Na terceira, abordamos, de modo breve, os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na quarta discutimos os dados obtidos, assinalando os efeitos de sexo/gênero na variação das formas de tratamento na comunidade de prática e apresentamos também alguns dados dos cursos de direito, da área jurídica e da Defensoria Pública em relação aos gêneros feminino e masculino. Na quinta e última, apresentamos algumas limitações deste trabalho e tecemos comentários sobre os resultados obtidos.

13.1 O UNIVERSO DA PESQUISA E SEUS SUJEITOS

A comunidade de prática da Defensoria Pública que foi acompanhada está localizada no Estado do Rio de Janeiro, no município de Niterói. A Defensoria presta assistência jurídica integral e gratuita àqueles que não tenham condições financeiras de pagar a contratação de advogado e/ou despesas de processos judiciais, escrituras, ofícios, etc. A clientela em potencial da Instituição é a população acima de 10 anos de idade que recebe até 3 salários mínimos (cf. BRASIL, 2009, p.89).

Os sujeitos participantes da pesquisa são os membros⁴ da comunidade de prática do núcleo de primeiro atendimento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente da comarca de Niterói. São eles: o segurança (profissional que, além de ser responsável pela segurança no setor, lista o nome dos assistidos e os encaminha ao auxiliar jurídico que os irá atendê-los) e cinco profissionais jurídicos, entre eles, os quatro

3 Quanto à variação linguística, o conceito de variável usado por nós é o de Lavandera (1978).

4 Além dos profissionais jurídicos e do segurança, também fazem parte dessa comunidade de prática estagiários que atuam na Defensoria Pública. Eles, porém, não foram considerados nesta análise; apenas serão citados, de forma geral, em situações aqui relatadas.

auxiliares jurídicos que exercem as funções de secretária (2) e de assistente jurídico (2) e a defensora pública. Além desses membros da comunidade, participaram da pesquisa 26 assistidos que foram atendidos pela Defensoria durante o período da observação de base etnográfica. Essa inclusão dos assistidos na análise nos ajudou a compreender essa comunidade de prática. Os quadros 1 e 2 resumem os dados sociais dos sujeitos participantes da pesquisa.

Quadro 1: Distribuição e dados sociais dos profissionais da Defensoria que são membros da comunidade de prática e compõem a amostra.

Sexo/ gênero	Cargo/função	Idade	Participante (pseudônimos)	Formação
Feminino	Defensora	44 anos	Defensora (Renata)	Bacharel em direito
	Assistente jurídica	56 anos	Auxiliar jurídica 1 (Fátima)	Bacharel em direito
	Secretária	40 anos	Auxiliar jurídica 2 (Luciana)	Bacharel em direito
	Secretária	44 anos	Auxiliar jurídica 3 (Ana)	Bacharel em direito
Masculino	Assistente jurídico	32 anos	Auxiliar jurídico 1 (Júlio)	Bacharel em direito
	Segurança	53 anos	Segurança (Arnaldo)	Ensino fundamental incompleto

Quadro 2: Dados sociais dos assistidos que compõem a amostra.

Grupo de fatores	Fatores	Número de assistidos
SEXO/GÊNERO	Feminino	14 participantes
	Masculino	12 participantes
IDADE	Faixa etária 1 – de 20 a 39 anos	8 participantes
	Faixa etária 2 – de 40 a 59 anos	10 participantes
	Faixa etária 3 – a partir de 60 anos	8 participantes
ESCOLARIDADE	Ensino fundamental (incompleto ou completo)	8 participantes
	Ensino médio (incompleto ou completo)	5 participantes
	Ensino superior (completo ou incompleto) ou nível técnico completo	13 participantes

Buscamos observar nas redes de relacionamento a interação entre: auxiliares jurídicos e defensora pública; defensora pública e segurança; auxiliares jurídicos e assistidos; auxiliares jurídicos e segurança; segurança e assistidos. Durante os dias úteis, esses profissionais passam de cinco a sete horas por dia juntos, no mesmo ambiente, todos eles empenhados na assistência jurídica dos que procuram atendimento na Defensoria Pública.

Usamos os dados obtidos no núcleo de primeiro atendimento. O processo de atendimento se dá em etapas: primeiramente, há uma triagem na qual as auxiliares jurídicas que exercem a função de secretária ouvem e analisam o caso trazido pelo assistido. Se a situação financeira do assistido atender aos critérios financeiros estabelecidos pela Defensoria e sua situação jurídica for de competência do órgão, realiza-se a marcação do primeiro atendimento para um mês ou dois meses depois, quando o assistido deverá retornar portando os documentos listados pela secretária. Apenas quando se tratar de casos em que a assistência jurídica esteja próxima da data limite de entrada (por exemplo, inventário no prazo), envolva situações emergenciais de saúde e pedidos de ofício, os assistidos poderão ser atendidos prontamente. Depois, no primeiro atendimento, um estagiário ou assistente jurídico faz o atendimento e a mediação entre o assistido e a defensora, de modo que a defensora pública não tem contato direto com o público no núcleo em questão. Em sequência, acontecem outros atendimentos com o mesmo profissional jurídico, até que se inicie, efetivamente, o processo, que será encaminhado a alguma vara e acompanhado pelo defensor público responsável por ela.

“A importância da Defensoria Pública para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária foi reconhecida pela sociedade e pelas entidades públicas e privadas ao término da I Conferência Nacional de Segurança Pública [...]” (BRASIL, 2009, p. 7). É fato que a Defensoria Pública é fundamental para a manutenção da democracia e do princípio constitucional da ampla defesa.

13.2 METODOLOGIA

Os meios escolhidos para a coleta de dados desta pesquisa foram: observação de base etnográfica, com gravações de interações e, em seguida, aplicação de testes de autoavaliação (LABOV, 2008[1972]). Essa escolha foi motivada pelo fato de ser necessário, nos estudos de terceira onda, que os *corpora* contemplem a dimensão mais cotidiana, que muitas vezes não é captada através da dimensão entrevista sociolinguística (cf. FREITAG, MARTINS e TAVARES, 2012).

Além disso, como nosso interesse estava concentrado nas formas de tratamento, foi preciso observar a interação propriamente dita tanto entre os assistidos que interagem com os profissionais jurídicos quanto entre os membros da comunidade de prática. Logo, não poderíamos apreender esses dados por meio das tradicionais entrevistas sociolinguísticas que tentam capturar o vernáculo do falante através de suas respostas. Paredes Silva (2003) também nos mostra que as tradicionais entrevistas sociolinguísticas não são o contexto ideal para o estudo do uso dos pronomes de segunda pessoa.

Além das gravações (das triagens e dos atendimentos agendados), foram feitas várias anotações de campo ao longo do acompanhamento da comunidade, inclusive nos momentos em que as interações não estavam sendo gravadas. Todas as participações nesta pesquisa foram consentidas: as gravações e entrevistas foram permitidas por meio da leitura e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias (uma deles e uma nossa), como previsto na submissão do Projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa (CAAE: 32299014.1.0000.5289).

13.3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados que serão discutidos aqui foram obtidos através das notas de campo feitas durante a observação de base etnográfica e de 29 gravações: foram 22 atendimentos realizados pelos quatro auxiliares jurídicos, 5 testes de autoavaliação (aplicados aos cinco profissionais jurídicos atuantes na Defensoria) e 2 conversas nas quais o auxiliar jurídico 1 interagiu ora com um amigo advogado, ora com uma amiga de mesma profissão, que não faziam – ambos – parte da comunidade de prática analisada. As interações gravadas duraram, no total, 7 horas e 36 minutos. As formas de tratamento empregadas nessas interações foram: *o senhor/a senhora, você/cê⁵, doutor/doutora e outras formas nominais, como querida, minha filha, filha, amor e cara.*

Os sociolinguistas chamam de *repertório linguístico* é um conjunto de recursos para a articulação de múltiplos pertencimentos e formas de participação. [...] Uma forma de falar em uma comunidade não significa algo como ligar o interruptor linguístico de uma comunidade específica, nem é uma reivindicação simbólica de pertencimento àquela comunidade, mas sim uma articulação complexa das formas de participação do indivíduo naquela comunidade e em outras que são relevantes naquele momento. (ECKERT; McCONNELL-GINET, [1992] 2010, p. 106).

5 As ocorrências da forma *cê* foram amalgamadas às realizações da forma pronominal *você*.

Para tratar do repertório linguístico dos membros da comunidade de prática no que diz respeito às formas de tratamento, dividimos essa discussão em duas subseções. Primeiramente, abordamos as interações entre os membros dessa comunidade, destacando as formas de tratamento que eles trocam entre si. Em seguida, tratamos das interações entre os assistidos e os auxiliares jurídicos que os atenderam. Intercalamos a discussão sobre as escolhas das formas de tratamento pelos profissionais jurídicos com as respostas dadas por eles às questões do teste de autoavaliação.

13.3.1 Interações entre os profissionais da comunidade de prática

O que primeiro chama a atenção em relação ao tratamento entre os auxiliares jurídicos é o modo como chamam uns aos outros. Ao interagirem entre si, as mulheres costumam usar diminutivos carinhosos de seus nomes⁶. Por exemplo: “Fá” (de Fátima), “Lu” (de Luciana) e “Aninha” (de Ana). Ao se dirigirem ao colega do sexo/gênero masculino, contudo, elas não usam o diminutivo: sempre o chamam de “Júlio”. E Júlio, por sua vez, costuma chamar as colegas por seus nomes, sem diminutivos. O não uso de diminutivos por esse profissional e seu emprego frequente pelas profissionais mulheres são fatos que nos levam a acreditar que se trate de um indício da correlação entre o uso de diminutivos e a categoria de sexo/gênero. Essa correlação é discutida em alguns estudos sociolinguísticos, como o de Mendes (2012), cujo trabalho constata, em dados analisados do português paulistano, que se confirma a percepção de que as mulheres usam diminutivos com mais frequência que os homens.

A defensora, por sua vez, não é tratada nem pelo nome próprio nem por seu diminutivo, o que já evidencia o tratamento diferencial recebido por essa profissional do sexo/gênero feminino. Apesar disso, ela faz uso de diminutivos ao falar com as auxiliares e, como elas, também não usa o diminutivo ao dirigir-se ao assistente jurídico. A todos, porém, trata como *você*, desde que não estejam diante dos assistidos, situação em que faz uso da forma de tratamento *doutor/doutora* antecedendo os nomes dos profissionais jurídicos/colegas de trabalho. Entre si, quando usam formas de tratamento, os auxiliares o fazem sem distinção de sexo/gênero: trocam *você*. Contudo, ao falarem sobre os colegas com os assistidos, a forma de tratamento *doutor/doutora* antes dos nomes se torna regra.

⁶ Lembramos que, conforme já apresentado no quadro 1, os nomes dos participantes da pesquisa, usados aqui, são pseudônimos.

Seguem excertos dos testes de autoavaliação, que referendam a constatação da observação etnográfica. Os três primeiros excertos reproduzem respostas das auxiliares jurídicas mulheres; o quarto, do auxiliar homem, e o quinto, da defensora. As auxiliares 1 e 2, ao responderem sobre o tratamento direcionado aos colegas da área jurídica, não incluem a defensora. Por sua vez, a auxiliar 3 e o auxiliar 1 levam em consideração não só a defensora, como também os profissionais de outras carreiras jurídicas. Nos excertos que se seguem, cada profissional explica como costuma se dirigir aos colegas bacharéis em direito.

(1)

Pesquisadora: quais formas de tratamento a senhora usa para se dirigir aos colegas bacharéis em direito?

Auxiliar jurídica 1: eu chamo de você... eu nunca chamo... eu falo assim... se eu for falar com uma pessoa a respeito de um colega eu vou falar doutora Ana... entendeu? eu falo ó... a senhora vai falar com doutora Ana ... a senhora vai falar com doutora Luciana ... vai falar com doutor Júlio... mas se eu estiver conversando com elas é sem formalidade...

(2)

Pesquisadora: e quais formas de tratamento a senhora usa para se dirigir aos colegas bacharéis em direito?

Auxiliar jurídica 2: você... somos todos colegas né? não vejo diferença não... somos todos colegas né? uma maneira carinhosa de nos tratar... não vejo diferença não...

(3)

Pesquisadora: quais formas de tratamento a senhora usa para se dirigir aos colegas bacharéis em direito?

Auxiliar jurídica 3: doutor... doutor ... quando é juiz é excelência... se não eles morrem ((esse final “se não eles morrem” ela cochichou rindo)) é sempre doutor... no trabalho... com as autoridades... com os defensores com a... com os promotores... com juízes excelência... doutor... sempre...

Pesquisadora: hunrum ... e em situações informais com bacharéis em direito com quem a senhora tem mais familiaridade?

Auxiliar jurídica 3: ah... chamo pelo nome mesmo...

(4)

Pesquisadora: quais formas de tratamento o senhor costuma usar pra se dirigir aos seus colegas bacharéis em direito? pra facilitar...

em situações formais?

Auxiliar jurídico 1: então... qual seria? formais? eu prefiro chamar de doutor e doutora...

Pesquisadora: e situações informais?

Auxiliar jurídico 1: informalmente mesmo eu acabo tratando por você ((ininteligível))...

Pesquisadora: no caso... isso independe de ser com familiaridade e...

Auxiliar jurídico 1: não... se não... se eu não... se for uma questão informal... mas eu não tiver intimidade eu trato de senhor e senhora...

Pesquisadora: e se tiver familiaridade?

Auxiliar jurídico 1: é você...

(5)

Pesquisadora: quais formas de tratamento... a senhora usa para se dirigir aos seus colegas que são bacharéis em direito?

Defensora: se é um colega que eu tenha intimidade... né? eu vou chamar pelo nome:::... não vou usar nenhum pronome de tratamento assim específico... agora... se é um colega que eu não tenho intimidade... é um advogado que veio me procurar aqui... ou um defensor mais antigo que veio me procurar aqui... mais antigo que eu digo... de idade... eu vou chamar de doutor entendeu? o juiz... geralmente o juiz de... eu chamo de doutor... eu não chamo de excelência... raramente... quando eu vou fazer audiência... geralmente eu chamo de doutor... raramente... às vezes sai o excelência... mas é... porque a gente trabalha diariamente com aquele juiz... entendeu? então:::... perde um pouquinho a coisa da formalidade... é um contato diário que você tem... com o juiz... então... acaba sendo um companheiro também de trabalho pro defensor tem... então a gente chama de doutor...

Dentre os cinco profissionais jurídicos, apenas dois citaram o tratamento que comumente direcionam a juízes (a auxiliar jurídica 3 e a defensora). Suas respostas, contudo, foram diferentes. A auxiliar jurídica 3 afirmou que usa a forma *excelência* para se dirigir aos juízes, enquanto a defensora disse usar majoritariamente a forma *doutor*. Essas respostas nos parecem resultado das práticas das duas profissionais, uma vez que, embora no âmbito de atuação de sua profissão a forma de tratamento considerada adequada ao uso com os juízes seja *excelência*, a defensora explica que, por trabalhar diretamente com os juízes, ela raramente emprega o termo *excelência*. No excerto 5, direcionado a um juiz, *doutor* é uma forma de fa-

miliaridade, já que se espera que o magistrado seja chamado de *excelência*. Esta forma de tratamento aparece em manuais gramaticais e no Manual da Presidência da República como recomendada a vários profissionais – entre eles, os juízes. No que diz respeito a essas respostas, é importante lembrar, porém, que elas foram geradas por testes de autoavaliação, de modo que não necessariamente refletem a realidade vivida pelas profissionais, visto que nem sempre o que o falante pensa dizer/fazer corresponde ao que de fato ele diz/faz.

Quanto à carreira de defensores, o cargo de defensor público é preenchido exclusivamente por pessoas formadas em direito que sejam aprovadas em rigoroso concurso público de provas e títulos. Segundo Santos (2013), embora as remunerações dos defensores tenham melhorado nos últimos anos, a Defensoria Pública ainda goza de pouco prestígio social, se comparada a outras carreiras jurídicas, e isso pode ser consequência de seu público-alvo, pois os defensores lidam com pessoas de baixa renda.

O “III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil” mostra que 50,1% dos defensores públicos dos estados são do sexo masculino e, 49,6%, do sexo feminino. No estado do Rio de Janeiro, porém, 60% dos defensores são do sexo feminino e, 40%, do sexo masculino (cf. BRASIL, 2009, p. 198). Santos (2013) ainda ressalta que:

[...] a percepção da presença feminina no atendimento aos assistidos seja ainda maior, em torno de 80%. Esta enorme percepção da atuação feminina pode ser explicada pelo grande contingente masculino em cargos de comando na Instituição. Quer dizer, como muitos homens desta atividade profissional ocupam cargos administrativos na própria Defensoria Pública, a linha de frente do trabalho realizado por ela – atendimento às classes populares –, fica majoritariamente com as mulheres. A feminização da Defensoria Pública é uma tendência encontrada também nas outras Defensorias Públicas estaduais (SANTOS, 2013, p.112).

Dados do *Censo da Educação Superior 2012*, feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulgados em 2014, mostram que o número de mulheres concluintes de cursos de graduações presenciais é maior que o de homens. A região Sudeste é a que tem menor disparidade: 58,7% de mulheres concluintes e 41,3% de homens. Quanto à área geral “ciências sociais, negócios e direito”, a maioria dos concluintes continua sendo do gênero feminino em todas as regiões: 26,7% dos formados nessa área foram mulheres, e 18,2%, homens (cf. BRASIL, 2014, p.72).

Neste cenário, as mulheres vêm ganhando espaço nas carreiras jurídicas; Bruschini (2007, p.551) afirma que:

Em todos os grupos da área jurídica – advogados, procuradores, juízes, promotores e consultores jurídicos – não foi menos significativo o incremento de mulheres. [...] Em todas essas carreiras verificou-se o mesmo movimento de progresso, assim considerado o incremento percentual da participação de mulheres.

Dos cinco profissionais jurídicos da comunidade de prática analisada, quatro são do sexo/gênero feminino e apenas um do masculino, o que corrobora, portanto, a supremacia feminina constatada. Das quatro integrantes, porém, uma delas exerce um papel diferenciado: a defensora, que é a integrante da Defensoria, que tem o dever constitucional e legal de atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais dos assistidos, embora, nesse primeiro núcleo, eles não tenham contato direto com ela.

Quanto ao tratamento destinado à defensora, constatou-se o uso categórico de *doutora*, isto é, não só pelos auxiliares jurídicos, como também por todos os demais membros da comunidade de prática. Inclusive, era empregado o artigo definido “a” antecedido da forma de tratamento: ela era sempre *a doutora*. O artigo definido “a” era suficiente para identificá-la, não sendo necessário explicitar seu nome. Dessa maneira, *a doutora* significa sinônimo de “a defensora” para os membros dessa comunidade, mesmo nas triagens e nos atendimentos agendados. Apresentamos um excerto de interação em que aparece tal uso.

Na situação abaixo, a assistida vai à Defensoria porque o terreno onde ela tem uma escola foi vendido sem comunicação prévia a ela, por isso quer pedir indenização ao locador que vendeu o espaço, obrigando-a a fechar a escola. A auxiliar jurídica 2 se refere à defensora como *a doutora*.

(6)

Auxiliar jurídica 2: Carla ((pseudônimo da assistida))... a gente trabalha com pauta tá? Eu tô te marcando aqui... você no dia vai trazer tudo que eu listei mais a documentação... tudo que você tiver lá em relação à escola... a doutora de repente vai perguntar em que pé anda a situação lá do processo de despejo [...]

A confirmação de que *doutora* é a regra no tratamento dispensado à defensora ficou ainda mais evidente quando da participação em uma situação bastante informal nessa comunidade de prática: o aniversário da defensora pública, para o qual fui convidada. A comemoração se deu depois dos atendimentos do dia na Defensoria, estavam presentes apenas os profissionais jurídicos e os estagiários, que tinham organizado a co-

memoração. Durante todo o tempo, a defensora foi tratada por *doutora*, exceto quando um colega defensor de uma das varas, que não fazia parte da comunidade, deu-lhe os parabéns, sem usar nenhuma forma de tratamento. Ele apareceu à porta e a felicitou, chamando-a pelo nome: “Renata, Parabéns!” Durante a festa, houve várias frases como: “Doutora, já estou indo!” e “Não quero bolo, doutora”. E, no tradicional momento de repetir o nome da aniversariante, ao final do canto dos parabéns, o canto foi:

“doutora, doutora, doutora, doutora...”

O tratamento *doutora* usado pelos membros da comunidade de prática para se dirigirem à defensora pública é categórico ou, ainda, um verdadeiro nocaute, pois mesmo nos momentos de amizade/afeto e nas situações informais, a forma de tratamento permanece sendo *doutora*.

A ação social realizada pela escolha dessa forma de tratamento pode ser compreendida ao considerarmos o lugar social da defensora nessa comunidade: ela não desempenha apenas o papel de profissional jurídica, mas preenche o cargo hierárquico superior naquele setor da Instituição. Esse uso já está prestabelecido entre os membros da comunidade, de forma que não se emprega outra forma de tratamento para se dirigir à defensora. Os falantes até usam a forma *a senhora*, contudo, geralmente em contextos que também usam *doutora*, como, por exemplo: “Doutora, a senhora acha o quê dessa situação apresentada pelo assistido?”.

Em contrapartida, durante toda a comemoração do aniversário, os demais profissionais jurídicos e os estagiários receberam, tanto da defensora quanto de seus pares, o tratamento habitual das interações informais cotidianas daquela comunidade de prática: o pronome *você* e os nomes próprios ou seus diminutivos carinhosos.

Em resposta a uma das questões do teste de autoavaliação aplicado à comunidade, a defensora diz que a forma de tratamento comumente direcionada a ela é *doutora*, sinalizando correspondência com a realidade observada. Ela, inclusive, considera que essa é de fato a forma de tratamento mais adequada para tratar os profissionais jurídicos, como se pode observar no excerto a seguir.

(7)

Pesquisadora: por quais formas de tratamento a senhora costuma ser tratada em situações formais?

Defensora: Aqui no trabalho?

Pesquisadora: aqui no trabalho...

Defensora: doutora ... todo mundo me chama de doutora ... vossa excelência só mais na expedição de um ofício ... envio de alguma resposta de ofício ... mas no oral mesmo ... doutora ... senhora...

Pesquisadora: quais delas a senhora acha que ... considera mais adequada ... qual a forma de tratamento que a senhora considera mais adequada?

Defensora: aqui no trabalho ... é o doutora mesmo...

Pesquisadora: por quê?

Defensora: por quê? porque... é porque... é praxe isso... sempre... sempre o advogado foi chamado de doutor... como o médico... independente de ter doutorado ou de ser mestre... alguma coisa... sempre foi chamado de doutor... e... parece que já foi uma conquista legal pelo que eu fiquei sabendo... É ... advogados e médicos independente do ... do... do grau de escolaridade ... se fizeram doutorado ou não ... eles conquistaram este título de serem chamados de doutor ... eu acho assim ... quando... aqui na Defensoria vem uma pessoa juridicamente necessitada procurar o nosso trabalho ... o que ela quer ver na verdade... é uma pessoa assim... aquela figura do doutor né? ...vestido de uma forma mais formal... ela quer realmente ver uma pessoa diferente ... se ela vê uma pessoa que é igual a ela... ela vê pô... mas esse aí é igual a mim... deve saber o mesmo que eu como é que vai resolver o meu problema? me ajudar...

Pesquisadora: como vai me ajudar!

Defensora: né? então... ela quer realmente ver uma pessoa mais formal... que tenha um tratamento mais formal... né? no no atender... no falar ... ah eu acho que a pessoa espera isso né... aquela coisa que parece... uma figura de autoridade né... parece que sabe mais do que eu:::... então vai me ajudar né... entende de alguma coisa... eu acho que é muito isso... mas tem aquelas pessoas também que ... que aí é mais a classe média né... você é doutora por quê? :::... eu que fiz doutorado...que tem... tem umas pessoas que são assim né... se eu sou doutor você também é ... tem de tudo aqui né Carla?

O excerto acima enfatiza a justificativa de que o tratamento *doutor* é o mais adequado na comunidade de prática da Defensoria, pois a defensora acredita que é uma das maneiras de o assistido se sentir mais seguro com relação ao profissional jurídico. Para ela, nesse contexto, não se trata somente de uma questão de tradição, mas também de uma necessidade dos assistidos, que precisariam de uma figura de *doutor* que os possam ajudar com seus problemas jurídicos, embora a defensora afirme haver pessoas, sobretudo da classe média, que discordem de tal título.

Porém, apesar de sua justificativa ter relação com a profissão de ad-

vogado, em geral, e não apenas com o cargo de defensora, ela só emprega a forma de tratamento *doutor/doutora* quando se dirige aos demais profissionais jurídicos na presença dos assistidos, a despeito de ser tratada por *doutora* em quaisquer circunstâncias. Esse comportamento linguístico reflete seu papel social na Instituição, que não só a diferencia das auxiliares jurídicas do mesmo sexo/gênero, mas também de todos os demais profissionais.

Outro uso categórico do tratamento *doutor* ocorre nas interações do segurança com todos os profissionais jurídicos. Ele sempre usa a forma de tratamento *doutor/doutora*, algumas vezes seguido de: *o senhor/a senhora*, quando voltado aos cinco profissionais jurídicos (à defensora e aos quatro auxiliares jurídicos). De sua vez, porém, recebe *você* ou *senhor* na forma de *seu* antes de seu nome, por exemplo, *seu Naldo*, o que sugere que a relação hierárquica⁷ dos cargos é importante para a escolha do tratamento trocado entre os funcionários da Instituição.

Ao encaminhar os assistidos aos auxiliares jurídicos que os iriam atender, sempre, durante todo o período de observação de base etnográfica (em média, quinze vezes por dia, a cada dia útil), o segurança usou a forma de tratamento *doutor/doutora*, como mostra o excerto abaixo.

(8)

Segurança: pode sentar aqui ... doutora Luciana vai atender a senhora... doutora Ana vai atender o senhor ((o segurança está encaminhando os assistidos às respectivas auxiliares jurídicas que irão atendê-los))...

Como argumentam Eckert e McConnell-Ginet (2010[1992]), a significância de gênero só pode ser compreendida no contexto. A *doutora* é a mulher que desempenha o papel de defensora, e não qualquer outra mulher daquele grupo. Os auxiliares jurídicos (do sexo/gênero masculino e feminino) também são considerados *doutores*, tanto pelo segurança, quanto por muitas das pessoas que chegam à comunidade, embora eles próprios só externem esse papel social diante dos assistidos. Suas práticas revelam que eles só consideram *doutora*, em todas as situações, a defensora.

13.3.2 Interações entre profissionais jurídicos e assistidos

Para essas análises, foram considerados 22 atendimentos gravados

⁷ Essa “relação hierárquica” está ligada a outras categorias, como “escolaridade” e “área de atuação profissional”. Como já foi mostrado, o segurança possui ensino fundamental incompleto, enquanto os demais profissionais têm graduação completa em direito.

(dos quais participaram 26 assistidos atendidos por um dos quatro auxiliares jurídicos), mais duas conversas entre o auxiliar jurídico 1 e seus amigos advogados. Dos dados, desses 22 atendimentos foram registradas ao todo 805 formas de tratamento, das quais apenas 112 foram empregadas pelos assistidos (as demais 693 foram usadas pelos auxiliares jurídicos para se dirigirem aos assistidos). Acreditamos que esse fato, que evidencia o emprego de um número muito pequeno de formas de tratamento por parte dos assistidos seja explicado pelo tipo de interação, na qual o diálogo é conduzido pelo profissional jurídico, que faz a maior parte das perguntas. Desse modo, o assistido por vezes se limita a responder às questões e a desabafar sobre o problema que o levou à Defensoria.

13.3.2.1 Uso das formas de tratamento por parte dos assistidos

A tabela 1 apresenta o uso das formas de tratamento pelos assistidos para se dirigirem aos auxiliares jurídicos, em função do sexo/gênero dos assistidos.

Tabela 1: Uso das formas de tratamento pelos assistidos em função do sexo/gênero.

Sexo/gênero	doutor/doutora		o senhor/a senhora		você		formas nominais	
	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%	N/Total	%
Masculino	11/48	22,92%	11/48	22,92%	14/48	29,17%	12/48	25,00%
Feminino	6/64	9,38%	13/64	20,31%	21/64	32,81%	24/64	37,50%

Os assistidos do sexo/gênero masculino usaram com mais frequência a forma *você*, seguida das *formas nominais* e, por último, com a mesma frequência, as formas *doutor(a)* e *o(a) senhor(a)*. As assistidas, por sua vez, fizeram mais uso das *formas nominais*, *você*, *o(a) senhor(a)* e *doutor(a)*, nesta ordem.

Se considerarmos mais formal o uso das formas *doutor/doutora* e *o senhor/a senhora* e mais informal o emprego de *você* e de *formas nominais*, os assistidos do sexo/gênero masculino foram mais formais. Uma análise mais cuidadosa, entretanto, revela que, quando nos detemos aos assistidos do sexo/gênero masculino, 13 das formas *você* (entre as 14 verificadas) e 11 das *formas nominais* (entre as 12 usadas) usadas ocorreram em atendimentos com o auxiliar jurídico 1, também do sexo/gênero masculino. Com o auxiliar jurídico do mesmo sexo, os assistidos homens tendem a ser informais, enquanto com as auxiliares jurídicas, eles são extremamente formais. Por sua vez, as assistidas tiveram postura linguística diversa em função do sexo/gênero do profissional jurídico que as atendeu. Quando atendidas pelo auxiliar jurídico 1, a opção menos formal usada por elas

foi o pronome *você e não as formas nominais*; com as auxiliares jurídicas quase não usaram *você* e fizeram muito uso de *formas nominais* aproximativas.

Embora, quando atendidas pelas auxiliares jurídicas, as mulheres tenham usado com maior frequência as *formas nominais*, com o auxiliar jurídico 1, elas não usaram nenhuma *forma nominal*. Por sua vez, os assistidos do gênero masculino usaram com mais frequência o pronome *você* quando se dirigiram ao profissional do mesmo gênero. Pode ser que os assistidos do sexo/gênero masculino se sentiram mais à vontade quando atendidos por pessoas do mesmo sexo/gênero. Apesar disso, sem procedermos a uma análise mais local do uso desses assistidos, não podemos generalizar tais tendências, pois, embora tenham características sociais semelhantes (definidas já quando de seu enquadramento no perfil de atendimento da Defensoria Pública), o número de ocorrências de formas de tratamento foi muito baixo e os beneficiários apresentaram particularidades que tornaram inviáveis generalizações sem que fosse feito um acompanhamento mais prolongado e detalhado, inclusive de outros fatores sociais.

13.3.2.2 Formas de tratamento usadas pelos auxiliares jurídicos para tratar os assistidos

A forma de tratamento predominante usada por todos os auxiliares jurídicos para se dirigirem aos assistidos foi *o senhor/a senhora*. Acreditamos que essa prevalência se dê pelo fato de eles terem uma conduta formal e mais impessoal em seus atendimentos, devido ao tipo de interação. Em situações de interação informais, entretanto, costuma-se usar menos o tratamento *o senhor/a senhora* e mais *você e tu*.

O estudo de Santos (2011) sobre o uso de pronomes em função de sujeito por advogados, em situações comunicativas informais no Rio de Janeiro, mostrou um grande número de ocorrências dos pronomes *tu* e *você* por parte desses profissionais ao darem informações no centro da cidade. Em nosso *corpus*, não registramos nem mesmo a ocorrência do pronome *tu*, o que muito provavelmente ocorreu por conta do caráter mais formal da comunidade de prática dos profissionais jurídicos, pois, como mostra Paredes Silva (2011), o emprego de *tu*, no Rio de Janeiro, é bem mais frequente em situações de muita informalidade. Seguem quatro gráficos com os percentuais de uso das formas de tratamento pelos auxiliares jurídicos nas interações com os assistidos.

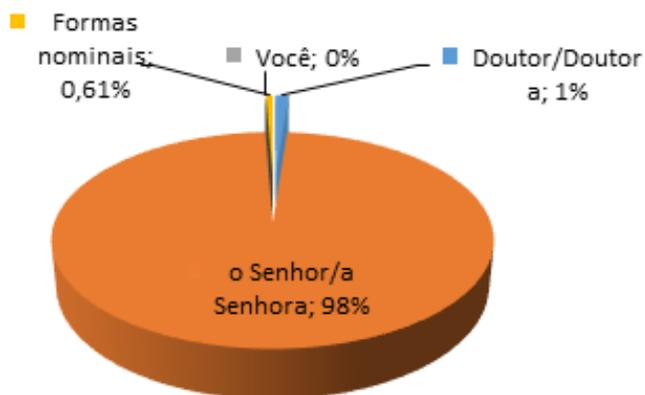
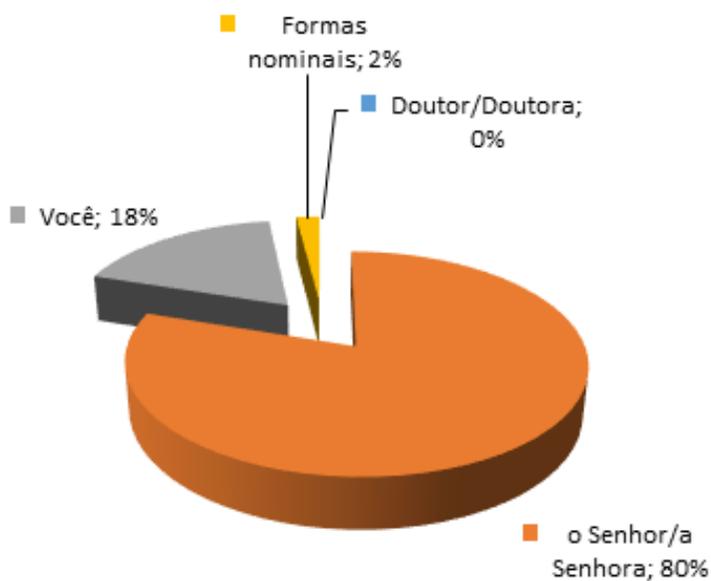
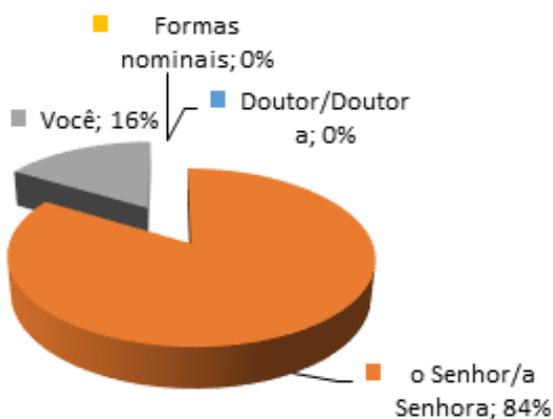
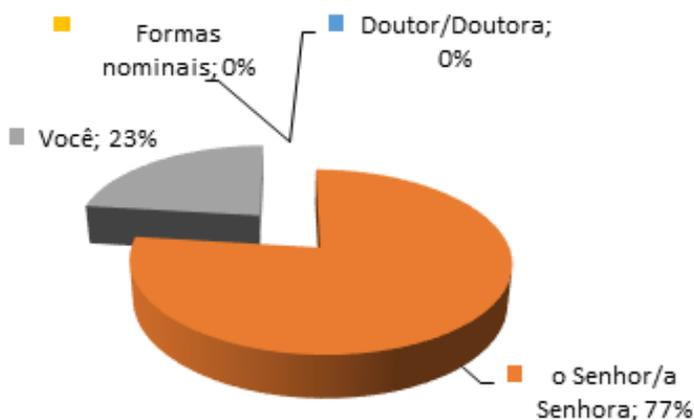
Gráfico 1: Formas de tratamento usadas pelo auxiliar jurídico 1.**Gráfico 2: Formas de tratamento usadas pela auxiliar jurídica 1.**

Gráfico 3: Formas de tratamento usadas pela auxiliar jurídica 2.**Gráfico 4: Formas de tratamento usadas pela auxiliar jurídica 3.**

Apesar do uso predominante de *o senhor/a senhora*, nos gráficos acima, fica evidente que as auxiliares jurídicas (1,2 e 3) variaram mais na escolha das formas de tratamento e que o profissional jurídico do sexo/gênero masculino, teve uma postura linguística muito formal quanto à escolha das formas de tratamento. Em nenhuma circunstância o auxiliar jurídico 1 usou a forma pronominal *você*. Há semelhança nos percentuais das auxiliares jurídicas, que usam a forma *você* com frequências próximas (respectivamente, 18%, 16% e 23%).

Em apenas uma situação o auxiliar jurídico 1 usou uma forma nomi-

nal “aproximativa” (*cara*), provavelmente por ter sido em um comentário com um assistido homem, que fez uso repetido de tal forma, talvez influenciando o auxiliar, e talvez, ainda, sem nem mesmo perceber. Ele também usou duas vezes a forma *doutora*, ao atender uma advogada que fora buscar esclarecimentos jurídicos com ele. Não tivemos nenhuma interação entre as auxiliares jurídicas e algum(a) assistido(a) que exercesse a profissão de advogado, de modo que não foi possível compararmos suas eventuais posturas com a do auxiliar jurídico 1, nesse sentido.

Além disso, o auxiliar jurídico 1 foi o único profissional que fez uso da forma *os senhores* ao dirigir-se aos assistidos que estavam acompanhados, reforçando, assim, o caráter formal de sua relação com o público assistido. Por outro lado, sempre que as profissionais jurídicas atenderam assistidos acompanhados e se dirigiam aos dois (às duas), usaram *vocês*, ainda que tivessem usado *o senhor/a senhora* ao falarem com cada pessoa separadamente. As ocorrências de *os senhores* e de *vocês*, no entanto, não foram contabilizadas, visto que elas foram usadas pelos profissionais jurídicos para se dirigir a dois interlocutores (assistido e acompanhante) que, em geral, possuíam características sociais diferentes de forma dissociativa, além disso, não tivemos um número suficiente de combinações que proporcione inferências relacionadas a essas realizações.

No que se refere à opção entre as formas de tratamento *o senhor/a senhora* ou *você* pelos profissionais jurídicos, não se pode dizer que haja uma associação clara entre prestígio e normas preestabelecidas, pois nenhuma das duas formas é considerada estigmatizada. Observamos, contudo, uma apreensão maior com relação a essa escolha por parte do profissional jurídico do gênero masculino, que demonstrou bem mais preocupação – se comparado com as mulheres – em ser sempre formal. As auxiliares jurídicas, vez ou outra, variavam na escolha da forma de tratamento.

Barrozo e Aguilera (2014, p.29) têm uma constatação diferente da nossa nesse sentido, pois, ao analisarem a variação linguística em função do sexo de indivíduos ocupantes de cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal, ressaltaram a adoção de uma postura mais formal por parte da mulher que do homem, visto que a mulher usou mais vezes a forma de tratamento *excelência(s)* para se dirigir aos senadores. Essa diferença não nos surpreendeu, porque, ainda que ambas as situações analisadas estejam ligadas a um contexto jurídico, trata-se de interlocutores interações e comunidades de prática que guardam muitas particularidades uma em relação à outra, em consonância com Scherre e Yacovenco (2011, p.135), que afirmam ter observado que a “variação dos pronomes de 2ª pessoa no português brasileiro apresenta características diversas, a depender da comunidade analisada”.

O auxiliar jurídico 1 consegue transitar facilmente entre os papéis que exerce. Ele, por exemplo, é extremamente formal com os assistidos, embora tenha uma postura bastante “informal” e descontraída com as colegas de trabalho e com amigos que interagem no ambiente da comunidade de prática analisada – e isso em se considerando intervalos de tempo pequenos entre os dois tipos de interação. Segue um excerto que ilustra essa informalidade: é o início de uma conversa entre ele e um amigo advogado que fora pedir sua opinião sobre um assunto jurídico.

(9)

Auxiliar jurídico 1: quê que cê manda?

Amigo advogado: cara... tem um caso aqui que... é um pouco complicado... vim pedir uma opinião já que você é especializado nessa área... eu deixei pra você...

Auxiliar jurídico 1: fala sério rapaz... você é o cara...

Os dois profissionais jurídicos que exercem os cargos de assistente jurídico, o auxiliar jurídico 1 e a auxiliar jurídica 1, são os que fazem atendimentos mais longos, pois são eles que efetuam os atendimentos agendados. Comparamos a postura linguística dos dois, visto que são de gêneros diferentes, têm o mesmo cargo na comunidade de prática e prestam assistências jurídicas semelhantes. Dos 26 assistidos que foram atendidos na Defensoria e tiveram suas interações com os profissionais jurídicos analisadas, tanto o auxiliar jurídico 1 quanto a auxiliar jurídica 1 atenderam 5 pessoas e nessas interações ele usou 164 formas de tratamento e ela 301. As durações dos atendimentos dele somadas deram 1 hora e 56 minutos e os dela 2 horas e 22 minutos, contabilizando uma diferença de 22 minutos. O auxiliar jurídico 1 usou em média 1,41 formas de tratamento por minuto e ela, em média 2,12 formas por minuto; o que nos revela uma tendência de a profissional do gênero feminino usar formas de tratamento com maior frequência do que o colega do gênero masculino. Santos (2011) constata uma tendência de as advogadas usarem mais pronomes sujeitos que os advogados, segundo a autora por elaborarem mais as respostas e serem menos objetivas que eles.

Retornando à explicação da variação do uso das formas de tratamento entre as auxiliares jurídicas mulheres, uma das hipóteses pode ser a tendência à solidariedade e o fato de elas não se preocuparem sempre em ser tão formais, já que às vezes se envolvem mais na interação com os assistidos e, conseqüentemente, se desvinculam um pouco mais do uso do tratamento formal (*o senhor/a senhora*), fazendo uso de *você*. Algumas vezes, a solidariedade se dá por meio de uma possível identificação com os assistidos ou simplesmente pelo desenvolvimento de uma simpatia, que faz

com que a auxiliar jurídica corresponda aos usos escolhidos pela pessoa que busca atender (*você* ou *formas nominais* de aproximação, como *menina*). Embora as três profissionais tenham tido momentos de envolvimento ou comoção com as histórias dos assistidos e tenham feito uso de *você*, apenas a auxiliar jurídica 1 fez uso de *formas nominais* aproximativas.

Segue trecho da interação que evidencia o envolvimento da auxiliar jurídica 1 com uma assistida. Trata-se de uma assistida que foi representar a mãe, que estava hospitalizada. O assunto do atendimento era recebimento de aluguel social, pois a casa da mãe da assistida tinha sido interditada: havia risco de desmoração da casa que ficava no andar superior, de modo que a mudança se fizera necessária à preservação da vida.

(10)

Auxiliar jurídica 1: olha... eu vou falar com a doutora... mas eu vou ter que te remarcar [...]

Assistida: isso aqui tudo eles já conseguiram remover... isso aí era o entulho... e essa aqui é casa da minha mãe ((enquanto fala, ela mostra as fotos))...

Auxiliar jurídica 1: casa tão boa né?

Assistida a casa da minha mãe é maravilhosa ((ela continua mostrando as fotos e descrevendo a casa))[...]

Auxiliar jurídica 1: ninguém merece né? perder uma casa assim boa né? construída com o próprio suor da gente...

Assistida: a vida inteira... foi doméstica... trabalhou a vida inteira [...]

Auxiliar jurídica 1: até porque minha filha... quatrocentos reais sua mãe não vai alugar uma casa como essa nunca...

Assistida: num vai... num vai [...] essa aqui é a cozinha... só a cozinha dela é enorme menina ((ainda mostrando as fotos))...

Auxiliar jurídica 1: agora eu tô assim menina... falei com minha sogra ontem e vou falar também aqui ó... não pode ficar essa distância do fogão ((ela está falando da distância, observada na foto, entre o purificador de ar e o fogão))...

Assistida: ah é?

Auxiliar jurídica 1: se não não pega nada... isso aqui tem uma distância... olha só se vocês forem olhar o manual ... o manual tem uma distância própria...

Assistida: ((risos)) pra ficar?

Auxiliar jurídica 1: pra ficar do fogão... porque se não minha filha... você vai ligar isso aqui... a gordura vai sair e isso aqui num vai pegar nunca... ((ela continua contando uma história de que na casa da sogra estava daquele jeito, e ela a orientou)) agora eu vi o

seu aqui... não posso deixar de falar...

Assistida: ((risos)) não... que isso...

Auxiliar jurídica 1: eu vou levar lá pra doutora pra ver o que é... me dá o comprovante de sua mãe... eu vou levar isso porque tem aqui... tem aqui... pra você num vir aqui ainda mais... que você não é daqui ((voltaram a falar do assunto jurídico))...

Assistida: eu tô direto porque tô no hospital... deixei a pobrezinha lá coitada... sozinha... falei com ela “mãe eu tenho que ir lá... era pra você ir”...

Auxiliar jurídica 1: e você tá direto aqui?

Assistida: é... eu sou filha única...

Auxiliar jurídica 1: é minha filha... às vezes você não é filha única sobra só pra um né? que dirá filha única... sobra pra você mesmo... eu vou levar isso lá pra doutora... deixe eu arrumar aqui... comprovante de residência tá aqui... você... veio... isso aqui é valor total da renda mensal... deixe eu tirar logo o negócio do CPF dela ali... aí eu vou falar com a doutora... vamos ver... tá bom?

Assistida: tá bom... obrigada...

O envolvimento na interação faz com que as auxiliares jurídicas se policiem menos quanto à forma de tratamento usada e não usem apenas a forma *o senhor/a senhora*. Por sua vez, apesar de o auxiliar jurídico demonstrar que se preocupa com os assistidos e, muitas vezes, conversar sobre assuntos não diretamente relacionados ao atendimento, sua conduta linguística não varia. Em conversa informal, ele nos relatou que, inclusive por uma questão de segurança, sempre usa *o senhor/a senhora*. O auxiliar toma essa forma de tratamento como regra para seus atendimentos na Defensoria Pública, enquanto as mulheres variam na escolha das formas de tratamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos os efeitos de sexo/gênero na escolha das formas de tratamento em uma comunidade de prática no núcleo de primeiro atendimento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, na comarca de Niterói. Constatamos que o sexo/gênero feminino se destaca na comunidade: pela maioria numérica das profissionais jurídicas, pelo uso categórico de *doutora* empregado por todos os membros da comunidade para se dirigirem à defensora e pela maior variação do uso das formas de tratamento pelas auxiliares jurídicas em relação ao único profissional jurídico homem.

É preciso destacar limitações deste trabalho. Primeiramente, o fato de

ser uma comunidade com poucos profissionais jurídicos e de apenas um deles ser do sexo/gênero masculino impossibilitou uma comparação mais abrangente entre os que exercem o mesmo papel social e são do gênero masculino. Do mesmo modo se deu com o segurança, pois não tínhamos outras pessoas que exercessem papéis semelhantes ao dele.

Esperamos que os resultados obtidos neste estudo, respaldados pela terceira onda da sociolinguística, sejam somados aos resultados de outros estudos sociolinguísticos brasileiros que analisam a questão da variável sexo/gênero em comunidades de práticas, com o intuito de observar os seus efeitos na variação linguística voltada para a prática social.

REFERÊNCIAS

- BARROZO, Thais Aranda; AGUILERA, Vanderci de Andrade. Sexo e linguagem: uma análise a partir das sabatinas dos ministros do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa e Rosa Weber. *Revista da Abralín / Associação Brasileira de Linguística*. Vol. I, n. 1 (junho 2002). São Carlos, SP: UFSCar, 2014.
- BRASIL. *Censo da educação superior 2012: resumo técnico*. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_cence_educacao_superior_2012.pdf> Data de acesso: 29/01/2015.
- BRASIL. *Lei do Império*, de 11 de agosto de 1827. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_63/Lei_1827.htm> Acesso em: 27/06/2011.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *III Diagnóstico Defensoria Pública no Brasil*. Brasília, DF: Gráfica Cidade, 2009.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.
- ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, n.41, p.87-100, 2012.
- ECKERT, Penelope. *Variation, convention and social meaning*. Paper Presented at the Annual Meeting of the Linguistic Society of America. Oakland, 2005.
- ECKERT, Penelope; McCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de prática: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder (1992). In.: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola. p. 93-108, 2010.
- ECKERT, Penelope; McCONNELL-GINET, Sally. *Language and gender*. United States, USA: Cambridge 2. ed. 2013.

FREITAG, Raquel Meister Ko; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do Português Brasileiro e os estudos de terceira onda: Potencialidades e limitações. *Alfa*, São Paulo, v.56, n.3, p. 907-934, 2012.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos* (1972). São Paulo, SP: Parábola, 2008.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. (1972). In.: OSTERMANN, Ana Cristina ; FONTANA, Beatriz. (org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola. p. 13-30. 2010.

LAVANDERA, Beatriz. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language Society*, n. 7., 1978. p. 171-182.

MATOS LISBOA, Carla Mirelle de Oliveira. *Doutor e outras formas de tratamento direcionadas aos profissionais jurídicos: análise de uma comunidade de prática à luz da terceira onda da sociolinguística*. Dissertação (Mestrado em Estudos de linguagem), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2015.

MENDES, Ronald Beline. Diminutivos como marcadores de sexo/gênero. *Revista Linguística*. Volume 8, número 1, junho de 2012.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.) *Introdução à Sociolinguística – o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.33-42.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Notícias recentes da presença do pronome tu no quadro de pronomes do português falado no Rio de Janeiro. In: COUTO, Letícia Rebollo Couto; LOPES, Célia R. dos Santos. *As formas de tratamento em português e em espanhol, variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: UFF, p. 245-262, 2011.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. O retorno do tu à fala carioca. In: ROCANTI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. *Português Brasileiro; contato linguístico, heterogeneidade, história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p.160-169, 2003.

SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos. Defensoria Pública do Rio de Janeiro e sua clientela. *Chapecó*, v. 14, n. 1, p. 107-126, jan./jun. 2013.

SANTOS, Viviane Maia dos. A complexa relação entre gênero/sexo e a variação no uso de pronomes em função de sujeito. *Cadernos do CNLF*, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2011.

SCHERRE, Maria Marta Pereira, YACOVENCO, Lilian Coutinho. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 121-146. 1ª parte 2011.

14

CAPÍTULO

O FEMINISMO, AINDA

Simone Pereira Schmidt

INTRODUÇÃO

Para falar sobre o tema que me propus – a atualidade do feminismo – dedico-me inicialmente a rever, como num filme de curta-metragem, alguns dos principais momentos que vivenciei nas últimas décadas.¹ Em meu convívio com o feminismo, que remonta inicialmente ao século (e ao milênio!) passado, vivi a criação do movimento no Brasil, com suas bandeiras de luta vinculadas, nos anos 70 e 80, às reivindicações da população por democracia e condições mínimas de sobrevivência e cidadania, alcançando depois a democracia e o lento processo de ‘oficialização’ do movimento, somado ao seu gradual e penoso ingresso no mundo da academia.

1 Uma versão anterior deste texto está publicada em KAMITA, Rosana C. e FONTES, Luísa C. (orgs). *Mulher e Literatura: vozes consequentes*. Florianópolis: Mulheres, 2015. p. 481-497.

Nos anos 1990, com a era Collor, assistimos, perplexas e impotentes, ao que então parecia ser uma vitória definitiva do neoliberalismo, com seus discursos arrasadores contra toda uma cultura de esquerda construída ao longo de décadas, pela tenacidade dos movimentos sociais, de suas lutas e duras conquistas. Enfim, naqueles duros anos noventa parecia que o sonho (todos os sonhos que até então nos mobilizavam e davam sentido às novas vidas) tinha, literalmente, acabado. Numa grosseira metáfora do que considerava a rendição final do movimento feminista, o *Caderno Mais!* – suplemento cultural da Folha de São Paulo, que circulou nas décadas de 1990 e 2000 – de 8 de março de 1992 estampava, em sua capa, a imagem de duas pernas femininas, ‘explicadas’ pelo título: “O feminismo abre as pernas”.

Nesse mesmo caderno cultural, na mesma época, vários temas que diziam respeito à cultura da ‘nova esquerda’, tais como feminismo, ecologia, sexualidade, diversidade cultural, etc., foram matéria de discussão, mas o tom desse debate, muitas vezes, era de descrença, ou ainda de desprezo em relação às bandeiras mais caras a esses movimentos, como a considerá-los temas resolvidos, ou simplesmente superados pelo ‘trem da história’. O comentário a seguir, sobre a chegada dos primeiros debates sobre diversidade no país, exemplifica bem minha observação. O trecho a seguir é bastante ilustrativo:

quem, afinal, são eles? São os xiitas do multiculturalismo, do feminismo, do marxismo, do homossexualismo, pentelhos de todos os sexos e matizes, espantalhos involuntários do conservadorismo encastelado nas universidades e em outras instituições vitais ao metabolismo cultural da América... do Norte².

Como se não estivesse satisfeito com tamanha exibição de preconceito e xenofobia, o autor conclui seu artigo com uma espécie de exortação irônica, porém, acima de tudo, patética:

Prepare-se para quando a moda chegar aqui. Aproveite para gastar à vontade expressões como preto, crioulo, bola preta, nota preta, gelo baiano, programa de índio, judiar, bicha, etc. Elas podem estar com seus dias contados. Assim como o frango ao molho pardo.

Isso foi em 1992. De lá para cá, mais de vinte anos se passaram, e os ‘pentelhos de todos os sexos e matizes’, fizemos história, conquistamos espaço e visibilidade, alguns direitos, mas ironicamente, ainda escutamos

2 As citações foram extraídas do suplemento *Mais!*, e discutidas por mim, em maior profundidade em Schimdt (2000)

essas vozes do passado com os mesmos discursos carregados de preconceito. Afinal, como não lembrar, ao reler as palavras do artigo de 1992, do debate presidencial no Brasil de 2014, quando discursos semelhantes, porém ainda mais virulentos, esbravejaram conclamando a população contra feministas, homossexuais, negros, índios?...

Recrudescem, no presente, manifestações de violento combate às conquistas que tivemos em todos esses anos. Recrudesce o enfrentamento porque avançamos, porque não estamos mais dentro do armário, ou debaixo do tapete, ou em qualquer beco escondido das cidades. Estamos no palco, dentro da arena, e não somos poucos.

Fiz essa breve incursão ao passado para chegar à questão que me propus, sobre as respostas que o feminismo tem a nos oferecer no momento atual. Minhas conclusões – de certo modo já antecipadas no título deste artigo – sinalizam não somente para sua atualidade, mas para seu caráter de extrema necessidade frente aos riscos sempre recolocados de retrocesso e perda de territórios. Mais do que necessidade, em última instância, o momento presente aponta para a urgência do feminismo, se considerarmos as profundas desigualdades com que não cessamos de nos deparar e a constante necessidade que temos de criar estratégias de enfrentamento. Se mergulharmos em direção à radicalidade política e epistemológica que é constitutiva do feminismo, podemos entendê-lo como resposta contundente aos desafios do presente.

No desenvolvimento do artigo, procurarei apontar aqueles que considero os principais temas construídos pelo feminismo nas últimas décadas, vistos na perspectiva dessa sua radicalidade produtiva. Ao enunciar esses temas em forma de algumas proposições ou enunciados, considero estar também esboçando os contornos dos principais desafios que as práticas feministas contemporâneas têm de enfrentar. Desafios que, a meu ver, são também nossos melhores instrumentos, afinados com o tempo presente. Início com uma frase emblemática do feminismo, essa casa materna de onde nascem os estudos de gênero, *queer*, LGBT e seus desdobramentos.

14.1 O PRIVADO É POLÍTICO

Com essa legenda, o feminismo dos anos 60-70 virou do avesso o senso comum que até então decretava que aquilo que acontecia na intimidade, na intimidade e no silêncio deviam permanecer. Em nome dessa ‘privacidade’ todos os segredos das famílias permaneciam ocultos, esposas sofriam em silêncio agressões e abandono, filhos e filhas reprimiam sua sexualida-

de e tudo era vivido em segredo. Quase tudo era proibido. O feminismo propôs o rompimento definitivo dessa parede que ocultava o privado do público; bradou, nos anos 70, que quem ama não mata, e que lavar a honra conjugal com sangue não era direito do marido; pelo contrário, era uma barbárie cometida diariamente contra as mulheres.

A casa cujas paredes foram (e ainda estão) pouco a pouco se rompendo foi, tradicionalmente, como sabemos, um espaço feminino. Portanto, segundo a mesma hierarquia que pautava as desigualdades de gênero nos demais espaços da sociedade patriarcal, a dimensão íntima e privada da existência, a vida doméstica que acontecia entre quatro paredes, era considerada a menos importante, a menos nobre parte da vida, aquela que se revestia de considerável invisibilidade, e que não carecia de investimentos de qualquer ordem. O rompimento com essa divisão tradicional entre público/privado trouxe também a consequência de fazer valer para o mundo público aquilo que não tinha valor algum para a ordem pública, política, econômica, jurídica. Abriu-se, portanto, uma fenda nessa ordem, e dela emergiram novos sujeitos, até então considerados irrelevantes. Captando o espírito desse momento, Caetano Veloso disse numa canção, já faz algum tempo: “Enquanto os homens exercem seus podres poderes, índios e padres, negros, negros, bichas e mulheres, e adolescentes fazem o carnaval”³. É, portanto, a perspectiva dos subalternos, essa mesma perspectiva que hoje embasa grande parte dos estudos pós-coloniais e descoloniais, que se abre a partir do momento que as feministas declaram que o pessoal é político.

Outra contribuição dessa diluição de fronteiras entre público e privado foi a importante virada epistemológica que promoveu, trazendo também para o campo do conhecimento a proposta de dar visibilidade ao pequeno, ao subalterno, aos temas cotidianos e privados que supostamente não mereciam atenção da teoria. Assim o corpo, a casa, a cozinha, a comida, o quarto, as ervas, os rituais, os pequenos ritos, tudo se tornou passível de investigação, abandonando-se pouco a pouco as hierarquias de saberes, bem como do que deve ou merece ser estudado. E como o saber se aproximou bem mais da vida comum e cotidiana, tornou-se irrelevante a tradicional separação, tão cultuada, entre o sujeito e o objeto da pesquisa, outra hierarquia que assegurava ao investigador um alto posto de comando e de distanciamento impessoal e ‘científico’ em relação ao seu objeto. A partir dessa virada promovida pelo feminismo, sujeito e objeto de investigação se aproximam, se tocam sem medo de se contaminar; o sujeito sabe que é a paixão pelo seu objeto que o levará ao conhecimento mais profundo e mais verdadeiro. E tal como um Narciso a se debruçar sobre as águas, ele

3 A canção ‘Podres poderes’, de Caetano Veloso, integrou o álbum *Velô*, lançado em 1984.

não sabe, mas suspeita, que no fim do caminho o encontro mais definitivo será com alguma parte de si mesmo.

14.2 NÃO ESTAMOS MAIS EM CASA

O grande pensador palestino Edward Said definiu nossa época como um tempo de exilados (SAID, 2003). Refugiados, expatriados, emigrados, cruzam fronteiras em todas as direções e vivem na pele a fratura incurável entre o eu e a terra natal. O lar.

Esse lar cada vez mais impalpável pode ser lido também como metáfora da nossa condição, de sujeitos errantes e desenraizados. Ao discutir a crise do sujeito moderno, que em séculos anteriores se acreditava uno, único, centrado e senhor de sua consciência, Stuart Hall (2003) aponta cinco movimentos fundamentais que promovem o descentramento desse sujeito, moldado pelo pensamento cartesiano. Desses cinco deslocamentos, quatro teriam sido operados, segundo Hall, por quatro pensadores decisivos: Marx, Freud, Saussure, Foucault. A sociedade, o inconsciente, a linguagem, o poder: instâncias nas quais a suposta estabilidade do sujeito se vê confrontada com sua incerteza, sua fugacidade e instabilidade. Um mundo, como disse Marx, onde tudo que é sólido desmancha no ar. O quinto deslocamento (adivinhem!) não é promovido por um pai-pensador, mas por um movimento e uma teoria, uma teoria construída a partir de um movimento político: o feminismo. Sim, é a partir do feminismo que nos vimos expulsos definitivamente da casa patriarcal, esse lugar onde reinou sozinho, por séculos, o sujeito moderno, racional, masculino, heterossexual, branco, ocidental.

E se não estamos mais em casa, é bem possível que nunca mais voltemos. Porque o lar, como nos ensinam Caren Kaplan e Inderpal Grewal, “tem sido muitas vezes um lugar marcado pelo sexismo e pelo racismo, um lugar que precisa ser retrabalhado politicamente, coletivamente”. É nesse sentido que autoras como Diana Brydon propõem uma teorização política e poética desse conceito móvel, instável e itinerante que é o lar - conceito disperso, avariado, diverso em nossos trabalhos atuais, como afirma o escritor Salman Rushdie⁴. A poetisa ganesa Abena Busia assim resume o impasse criado entre o sujeito e seu lugar de origem: “Nós podemos ir a qualquer lugar, menos para casa” (*apud* BRAIDOTTI, 2002, p. 12).

Essa perda do lar, se por um lado é marcada pela angústia das incertezas ao abandonarmos referenciais seguros em termos de crenças e pertencimentos, por outro, aponta para a possibilidade de reinvenção de seus

4 Os comentários e reflexões deste parágrafo, bem como a maior parte dos autores citados, me foram sugeridos pela leitura de dois artigos de Sandra ALMEIDA (2011; 2012).

significados emocionais, afetivos e políticos. O exílio, segundo Said, nos acena com suas fugidias promessas: ele é “a vida levada fora da ordem habitual (...) nômade, descentrada, contrapontística”, e “assim que nos acostumamos a ela, sua força desestabilizadora entra em erupção novamente” (SAID, 2003, p. 60).

14.3 COM A CASA NAS COSTAS

E já que abandonamos a casa patriarcal e nos lançamos à rua, o mundo é agora a nossa casa. Em *Borderlands/La frontera*, Gloria Anzaldúa (1998) escreve: “Sou uma tartaruga, onde quer que eu vá, carrego o lar nas minhas costas”. Fronteiras, viagens, bagagens, passagens. Viajantes, emigrantes, imigrantes. Marcas de etnias desconhecidas, países longínquos, códigos, convenções, regras, leis, costumes impressos nas mentes, nos corpos, marcados e interpretados em gênero, raça, geração, nacionalidade, religião.

A casa nas costas simboliza vidas em constante deslocamento. Como afirmou a teórica indiana Gayatri Spivak, “se o sujeito colonial era marcadamente um sujeito de classe e se o sujeito do pós-colonialismo é um sujeito racializado, então o sujeito da globalização é necessariamente gen-drado” (*apud* ALMEIDA 2011, p. 243). Com esta declaração, Spivak chama nossa atenção para o importante papel desempenhado pelas mulheres, hoje, como sujeitos das diásporas contemporâneas, muitas vezes submetidas a violências específicas de gênero (tais como abusos sexuais, maternidade em situação precária, abortos clandestinos e sem assistência, migrações forçadas em situações de conflito, etc.), mas também, por outro lado, como sujeitos atuantes, agenciadoras de seus destinos e protagonistas de seus percursos. A fronteira cruzada torna-se, assim, um lugar de perigo e estranhamento, mas também, ao mesmo tempo, um lugar potencial de autotransformação e de agenciamento de novas identidades.

Deslocando o *motif* da viagem para o campo das possibilidades políticas, Rosi Braidotti (2002) encontra no conceito de nomadismo a síntese para o que considera a tarefa do feminismo contemporâneo. Para a teórica italiana, o “ser nômade”, muito mais do que uma vida em viagem, significa uma subjetividade em permanente movimento de contestação:

As feministas – ou outros intelectuais críticos, como sujeitos nômades – são aquelas que têm uma consciência periférica; esqueceram de esquecer a injustiça e a pobreza simbólica: sua memória está ati-

vada contra a corrente; elas desempenham uma rebelião de saberes subjugados. O estilo nômade tem a ver com transições e passagens, sem destinos pré-determinados ou terras natais perdidas. Assim, o nomadismo refere-se ao tipo de consciência crítica que resiste a se ajustar aos modos de pensamento e comportamento codificados. É a subversão do conjunto de convenções que define o estado nômade, não o ato literal de viajar (BRAIDOTTI, 2002, p. 10-11)

14.4 NOSSOS CORPOS, NÓS MESMAS

Se a casa em seu sentido material e simbólico se perde, em grande parte, no presente povoado pela ideia do trânsito, da viagem, da fronteira, do deslocamento, há entretanto uma dimensão irreduzível da materialidade do sujeito que se desloca com ele, que lhe pertence e em lhe pertencendo, o define e constitui. Estou me referindo ao seu corpo.

Poucos temas têm ocupado tão decisivamente o centro da cena contemporânea como o corpo, pleno de significados para interpretar as demandas e as experiências do sujeito gendrado, racializado, localizado em suas múltiplas inscrições identitárias. Esse corpo, que podemos a princípio perceber como lugar de confluência de muitos discursos, tem sido identificado, descrito, de formas diversas: como mapa onde se traçam os percursos da história social e privada, relicário de memórias subjetivas, morada íntima do prazer e da dor, coleção de memórias, arena onde se travam embates de poder, *locus* onde se intersectam experiências pessoais e políticas, onde se travam conflitos advindos das identidades de gênero, classe, etnia, raça, sexualidade, nacionalidade, geração. Superfície em que se inscreve a violência, marcando indelevelmente o sujeito subjugado. Corpo subalterno, violado, domesticado. Corpo colonizado. Corpo subversivo, revolucionário. Lugar onde vive e se expressa a sexualidade: o desejo se manifesta, o sexo se concretiza, o erotismo pulsa. Corpos construídos, corpos desconstruídos. Corpo engendrado pelas tecnologias de gênero (Teresa de Lauretis), corpo-destino preso à imanência (Simone de Beauvoir), normatizado pela heterossexualidade compulsória (Adrienne Rich, Judith Butler). Corpos performáticos (Butler), desmontáveis (Donna Haraway), corpos que escapam a definições e regras (Foucault e seus intérpretes). “Tela de representação” do vivido (Stuart Hall) “capital cultural” (idem), casa que se carrega no exílio, nas viagens, nas diásporas e migrações (as feministas pós-coloniais), “local de inscrições sociais, políticas, culturais e geográficas” (Elizabeth Grosz, 2000, p. 47), enfim, como afirma Arthur Frank, “o feminismo nos ensinou que a história começa e termina com os corpos”

(*apud* XAVIER, 2007)

Dentre os muitos paradigmas desconstruídos pelo feminismo, aqueles associados à experiência da corporalidade – resultando nas dicotomias norteadoras do nosso conhecimento, tais como os pares mente/corpo, espírito/matéria, onde se presume como certa a superioridade do primeiro termo sobre o segundo – abriram caminho para que se repensassem os outros binarismos que seguiam a mesma estrita lógica de poder. Desse modo o feminismo cumpriu (e vem cumprindo) importante papel na desconstrução de um mundo até bem pouco tempo decalcado sobre rígidas hierarquias que sedimentavam, de um lado, a superioridade do eixo onde se localizavam os princípios mente-espírito-alma-masculino-branco-ocidental; e do outro, corpo-matéria-sexo-feminino-não branco-não ocidental. Rompida a casa, o eixo, o centro, da casa se foi à rua, e da rua, ao mundo.

14.5 NA RUA, NO MUNDO. E NÃO ESTAMOS SÓS

É possível situar em torno dos anos 1980 a “crise de identidade” que acabou por romper em definitivo a expectativa de uma ‘unidade’ das mulheres em torno das reivindicações do movimento feminista.

É muito significativo que no início dessa década, em 1981, Gloria Anzaldúa tenha publicado sua conhecida carta às escritoras do terceiro mundo, em que deixa claro o tom reivindicativo de suas palavras: “é preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer, para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis” (ANZALDÚA, 2000, p. 231). Ao manifestar-se dessa forma, Anzaldúa e suas companheiras estavam dando corpo a uma série de vozes que, juntamente com as suas, clamavam, então, pela ruptura de uma política de identidade que enclausurava o sujeito do feminismo dentro de uma norma hegemonicamente marcada em termos de raça, etnia e classe, situado, como até então tinha sido, numa posição de sujeito branco, ocidental, de classes economicamente privilegiadas.

A partir do choque provocado pela emergência de novos sujeitos na discussão teórica e política – tais como as “mulheres de cor radicais” – como se autodefiniram Anzaldúa e suas companheiras, em especial as autoras da decisiva antologia de 1981, *This brigade called my back* (MORAGA; ANZALDÚA, 1981) –, as feministas negras e as ativistas do chamado terceiro mundo – e da contribuição das formulações pós-estruturalistas, que colocaram na ordem do dia a investigação em torno das relações existentes entre linguagem, subjetividade, organização social e poder – o feminismo passou a reformular seu conceito de identidade, abrindo-o a muitas

possibilidades até então não contempladas, inclusive, e principalmente, aquelas experiências subjetivas em que se intersectam diferentes vetores identitários, tais como raça, gênero, classe, etnia, nacionalidade, etc. Para essa discussão, foi de grande importância, nos anos seguintes, a contribuição dos estudos pós-coloniais.

Estudiosas como Donna Haraway (1985), Teresa de Lauretis (1987), Judith Butler (1990) e Chandra Mohanty (1991) também encararam esse impasse, fazendo desse momento um importante *turning point*: das dificuldades iniciais em lidar com as diferenças entre as mulheres, teoria e práticas feministas passam a se ver diante da tarefa de lidar com tais diferenças, criando estratégias de negociação e políticas de coalizão, iniciativas que acabam por redefinir a própria noção de identidade, tornando-se elemento fulcral para o feminismo nas décadas seguintes. No âmago dessa concepção fraturada de identidade, que passa a ver o sujeito do feminismo não mais a partir de uma experiência única e sobredeterminada, encontra-se o conceito de interseccionalidade, o qual se torna uma importante ferramenta teórica para a redefinição desse sujeito. Na III Conferência Mundial contra o Racismo, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001, Kimberlé Crenshaw, estudiosa e militante afroamericana da questão legal feminista das mulheres negras, apresenta o conceito de interseccionalidade como elemento-chave para o estabelecimento de estratégias de empoderamento na luta das mulheres contra “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios”, os quais “criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” definindo-o como um conceito “que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Se atentarmos mais especificamente para o contexto brasileiro, podemos comprovar que também entre nós a revisitação do conceito de interseccionalidade aponta para importantes contribuições à compreensão da história do país numa perspectiva feminista. Com escasso acesso ao ambiente acadêmico, mas fortemente vinculadas aos movimentos sociais, as feministas negras brasileiras tiveram que percorrer um caminho muito particular, de afirmação de sua presença em espaços onde não eram percebidas, além de se contrapor a algumas construções discursivas de grande poder em nossa cultura, tais como o mito da mestiçagem como fator de democracia racial e o elogio da mulata como elemento simbólico da “cordialidade”, sexual e racial, sobre a qual se assentam tais discursos.

Em síntese, o feminismo das últimas duas décadas, conjugado aos estudos pós-coloniais, se lança no empreendimento de perceber as intersecções existentes entre gênero, raça e classe, categorias tão vivamente pre-

sentes tanto no passado colonial quanto na história recente de um país como o Brasil, em que se mantêm estruturas de poder herdadas do ‘modo português’ de escrever a história colonial-patriarcal-escravocrata.

Podemos assim dizer que, por meio de ferramentas teórico-políticas como o conceito de interseccionalidade, o feminismo em perspectiva pós-colonial (ou descolonial, seguindo a contribuição de estudiosos latino-americanos que propõem esse conceito como alternativa ao que consideram um excessivo alargamento conceitual do pós-colonial, bem como um acento predominantemente ‘anglocêntrico’ em suas formulações, convocando-nos a ‘desaprender’ a razão imperial/colonial (cf. MIGNOLO, 2008, p. 290) em que nosso imaginário foi forjado) vem revelar algumas das complexas permanências da situação colonial no mapa das relações contemporâneas, especialmente no que se refere ao caráter sexualizado/gendrado/racializado do sujeito feminino, periférico e subalterno. A opção descolonial – que denuncia as operações de exclusão, silenciamento e desempoderamento que estruturaram a vida social, política, e econômica e também o imaginário da chamada modernidade ocidental – atua no sentido de fazer soar algumas vozes que enunciam o que ficou por dizer; aquilo que povoa e apaga o silêncio de séculos.

14.6 UM CAMINHO AO SUL

O Sul apontado neste tópico não deve ser compreendido como um lugar geográfico, mas sim, como explica Boaventura de Sousa Santos, como “metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo”. O conjunto de esforços, epistemológicos e políticos reivindicados por Sousa Santos, tem por meta a construção de um cosmopolitismo subalterno, capaz de fazer frente a - e colocar-se como alternativa a - todo um processo histórico de construção do pensamento e do poder ocidental hegemônico, que determinou, segundo uma lógica estrita e abissal, a quem pertencia o direito ao saber, ao poder, ao transitar, ao dominar, conquistar, vencer. “Lutando contra a exclusão social, econômica, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecida como “globalização neoliberal”, como afirma Sousa Santos (2007, p. 83), o cosmopolitismo subalterno parte do reconhecimento de sua profunda incompletude, e busca, na intersecção entre os diferentes, a tradução dessas diferenças em propostas que se complementem, negociando suas distâncias, preenchendo suas faltas, acatando a incomensurabilidade daquilo que não pode ser traduzido. Trata-se de um aprendizado, não só em busca do que se precisa saber, mas também de desaprender. As epistemologias do Sul, em projetos emancipatórios que se

articulam na prática tradutória, são ao meu ver um grande exemplo dos caminhos que podemos entrever como possibilidade para os estudos de gênero, em seu percurso nômade e contestador, descentrado, na fronteira, no exílio, e na intersecção. O outro, os outros, os próximos, nós.

HAY QUE ENDURECERSE

Por último, uma breve observação, que nos reconduz ao começo desta conversa. Che Guevara dizia, em sua célebre frase, que “Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás”. Em tempos mais recentes, eu diria, numa espécie de paródia (irônica porém reverente, como toda paródia), que temos sim que manter a ternura, mas sem deixar de nos endurecer, porque os tempos são duros. Tornamo-nos incomodamente visíveis e provocativos, nós, os excêntricos, as feministas, os *queer*, os negros, os indígenas. Nós, os doces bárbaros. Por isso nos tornamos também ameaça constante aos conservadores e retrógrados de toda espécie. Porque conquistamos visibilidade e alguma cidadania, mas ainda precisamos realizar muitas ações concretas: varrer das notícias diárias os crimes de violência especialmente contra mulheres e homossexuais, regulamentar as uniões afetivas entre todos os pares, através do casamento civil igualitário para quem o desejar, garantir direitos iguais de maternidade, paternidade, independentemente da orientação sexual e do estado civil dos pais, legalizar o aborto para estancar a morte cotidiana de mulheres em condição social precária, combater o racismo, a homofobia, a transfobia, o machismo, os preconceitos de toda ordem, concretos, simbólicos, falados, gritados, silenciosos. Punir a violência, educar para a paz.

É preciso realizar políticas de coalizão, projetos tradutórios com vistas a um cosmopolitismo subalterno, relações de vizinhança que ressignifiquem as redes verticais, construir poéticas e políticas de memórias que agreguem e representem o eu, os outros, os próximos⁵. É preciso reinventar o pessoal e o político, valorar e reinventar nossos corpos, nossos lares, assumindo a viagem, o exílio, a errância e o nomadismo como nossa condição. Acima de tudo, é preciso enunciar nossas identidades em trânsito, em contato, convívio e conflito, através de políticas e poéticas que celebrem o que somos, e a potência do que podemos ser. Porque enfim, como disse Bertold Brecht, é preciso mudar o mundo, e depois será preciso mudar o mundo mudado.

5 Utilizo aqui o conceito de ‘próximos’ empregado por Paul Ricouer (2007).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra Goulart. A África na diáspora; figurações do trânsito e cartografias de gênero em narrativas contemporâneas. In: FONSECA, Maria Nazareth; CURY, Maria Zilda (orgs.). *África: dinâmicas culturais e literárias*. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2012.
- ALMEIDA, Sandra Goulart. Exílios e diásporas: cartografias de gênero na contemporaneidade. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana; AREND, Silvia (orgs.). *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Mulheres, 2011. p. 229-256.
- ANZALDÚA, Gloria [1981]. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, v.8, n.1, p. 229-236, 2000.
- ANZALDÚA, Gloria [1987]. *Borderlands/La frontera: The new mestiza*. 40. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2012.
- BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. *Labrys, estudos feministas*, n. 1-2, p. 1-16, 2002.
- BUTLER, Judith [1990]. *Problemas de gênero; feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feminista*, v.10, n.1, p. 171-188, 2002.
- GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu*, v. 14, p. 45-86, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HARAWAY, Donna [1985]. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-288.
- LAURETIS, Teresa de [1987]. *A tecnologia do gênero*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras*, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MOHANTY, Chandra Talpade [1991]. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. In: LEWIS, Reina and MILLS, Sara (eds.). *Feminist post-colonial theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003. p. 49-74.
- MORAGA, Cherrie; ANZALDÚA, Gloria (eds). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table – Women of Color Press, 1983.

RICOEUR, Paul. Memória pessoal, memória coletiva. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 105-142.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007.

SCHMIDT, Simone Pereira. O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 77-88, 2000.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino**. Florianópolis: Mulheres, 2007.

